



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Alexandre Perez Fernandes

“Nós por nós”: O caso da militância “autônoma”, “combativa” e “antifascista” em Londrina-PR

Florianópolis
2023

Alexandre Perez Fernandes

“Nós por nós”: O caso da militância “autônoma”, "combativa" e "antifascista” em Londrina-PR

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia e Ciência Política. Área de concentração em Ciência Política.

Linha de pesquisa: Movimentos sociais, participação e democracia.

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Seidl

Florianópolis
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fernandes, Alexandre Perez
"Nós por nós" : O caso da militância "autônoma", "combativa" e
"antifascista" em Londrina-PR / Alexandre Perez Fernandes ;
orientador, Ernesto Seidl, 2023.
247 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. militância
autonomista. 3. ativismo de alto risco. 4. coletivos black
blocs. 5. ação de direta. I. Seidl, Ernesto. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Sociologia e Ciência Política. III. Título.

Alexandre Perez Fernandes

“Nós por nós”: O caso da militância “autônoma”, “combativa” e “antifascista” em Londrina-PR

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 24 de agosto de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Ernesto Seidl
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Dra. Olívia Cristina Perez
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Prof. Dr. Julian Borba
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Sociologia e Ciência Política, área de concentração em Ciência Política, pelo programa de Pós Graduação em Sociologia e Ciência Política na Universidade Federal de Santa Catarina.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política

Prof. Dr. Ernesto Seidl
Orientador

Esta dissertação é dedicada aos obstinados militantes que confiaram em mim, ou na pesquisa e aceitaram baixar seus escudos temporariamente, participando deste projeto, este trabalho também os pertence.

Agradecimentos

Esse trabalho contou com o apoio financeiro da agência nacional de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPS), realizado através do pagamento de uma bolsa de estudos durante parte do período de realização da pesquisa. Sem este apoio este trabalho não teria saído da fase de projeto.

Desde o ingresso no programa até a entrega desta dissertação, foram aproximadamente três anos e meio de dedicação e muitos obstáculos precisaram ser vencidos ao longo desse tempo. Incluindo nesse processo, três mudanças de cidade e de estado, o enfrentamento da pandemia de COVID 19, o distanciamento de uma pessoa importante, a perda de minha gata de estimação, Ágata, que por muitos anos me acompanhou em tantas jornadas, além do adoecimento de meu avô Toninho; uma figura muito marcante em minha vida. Isso tudo, é claro, para além das dificuldades mais ou menos esperadas, encontradas, por exemplo, no acesso ao campo, especialmente em casos como esse, nos quais o objeto apresenta uma postura especialmente insular, resistindo à aproximação de desconhecidos.

Devo gratidão a muitas pessoas que se fizeram presentes em minha vida ao longo dessa jornada e que, de alguma forma, contribuíram para que esse trabalho acontecesse, seja com sugestões, apontamentos críticos, revisão de trechos etc., ou mesmo com apoio afetivo nos momentos difíceis. Sem essas pessoas esta pesquisa também não teria acontecido. Embora não caibam todos os nomes nesta seção, alguns precisam ser destacados.

Sou muito grato ao meu orientador Ernesto Seidl por sua sempre pronta disposição em responder às demandas de trabalho, em especial, por insistir na pertinência da abordagem adotada, que sem dúvidas contribuiu enormemente para o enriquecimento das análises e dos resultados obtidos na pesquisa. Apesar das circunstâncias excepcionais da pandemia, que inviabilizaram a possibilidade de nos conhecermos pessoalmente, sua atenção e presteza foram de grande importância em todo esse processo.

Gratidão aos professores Julian Borba e Olívia Perez, que gentilmente aceitaram o convite para participar da banca de defesa. Suas leituras generosas e bastante atentas contribuíram muito para pensar possíveis desenvolvimentos futuros da pesquisa em

forma de artigos, a partida da revisão deste material e também para que esta redação final ganhasse maior refinamento em sua apresentação ao leitor.

Meus calorosos agradecimentos aos amigos do Grupo de Estudos em Teoria Política (GETePol), que tanto me ensinaram, incentivaram, ajudaram e acreditaram, mesmo quando dúvidas me turvaram o caminho. Muito obrigado, Álvaro Okura, André Silva, Rafael Abreu, Ariana Bazzano, Bárbara Johas, Beatriz Marco, Felipe Calabrez, Rodrigo Mensato, Guilherme de Moraes, Laís Lima, Pamella Picolli, Nathália Mansour, Milena Rodrigues, José Guilherme dos Santos e Wander Luís dos Santos. Ao longo dos anos, muitos outros também passaram pelo grupo deixando suas contribuições, seus nomes não estão aqui, mas seus gestos continuam presentes na memória. E ainda, minha gratidão especial à nossa coordenadora e permanente orientadora, profa. Raquel Kritsch, por sua postura exigente, mas sempre terna, que tanto me ensinou sobre a academia e sobre mim mesmo. Seu apoio e amizade têm sido pedras basilares na pavimentação deste caminho que percorro, ao menos desde aquela IC de 2014.

Minha gratidão aos novos vizinhos, que também se tornaram amigos, Fernando e Ivanilde Gazini, que de maneira afável e despretensiosa contribuíram para que essa pesquisa fosse concluída, especialmente nas fases finais de escrita e revisão do material. De diferentes modos, suas contribuições ajudaram a clarear algumas ideias apresentadas ao longo do texto.

Por fim, não poderia deixar de agradecer aos meus pais, Carlos e Bel que, embora distantes desta pesquisa e do universo acadêmico como um todo, se mostraram bastante pacientes e tolerantes ao longo deste processo, permitindo, por exemplo, que eu voltasse a morar com eles, mesmo “sem trabalhar”, durante os meses dedicados a esta redação.

“— Eu vim pra rua pra fazer o certo”.

— Fazer o que?

— “Botar fogo ni ônibus, quebrar as coisas...”.

(Alisson, 15 anos, a um repórter da UOL em junho de 2013. O vídeo com sua imagem se tornou viral na internet).

Resumo

Este trabalho analisa os condicionantes sociais e culturais envolvidos no engajamento em coletivos autoidentificados como “autônomos” e “libertários”, organizações militantes inspiradas em princípios “anarquistas”, “antifascistas” e na tática Black Bloc de “ação direta”. O estudo foi embasado em trabalho de campo realizado na cidade de Londrina-PR, onde a presença dessas organizações se tornou bastante expressiva, chegando a compor uma “federação” de cinco coletivos locais que angariou centenas de adeptos. Além de observação participante (entre 2021 e 2022), as análises levaram em conta os conteúdos de 25 entrevistas semiestruturadas feitas com militantes. Como eixo norteador da pesquisa buscou-se investigar as condições sociais, culturais e contextuais de engajamento nos coletivos. Foram privilegiadas as seguintes dimensões de análise: processos de aquisição de apetências, recrutamento, transformações nas visões de mundo, sentidos de retribuição ligados ao engajamento, demarcadores de diferença e clivagens internas. Entre os principais resultados constatou-se o peso de fatores sociais e biográficos na construção do desejo de participação e na sustentação do engajamento ao longo do tempo. Experiências de socialização prévia com temas políticos e o desenvolvimento de laços fortes com militantes se mostraram especialmente relevantes para o recrutamento. Por fim, destacou-se também como as perspectivas de enfrentamento ao “fascismo” e às forças policiais se ligam a uma ideia de militância “combativa” e como o elemento do risco, associado a essa postura, produz dinâmicas particulares a esta forma de engajamento.

Palavras-chave: militância autonomista; coletivos; ativismo de alto risco; black blocs; ação de direta.

Abstract

This work analyzes the social and cultural constraints involved in engaging in collectives self-identified as “autonomous” and “libertarians”, militant organizations inspired by “anarchist”, “anti-fascist” principles and the Black Bloc tactic of “direct action”. The study was based on fieldwork conducted in the city of Londrina, Brazil, where the presence of these organizations became quite significant, forming a "federation" of five local collectives that gathered hundreds of members. In addition to participant observation (between 2021 and 2022), the analyses took into account the structured content of 25 semi-structured interviews conducted with militants. The research aimed to investigate the social, cultural, and contextual conditions of engagement in these collectives. The following dimensions of analysis were emphasized: processes of acquiring aptitudes, recruitment, transformations in worldviews, senses of reciprocity linked to engagement, markers of difference, and internal divisions. Among the main findings, the weight of social and biographical factors in the construction of the desire for participation and the maintenance of engagement over time was observed. Previous experiences of socialization with political themes and the development of strong bonds with militants are particularly relevant for recruitment. Finally, it was also highlighted how perspectives on confronting "fascism" and police forces are linked to a notion of "combative" militancy, and how the element of risk associated with this stance produces unique dynamics in this form of engagement.

Key words: autonomist militancy; collective; high risk activism; black blocks; direct action

Lista de abreviaturas

AFA – Ação Antifascista Londrina
ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa
AP – Alternativa Popular
CA – Centro Acadêmico
CAB – Coordenação Anarquista Brasileira
CAD – Coletivo Ação Direta
CPC – Comitês Populares da Copa
CFCAM – Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CUL – Comitê Unificado Londrina
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central dos Estudantes
FAE – Força Autônoma Estudantil
FBP – Frente Brasil Popular
FCC – Frente Classista combativa
FIFA – Federação Internacional de Futebol Associado
FOB – Federação das organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil
FPSM – Frente Povo Sem Medo
FSL – Frente Social Libertária
FLAU – Frente Lutas Autônomas dos Estudantes
MAP – Movimento Autônomo Popular
MPL – Movimento Passe Livre
MUP – Movimento Por Uma Universidade Popular
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB – Partido Comunista Brasileiro
SIT – Sindicato Autônomo Independente
TAF – Tendência Autônoma Feminista
TCGL – Transporte Coletivo Grande Londrina
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UJC – União da Juventude Comunista
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNIPA - União Popular Anarquista

Lista de quadros

- Quadro 1 – Impressões de campo na ação de vigília por Gabriel Sartori
- Quadro 2 – Breve perfil biográfico de Luana
- Quadro 3 – Algumas impressões sobre o MAP
- Quadro 4 – Breve perfil biográfico de Miguel Rossi
- Quadro 5 – Breve perfil biográfico de Artur
- Quadro 6 – Breve perfil biográfico de Joana
- Quadro 7 – Breve perfil biográfico de Manuela
- Quadro 8 – Breve perfil biográfico de Gustavo
- Quadro 9 – Ato nacional de 3 de julho (3J): estética “autonomista” e confronto direto.
- Quadro 10 – Breve perfil biográfico de Júlia
- Quadro 11 – Breve perfil biográfico de Augusto
- Quadro 12 – Breve perfil biográfico de Duda
- Quadro 13 – Outros relatos de aproximações que passaram pela entrada na universidade.
- Quadro 14 – Breve perfil biográfico de Rodrigo
- Quadro 15 – Breve perfil biográfico de Henrique
- Quadro 16 – Breve perfil biográfico de Valentina
- Quadro 17 – Breve perfil biográfico de Alana
- Quadro 18 – Outros relatos de conversão pessoal a partir do contato com a militância “autônoma”.
- Quadro 19 – referências à categoria “militante da base”.
- Quadro 20 – Breve perfil biográfico de Lúcio
- Quadro 21 – Breve perfil biográfico de Suzana
- Quadro 22 – Breve perfil biográfico de Marcos
- Quadro 23 – Percepções de autodesenvolvimento pela aquisição de consciência na militância.
- Quadro 24 – Relatos sobre o sentido de comunidade na militância “autônoma”.
- Quadro 25 – Sentidos de autorrealização atrelados à militância como de razão de vida.
- Quadro 26 – Relatos da militância sentida como correção moral e atrelados a perspectivas de transformação social
- Quadro 27 – Breve perfil biográfico de Cíntia
- Quadro 28 – Relatos sobre “raiva”, “ódio” e “revolta” como componentes do engajamento.

Lista de figuras

Figura 1: Militantes e Família: convocação para a vigília por Gabriel Sartori.	44
Figura 2: Atividade cultural do “Grupo de Trabalho de Educação” realizado com crianças da ocupação Vila Feliz.	51
Figura 3: Grupo de estudos organizado pela FAE em um CA da universidade.	57
Figura 4: Divulgação de carta de princípios da FAE	65
Figura 5: Distribuição de refeições na ocupação Vila Feliz em dia de Natal.	66
Figura 6: Encontro de "formação política" realizado pelo SIT em área pública.	68
Figura 7: Mobilização da Ação Antifascista em 9 de Janeiro.	75
Figura 8: Diagrama com representação espacial dos coletivos estudados.	76
Figura 9: “Bloco autônomo” no ato de 19 de Junho, no centro da cidade, durante campanha pelo #foraBolsonaro. No cartaz, os dizeres: “Paz entre nós guerra ao sistema”	85
Figura 10: Convocação para “ato na quebrada”. Interessante observar como a escolha da foto, retratando militantes em marcha sob a chuva, funciona como uma representação simbólica de fibra por parte dos membros grupo. Além disso, a associação do ato à campanha de "arrecadação de comida" pode ser interpretada como um mecanismo de legitimação da organização aos olhos do público.	89
Figura 11: Ação de panfletagem contra a "farsa eleitoral" em feira da região sul.	90
Figura 12: Militantes "morfados" fazendo contenção de via no ato geral do dia 29 de maio na campanha pelo #foraBolsonaro.	98
Figura 13: disposição espacial das categorias de pertencimento à militância "autônoma".	137
Figura 14: Diagrama representativo dos sentidos de retribuição na militância “autônoma”.	151
Figura 15: Militante "morfado" seguido por viatura da Polícia Militar em ato no dia 20 de novembro de 2021.	159
Figura 16: Visita à ocupação Vila Feliz durante atividade do "GT de educação", realizado pelo MAP.	167

Lista de tabelas

Tabela 1: Amostra das entrevistas e recusas obtidas.....	38
Tabela 2: Características gerais dos entrevistados.	40
Tabela 3: Características de origem, ocupação e tempo de militância.....	40

Sumário

Introdução	19
Jornadas de Junho de 2013: marco histórico para o repertório autonomista no Brasil	19
Marcos no contágio do repertório autonomista pós 2013 no Brasil e em Londrina.....	25
Objetivos e abordagens teórico-metodológicas.....	32
Um ponto de vista sobre o “autonomismo” londrinense: entrada no campo	35
1.0. Londrina e a militância “autônoma” e “combativa” local.....	42
1.1. Estruturas de oportunidades e gênese dos coletivos: dos primeiros grupos de estudos à formação da “federação” de coletivos “autônomos”	52
2.0. A face pública dos coletivos “autônomos”: Princípios e estratégias organizacionais.....	62
Ação Antifascista de Londrina (AFA)	63
Força Autônoma Estudantil (FAE)	64
Movimento Autônomo Popular (MAP)	65
Sindicato Independente de Trabalhadores (SIT)	67
Tendência Autônoma Feminista (TAF)	68
Frente Classista e Combativa (FCC).....	70
2.1. Ruptura, aliança estratégica: rachas no “campo da esquerda” e demarcadores de posição.....	81
3.0. Caminhos do engajamento e tipos militantes.....	96
Aquisições de apetências, processos de recrutamento e conversão pessoal na militância “autônoma”.	96
3.1. De “independentes” a “militantes plenos”: clivagens internas à militância.....	127
3.2. Risco e recompensa: sentidos de retribuição na militância “autônoma”.....	148
Referências Bibliográficas	185
Anexo 1. Roteiro base usado nas entrevistas.	190
Anexo 2. Registro de documentos analisados: manifestos, notas, cartas de apresentação, princípios entre outros.....	192
Anexo 3 - Símbolos utilizados pelos coletivos “autônomos” de Londrina.	213
Anexo 4. Impressões de campo: panfletagem na feira em dia de “Ação Contra a Farsa Eleitoral e em defesa dos Direitos do Povo!”.	214
Anexo 5. Impressões de campo: reunião de avaliação de ato na ocupação Vila Feliz (27/07/2021)	219
Anexo 6. Impressões de campo: tensões com a política no ato do dia 7 de setembro.	225
Anexo 7. Alguns cantos coletivos ouvidos na pesquisa.....	231
Anexo 8. Feira Anarquista e outras imagens retiradas dos perfis eletrônicos dos coletivos.....	232
Anexo 9. Breve perfil biográfico de Francisco.	242

Anexo 10. Breve perfil biográfico de Zé Maria	243
Anexo 11. Breve perfil biográfico de Carolina	244
Anexo 12. Breve perfil biográfico de Lígia	245
Anexo 13. Breve perfil biográfico de Renata.....	246

Introdução

Esta introdução foi dividida em quatro seções. As duas primeiras exploram algumas características de ciclos de protestos que significaram marcos no desenvolvimento do repertório autonomista no Brasil. A partir das Jornadas de Junho de 2013, consideradas um referencial histórico desse tipo de militância no país, foram apresentados outros episódios subsequentes nos quais os “autônomos” também tiveram participação expressiva, em especial os coletivos de Londrina. Destacam-se os protestos ocorridos durante os megaeventos esportivos de 2014 e 2016, as manifestações contra o impeachment de Dilma Rousseff, a onda de ocupações de escolas e outras instituições de ensino em 2016, os protestos contra os cortes de verbas da educação em 2019, os protestos relacionados ao movimento *Black Lives Matter* entre 2020 e 2022 e, por fim, a campanha pelo #ForaBolsonaro, iniciada em 2022, durante a qual realizou-se as observações de campo. A terceira seção apresenta o objetivo geral e os três objetivos específicos que nortearam esta pesquisa, assim como as abordagens teórico-metodológicas empregadas. Além das perguntas centrais que guiaram a abordagem, o tópico também apresenta os dois principais paradigmas analíticos que inspiraram este trabalho. A quarta e última seção, escrita em primeira pessoa, descreve como se deram os processos de aproximação e entrada no campo por parte do pesquisador e os critérios utilizados para a seleção da amostra. A seção termina com a apresentação de um perfil geral dos militantes “autônomos”, definido a partir da amostra coletada.

Jornadas de Junho de 2013: marco histórico para o repertório autonomista no Brasil

Grandes protestos podem mudar os rumos de um país e transformar a vida de seus cidadãos. Isso pode ser afirmado à medida que esses eventos possuem a capacidade de desencadear amplos processos sociais que atravessam fronteiras geográficas, etárias, econômicas etc. Em certos casos, esses protestos podem atingir escala nacional ou até global ao combinarem a participação de organizações militantes com a de multidões de apoiadores, formada por indivíduos que, até então, não possuíam histórico de mobilização política. O poder desses eventos está, justamente e, entre outras coisas, em

sua capacidade contagiante de romper diferentes fronteiras, estimulando grupos inteiros de pessoas a reivindicar demandas, muitas vezes profundas e autênticas, mas que sem este elemento ativador, poderiam permanecer inertes por tempo indeterminado. Um evento dessa natureza, a depender de certos fatores – como uma situação de crise econômica, política, ou uma resposta violenta por parte do Estado –, pode desencadear, ainda, uma espiral de fluxos e refluxos contínuos. Isto significa dizer que o evento de protesto inicial pode fomentar eventos subsequentes que, por sua vez, podem ocorrer em ondas, se estendendo ao longo de um período de alguns dias ou até de anos.

Esses períodos de conflitos acentuados que atravessam a sociedade e promovem uma rápida difusão das mobilizações, mesmo entre setores que até então pareciam acomodados, caracterizam o que se pode denominar de um *ciclo de confronto* (TARROW, 1999). Esses ciclos se caracterizam, ainda, pelo acelerado ritmo de mudanças e inovações que promovem, tanto nas formas de ação coletiva utilizadas por atores políticos, como nas molduras explicativas adotadas por especialistas da área. Por tais razões, estes períodos também costumam marcar momentos de inflexão na vida social, alterando as dinâmicas de interação coletiva e produzindo novos contextos de oportunidades a grupos minoritários. Assim, as ações realizadas por esses grupos desafiam as autoridades políticas a, entre outras coisas, apresentar respostas às demandas coletivas. As reações das autoridades, por sua vez, são elemento determinante na amplitude e duração do ciclo e podem ser lidas como medidas de facilitação, repressão, ou um misto de ambas (TARROW 1999, pp. 182-191).

Para muitos, os protestos que marcaram o Junho de 2013 no Brasil apresentaram características bastante evidentes de um ciclo de confronto. Como um de seus impactos, naquele ano, e nos outros que se seguiram, diversos novos protestos espocaram em todas as regiões do país. No auge dos acontecimentos, ainda em junho de 2013, cerca de 160¹ municípios brasileiros registraram ocorrência de manifestações, até mesmo em pequenas cidades, nos interiores, onde acontecimentos desse tipo eram vistos como algo completamente inusitado. Além disso, um grande número de trabalhos a respeito deste tema foi publicado em livros e revistas acadêmicas. Mesmo propondo interpretações diferentes e partindo de pontos de vista distintos sobre os eventos, muitos deles se valeram do conceito de ciclo de confronto, tal como descrito por Tarrow (1999), para

¹ Cf. SECCO, L. As Jornadas de Junho, In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Ermínia Maricato... [et al.]. Boitempo: Carta Maior. São Paulo. 2013

enquadrar os protestos de 2013 (Cf. ALONSO 2017; ALONSO & MISCHE 2016; BRINGEL 2013; BRINGEL & PLEYERS, 2015; PEREZ 2021; SILVA 2018; SILVA; TEIXEIRA; FERNANDES 2020; TATAGIBA 2014; TAVARES; RORIZ; OLIVEIRA 2016).

As Jornadas de Junho de 2013, ou apenas Jornadas, um dos termos que foi mais empregado para se referir àquele ciclo marcou, portanto, um momento de inflexão na sociedade brasileira. Este fato parece evidente mesmo para aqueles fazem uma leitura mais ampla do ciclo, argumentando, por exemplo, que as Jornadas significaram apenas o auge de um processo mais amplo de mobilizações sociais, que teria se iniciado ainda antes, e em outros lugares – que não São Paulo. (TATAGIBA & GALVÃO 2018; 2019; TAVARES et. al. 2016). Em muitas dessas análises, termos empregados para se referir às Jornadas nomearam aquele como um processo aberto, dinâmico, complexo, multifacetado, etc. Enfatizavam, assim, que as interpretações a respeito de qual teria sido o sentido das Jornadas, suas causas e efeitos, também permaneciam abertas e em disputa. Algumas leituras de época apontavam para o esgotamento do modelo social-desenvolvimentista da gestão pública, cujos avanços sociais – em termos de redução das desigualdades econômicas –, não teriam sido acompanhados por avanços semelhantes na implementação de uma cultura política democrática no país (NOBRE 2013). Chamavam a atenção, assim, para uma ideia de “crise de representação”, ou, em outras palavras, para o suposto desgaste do sistema partidário e suas instituições, em sua capacidade de representar os interesses setoriais que afloravam nas manifestações de 2013 – avaliação essa que tornou-se especialmente popular entre as esquerdas, de modo geral (SANTOS 2014; LIMA 2013; NOGUEIRA 2013; ALONSO E MISCSHE 2016).

Deixando de lado possíveis explicações causais das Jornadas de Junho, diferentes avaliações de suas consequências também foram feitas por especialistas, ou seja, após os ocorridos, os vários efeitos de 2013 sobre a sociedade brasileira se tornaram foco de debates e investigações acadêmicas. Entre elas, destacou-se, por exemplo, o aumento da polarização política, acompanhada por maior heterogeneização de atores e das reivindicações (TATAGIBA & GALVÃO 2019). Bem como um aumento da percepção da violência coletiva praticada por atores (TATAGIBA 2014), sobretudo pela entrada, no contexto brasileiro, de repertórios de confronto internacionais. Acompanhando estas avaliações, discussões também foram estabelecidas em torno de uma possível recomposição do espaço público brasileiro, sobretudo no polo associativo, com um

aumento das tensões entre esse e o polo partidário (SEIDL 2021). Notou-se o crescimento de atores que enfatizavam a “autonomia”, “espontaneidade” e “horizontalidade” em suas práticas. Esse crescimento, por sua vez, teria marcado o ciclo brasileiro em torno de percepções de um crescimento do antipartidarismo e antiinstitucionalismo, expressas por esses atores em suas duras críticas ao Estado e às formas de governá-lo (ALONSO & MISCHÉ 2016; GOHN, 2014)².

Destacando-se para o grande público em 2013, grupos autocompreendidos como “autonomistas”, baseados na ideia de “horizontalidade” e no princípio da “ação direta” já eram, no entanto, uma realidade no cenário brasileiro ao menos desde 2005, como é o caso do Movimento Passe Livre (MPL) e dos Comitês Populares da Copa (CPC), este de 2011 (Cf. SEIDL 2021; SZWAKO & DOWBOR 2013). Ainda assim, houve quem considerasse os coletivos de Junho de 2013 a expressão de uma nova forma de movimento social (GOHN, 2014). A suposta novidade viria de características como sua composição social, ou seja, grupos predominantemente de jovens escolarizados de classe média, conectados por redes digitais e organizados de maneira horizontal, ou seja, em torno de uma negação de estruturas hierárquicas. Sua integridade, ainda, estaria baseada em críticas às formas entendidas como tradicionais da política, como sindicatos e movimentos clássicos, bem como à estrutura burocrática das formas partidárias, expressa em ideias como a do “centralismo democrático”. A presença desses coletivos no espaço público teria caracterizado, assim, a expressão de uma estética particular nas manifestações que definiram as Jornadas. Essa estética, por sua vez, demonstrava ter inspirações de variadas fontes, de acordo com os grupos de pertencimento de cada um, dentro de um universo heterogêneo de atores presentes em 2013 (GOHN, 2014, pp. 12-13).

Em uma sondagem nacional feita na rede de computadores, nos anos que se seguiram a 2013, Perez (2019) identificou como um dos impactos das Jornadas, um notável crescimento das organizações sociais autodenominadas “coletivos” em várias cidades do país. Sua pesquisa mostrou que entre os anos de 2012 e 2016, se pôde notar um aumento de 65,5% no número de páginas virtuais associadas a “coletivos militantes”,

² Para estes mesmos analistas, estas características observadas no ciclo de protestos brasileiro acompanhavam uma tendência já notada em outras ondas de protestos globais, como as chamadas Primaveras árabes, Movimentos Occupy, os Indignados de Espanha, os protestos estudantis no Chile etc.

com destaque para o ano de 2016, que registrou pico de 16,7% de aumento³. Para alguns jovens militantes destes coletivos, ouvidos pela autora, a participação nas Jornadas significou um momento de socialização inicial na política, promovendo seus interesses no engajamento em organizações militantes (PEREZ 2019).

Outra consequência notada no ciclo de 2013 foi o aumento do uso da violência civil por parte dos atores coletivos, verificada nos ataques a patrimônios e confrontos de rua entre manifestantes e policiais. Esse aumento da violência como estratégia pôde ser notado, ainda, sobretudo em perspectiva comparada, quando relacionando 2013 com os ciclos de protestos anteriores que ocorreram no Brasil, como as Diretas já (1984), e o Fora Collor (1992) (TATAGIBA 2014). As percepções do uso da violência, de fato foram uma das características mais observadas nos protestos de 2013. Esse fato chamou bastante atenção da mídia, e também de pesquisadores, e marcou a tática Black Bloc como uma espécie de signo daquela forma de violência coletiva expressa nas manifestações, cujos significados, ainda que inteligíveis, se mostravam abertos a disputas de interpretação. A opinião pública a respeito das táticas Black Blocs de “ação direta” divergia entre analistas, militantes, e mesmo entre a população, de modo geral. Havia quem visse legitimidade naquelas ações, mas uma grande maioria demonstrou forte desaprovação em relação aos considerados “vândalos” ou “baderneiros”, infiltrados na multidão de manifestantes “pacíficos”.⁴

Nos anos que se seguiram a 2013, assistiu-se a um reavivamento dos interesses de pesquisa que tematizavam movimentos sociais. Esse interesse também foi acompanhado por uma tendência ao emprego de abordagens mais relacionais da ação coletiva, influenciadas, sobretudo, pela crescente recepção da chamada *contentious politics* na literatura nacional (BRINGEL 2011; SZWAKO, DOWBOR & ARAUJO, 2020). Além

³ Os dados são relativizados, contudo, com base no crescimento relativo do acesso à rede entre domicílios brasileiros no período – conforme dados do IBGE. Dessa maneira, o aumento de correspondências aos termos “coletivo”, “coletivas” etc. também reflete, em parte, o aumento do uso das redes sociais e da internet como um todo neste mesmo período.

⁴ Cf. SOLANO [et al.] Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. Geração: São Paulo. 2014. HACON, V. S. A emergência dos Black Blocs no contexto das jornadas de junho de 2013 no Brasil: da tática de resistência ao movimento social. Em Debat: Florianópolis n. 12, p. 4-21, jun-dez, 2014. OLIVA, D. C. “Se eu grito e o governo não escuta, vamos quebrar”: a instrumentalização política da violência a partir da atuação da tática Black Bloc no Brasil pós junho de 2013. UFPR. Curitiba. 2017 [Tese de doutorado em sociologia]. BUDÓ, M. N. [et. al.] Manifestantes ou criminosos? A legitimação discursiva da tática Black Bloc como organização criminosa no jornalismo de revista. Universitas JUS, v. 27, n. 2, p. 67-85, 2016. E ainda: VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? pp. 53 - 58. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Ermínia Maricato... [et al.]. Boitempo: Carta Maior. São Paulo. 2013.

da já mencionada ideia de ciclo de confronto, lançada inicialmente por Tarrow (1999), o uso do conceito de *repertório de confronto* também ganhou especial popularidade entre pesquisadores brasileiros. Em uma das versões mais bem acabadas deste conceito – após passar por diversas revisões teóricas ao longo dos anos (cf. ALONSO, 2012) –, o repertório passou a ser definido por Tilly (2006) como um conjunto de performances disponíveis e compartilhadas pelos atores políticos inseridos em um determinado contexto histórico.

Por essa definição ações coletivas como: apresentar uma petição; fazer um abaixo assinado; organizar uma manifestação; criar um bloqueio de rua e, pode-se acrescentar, realizar uma “ação direta” ou um ato Black Bloc, são algumas das performances corriqueiras em contextos de democracia liberal. Essas performances são captadas como um conjunto de entendimentos compartilhados, que está disponível aos diversos atores no âmbito da cultura política, tal como um conjunto de instrumentos ou ferramentas habitualmente utilizadas para tensionar diferentes objetivos coletivos. O emprego de determinada ferramenta sempre vinculará ao menos dois atores do campo político, um que reivindica e outro que é objeto das reivindicações. Como elementos da cultura política de um determinado contexto histórico, as ferramentas ou performances, em si, são plásticas e vazias de significado, uma vez que são os próprios atores que, em seu uso, constantemente as adaptam, moldam e lhes conferem significação. Contudo padrões e regularidades também são encontrados com frequência. Assim, quando um conjunto de performances se aglutina dentro de uma tendência mais ou menos previsível, pode-se, então, dizer da existência de um *repertório* consolidado (TILLY, 2006 p.35).

Para alguns analistas brasileiros, as Jornadas de Junho foram constituídas de performances híbridas que misturavam uma grande diversidade de reivindicações. Algumas apontavam para mais, outras para menos intervenção estatal. Mesclavam a participação de partidos com a de grupos que se colocavam contra a presença partidária nos protestos. Contudo, as performances realizadas nas Jornadas teriam se concentrado em dois campos de ação coletiva, com um grupo de atores à direita e outro à esquerda do espectro político, ambos tendo o governo nacional como ponto de referência e divisor de águas entre eles. À esquerda, dois repertórios disputavam protagonismo: o *socialista*, representado pelas organizações ditas tradicionais – e que foi hegemônico nas mobilizações de esquerda dos últimos 50 anos –; e o *autonomista*, que no ciclo de 2013 ganhou predominância sobre o repertório socialista. Já à direita da política, o repertório

patriótico encabeçava as reações ao governo petista, que iriam culminar no impeachment de Dilma Rousseff, três anos depois, em 2016 (ALONSO & MISCHÉ, 2016). Embora esses três repertórios disputassem o protagonismo das ruas, 2013 e os anos seguintes foram marcados, sobretudo, pela ascensão dos repertórios patriótico e autonomista no espaço público brasileiro. O ciclo de confronto de Junho de 2013, desse modo, provocou alterações na estrutura de oportunidades políticas acessível aos atores. Essa alteração, ainda, teria gerado um processo de *abertura societária*, por meio do qual grupos que antes eram latentes ou minoritários na cena pública, puderam alçar a posições de protagonismo, trazendo a ação direta e o conflito de volta ao centro da política nacional (PLAYER & BRINGEL, 2016).

Alguns dos militantes mais velhos entrevistados nesta pesquisa apontaram 2013 como momento de inicialização política para eles, ainda que fossem muito jovens à época e estivessem indo às ruas de maneira relativamente irrefletida, ou seja, narrando não compreender bem o que estava acontecendo. Já entre os mais jovens, aqueles que não tinham idade para ir aos protestos em 2013, alguns ainda mencionam as Jornadas como um ponto de inflexão para algumas transformações ocorridas no país, que impactaram diretamente em suas vidas, como a ascensão do “fascismo” e da direita, de um modo geral. Entre este, as recordações do período são mais vagas, geralmente associadas a discussões presenciadas na escola ou na família.

Marcos no contágio do repertório autonomista pós 2013 no Brasil e em Londrina.

Parece não haver dúvidas a respeito da importância de 2013 como marco para as expressões da militância “autônoma” no Brasil, já como um tipo de repertório bem definido e amplamente reconhecido pelo público. A abertura societária produzida por aqueles eventos, somada a uma série de janelas de oportunidades criadas nos anos subsequentes parece ter estimulado, sobretudo entre os mais jovens, maiores incidências de protestos considerados violentos ou disruptivos, quando comparados a maneiras mais ordeiras de se manifestar publicamente, como as passeatas, tradicionalmente adotadas por movimentos sociais desde a redemocratização.

Os megaeventos internacionais sediados pelo Brasil após as Jornadas, como as Olimpíadas de 2016 e Copa do Mundo da FIFA, já no ano seguinte de 2014, por

exemplo, forneceram palcos privilegiados para “ações diretas” realizadas por coletivos “autônomos” em diversas cidades brasileiras que estavam sob os holofotes das mídias internacionais. Nesse contexto, os conflitos urbanos se acentuaram e diferentes atores coletivos ganharam protagonismo. A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCP), criada ainda em 2011, foi um dos atores que ganhou espaço nacional a partir da janela de oportunidades criada por esses eventos. Essa articulação permitiu o fortalecimento e coordenação das ações dos diferentes CPCs distribuídos pelo território, entre as doze capitais que sediaram o evento (ARAÚJO 2015). Assim, a ANCP combinou ações em escala nacional, como o uso de mecanismos de pressão institucional – a exemplo dos Dossiês sobre Violação de Direitos Humanos em casos de remoções forçadas⁵ – com ações locais, como performances, às vezes com emprego de violência simbólica (SZWAKO & DOWBOR 2013), para chamar a atenção do público e das autoridades, para aquelas demandas. Ao passo que a Articulação nacional buscava o diálogo com as instituições políticas por meios formais, as organizações locais dos CPCs, guiados por princípios “autonomistas”, davam espaço às “ações diretas” realizadas por indivíduos e movimentos que se associavam de maneira independente e, em certo sentido, descompromissada com a Articulação mais ampla e seus acordos estabelecidos.

Os anos de 2015 e 2016 deram espaço a novos episódios de confronto que se espalharam rapidamente pelo país, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político. As ocupações secundaristas e as mobilizações que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff, para mencionar alguns dos ciclos mais notáveis ocorridos no período, também representaram, cada um à sua maneira, marcos importantes na consolidação do repertório autônomo no espaço público brasileiro. Diferente dos protestos relacionados aos megaeventos, esses confrontos aconteceram, não apenas nas capitais, mas de maneira descentralizada, ou seja, distribuídos também pelos interiores dos estados e em diversas regiões do país.

A primavera secundarista; uma das formas como foi chamado o ciclo de protestos que levou à ocupação de milhares de escolas e outras instituições de ensino em todo o território nacional se notabilizou, entre outras coisas, por seu perfil contestador (ROCHA 2020), pelas ações de tipo confrontacional, marcadas pelo uso de táticas de “ação direta” e desobediência civil e pela oposição às políticas estatais, consideradas de caráter

⁵ Dossiês disponíveis em: <https://br.boell.org/pt-br/2012/06/20/articulacao-nacional-de-comites-populares-da-copa-lanca-2a-edicao-do-dossie-megaeventos-e> (acesso em maio de 2023)

“liberalizante” e “autoritário” (MEDEIROS; MELO & JANUÁRIO 2017). Outro aspecto que caracterizou este ciclo foi a sua ampla dispersão territorial, com protestos significativos ocorrendo até em pequenas e médias cidades. Além disso, essas ações contaram com a participação expressiva de uma faixa etária bastante jovem da população, principalmente secundaristas das camadas mais populares, uma vez que o ciclo envolveu diretamente estudantes do ensino público. Essas ocupações se desenrolaram em duas grandes ondas (ROCHA 2020): a primeira, mais restrita, envolveu, sobretudo, secundaristas paulistas que protestavam contra medidas do governo do estado que provocariam alterações significativas no sistema escolar, como a redistribuição geral dos alunos entre as unidades de ensino. Esta primeira onda, ocorrida em 2015, teve seu auge já nos últimos meses do ano, a partir de novembro. Apesar da menor escala, esta onda preconizou o estilo de mobilização – os fechamentos e ocupações das instituições de ensino pelos estudantes – que seria adotado em escala nacional meses depois.

A segunda onda de ocupações, esta mais abrangente, replicou-se com diferentes intensidades ao longo de 2016, entre os estados de Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e todos os estados da região Sul. Esta fase dos protestos acabou envolvendo também movimentos e estudantes de outros níveis da educação, que não apenas os secundaristas, todos unidos em torno de três principais demandas comuns; três medidas do governo federal contra as quais eles se posicionavam: a PEC 241/16 – também denominada PEC do teto de gastos – a Medida Provisória 746/2016, que pautou a reforma do Ensino Médio e o PL 867/2-15, popularmente conhecido como Projeto Escola sem Partido (ROCHA 2020).

Em alguns estados, dados parciais foram fornecidos pelas secretarias de educação com atualizações sobre o número de escolas ocupadas, contudo, nenhum dado oficial foi produzido a respeito do total de ocupações em todo o país. Ainda assim, pesquisadores indicam que o estado do Paraná foi o lugar onde o volume de ocupações foi mais expressivo, marcando um dos episódios mais massivos, envolvendo secundaristas, na história mundial (MEDEIROS et al. 2017). Apenas no estado, o movimento que ficou localmente conhecido como #ocupaparaná, mobilizou cerca de 850 escolas, que foram ocupadas numa onda que se propagou de modo viral, atingindo até mesmo locais pacatos, como escolas localizadas em áreas rurais (MINUCIELLI; SANTOS e DOWMBOWSKI 2016). Para muitos estudantes que vivenciaram o período, este momento foi percebido como uma inversão da ordem escolar que, por sua vez, produziu impactos em suas vidas,

além de marcar o início de um processo de socialização com o universo da política (COELHO 2020). A intensidade daquela experiência e o conjunto de aprendizagens adquiridas no processo, fez com que o momento fosse percebido, para alguns, como análogo a um rito de passagem para a militância e para o exercício da cidadania (CARVALHO; MEDAETS e MEZIÉ 2019). Para esses indivíduos, o processo implicou em transformações profundas em sua autocompreensão como sujeitos, inseridos em contextos mais amplos de sociabilidade, e também em suas habilidades para lidar com conflitos. A partir dessa percepção, esse momento pode ser simbolicamente identificado, então, como uma transição na qual adquiriram uma forma de acesso à vida adulta (idem).

Grande parte dos relatos colhidos ao longo desta pesquisa veio de jovens que eram secundaristas justamente neste período. Quase todos lembram com entusiasmo desses eventos, marcando-o, de fato, como um momento importante e inédito de suas vidas. Mesmo aqueles que não participaram ativamente das ocupações, ficando em casa – às vezes até tendo se colocando contrários a elas no período –, ou mesmo aqueles que não tiveram seus colégios ocupados – por estudarem em instituições particulares, por exemplo, quase todos possuem algum tipo de lembrança ou relato marcante a respeito do período e das questões políticas que estavam em jogo à época. Para a maioria destes que eram secundaristas no período o episódio foi narrado como um tipo de despertar de atenção para temas sensíveis e/ou como um aprendizado prático pela vivência de um momento extraordinário em suas vidas, em que participaram de espaços de deliberação “horizontalizados”, da construção de práticas coletivas de “autogestão” e também assistiram o desenrolar de processos decisivos para a sociedade como um todo, nos quais eles próprios eram um dos protagonistas.

Para muitos secundaristas londrinenses, as ocupações de 2016 também significaram um primeiro contato com os coletivos “autônomos” da cidade; seus valores políticos e organizacionais. Recém-criados à época, por parte da geração que tinha ido a manifestações pela primeira vez em 2013, esses coletivos rapidamente se mobilizaram para realizar “trabalhos de base” entre alguns colégios ocupados na cidade. Essas atividades foram narradas com orgulho por alguns integrantes mais antigos do movimento e com admiração por militantes mais novos que presenciaram os episódios como alunos e entusiastas. Desse modo, esses “trabalhos de base” parecem ter se mostrado exitosos em formar, em partes, uma nova geração na qual muitos indivíduos se mostraram mais propensos à aproximação posterior em relação à militância “autônoma”.

Alguns se filiaram a estas mesmas organizações anos mais tarde, quando tiveram um segundo contato com elas, seja por intermédio do ingresso na universidade, ou por meio de participação direta em outros protestos realizados na cidade nos anos seguintes.

As mobilizações pelo impeachment de Dilma Rousseff, ainda que tenham ocorrido à direita do espectro político, também marcou um momento importante para consolidação dos coletivos “autônomos”. Isto porque essas mobilizações geraram uma reação nacional por parte de organizações que eram contrárias ao processo. Essa reação coordenou diversos atores coletivos que protestaram, ao longo de uma série de manifestações públicas, contra a deposição da então presidente. Na cidade de Londrina essa coordenação ganhou peso com a formação de um Comitê Unificado que contou com a adesão dos “autonomistas” em primeira hora. Com o tempo, divergências levaram a um rompimento entre os “autônomos” e os setores “tradicionais”, contudo, o período, caracterizado por intensos confrontos de rua, também foi percebido como uma janela de oportunidades para a ação dos coletivos “autônomos” e, portanto, para sua consolidação em Londrina, uma vez que despontavam como organizações incipientes à época.

Em 2019, outra série de protestos se espalhou novamente pelo Brasil envolvendo a participação de estudantes, desta vez, em sua maioria, ligados à educação superior. Essas manifestações foram convocadas por diversas entidades coletivas, como a UNE a UBES e a CNTE e CUT, que protestavam contra medidas anunciadas pelo ministério da educação, durante a presidência de Jair Bolsonaro. Essas medidas, se fossem implementadas, implicariam em um contingenciamento das verbas destinadas à pesquisa e ao ensino que impactaria, sobretudo, as instituições públicas de nível superior. Assim, a partir do dia 15 de maio, diversas manifestações passaram a acontecer de maneira coordenada nas capitais e interiores, com um total de cerca de 200 cidades, nas quais foram registrados protestos em todo o Brasil⁶. Já no primeiro dia de manifestações, a *hashtag* #TsunamiDaEducação, que se popularizou entre os militantes subiu ao segundo lugar dos *trending topics* da internet mundial. Aquelas ações compunham a preparação para a greve geral que estava sendo convocada, e que envolveria diversos grupos e

⁶ Dados disponíveis em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/cidades-brasileiras-tem-atos-contrabloqueios-na-educacao.ghtml>. Ver também: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/30/cidades-brasileiras-registram-atos-em-defesa-da-educacao.ghtml>. (Acesso em junho de 2023)

categorias ligadas ao setor, como estudantes, professores e demais trabalhadores ligados à educação⁷.

Esses protestos se desenrolaram em uma série de mobilizações que se estenderam até outubro daquele ano e Londrina, já em primeira hora, foi uma das cidades participantes. Alguns dos militantes ouvidos nesta pesquisa narraram com saudades esses episódios e descrevem esse como o momento “auge” dos coletivos “autônomos” na cidade, pois foi nesse período que conseguiram mobilizar os maiores contingentes de sua história recente. Algumas centenas de militantes “autônomos” reunidos eram suficientes para compor maioria absoluta entre as demais organizações de esquerda que estavam unidas na realização daqueles protestos na cidade. Algumas dessas organizações eram refratárias aos “autônomos”. Sendo maioria, contudo, eles conseguiam “pautar” com certa facilidade os atos, no que diz respeito aos horários, percursos, *slogans* ou cantos entoados, espaços de fala, etc. de modo a favorecer seus interesses e valores a respeito dos protestos. Alguns rachas determinantes acontecidos entre os “autônomos” e outros grupos militantes da cidade que dividiam o protagonismo das manifestações especialmente entre a juventude – como a UJC e o Levante Popular da Juventude –, também remontam a este período. Essas organizações, que outrora agiram como aliadas na “frente ampla” formada pela Ação Antifascista em 2016 passaram, então, a nutrir sentimentos antagônicos, uns em relação aos outros.

Os anos de 2020 a 2022 parecem ter marcado uma forte retração das atividades dos coletivos “autônomos” e uma redução significativa do número de militantes mobilizados. Muitos dos que foram ouvidos ao longo da pesquisa apontaram período de pandemia de COVID 19 como signo de desmobilização da militância e arrefecimento do movimento estudantil de modo geral. Com as atividades escolares e universitárias paralisadas por meses e depois retomando de maneira remota por mais um longo período, as atividades do DCE e dos CAs foram interrompidas e, até o momento da pesquisa, muitos desses locais ainda permaneciam fechados ou paralisados. Em certas ocasiões, durante a pesquisa, alguns militantes lamentaram a desmobilização de alguns CAs específicos – nos centros de ciências biológicas e estudos sociais aplicados –, nos quais os “autônomos” possuíam certa tradição, “hegemonizando” as chapas eleitas, de maneira sucessiva. Por certo tempo, essa inserção nas “bases” do movimento estudantil dentro da

⁷ Cf. <https://www.cut.org.br/noticias/tsunami-da-educacao-para-brasil-e-leva-o-povo-as-ruas-confira-onde-teve-atos-b08e> (Acesso em junho de 2023)

universidade, como foi demonstrado na pesquisa, compôs um dos principais meios de recrutamento de novos membros para os coletivos.

Durante a pandemia, ainda, mesmo com os cuidados que ela demandou em termos de isolamento e distanciamento da população, sobretudo entre 2020 e 2022, algumas manifestações episódicas aconteceram, reverberando também sobre as organizações “autônomas” e a cidade de Londrina. É o caso do ciclo de protestos conhecido como *Black Lives Matter*, ou Vidas Negras Importam como foram chamados os protestos no Brasil. Em maio de 2020⁸, protestos intensos em defesa das vidas negras levaram milhões às ruas em todo o mundo após o assassinato por asfixia de George Floyd, um homem negro norteamericano, cuja morte fora causada pela polícia do estado do Minnesota. Entre os protestos realizados pelos manifestantes, incêndios, saques e depredações foram recorrentes⁹. Já em maio deste mesmo ano, a morte de outro homem negro, também por asfixia; João Alberto Silveira Freitas, por seguranças da rede Carrefour em porto Alegre – RS gerou novos protestos em diversas cidades do país, e em vários casos, culminando em depredações, saques e incêndios de lojas da rede¹⁰. Ao menos um dos militantes entrevistados lembrou as reverberações desse ciclo de confrontos em Londrina. Para ele, como se observou, a participação nesses protestos marcou um momento importante para sua autopercepção enquanto parte do coletivo e, portanto, para sua iniciação na militância “autônoma”.

A campanha pelo #ForaBolsonaro – durante a qual foi realizada a pesquisa de campo que embasou este trabalho – marcou o início de um retorno tímido à normalidade das rotinas dos grupos militantes e dos protestos de rua como forma de expressão. Durante estas manifestações, que começaram em meados de 2021, mais uma vez, entidades coletivas compondo duas “frentes amplas” nacionais – a Povo Sem Medo e a Brasil Popular – passaram a convocar atos de protesto que foram realizados de maneira coordenada em diversas cidades brasileiras, incluindo Londrina. Nesses atos, novidades

⁸ O movimento, em si, é um pouco mais antigo. Alguns fatos notórios remontam, pelo menos, ao ano de 2014, quando a corte norteamericana declarou que não indiciaria dois policiais brancos pela morte de outros dois homens negros na cidade de Ferguson. Este fato gerou uma primeira grande onda de protestos no país, influenciando, inclusive a opinião pública a respeito de questões relacionadas ao racismo (TAYLOR 2018). Em 2020, contudo, catalisado por acontecimentos locais, o movimento ganhou reverberação nacional ao gerar protestos em algumas cidades do Brasil.

⁹ <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-05-30/revolta-pela-morte-de-george-floyd-se-apodera-de-minneapolis-coringa-anda-solto-pelas-ruas.html> e <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/31/protestos-por-george-floyd-crescem-nos-eua-rio-tera-manifestacao-neste-domingo-31> (acessado em maio de 2021)

¹⁰ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/20/protestos-por-morte-de-joao-alberto-tem-tensao-e-quebra-quebra.htm> (acessado em maio de 2021)

foram implementadas e medidas de mitigação de riscos foram tomadas, como as comissões sanitárias, criadas para lidar com a realidade pandêmica. Essas comissões ajudavam a manter distanciamento entre pessoas e distribuíam máscaras de proteção certificadas e álcool em gel para a higienização das mãos. A presença dos coletivos “autônomos” ainda se mostrou bastante expressiva ao longo desta campanha na cidade, mas, como reconheciam os próprios militantes, sem força dos números a seu favor, como ocorrera em 2019. Com a dificuldade em manter o diálogo com as entidades organizadoras, agora de maioria partidária, os “autônomos” decidem, então criar sua própria “frente ampla” para atuar de modo paralelo durante toda a campanha do #ForaBolsonaro. Assim surgiu Frente Classista Combativa, cujas atividades foram acompanhadas do início ao fim nesta pesquisa.

Objetivos e abordagens teórico-metodológicas

O objetivo geral da pesquisa foi investigar a construção e sustentação da rede de militância “autônoma” na cidade de Londrina-PR. O estudo foi realizado considerando o contexto social e político brasileiro pós-2013, que se caracterizou pelo aumento do uso da violência coletiva e pela emergência de atores orientados por lógicas como “ação direta”, “autonomismo”, enfrentamento de rua, combate ao “fascismo” e recusa aos partidos políticos. Essas características foram relevantes para compreender a dinâmica da militância “autônoma” na cidade. A pesquisa concentrou-se em dois aspectos fundamentais. Primeiramente, investigamos os processos de construção da rede militante “autônoma” e sua identidade coletiva, examinando como esses grupos se posicionam e atuam em relação a outras forças sociais, tanto em âmbito local quanto nacional. Em segundo lugar, dedicamos nossa atenção aos percursos e histórias de vida dos militantes “autônomos” e dissidentes desses coletivos, buscando compreender alguns fatores sociais e biográficos que desempenham papel determinante na formação do desejo de participação, efetivação do recrutamento e na sustentação do engajamento a longo prazo.

De maneira específica, o trabalho se guiou por três principais linhas de investigação, que indagaram: a) como os signos, valores e princípios da “ação direta”, do “autonomismo”, do “anarquismo” e do “antifascismo” são significados e ressignificados na formação de identidades coletivas dos grupos, marcando, ao mesmo tempo, fronteiras

identitárias bem definidas em relação a outras organizações civis e formas de ativismo. b) Que tipo de circunstâncias ou processos motivacionais cumprem papéis especialmente relevantes no impulso ao engajamento individual para esse tipo de militância, tais como; disponibilidade biográfica, tipo de socialização familiar, contatos prévios com ativistas etc. c) Como se dão as estratégias de recrutamento de novos militantes e como se dá a manutenção do engajamento e o intercâmbio entre as redes de interação “anarquistas” e “autonomistas” da cidade.

À parte os objetivos estabelecidos ainda no início do processo de investigação, os resultados obtidos ao longo do trabalho acabaram por extrapolar, em certa medida, o escopo original desta pesquisa. Assim, outras questões que se revelaram altamente pertinentes para a caracterização das organizações "autônomas" e para a compreensão das singularidades desse ator coletivo, quando comparado a outros tipos de associativismo militante, também foram destacadas ao longo do trabalho. Nesse sentido, além da breve reconstrução – apresentada acima – dos contextos de oportunidades nacionais e regionais que se ligam ao surgimento e expansão desses coletivos na cidade, também foram exploradas, por exemplo: as dinâmicas baseadas na criação rivalidade entre os coletivos militantes e as forças de segurança pública e como essas dinâmicas se relacionam a casos de repressão ou violência institucional vivenciados e rememorados por militantes (1.0); como se dá a relação entre os “autônomos” e os demais atores coletivos que compõem sua rede de interação e que tipos de tensões envolvem esta rede (2.1); como o engajamento afeta as visões de mundo dos indivíduos, à medida em que este se liga a experiências de processos de alternância e conversão pessoal (3.0); quais as categorias de pertencimento e clivagens internas à militância “autônoma” e como essas posições podem se relacionar a diferentes posturas, perfis e origens sociais dos indivíduos (3.1); e por fim, quais são e como são expressos os sentidos de retribuição associados às práticas militantes e como esses sentidos se relacionam a uma economia libidinal do movimento, na qual respostas emocionais atribuídas ao fazer político adquirem importância central na manutenção do engajamento e de seus laços internos (3.2).

Esse trabalho se apoiou em estudos multidisciplinares com foco em diversos aspectos imbricados nas ações coletivas e dinâmicas de grupo. Contudo dois principais paradigmas analíticos guiaram a abordagem utilizada: a escola francesa da sociologia do engajamento militante (SAWICKI & SIMEÁNT, 2011; SILVA & RUSKOWSKI, 2016) e a escola norteamericana da teoria do confronto político (McADAM; TARROW &

TILLY, 2009), que salientam a importância de perspectivas disposicionais, identitária e relacionais no exame das lógicas de ação coletiva e condicionantes ambientais envolvidos no engajamento em organizações militantes. Assim, as análises levaram em conta, de maneira combinada, fatores relacionados à trajetória individual dos militantes – relações parentais, inscrição social, grau de instrução etc. – com elementos da trajetória coletiva – mudanças sociais, características do regime político, estrutura de oportunidades, entre outras. Assim, ambas as ordens de fatores foram consideradas como coodeterminantes dos processos de engajamento nas organizações “autônomas”. As perspectivas empregadas aqui, portanto, visaram cotejar fatores micro e macrossociais (BOURDIEU, 2008) na investigação das relações causais que ajudam a explicar a ação coletiva; seus mecanismos, processos e condições de realização.

Além de uma revisão da literatura da área, as análises realizadas nesse trabalho também se apoiaram em uma investigação de olhar etnográfico sobre essas organizações militantes. Nesse sentido, além de relatos e impressões pessoais colhidas em campo, foram utilizadas entrevistas biográficas semiestruturadas, cartas de apresentação, valores, princípios e outros documentos sobre as organizações. Esses elementos proporcionaram uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas internas e dos processos que envolvem o engajamento nos coletivos “autônomos”, enriquecendo a análise deste fenômeno. Desse modo, as alusões ao campo foram recorrentes e serviram como o principal referencial empírico, fornecendo subsídios e evidências que sustentaram as diferentes argumentações levantadas ao longo do texto.

Alguns dos achados de campo permitiram o esboço de tipologias analíticas relativas às modalidades de pertencimento e aos sentidos de retribuição percebidos dentro das organizações “autônomas”. Os relatos obtidos nas entrevistas também permitiram a descoberta de padrões de ocorrência, a partir do agrupamento de resultados semelhantes, observados nas diferentes falas. Estes agrupamentos estão demonstrados em quadros, que aparecem de maneira intercalada ao longo da exposição. Além disso, outros quadros foram empregados com propósitos distintos, como a introdução dos personagens conforme sua aparição na narrativa e a transmissão de impressões captadas durante o trabalho de campo.

Por fim, neste trabalho também se implementou uma distinção entre ativismo de baixo e de alto risco/custo (McADAM, 1986; SALGADO, 2016; ALMANZAR &

HERRING, 2004), entendidas como formas diferentes de participação política. Consideramos que cada uma dessas modalidades de engajamento pode ser motivada e sustentada por fatores estruturais e biográficos diferentes. Nesta linha, também foi empregada uma separação analítica entre as ideias de custos e riscos envolvidos no ativismo (McADAM, 1986, p. 67), destacando o fator do risco como um elemento distintivo do engajamento nos coletivos “autônomos”. Em suma, procurou-se apontar alguns processos motivacionais e sentidos de retribuição que passam pelo entendimento de uma lógica limiar, representada pelo risco, como questão determinante.

Um ponto de vista sobre o “autonomismo” londrinense: entrada no campo

Esta pesquisa se apoia em um trabalho de campo realizado ao longo de aproximadamente um ano, entre meados de 2021 até setembro de 2022, período no qual participei de manifestações públicas, reuniões internas, ações pontuais e principalmente, entrevistei militantes ligados às organizações “autônomas” de Londrina. Uma parte importante do campo, contudo, foi realizada através da observação das redes sociais bastante movimentadas desses coletivos, em plataformas como o *Instagram*, *Facebook* e *Twitter*. Algumas reuniões das quais participei, bem como a maior parte das entrevistas, foram realizadas por meios virtuais, com a ajuda de plataformas abertas como o *Jitsi Meet* e o *Google Meet*. Contudo, destaco a participação ativa nos protestos e os contatos estabelecidos presencialmente, como elementos fundamentais na aproximação em direção a este universo de pesquisa e na realização do estudo como um todo.

Nos primeiros meses do trabalho a distância e o receio foram obstáculos a serem vencidos; residindo longe, viajava cerca de seis horas para fazer as primeiras incursões ao campo, buscar os primeiros contatos, comunicar meu interesse na realização do estudo etc.; sem certeza da recepção que teria por parte dos militantes. Contudo, um atalho importante para a entrada no campo, já nas primeiras manifestações em que estive, foi encontrar alguns antigos conhecidos que faziam parte dos coletivos “autônomos”, alguns que estiveram presentes, inclusive, nas articulações que levaram à criação das primeiras organizações entre 2015 e 2016. Eu os conhecia daquela época, quando éramos estudantes de graduação – eu reingresso na universidade –, e eles promoviam um grupo de estudos “anarquistas”, do qual cheguei a participar por um período curto, sem maiores

aproximações. Foi a partir destes grupos de estudos que surgiram as primeiras organizações “autônomas” ou “libertárias” da cidade; a Frente Social Libertária (FSL) e o Coletivo Ação Direta (CAD). À época também cheguei a participar, de maneira independente, de algumas manifestações públicas fortemente marcadas pela presença desses coletivos, de modo que, esses contatos prévios também foram de grande valia para a compreensão do terreno e entrada no campo.

Desde os primeiros passos dados em direção aos atores propriamente ditos, abordando as primeiras pessoas e falando do meu interesse em pesquisar estas organizações, as recepções individuais foram, no geral, mais entusiasmadas do que desconfiadas. Contudo, a prerrogativa do anonimato foi indispensável para quase todos os que aceitaram conversar, bem como a confiança estabelecida por alguma apresentação presencial anterior, geralmente intermediada por outro militante. Alguns ainda, por motivos de segurança, preferiram conversar presencialmente, de modo que quase um terço das entrevistas (oito das vinte e cinco) foi realizado dessa maneira.

Alguns cuidados foram tomados para preservar a identidade dos entrevistados; mesmo que uns poucos tenham autorizado revelar seus verdadeiros nomes, todos os nomes de militantes citados ao longo do trabalho foram modificados. Além deste cuidado, optamos por não divulgar nenhuma informação que possa relacionar qualquer militante individualmente, a ações coletivas atribuídas a estas organizações. Todos os atos ou mesmo as “ações diretas” eventualmente mencionadas no decorrer do trabalho são de conhecimento público, reivindicadas e/ou divulgadas pelas próprias organizações em suas páginas na internet.

Parte da estratégia empregada para obter uma visão tão ampla quanto possível do objeto empírico, foi buscar a maior heterogeneidade disponível de amostras. Nesse sentido, entrevistei militantes de diferentes idades e em diferentes momentos de sua trajetória; desde ingressantes aos mais antigos que ainda têm participações ativas – “militantes plenos” –, incluindo outros que se afastaram um pouco, mas mantêm certa relação com os coletivos, às vezes chamados “militantes antigos” ou “militantes da base”. Além disso, busquei entrevistar pessoas que passaram por processos de conversão pessoal, algumas que deixaram a militância “autônoma” para ingressarem em partidos, outras que deixaram partidos para ingressar na militância “autônoma”. Por fim, busquei algumas entrevistas com militantes que, embora nunca tenham se filiado propriamente a

nenhuma organização “autônoma”, participaram em diferentes ocasiões de articulações, assembleias, e/ou “frentes amplas” em que as organizações “autônomas” também marcaram presença.

É difícil determinar o tamanho exato do universo pesquisado, ou seja, o número total de membros associados às organizações que compõem a rede de coletivos “autônomos” da cidade. Isso porque uma das características observadas nessas organizações foi a constante renovação dos seus quadros de membros, além do comportamento pendular de muitos dos associados. Em grandes manifestações, nas quais diferentes atores coletivos se unem por uma “causa” de repercussão nacional – como foram as campanhas pelo #ForaBolsonaro –, é que se notam as maiores concentrações de militantes “autônomos”. Sua expressividade numérica nessas manifestações faz como que se acreditem, juntos, “a maior força de esquerda da cidade”, e em alguns casos, “o maior núcleo autônomo da região sul”, ou até “do país”. Autopercepções como estas, contudo, são expressas, sobretudo em momentos de rodas informais de conversa entre membros¹¹, e raramente nas entrevistas, nas quais as posturas são, geralmente, mais comedidas e as falas, muitas vezes, expressas com cautela e ponderação.

Ainda que exista uma constante renovação de alguns rostos na militância “autônoma”, verificada nas manifestações públicas em que participei, logo notei que havia também um núcleo mais ativo de cerca de vinte pessoas cujas presenças se repetiam quase sempre. A partir desta percepção, foi estabelecido este como o tamanho esperado da amostra. Embora, ainda, as solicitações de entrevista tenham sido bem recebidas no geral, em uma parte dos casos tive dificuldade no progresso dos contatos inicialmente estabelecidos, por morosidade, ausência nas respostas ou até algumas recusas. Desse modo, o número de contatos estabelecidos e de entrevistas solicitadas foi gradualmente se ampliando até que o número de amostras chegasse ao valor esperado. Como se pode notar na tabela abaixo, a taxa de sucesso obtida na coleta das amostras foi de aproximadamente 78%.

¹¹ Ver relato de campo: Panfletagem na feira da Zona Sul: “Dia de Ação Contra a Farsa Eleitoral e em defesa dos Direitos do Povo!” realizado em 04 de Set. de 2022. Disponível em anexo 4.

	Solicitados	Cederam entrevista	Recusaram ou encerraram contato
Militantes "autônomos" ativos	21	18	3
Afastados da militância "autônoma"	7	4	3
Militantes que participaram de diálogos coletivos "autônomos"	4	3	1
Total	32	25	7

Tabela 1: Amostra das entrevistas e recusas obtidas.

Fonte: Própria

Em todos os casos, as entrevistas seguiram roteiros semiestruturados, que passavam por tópicos como: origem e posição social da família, atração para a militância, recrutamento, formas percebidas de retribuição, eventuais razões do afastamento etc., além de questões mais objetivas, como idade, ocupação, escolaridade, orientação político-ideológica, entre outras.¹² O tempo médio de duração das entrevistas foi de 01h 04min e 34s, variando entre 21min e 30s, no caso da mais curta, até 02h e 08min no caso da mais longa, totalizando aproximadamente 27 horas de gravação.

O quadro geral demonstrado abaixo apresenta algumas breves informações a respeito de cada um dos participantes que cederam entrevistas; tempo de duração, idade, escolaridade, experiências militantes em organizações e orientação político-ideológica declarada:

Nome e Tempo de entrevista	Idade	Escolaridade	Exp. em org. Militantes (pregressas) Atuais	Orientação político-ideológica
Ana - 00:51:17	25	Graduanda na área de estudos sociais aplicados	(MUP AFA) UJC	Marxista Leninista
Heitor - 00:42:15	24	Graduanda na área de Humanidades	(AFA) UJC	Marxista Leninista
Macedo - 01:35:40	54	Pós Graduado em Direito	(Sindicato dos Bancários) PCB	Comunista do ponto de vista racional e coração anarquista

¹² Roteiro base utilizado no anexo 1. Em quase todos os casos, contudo, perguntas eram adicionadas e outras até retiradas, a depender das respostas obtidas no andamento da entrevista, e a depender também do tipo de relação da pessoa em questão com os coletivos.

Miguel Rossi - 01:00:15	25	Graduado - Não quis informar área	(CAD, FSL, AFA, FAE) SIT, MAP, FCC	Anarquista, anarcocomunista, plataformista
Gustavo - 01:22:20	22	Graduando da área de humanidades	(AP todos), UJC, Teia Popular	Comunista
Manuela - 00:58:31	26	Graduando na área de humanidades	(AP todos), UJC, CFCAM, Teia Popular	Marxista Comunista Leninista
Lígia - 00:31:15	27	Bacharel em comunicação	MAP, AFA	Anarquista
Arthur - 00:55:29	38	Mestre na área da Comunicação	(MPL, MAP, AP) MAR	Libertário
Duda - 01:18:59	21	Graduanda na área de humanidades	FAE, AFA, FCC	Anarquista
Cíntia - 01:08:59	23	Graduanda na área de Humanidades	AFA, FAE, MAP	Anarquista
Valentina - 00:21:30	17	Estudante de E.M técnico em biológicas	FAE, FCC	Não definida; ainda está analisando
Luana - 01:36:54	23	Graduanda na área dos estudos sociais aplicados	AFA, AP	Politicamente autônoma, flerta com o anarquismo
Rodrigo - 00:51:59	21	E.M. completo	(MAP, AFA) SIT	Libertário/ Revolucionário Artístico
Suzana - 02:08:00	24	Graduanda na área de Humanidades	(PSOL, TAF) Frente Feminista, SIT, AFA, FCC	Marxista Libertaria
Carolina - 00:39:49	22	Graduanda na área de Humanidades	FCC, AFA, MAP, FAE	Anarquista Plataformista, Anarcosindicalista e Antifascista
Lúcio - 01:21:30	23	Graduando na área das ciências biológicas	CA, FAE, SIT, FCC	Anarquista Plataformista
Henrique - 01:47:14	20	E.M. técnico completo Vestibulando	AP, FCC, AFA, MAP, SIT	Socialista Libertário
Augusto - 01:03:40	29	Superior Incompleto na área de humanidades	(MAP, AFA, Coletivo de Pessoas Pretas-SC) Frente Trans, Corpas, SLAM das Minas, SIT	Anarquista
Júlia - 01:02:53	20	Graduanda na área das ciências biológicas	CA, FAE, FCC	Anarquista
Alana - 00:54:51	19	E.M. Completo	MAP	Admiradora de Marx
Zé Maria - 00:40:08	21	Graduanda na área de comunicação	(Marcha da Maconha RJ) MAP, Frente Trans	Anarquista
Francisco - 00:49:59	22	Graduanda na área de estudos sociais aplicados	FCC	Anarquista
Marcos - 01:10:46	27	Superior na área de humanidades	(CA, DA, OJE, FLAU, MPL) AP, MAP, SIT	Anarquista
Joana - 00:52:58	28	Superior na área de estudos sociais aplicados.-	(CA, MAP)	Não informado
Renata - 01:07:07	27	Superior na área de comunicação	Frente Feminista, União Vegana feminista	Ecosocialista Marxista

Tabela 2: Características gerais dos entrevistados.

Fonte: Própria.

Nome	Ocupação Profissional	Região de origem	Profissão dos pais	Tipo de instituição que estudou	Tempo de militância (aprox.)
Ana	Não Possui	Interior de SP	Pai: Jornalista, Mãe: Costureira/Empresária	Privada	Um ano e meio
Heitor	Não Possui	Interior de SP	Pai: Ourives autônomo, Mãe: Diretora de escola	Privada	Dois anos e meio
Macedo	Advogado Sindical	Interior PR	Pai: Funcionário público federal aposentado, Mãe: Do lar	Pública	Trinta e seis anos
Miguel Rossi	Não quis informar	Local	Pai: Aposentado, Mãe: área da saúde	Não informado	Cinco anos
Gustavo	Sim	Local	Pai: Segurança em shopping Mãe: Terceirizada prefeitura	Publica	Três anos
Manuela	Terceirizada Correios	Interior PB	Pai e mãe: Costureiros autônomos (fação de roupas)	Publica	Quatro anos
Lígia	Redatora	Local	Pai: Pedreiro, Mãe: Camareira	Pública	Dois anos
Arthur	Assessor de Comunicação	Interior PR	Pai: Técnico em eletrônica (Sem formação) Mãe: Professora aposentada	Parte em pública parte em particular	Quatorze anos
Duda	Não possui	Interior PR	Pai: Rentista do setor de imóveis, Mãe: bancária	Privada	Um ano
Cíntia	Sim. Freelancer Eventual	Interior PR	Pai: Bancário, Mãe: Do lar	Privada	Um ano
Valentina	Não possui	Local	Pai: Policial militar, Mãe: Professora municipal	Publica	Dois meses
Luana	Desempregada Freelancer	Local	Pai e mãe: Microempresários (reciclagem de papelão)	Parte em pública, E.M. em particular	Quatro anos
Rodrigo	Sim. Sucateiro Autônomo	São Paulo	Padrasto: Sucateiro Autônomo Mãe: Bancária	Pública	Quatro anos
Suzana	Sim. Estágio Remunerado Aulas de reforço	Interior PR	Pai: Bombeiro Mãe: Costureira Autônoma (aposentados)	Pública	Seis anos
Carolina	Estágio remunerado	Local	Pai: Corretor de Imóveis Mãe:	Privada	Dois anos

			Responsável de RH		
Lúcio	Não possui	Local	Mãe: Funcionária da UEL (Área Técnica) Pai: Gerente de Banco	Privada	Três anos
Henrique	Jovem aprendiz em fábrica - setor de produção	Local	Pai: Funcionário Público da UEL Mãe: Professora Rede Estadual	Fundamental no privado e E.M. no público.	Um ano e meio
Augusto	Cozinheiro	Local	Pai: Falecido Mãe: Pensionista de baixa renda	Público	Dois anos
Júlia	Não possui	Interior SP	Mãe: Prof. rede Pública Pai: Prof. Universitário	Privada	Oito meses
Alana	Não possui	Local	Pai: Caminhoneiro Mãe: Cabelereira	Pública	Seis meses
Zé Maria	Não possui	Local	Pai e Mãe: Professores Universitários	Privada	Oito meses
Francisco	Motoboy	Local	Pai: Torneiro mecânico Mãe: Do lar	Primeira metade pública depois privada	Um ano
Marcos	Estoquista/Motorista	São Paulo	Pai: Diretor de grande Empresa Mãe: Do lar	Privada	Oito anos
Joana	Assistente Social	Local	Pai: Motorista de ônibus Mãe: Aux. serviços gerais	Pública	Oito anos
Renata	Gestora de mídias sociais	Local	Pai: advogado	Pública	Menos de um ano

Tabela 3: Características de origem, ocupação e tempo de militância.

Fonte: própria.

1.0. Londrina e a militância “autônoma” e “combativa” local.

Este capítulo se divide em duas seções, a primeira delas apresenta uma justificativa da escolha de Londrina como local para a realização do campo. A seção também apresentada algumas tensões que envolvem os grupos militantes “autônomos”, as instituições públicas, em especial as forças policiais locais, e outros atores da cidade, como as famílias de jovens de periferia vitimados por violência estatal. Destaca-se, entre outras coisas, como as rivalidades construídas entre a população civil e a instituição policial permeiam os discursos e as lógicas de ação dos atores pesquisados. Nesse sentido, a ideia de “reação” à violência policial foi apontada como justificativa para campanhas públicas e para a criação de um novo movimento social, motivado por essa rivalidade. A segunda seção deste capítulo apresenta um breve histórico da criação de organizações ditas “autônomas” em Londrina. Exploram-se os ambientes sociais entorno dos quais estas organizações se formaram, desde os primeiros grupos de estudos, entre 2015 e 2016, até a formação da “federação” de coletivos “autônomos” em 2019.

Quadro 1 – Impressões de campo na ação de vigília por Gabriel Sartori.

Dia 21 de fevereiro de 2022, em uma manhã quente em Londrina, teve início no Fórum Criminal da cidade, o tribunal do júri que avaliaria o caso do adolescente Gabriel Sartori, baleado e morto em frente ao colégio onde estudava, no ano de 2017. De acordo com fontes oficiais o acusado, um policial militar que residia no colégio trabalhando como vigia nos momentos de folga, teria ido armado e acompanhado de seu cão em direção a Gabriel e outros dois adolescentes que fumavam em uma praça diante da instituição. Em depoimento oficial, os outros dois adolescentes relataram que saíram correndo imediatamente ao ver o homem armado, de modo que não viram o que aconteceu depois. Já o acusado, em seu relato, disse que fez a abordagem e atirou para que não fosse agredido pelos adolescentes. Segundo laudo da perícia, ainda, o disparo teria sido feito em direção ao solo e ricocheteado, atingido em cheio Gabriel que morreu no local. O julgamento, com suas 11 horas de duração e transmissão ao vivo pela internet, foi acompanhado por familiares e amigos da vítima, bem como por diversos militantes de coletivos “autônomos” que se juntavam do lado de fora do prédio, além de equipes de imprensa. Com uma grande faixa ilustrada que pedia: “justiça para Gabriel” e diversas bandeiras das organizações “autônomas” da cidade, os militantes estavam organizados para uma vigília, convocada por uma dessas organizações, Movimento Autônomo Popular (MAP). Em dado momento, pela tarde, uma mulher se aproxima de alguns dos militantes perguntando quem ali era do MAP, pois seu filho também havia sido morto por policiais e ela buscava apoiadores para organizar um ato de protesto. Após contar brevemente sua história, ela consegue os contatos que buscava e se afasta agradecendo a atenção recebida. Como a entrada do público no local estava proibida devido à pandemia de COVID 19, durante todo o julgamento, celulares conectados à internet se revezavam para transmitir externamente as falas que, embora amplificadas com uma caixa de som, mal se podiam compreender devido à baixa qualidade da transmissão. O momento mais tenso da longa vigília teve início já na parte da noite, com a notícia que estremeceu a todos que estavam do lado de fora;

a absolvição do acusado com a vitória da tese sustentada por seu advogado, de que a ação teria se dado em legítima defesa do acusado. Aos prantos a mãe da vítima era acalantada por alguns enquanto repetia com furor que haviam matado seu filho pela segunda vez. Gabriel tinha apenas 17 anos quando foi morto, era um adolescente franzino e muito carinhoso, lembravam os amigos, afirmando que ele jamais poderia tentar algo contra um homem armado e acompanhado de um cão. Durante os momentos finais de tensão os militantes, em formação de bloco, se encaminharam para frente dos portões do fórum, de onde gritavam em coro palavras de justiça que só foram interrompidas depois do apelo do advogado da família da vítima, e da chegada de seis viaturas com policiais fortemente armados para escoltar a saída do réu. No momento da dispersão, um militante comenta preocupado que, absolvido, ele provavelmente voltaria logo às ruas e ao exercício de sua profissão¹³.

Casos de violência envolvendo agentes de segurança pública não são incomuns em diversas cidades do Brasil, como se pode notar nos dados de importantes relatórios nacionais, como os Atlas da Violência e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Segundo uma publicação de 2021, só no ano de 2020, em todo o país, 6.416 civis foram mortos por policiais civis e militares da ativa, contra um número de 194 policiais também vitimados (FBSP, 202).¹⁴

No estado do Paraná, de acordo com levantamento de dados feito pelo Monitor da Violência – uma parceria entre veículos de imprensa, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública –, o número de casos envolvendo esse tipo de violência institucional teve um aumento de 29% em 2020. Em números absolutos, naquele ano, 373 pessoas foram mortas pela polícia no estado, sendo 361 delas mortas por agentes que estavam em horário de serviço, e outras 12 por policiais fora do horário de serviço, como no caso de Gabriel¹⁵. Esses números, por sua vez, colocam o Paraná em 6º lugar do *ranking* nacional, entre os estados em que as forças de segurança pública são mais letais.

¹³ Trecho elaborado a partir de anotações de campo, e de informações publicamente veiculadas sobre o caso.

¹⁴ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes> (cessado em março de 2022)

¹⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/04/25/parana-tem-segundo-ano-seguido-sem-assassinatos-de-policiais-em-2020-numero-de-mortos-pela-policia-cresce-diz-levantamento.ghtml> (acessado em março de 2022)



Figura 1: Militantes e Família: convocação para a vigília por Gabriel Sartori.

Fonte: Perfil do MAP no *Instagram*.

A cidade de Londrina, localizada a norte do estado, ocupa lugar de destaque em diversos parâmetros econômicos e sociais que são frequentemente exaltados por seus habitantes. Com uma região metropolitana de 1.101.595 habitantes (estimativa IBGE/2018), Londrina é considerada a segunda maior cidade do Paraná, e está entre as quatro maiores da região sul do país. Seu alto IDH, estabelecido em 0,778, a coloca em 6º lugar no *ranking* estadual de desenvolvimento humano, ao passo que seu elevado PIB de R\$ 21,599 bilhões a coloca na posição de terceira maior economia do estado e na 46ª do país (*idem*). Existe, contudo, outro aspecto no qual a cidade apresenta números importantes que nem sempre são notabilizados pelos locais. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, Londrina figura entre os 50 municípios brasileiros com maiores números de mortes decorrentes de intervenções policiais e sustenta a maior taxa de homicídios cometidos por forças de segurança pública de todo o estado do Paraná. Somente no ano de 2020, 57 pessoas foram mortas dessa maneira na cidade, o que corresponde a uma taxa de 9,9 homicídios cometidos por policiais para cada 100 mil habitantes, dando a ela a 1ª posição nesse *ranking* dentro do estado, contra uma taxa de 5,3 da capital, Curitiba¹⁶, para tomarmos como parâmetro.

¹⁶ Disponível em <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> (acessado em março de 2022).

Fator que também está relacionado a estes números, em 8 de agosto de 2014, foi sancionada a Lei Federal nº 13.022¹⁷, que ampliou o poder de guardas civis municipais, lhes autorizando, entre outras coisas, a fazer uso de armas de fogo no patrulhamento urbano. Já no ano seguinte, em 2015, veículos de imprensa locais já anunciavam com entusiasmo a compra do armamento que equiparia gradativamente o efetivo completo da Guarda Municipal de Londrina. Nos anos que se seguiram, algumas operações realizadas com essas armas passaram a engrossar as estatísticas de civis vitimados por agentes de segurança pública.

Em 2018, Matheus Evangelista se tornou outro exemplo fatídico do uso excessivo da violência institucional contra a população civil, dentro dos subúrbios de Londrina. Rapaz negro e morador de periferia, ele tinha apenas 18 anos quando foi baleado e morto em uma operação da Guarda Municipal ao participar de uma festa na região norte da cidade. Na ocasião, um dos guardas que tinham ido ao local para atender uma ocorrência de perturbação do sossego, teria atirado contra as pessoas, atingindo o pescoço de Matheus, que foi levado já sem vida para o hospital¹⁸. Dois agentes da guarda chegaram a ser responsabilizados e presos temporariamente, mas apenas um deles foi acusado pelos crimes de homicídio qualificado e fraude processual, uma vez que ele teria tentado alterar as evidências do crime no intuito de atrapalhar a investigação. Três anos e meio depois o incidente, no dia 3 de agosto de 2021, o guarda, que já tinha sido afastado da corporação, foi condenado em primeira instância pelo crime, mas ganhou o direito de recorrer à decisão em liberdade. O nome de Matheus, no entanto, se tornou símbolo dessa forma de violência institucional, frequentemente lembrado por organizações militantes da cidade, nos protestos em geral, e também nas vigílias feitas em apoio à família.

No dia 12 de março de 2022, por exemplo, um pequeno ato artístico-cultural foi realizado na zona norte da cidade para relembrar os quatro anos de ausência de Matheus Evangelista, e homenagear também outras vítimas da violência policial descomedida. Na ocasião, estavam presentes ativistas e artistas que prepararam apresentações, bem como mães de vítimas, que fizeram depoimentos relembrando traços da personalidade de seus

¹⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113022.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.022%2C%20DE%208%20DE%20AGOSTO%20DE%202014 (acessado em março de 2022)

¹⁸ Mais informações sobre o caso podem ser amplamente encontradas na internet.

filhos, e narraram sobre o sentimento de luto por suas perdas¹⁹. Nas manifestações coletivas realizadas na cidade por parte destas organizações de esquerda, são recorrentes as menções a nomes de indivíduos vítimas de violência institucional. Como forma de prestar homenagem a essas pessoas, é comum vermos militantes chamando por seus nomes em voz alta durante protestos, chamados esses que são respondidos pelos demais participantes com um uníssono coro: presente!

Casos e números estatísticos como estes apresentados, talvez possam ajudar a compreender alguns elementos que compõe a atmosfera de revolta e críticas sociais que frequentemente se encontram nos atos²⁰ públicos, e nos depoimentos de militantes engajados nas organizações “autônomas” ou “combativas”, como às vezes preferem chamar. Relatos de perseguições e espionagem por parte de policiais e guardas civis infiltrados – os “P2”, termo usado para se referir aos agentes públicos disfarçados em manifestações –, processos judiciais e detenções também são recorrentes entre aqueles que decidem aderir a tais coletivos. Em contrapartida, manuais de segurança para atos e outras medidas de autopreservação, adotadas nas redes sociais e em suas vidas pessoais, também fazem parte das táticas usadas pelos militantes. Desse modo, a rivalidade entre as militâncias “autônomas” e agentes de segurança pública é frequentemente realimentada nos discursos e práticas militantes, como se pôde observar ao longo da realização da pesquisa.

Luana, militante de coletivos “autônomos” há quatro anos e moradora de uma região periférica da cidade, relata com revolta um caso de violência institucional ocorrido próximo à sua casa. Para ela, a militância “autônoma” se tornou o lugar por excelência onde suas buscas por ações-resposta mais “combativas” podem ser acolhidas, uma vez que as organizações militantes da esquerda “mais institucional” seriam coniventes ou se disporiam a fazer acordos com o “braço repressor do Estado”:

Aqui mesmo no meu bairro, [...], eu já vi várias vezes a polícia militar matar as pessoas aqui à toa, teve um menino que foi tirar o celular do bolso ali no bairro de baixo e a PM atirou nele. *Então quando eu levo isso para um coletivo que tem uma via mais institucional e que quer acordar com braço repressor do Estado, eu não acho que é um lugar que eu devo estar, porque eu*

¹⁹ Reportagem sobre o ato disponível em: <https://redelume.com.br/2022/03/12/ato-marca-4-anos-sem-matheus/> (acessado em março de 2022)

²⁰ É interessante notar que a palavra “ato”, também usada no contexto das artes dramáticas para se referir às seções que compõe as peças teatrais, tem o potencial de ressaltar justamente os caracteres performativo e sequencial, que também estão presentes nos protestos. Não raro nesses eventos, performances artísticas também compõem as formas de protesto.

estou vendo a realidade da minha rua, da minha calçada, e eu acho que se a gente não revida da mesma forma, ou de uma forma realmente combativa, isso não vai mudar, não vai ser fazendo acordo com o inimigo, ou com o braço repressor do Estado, que o Estado vai poupar de me matar ou de matar qualquer pessoa preta e periférica. Então sempre tive isso na minha cabeça e aí eu nunca construí com nenhum coletivo que tenha uma ligação partidária sabe, eu acredito muito nesse autonomismo.

A fala de Luana revela o sentimento de rivalidade gestado entre militantes e agentes de segurança pública, sentimento esse que aparece como elemento partilhado pela grande maioria dos entrevistados que apontam “o Estado”, defendido nas ruas pelas forças policiais, como seu principal inimigo, ao lado de grupos organizados de extrema direita, tais como “neonazistas” e “bolsonaristas”.²¹ É interessantes notarmos que a interpretação segundo a qual as forças policiais poderiam representar uma ameaça à população civil parece algo já bastante disseminado, sobretudo entre setores sociais marginalizados, como se pode notar em letras de rap e em depoimentos proferidos por indivíduos que enfrentam de perto a questão, como Luana. Tal interpretação, no entanto, parece ganhar receptividade especial dentro da militância “autônoma”, que procura dar destaque a este problema em suas narrativas e manter distância em relação às forças policiais, tolhendo, inclusive, quaisquer diálogos ou negociações com estas; a respeito do estabelecimento de rotas, datas ou locais de protestos, por exemplo. Ainda que a polícia seja criticada, sobretudo como corporação “a serviço dos interesses econômicos” e “do Estado” – ao passo que os policiais, propriamente ditos, seriam compreendidos como parte da “classe trabalhadora” –, a força desse discurso de antagonismo com as forças de segurança, tão presente nos coletivos “autônomos”, parece atrair especialmente a atenção de jovens que também se identificam com essa perspectiva. O elemento de risco associado ao enfrentamento policial, por sua vez, se relaciona a alguns traços distintivos que podemos encontrar nesses grupos, que se distingue de outras modalidades de engajamento coletivo do campo da esquerda, em que este elemento não está presente ou não é relevante.

Quadro 2 – Breve perfil biográfico de Luana.

Luana tem 23 anos, é graduanda na área de estudos sociais aplicados na UEL e atuou assiduamente como militante em coletivos “autônomos” desde que ingressou na universidade há
--

²¹ Em Londrina, alguns grandes representantes de interesses econômicos locais, como a ACIL (Associação Comercial e Industrial de Londrina), e a TCGL (Transportes Coletivos Grande Londrina) e até alguns bancos privados também são frequentemente apontados como alvos, por estarem mais intimamente associados aos interesses do “Estado”.

quatro anos, embora se diga mais afastada ultimamente. Sua impactante história de vida, seu reconhecido talento com a poesia, bem como sua eloquência para fazer falas em manifestações, a fazem uma figura bastante respeitada e até admirada por alguns colegas. Adotada ainda bebê por uma família humilde, teve pouco conhecimento sobre seus familiares biológicos, mas relata, no entanto, que sua adoção sempre se evidenciou no fato de ser a única negra na família: “Cresci num ambiente muito branco, então eu percebia diferenças né, de tratamento”. Com o objetivo de tentar garantir um ensino de melhor qualidade, seus pais se esforçaram para lhe pagar um colégio privado, onde estudou a maior parte da vida, ainda que a contragosto. Relata que não gostava daquele ambiente e “estava sempre questionando as pessoas que deviam ser imagem de autoridade dentro do colégio”. Na adolescência, contudo, começou a andar por “outros espaços”, com “outras companhias”. Aos 15 passou por um episódio traumático de abuso sexual que a fez procurar por justiça, mas diz que se sentiu negligenciada por um processo de “744 páginas de pura misoginia e machismo”; ademais, à mesma época, chegou a ser convidada a se retirar do colégio onde estudava. Luana relata ter “crescido na estrutura”, uma vez que ela e sua família adotiva foram acompanhadas desde cedo pela assistência social, mas foi a partir deste episódio traumático que: “entrei de fato no sistema porque eu tive que entrar dentro do sistema político dessa estrutura”. Quando ingressou na universidade em 2019 já possuía uma grande “vontade de fazer alguma coisa”, e encontrou um ambiente universitário de muita efervescência militante. Em pouco tempo estava “organizada” no CA de seu curso, dentro do qual teve contato com militantes principalmente da AFA e do PSOL, sem nunca hesitar, logo abraçou a militância “autônoma”. Em meados de 2021, quando as manifestações públicas estavam começando a ser retomadas, ela e uma amiga foram detidas ao final de um ato e processadas pelo ministério público, acusadas de promoverem aglomeração indevida de pessoas durante a pandemia. No processo, fotos e filmagens delas feitas secretamente por policiais à paisana foram usadas como elemento de prova²².

Poderíamos mencionar outros episódios lembrados por militantes, como casos especialmente representativos da violência institucional praticada de maneira considerada desmedida contra a população civil. No entanto é importante marcar, ainda, que o caso do incidente que vitimou Gabriel, apresentado anteriormente, se tornou especialmente representativo para as militâncias “autônomas” da cidade, uma vez que alguns deles eram relativamente próximos da vítima. Muitos apontam este ocorrido de 2017 como o principal motivador para a criação do Movimento Autônomo Popular (MAP), uma organização militante com o objetivo de “organizar a militância nos bairros”, para “além dos muros da universidade”. Desde sua criação, em 2018, em diferentes ocasiões o MAP deu apoio à família da vítima em diferentes ocasiões, organizando campanhas públicas que buscavam chamar a atenção para o caso e pressionar para que o crime fosse julgado como homicídio doloso, e o acusado levado ao tribunal do júri.

De acordo com Miguel Rossi, um dos fundadores do movimento, a motivação para a sua criação teria vindo justamente da evidenciação da violência institucional em seu próprio bairro, e da percepção de que não seria do interesse dos partidos de esquerda se mobilizarem por aquela questão:

²² Entrevista realizada virtualmente dia 13/01/2022.

Minha ficha caiu justamente quando mataram um menino no meu bairro, a gente chamou uma manifestação e eu pensei assim: – Meu, os partidos vão todos vir né, os partidos de esquerda?! Não foi ninguém, assim, foi só a nossa militância e a família do menino, saca? [...]. Em 2018, como reação à violência policial, nasce o MAP, que é o Movimento Autônomo Popular. Nasce primeiro como Movimento Autônomo Periférico, depois muda de nome, vira o Movimento Autônomo Popular. Nasce para denunciar a violência policial, por conta que foram mortos jovens por forças de segurança da Polícia Militar e Guarda Municipal, mataram jovens de periferia em Londrina. E o que se viu é que as comunidades não estavam organizadas para resistir contra esse tipo de violência estatal. Então passaram a se organizar, por local de moradia né, atuando em centro comunitário, atuando junto com a juventude de periferia e posteriormente em ocupações urbanas. O Movimento Autônomo Popular se manifestou como uma organização comunitária, que seguia também princípios libertários, bem mais amplo do que uma tendência, por ser um movimento social que luta por moradia, como é hoje o MTST, como é o Sem Terra, que luta pela reforma agrária, um movimento mais amplo²³.

Para a grande maioria dos militantes “autônomos” que responderam à pesquisa, o MAP aparece como a menina dos olhos das organizações “independentes” da cidade; referida quase unanimemente como a organização mais importante ou mais desejável àqueles que ainda pretendem se associar. O motivo desse orgulho parece se dar principalmente em razão das ações realizadas pelo MAP em regiões mais carentes, como em uma conhecida ocupação urbana na periferia da cidade, na qual já fizeram diversas atividades junto aos moradores, como mutirões de trabalho para a produção de marmitas, distribuição de cestas básicas, feitura de horta comunitária, arrecadação de materiais de construção etc. Algumas vezes, essas ações comunitárias são apresentadas como uma das formas mais importantes de “trabalho de base”, com o potencial de “conscientizar” e “trazer a periferia” – compreendida como importante agente de transformação –, para dentro da militância organizada. A capacidade de dialogar e angariar o apoio desses setores marginalizados da sociedade, compreendidos como agentes de transformação por excelência, configura um importante capital político que é muitas vezes disputado no campo simbólico entre grupos de esquerda. Nesse sentido, no que diz respeito à construção da opinião pública que se forma em torno destas organizações militantes, não podemos descartar a função de legitimação que essas práticas podem conter.

Quadro 3 – Algumas impressões sobre o MAP.

“Eu acho que todos são importantes, todos sem exceção, mas acho que hoje *o MAP ele é talvez o movimento mais importante no sentido de que ele é mais acessível, digamos assim, à nossa base né?! Porque ele organiza o povo, a população, a partir do local de trabalho... então te coloca a*

²³ Entrevista realizada virtualmente dia 01/10/2021

oportunidade de você atuar a partir do seu cotidiano né, facilita que o militante, a militante atue no cotidiano, sabe?” (Miguel 25 anos, formação superior, proveniente de família de classe média, militante experiente com participação de alta intensidade).

“Estava ali meio próximo tal, isso no final de 2020. Aí 2021 [...] eu queria entrar daí no MAP, acho que o principal é o MAP, eu queria ah... ter essa vivência aí comunitária e pá, de trabalho de base. Então foi isso mano, eu me formei daí eu ia ter mais tempo para ficar mais de boa, já fui atrás dos materiais enfim, aí eu entrei no MAP. [...] Eu cheguei a me filiar no SIT né, depois que eu entrei no trampo” (Henrique 20 anos, não universitário, trabalhador do setor fabril, nível intermediário de experiência na militância com participação de alta intensidade).

E eu queria fazer para além de atos, eu queria estar vivenciando possibilidades para além de atos, então assim que eu conheci o MAP, eu me afastei da AFA, e a Frente Trans nasceu e eu não via mais necessidade de estar compondo a AFA, assim, ativamente ali, mas sempre colo nos protestos né [...]. E aí o MAP é uma iniciativa maravilhosa, incrível, uma das que eu acho que tem mais assim... tem um pouco de deslumbre da galera, mas deveria ter muito mais porque essa iniciativa é muito massa, estar ali ativo com a comunidade, ajudando de várias formas e tal (Augusto 29 anos, superior incompleto, cozinheiro, proveniente de família de baixa renda, afastado dos “autônomos”, mas participa de alguns atos, atualmente focado em sua militância na Frente Trans)

Para citarmos um exemplo de como estas dinâmicas podem ocorrer: em um ato nacional ocorrido no dia 24 de julho de 2021, em que várias organizações londrinenses de esquerda se mobilizaram para uma manifestação pública no centro da cidade, os coletivos “autônomos” – que haviam rompido com o restante da organização no ato anterior – decidiram comparecer unidos em um único “Bloco autônomo combativo”, que marcharia ao lado dos partidos, sindicatos e movimentos mais tradicionais com os quais haviam rompido. À frente deste bloco foram colocadas três moradoras da ocupação segurando uma grande faixa com os dizeres: “Okupas em luta contra a fome e o desemprego”. Uniformizadas com camisetas do time de futebol da ocupação, que também eram estampadas com o símbolo do MAP, essas mulheres se destacavam dos demais militantes, normalmente mais jovens e/ou com tons de pele mais clara, e rostos muitas vezes já familiares aos demais. Suas presenças na manifestação, assim, se destacavam de diferentes maneiras: poderíamos dizer que simbolizavam a presença da população “periférica” nas manifestações do “centro”, e a capacidade dos movimentos “autônomos” em estabelecer diálogos com essas populações.



Figura 2: Atividade cultural do “Grupo de Trabalho de Educação” realizado com crianças da ocupação Vila Feliz.

Fonte: *Print* realizado no perfil do MAP no *Instagram*.

O realce dado ao MAP pelos próprios militantes, assim, além de simbolizar uma ampliação do que consideram “conquistas políticas” do movimento, marcando sua presença fora dos ambientes universitários, também parece conter o intuito de elevar o *status* destas organizações “autônomas”, no geral, a um patamar de maior legitimidade pública, uma vez que seus militantes sentem-se muitas vezes descreditados por parte da esquerda “tradicional”, quando não, acusados de promoverem depredações e confusões em manifestações coletivas²⁴. Contudo, ainda que o Movimento Autônomo Popular seja apontado pela grande maioria dos militantes entrevistados como a organização mais importante, ou merecedora de maior destaque entre as demais, este não é o coletivo “autônomo” mais antigo da cidade, nem mesmo o que possui maior número de militantes associados.

Quadro 4 – Breve perfil biográfico de Miguel Rossi

Miguel Rossi, 25 anos, é graduado e atualmente trabalha e estuda, embora, por questões de segurança, tenha preferido não revelar mais nada sobre esse tema. Londrinense, ressalta a origem humilde de seus pais que teriam sido operários e boias frias antes de ascenderem socialmente ocupando cargos do serviço público, podendo assim lhe proporcionar melhor condição de vida e de formação. É reconhecido quase unanimemente como uma das figuras centrais da militância “autônoma” na cidade, tendo participado ativamente da criação de quase todas as organizações que hoje compõem a AP, bem como algumas que a precederam. Também é dono de perfis com

²⁴ Em alguns casos, especialmente entre jovens provenientes de famílias mais abastadas, e que tomam contato com estas populações mais pobres por intermediação da militância no MAP, o sentido de retribuição sentido por poder tomar parte nessas ações sociais é bastante forte, como será apresentado, no capítulo seguinte.

alguns milhares de seguidores nas redes sociais, onde publica textos com conteúdos políticos, às vezes referenciados por outros militantes, e onde também comercializa camisetas e trabalhos artísticos digitais. Relata que começou a se interessar por política desde muito jovem, por volta dos 14 anos, quando estudava sob “uma visão romântica” o socialismo soviético e a resistência à ditadura militar. Já o despertar de seu interesse pela militância, propriamente dita, aconteceu nas Jornadas de Junho de 2013 quando, com apenas 17 anos, participou de suas “primeiras manifestações de massa” em Londrina: “E foi aí que vendo nos jornais a questão da tática Black Bloc, movimentos que eram organizados de forma autônoma, independente, sem partidos políticos, passou a me interessar bastante, porque eu [...] não me identificava com nenhum partido político”. Desse modo, quando ingressou na universidade em 2015, diz ter entendido que já era hora de se organizar, começou então a estudar mais sobre o “anarquismo organizado”, fazer contatos, “aí com outros camaradas, outras camaradas a gente fundou, eu diria assim, a primeira organização de caráter libertário mais recente”. Desde então, se recriaram algumas legendas e organizações, mas Miguel nunca deixou de estar à frente. Bastante cauteloso com sua exposição pessoal, seu destaque na militância lhe rende, porém, muitos admiradores que reconhecem, entre outras coisas, seu importante papel de mediação no coletivo, divulgando conteúdos apreciados pela militância “anarquista”, e também estabelecendo redes de contatos com outras organizações militantes do Brasil. Essa posição, ademais, também o torna alvo de alguns desafetos de outros que desaprovam algumas de suas posturas ou opiniões.

1.1. Estruturas de oportunidades e gênese dos coletivos: dos primeiros grupos de estudos à formação da “federação” de coletivos “autônomos”

As primeiras organizações “autônomas” criadas em Londrina remontam aos anos de 2015 a 2016, e aparecem com um fenômeno tributário, em grande medida, das repercussões das Jornadas de Junho de 2013. De acordo com as fontes investigadas, foi a partir de 2015 que um pequeno grupo de recém-ingressos estudantes da UEL passou se reunir com o ensejo de formar um novo coletivo de caráter mais “independente” em relação a partidos, e que fosse inspirado em repertórios de confronto estrangeiros que vinham se popularizando no Brasil naquele período. Entre as modalidades de ação que chamavam especial atenção desse grupo se destacam as “ações diretas”, a tática Black Bloc, e as formações de frentes “antifascistas” que, por sua vez, caminharam em paralelo com um interesse gradativamente maior por ideais e princípios “anarquistas”, ainda que compreendidos de maneira mais difusa naquele momento, por aqueles que participavam da criação destas primeiras organizações.

Entusiasmados com as mobilizações populares que vinham acontecendo em todo o país, sobretudo nas grandes cidades em que os repertórios autonomistas já eram uma realidade, e objetivando construir localmente uma militância inspirada naqueles moldes, esses indivíduos passaram então a promover suas primeiras reuniões abertas na

universidade. Essas reuniões eram divulgadas como convites a outros estudantes, a participarem de grupos de estudos “anarquistas”, exibições de documentários, rodas de conversa etc. Os encontros às vezes chegavam a reunir uma dezena ou mais pessoas, que eventualmente também podiam ser convidadas a se organizarem no coletivo “autônomo” que estavam constituindo. Promovidos por meio de cartazes e páginas de *Facebook*, e motivados por um contexto de intensa efervescência social, esses primeiros encontros eram feitos, então, com um objetivo duplo. Ou seja, por um lado, visavam compartilhar e aprofundar os conhecimentos sobre princípios e ideologias “anarquistas” e, possíveis formas de mobilização inspiradas nesses ideais; e por outro lado, ampliar suas redes de contato na universidade, convidando outros estudantes a se juntarem à iniciativa de formar uma nova organização militante.

A partir desse contexto, duas organizações se formaram quase simultaneamente em 2016: o Coletivo Ação Direta (CAD), uma organização que se pretendia secreta e mais restrita em seus objetivos, e a Frente Social Libertária (FSL), esta pública e um pouco mais abrangente. Ainda que tenham durado pouco tempo, essas organizações constituíram um passo importante na consolidação da militância “autônoma” na cidade. E, para seus membros, a criação dessas organizações resultou num acúmulo de capital militante que possibilitaria o investimento futuro em novas organizações mais sólidas e duráveis, como a Ação Antifascista de Londrina. Miguel Rossi foi um dos militantes que participou desse momento de protagonismo. Seu relato sobre a formação desses coletivos carrega, inevitavelmente, o peso dos antagonismos setoriais e dos anseios por transformação social que cresciam de toda a parte do país naquele momento:

Eu diria que eu fui mais levado para o terreno do anarquismo, mais pela rejeição às escolhas que estavam postas do que por me identificar de cara, assim, com os princípios do anarquismo. E a partir daí comecei a estudar né, ler a teoria, conhecer outras pessoas que se identificavam também com a causa, e a gente sempre discutia a necessidade de se organizar politicamente, sempre me identificando com a posição de um anarquismo organizado, que tivesse a capacidade de influenciar a política, né? E aí, com outros camaradas, outras camaradas, a gente fundou, eu diria assim, a primeira organização de caráter libertário mais recente, assim em Londrina, que era a FSL; a Frente Social Libertária. Bem, ainda romântica, assim, bem incipiente de setores do campo libertário né. Tinha marxistas, independentes, na época a gente estava começando e passamos a atuar em Londrina nas manifestações, mas não tinha muita ideia de como atuar de fato [...] amadurecendo mais para frente a gente percebeu a necessidade de que os anarquistas se organizassem em movimentos sociais [...] O CAD ele é a evolução da FSL. E foi no CAD que eu me forjei como anarquista plataformista, porque era uma organização [...] que não só atuou em movimentos sociais, como ajudou a fundar movimentos sociais né.

Acontece que no começo a gente não sabia distinguir muito bem entre o nível social e o nível político [...]. E aí como os movimentos sociais foram ganhando cada vez mais destaque, porque a gente entendeu qual era o nosso papel ali [...]. Digamos assim que o CAD se diluiu dentro dos movimentos [...]. E naquele momento, em 2016, a gente vivia uma efervescência política muito grande no contexto do impeachment da Dilma, e a extrema direita estava crescendo muito na cidade né. Havia relatos de skinheads neonazistas, de grupos bolsonaristas, de grupos pró intervenção militar, e a gente via crescer também a formulação das AFAs; as ações antifascistas. E enquanto anarquistas a gente sentiu a necessidade de formar a nossa própria AFA. A gente formou a Ação Antifascista Londrina em 2016, pra fazer frente a essa grande mobilização de extrema direita que existem até hoje na cidade.²⁵

Como podemos notar nesta e em outras falas de militantes que vivenciaram o período, a percepção de um contexto de oportunidades favorável à formação de novos “coletivos”, caminhava *pari passu* com o crescimento de demandas sociais que resistiam em ser capitaneadas por partidos e movimentos sociais já existentes. Somado a isso, a busca por novos referenciais sociais e políticos crescia, sobretudo entre as novas gerações que adentravam a cena pública àquela época. Dessa maneira, os desejos de participação por parte de jovens universitários inseridos num contexto efervescência política, associados a seus sentimentos de rejeição a certos modelos vigentes – representados pelos atores ligados às esquerdas partidárias – compuseram os dois principais ingredientes para a formação e crescimento dos coletivos “autônomos”.

Outra disposição que se encontra mais de fundo na fala de Miguel, ainda a respeito da rejeição aos modelos participativos vigentes, é a admissão de uma *posição diferencial* (MARX & MARQUES, 2020) para se referir à nascente FSL, então apontada como “a primeira organização de caráter mais libertário [...]” na cidade. Em outras palavras, sua fala revela uma percepção a respeito da formação da identidade do coletivo, cuja fonte de identificação está relacionada, não a uma característica propriamente interior, mas sim a um elemento externo ao próprio grupo; os outros partidários. Assim, podemos dizer que a formação da “identidade” dos grupos “libertários” se pauta, em grande medida, em uma oposição fundamental aos não libertários, ou seja, aqueles cujas formas de militância, em sua concepção, não carregariam mais um real “potencial transformador” da estrutura social.

²⁵ Entrevista realizada virtualmente dia 01/10/2021

Estratégias de diferenciação adotadas pelos “coletivos”, tanto no campo discursivo, quanto no campo de algumas práticas organizacionais, frequentemente procuram realçar tais recusas em relação aos atores políticos mais tradicionais. A defesa das “ações diretas”, a presumida negação de lideranças e outras hierarquias, o uso de coberturas faciais, o uso da cor preta, e as fortes críticas à política institucional, são exemplos a partir dos quais podemos notar estratégias de diferenciação sendo operacionalizadas em práticas coletivas.

A presença de “coletivos” na cidade, pautados por noções como a de “horizontalidade” e “autonomia”, aparece em consonância com o notável crescimento dessas formas de organização no cenário político brasileiro, a partir da janela de oportunidades criada pelos ciclos de protestos de 2013 em diante (Perez 2019). Como se pode verificar nos anos que sucederam, a força com que emergiram recusas relativas a códigos, ações e atores políticos considerados tradicionais naquelas mobilizações massivas, fez produzir um processo nacional de *abertura societária* (Pleyers & Bringel, 2015), a partir do qual outros espaços e atores políticos puderam vir à tona (Alonso e Mische, 2016). Ainda que as Jornadas de Junho possam ter simbolizado o ápice de uma resistência aos partidos por uma parte da sociedade civil, ou mesmo uma incapacidade destes em lidar com as demandas dessa população, também se pode afirmar que alguns processos de afastamento em relação à política institucional, e de radicalização dos repertórios confronto, já eram fenômenos visíveis em protestos anteriores a 2013.

Assim como em outros lugares, em Londrina ciclos de protestos nacionais e internacionais, como as Marchas das Vadias e campanhas pela redução das tarifas de ônibus, puxadas pelo MPL, já reverberavam ao longo dos anos 2000. Esses protestos mobilizavam muitas pessoas, sobretudo jovens que não haviam participado no contexto de reabertura e que também não integravam aqueles partidos de esquerda que tradicionalmente protagonizaram greves e manifestações locais. É importante mencionar que em Londrina, também como em outras cidades, o Movimento Passe Livre (MPL) marcava forte presença nas manifestações coletivas que ocorriam nesse período em geral, mobilizando, inclusive, boa parte do movimento estudantil. Ademais, não podemos deixar de destacar o papel do MPL na popularização da noção de “ação direta” e seus usos em manifestações públicas. Além de sua presença nos protestos e capilaridade nos diretórios e centros acadêmicos da universidade, o princípio da “ação direta” também era

amplamente tematizado por seus militantes nos “trabalhos de base” realizados onde o movimento se fazia presente, incluindo em colégios públicos da cidade.

De acordo com Tatagiba (2014 p. 57-58), a geração que foi às ruas pela primeira vez em 2013 explicitou uma perda em relação ao otimismo e às expectativas que as gerações militantes precedentes cultivaram, de conseguir tornar a democracia mais radical por dentro do próprio sistema, através da ampliação de canais de participação popular. Para muitos daqueles jovens manifestantes que não participaram do pacto democrático forjado nos anos 1990 entre o Estado, movimentos sociais de esquerda e setores da Igreja católica, os valores da institucionalidade brasileira também não lhes parece constranger à adoção de ações mais disruptivas. Já para Baiocchi e Teixeira (2016 p. 3), as posturas mais refratárias em relação ao Estado que levaram milhões às ruas em 2013 estariam ligadas, em parte, a uma decepção com o partido dos trabalhadores, e ao reconhecimento de sua limitação na capacidade de avançar com projetos mais progressistas de transformação social. O que se verificaria especialmente em sua inépcia no enfrentamento de interesses poderosos, como no caso da reforma agrária, mas também em casos de abusos ambientais, descaso com populações vulneráveis durante o recebimento de eventos esportivos internacionais etc. Dessa maneira, a partir destes pontos vista mais amplos, poderíamos dizer os ânimos que motivaram as ações mais combativas de uma parte da geração contemporânea a 2013 partiram, de um lado; de uma decepção com o “crescente reconhecimento de que o PT, em última análise, não é tão diferente de outros partidos” (Idem), e de outro lado, com uma falta de identificação com o pacto democrático brasileiro, do qual não foram partícipes diretos.

O militante e comunicador Arthur, de 38 anos, foi uma das pessoas que atuou por muito tempo no MPL de Londrina, a partir do seu ingresso em 2006; portanto, sete anos antes das “Jornadas” que tornaram o movimento conhecido em todo o país. Declarando-se uma pessoa dedicada ao estudo do “anarquismo” desde muito tempo, ele afirma que já compreendia bem a noção de “ação direta” e, inclusive, já fizera parte da organização de grupos de estudos com esses temas na universidade quando o CAD foi criado em 2016:

Na verdade antes até do CAD a gente já tinha um grupo de estudos anarquistas aqui em Londrina; a gente se reunia assim periodicamente, às vezes mais frequentemente, às vezes menos, dependendo das condições materiais da vida mesmo. Aí depois eu lembro que o CAD surgiu, a gente meio que juntou as duas coisas, mas na verdade eu nunca fiz parte do CAD, foi mais um agrupamento de interesses ali, era um grupo de indivíduos que estavam

interessados e organizavam assim, e aí era cada vez em um lugar, às vezes no DCE do centro, às vezes no Zerão, às vezes na UEL.

Com sua participação consolidada no MPL àquela altura, Arthur não fez parte do CAD no momento de sua criação, mas se filiaria alguns anos depois ao MAP, onde militou por volta de três anos antes de se afastar no início de 2021. Sua perspectiva a respeito da militância “autônoma” parece marcada por um estranhamento geracional, uma vez que quando começou seu percurso na militância, relata que: “ainda era a época dos grandes movimentos sociais”, como o MPL, com grande distribuição territorial pelo país. Sua ressalva traz à tona a percepção de uma tendência que acompanharia as organizações “autônomas” que estavam sendo criadas –, ou seja, a de serem organizações inscritas localmente e desprovidas de agendas ou eventuais projetos estruturais nacionais de transformação social. Arthur, portanto, foi uma importante testemunha da emergência e consolidação dos repertórios “autonomistas” em Londrina. Seu nome ainda chega a ser mencionado por militantes ativos que associam certo pioneirismo a seu nome, quando se fala dos primeiros militantes “anarquistas” da cidade. Nessas conversas ele chega a ser referido como “uma lenda” da militância “anarquista”, mesmo por quem nunca o conheceu pessoalmente.



Figura 3: Grupo de estudos organizado pela FAE em um CA da universidade.

Fonte: *Print* da página de perfil da FAE no *Instagram*.

Quadro 5 – Breve perfil biográfico de Artur.

Arthur tem 38 anos, possui especialização e mestrado na área comunicação pela UEL e atualmente trabalha na área de assessoria de comunicação. Em todas as suas oportunidades de formação na universidade, sempre desenvolveu pesquisas de conclusão de curso relacionadas de uma forma ou de outra às militâncias “anarquistas” ou “autônomas”. Segundo ele, proveniente de “família humilde”, cresceu na periferia de uma cidade pequena no interior do Paraná. Mas relata que como sua mãe era professora, conseguiu a oportunidade de estudar em um “bom colégio da região central” e se interessou desde cedo por política: “como a gente sempre morou em periferia e minha mãe e meu pai tinham afeto assim, pelo PT, então a política sempre foi uma coisa que esteve ali na nossa vida”. Chegou a iniciar uma graduação em informática na UNIOESTE de Cascavel onde teve seus primeiros contatos com a militância estudantil, mas só começaria a participar de fato de uma organização por volta de 2006 em Londrina, quando passava as férias na casa de familiares. Na cidade, começou a militar pelo MPL e chegou a construir essa militância também em Cascavel por algum tempo. Antes de terminar o curso de informática, no entanto, ingressou na UEL e se mudou para Londrina onde continuou militando pelo Passe Livre, e passou a organizar grupos de estudos sobre “anarquismo” junto com outros colegas e amigos interessados. Arthur relata que quando as primeiras organizações “libertárias” começaram a surgir em 2016, ele estava presente e conhecia muitos de seus membros que também participavam dos grupos de estudos, mas preferiu tomar certa distância, não sendo um dos aderentes de primeira hora. Anos depois, no entanto, se filiou ao MAP, onde ficou por cerca de quatro anos, antes de se afastar por questões relacionadas a seu esgotamento pessoal na militância, e também, em menor medida, por uma frustração com o que definiu como tentativas de “tutelagem” no movimento. Embora não esteja mais atuante nas organizações “autônomas”, é reconhecido por alguns militantes, como “uma lenda” da militância “anarquista” na cidade²⁶.

Joana também era estudante universitária quando percebeu a emergência do repertório “autonomista” em Londrina. Com 28 anos no momento da entrevista ela, no entanto, já era militante ativa do movimento estudantil quando uma nova geração de estudantes adentrou a universidade após 2013, entre eles, alguns indivíduos que traziam “novas ideias e demandas” que, em sua perspectiva, pareciam extrapolar as pautas costumeiramente abordadas pelo movimento estudantil até então:

Em 2015 a gente foi fazer a recepção dos calouros né, e um dos calouros era o André. [...], logo na recepção ele já se apresentou como comunista libertário, nossa a gente enlouqueceu, porque a gente já ficava tudo ali tipo assim, qual calouro que a gente vai puxar, vai ficar ali construir o CA né. [...] E aí assim, eu falo que na minha visão, o André que trouxe o anarquismo para o serviço social da UEL, porque ele já estudava, já militava, já conhecia o anarquismo há muito tempo. Então ele trouxe né essa discussão pra gente e sempre foi trazendo [...], principalmente dessa parte teórica né. Então assim, depois também de um tempo que a gente conheceu o Gilberto [...], a gente sempre teve essa prática autônoma, ele falava: - Vocês sempre foram anarquistas, mas vocês nunca falaram. Então assim, a nossa prática eu considero assim, a gente sempre teve essa prática anarquista mesmo, mas quem trouxe a teoria foi o André. Só que daí ele trouxe, a gente já estava meio que saindo né, então assim, pra se desenvolver essa parte daí foi da gestão do André pra frente [...]. Tudo que estava acontecendo nesse período né, as diversas greves o 29 de abril, tudo isso que foi se construindo né, então a gente fez parte dessa

²⁶ Entrevista realizada presencialmente dia 30/12/2021 com duração de 55min29s.

construção. Então assim, na época [...] a gente já tinha uma organização mais sólida né, que daí o André [...] conseguiu trazer essa parte mais teórica pra desenvolver outras questões e sair do [curso de graduação] né, não ter esse foco só ali né. Daí o Gilberto, o Arthur outras pessoas organizando essas atividades né. Eu conheci o CAD assim, na época que eles estavam construindo [...]. *E foi essa galera que conseguiu realmente sair da universidade, que eu analiso como o início daquilo que a gente pensava né, em 2013, 2014, até início de 2015.*

Seu relato situa precisamente o processo de formação destas primeiras organizações militantes, e destaca o momento geracional de ascensão das perspectivas “libertárias” e “anarquistas” no movimento estudantil, compreendidas de maneiras tanto “teóricas” quanto em suas “práticas”. Em sua perspectiva, jovens como Gilberto e André que ingressaram na universidade pós 2013, pareciam carregar consigo muitos dos sentimentos de uma parte daquela geração que, como eles, foram às ruas protestar pela primeira vez nas “Jornadas de Junto”. Demonstrando forte inclinação ao engajamento, prontamente se tornaram parte ou foram absorvidos por setores da militância estudantil em centros acadêmicos, diretórios, grupos de estudos etc. Foi a partir desse ambiente que se formaram as “primeiras organizações libertárias” da cidade.

Da fala de Joana também se notabiliza sua impressão de que algumas demandas, que já eram latentes à sua época, só começariam a adentrar de fato a pauta do movimento estudantil com o surgimento dos coletivos “autônomos”, e sua presumida capacidade atuar também junto às “comunidades locais”. Como se nota no estilo das manifestações populares que vinham acontecendo na cidade desde meados de 2000 – Marcha das vadias, Marcha da Maconha, campanhas do Movimento Passe Livre etc. –, Londrina parece ter acompanhado, em grande medida, um processo de transformação social que contextualizou o surgimento do repertório “autonomista” em grandes cidades como São Paulo²⁷. Contudo, o surgimento de coletivos propriamente inspirados em ideais “autônomos” ou “libertários”, tais como os pesquisados, só começaria a acontecer em 2015, ainda reverberando os ecos deixados pelas “Jornadas”. O surgimento desses primeiros coletivos, contudo, também parece ter produzido alterações significativas no âmbito da militância local.

²⁷ De acordo com a pesquisadora Alonso, A. (2017), o repertório “autonomista” surgido em São Paulo em 2013 teve, como contexto, algumas alterações em espaços de sociabilidade, amparadas, por sua vez, em lógicas do compartilhamento, redes de autogestão e em formas de ativismo cívico que já vinham se popularizando antes dessa data. Tais como as intervenções de reclame de espaços públicos; ocupações, feitura de jardins, hortas comunitárias, ações estéticas em ruas e praças, pichações etc. (Alonso, 2017, p. 50).

As interpretações de Joana sobre o apelo das perspectivas “autônomas” entre os universitários da época, bem como sobre as transformações geradas por eles nos espaços de sociabilidade londrinenses, ficam ainda mais evidentes no trecho seguinte:

A gente sempre fazia essa autocrítica, não só no âmbito centro acadêmico, mas no âmbito do DCE mesmo, que *a gente militava muito no âmbito da universidade, que a gente não conseguia ultrapassar os muros da universidade. Então assim, como que a gente também está devolvendo né para a população aquilo que a gente está construindo e discutindo dentro da universidade, mas a gente não tinha esse pé para estar saindo [...]*. E depois que eu terminei a graduação, que daí dos contatos que eu acabei fazendo mesmo, eu comecei a militar na Alternativa Popular, mas assim, bem no começo mesmo, na constituição mesmo. A gente tinha muitos contatos aqui em Londrina, muitas pessoas que já tinham militado, grande parte no movimento estudantil e que não estavam militando mais e estavam, não meio perdido, mas acho que foi uma ideia de várias pessoas de ir chamando: - Ah vamos se organizar, vamos criar um coletivo. Essa ideia foi se espalhando até que a gente chegou num consenso de realmente fazer reunião, começar a pensar.

Como se nota na fala de Joana, então, a criação dos coletivos “autônomos” parece ter simbolizado a consolidação de uma forma alternativa de organização militante, baseada em princípios que já vinham sendo difundidos, mas que ainda estavam em fase de desenvolvimento. Sua ênfase vai para a formação de grupos “independentes” e ligados a lógicas de “autogestão” e com inscrições nos territórios urbanos para além da universidade. Com o surgimento desse tipo de “autonomismo” na cidade, se teria criado uma oportunidade para a realocação de militantes que se consideravam, de certa maneira, “meio perdidos” em suas trajetórias àquela altura. Ademais, com esses coletivos, novas oportunidades de engajamento também teriam surgido e com eles, perfis individuais diversos, vindos de dentro e de fora dos movimentos estudantis universitários.

Quadro 6 – Breve perfil biográfico de Joana.

Joana tem 28 anos é funcionária pública na área de assistência social e filha única de uma família católica de classe média. Quando mais jovem, frequentou um grande colégio público do centro de Londrina e, segundo conta, adorava as aulas de história no ensino médio nas quais, como relata, teve suas primeiras referências sobre política ao estudar temas como: a ditadura militar e a segunda guerra mundial. O relato de sua trajetória pessoal é marcado por um processo de autodescoberta e de conseqüente transformação pessoal a partir de suas entradas, quase concomitantes, na universidade e no movimento estudantil. Transformação pessoal esta que parece coincidir temporalmente com o ciclo de protestos das chamadas “Jornadas de Junho”. Quando ingressou na universidade em 2013, vivenciou um período de intentas mobilizações políticas, e diz ter conhecido “um mundo novo” com a descoberta de movimentos sociais ativos na cidade, logo na primeira manifestação da qual participou naquele ano; a Marcha das Vadias. Sua participação mais ativa na militância, contudo, começou em 2014 com o projeto, bem sucedido, de reestruturação do CA de seu curso que estava inativado havia algum tempo. Junto com mais algumas meninas, formaram uma chapa “autônoma” que geriu o centro acadêmico por

quase dois anos. Em sua trajetória militante Joana vivenciou o importante momento de formação do cenário que viria a possibilitar o surgimento das organizações “autônomas” que hoje atuam na cidade. Presenciou a formação, desde as organizações estudantis baseadas numa ideia mais difusa de “autonomismo”, passando pela criação de grupos de estudos “anarquistas”, até as organizações mais sólidas, teoricamente embasadas ou orientadas por esses princípios: “A gente tinha muitos contatos aqui [...] muitas pessoas que já tinham militado [...] acho que foi uma ideia de várias pessoas de ir chamando [...] Essa ideia foi se espalhando até que a gente chegou num consenso de realmente fazer reunião, começar a pensar”. Por algum tempo, já depois de formada, também foi militante ativa do MAP, mas acabou se afastando devido à sobrecarga de trabalho e a frustrações com a entrada de indivíduos imaturos na organização. Até a data da entrevista, no entanto, ainda possuía vínculos afetivos dentro da militância e continuava a frequentar manifestações e até algumas reuniões, de modo que se considera uma militante “mais da base”, e não opina mais diretamente na construção do coletivo ²⁸.

²⁸ Entrevista realizada presencialmente dia 09/03/2022, com duração de 52min58s.

2.0. A face pública dos coletivos “autônomos”: Princípios e estratégias organizacionais.

Este segundo capítulo, também dividido em duas seções, tem como objetivo principal apresentar de forma detalhada a rede de coletivos pesquisados, bem como suas relações externas com outros atores locais. Na primeira seção, cada uma das cinco organizações é apresentada individualmente, além da "frente ampla" formada durante a campanha pelo #foraBolsonaro. Essas apresentações são baseadas principalmente em suas declarações de “princípios” e “cartas de apresentação” divulgadas em redes sociais. Apesar de serem várias organizações com nomes distintos, o foco recai sobre as semelhanças e interseções entre elas, o que permite compreender a rede de organizações "autônomas" como um ator coletivo unificado, com alta coesão interna. A segunda seção oferece uma breve descrição da postura ambivalente adotada pelos coletivos "autônomos" em relação aos outros atores da militância de esquerda na cidade. Isso inclui o histórico das alianças e rompimentos entre estes diferentes setores das militâncias locais, bem como as trocas de acusações e eventuais denúncias ocorridas. Além disso, essa seção apresenta uma análise da forma como certos marcadores de posição são empregados de maneira significativa na estruturação discursiva dos "autônomos", ou seja, na própria maneira de se autocompreendem e se apresentam publicamente.

Os coletivos “autônomos” de Londrina podem ser considerados um caso de sucesso do ponto de vista da dilatação e multiplicação pelas quais passaram estas organizações entre 2016 e 2021. Neste período, os coletivos locais se diversificaram em suas frentes de ação e causas reivindicadas, inclusive com a criação de organizações específicas para atuar em cada causa. As observações indicam que, juntos, esses coletivos têm apresentado grande eficácia no recrutamento de novos militantes, tanto nas faculdades, quanto em colégios públicos, periferias e ruas da cidade. O grande fluxo de novos militantes, contudo, também revela certa dificuldade na sustentação do vínculo militante por longos períodos, tornando os coletivos “autônomos”, muitas vezes, um lugar de passagem na vida de muitos dos que se engajam. Outro parâmetro do sucesso destes coletivos pode ser medido por suas especiais capacidades de se aproximarem e recrutarem pessoas ligadas a círculos culturais mais distantes da universidade, como aquelas ligadas à produção de *rap*, à prática do *skate* e do “pixo”, normalmente alocadas em regiões mais periféricas.

Ao menos cinco organizações “autônomas” permanentes integravam o espaço da militância londrinense no início da pesquisa: a Ação Antifascista de Londrina (AFA), a Força Autônoma Estudantil (FAE), o Movimento Autônomo Popular (MAP), o Sindicato Autônomo Independente (SIT) e a Tendência Autônoma Feminista (TAF). Somam-se a essas siglas, ainda, a Alternativa Popular (AP) – uma “federação” de coletivos que engloba e unifica as quatro últimas organizações citadas – e a Frente Classista Combativa (FCC)²⁹; uma associação militante episódica, formada com o intuito de fazer frente às mobilizações nacionais nas campanhas pelo #ForaBolsonaro entre 2021 e 2022.

Ação Antifascista de Londrina (AFA)

Uma das mais antigas organizações “autônomas” ainda atuantes na cidade, a AFA foi criada em 2016, com o objetivo de compor uma frente única que agruparia militantes de diferentes campos ideológicos, unidos “em torno da bandeira do combate ao fascismo/à extrema direita”³⁰. Inicialmente formada pela junção da FSL com membros de juventudes partidárias, como a UJC e o Levante Popular da Juventude, alguns rachas e divergências entre as posturas dos militantes de cada grupo fez com que este alinhamento não se sustentasse por muito tempo.³¹ Aos poucos, as demais organizações foram se desvinculando da AFA, que acabou adquirindo características de uma organização própria. Assim ela parece ter concentrando em seu entorno, majoritariamente, militantes já identificados com o “anarquismo” ou associados a coletivos “autônomos”. Alguns deles descrevem a AFA como um lugar voltado para a coordenação de ações mais “combativas” nos protestos, com as “ações diretas”. Integrantes da AFA parecem ser os que mais frequentemente assume posições nas ditas “linhas de frente”, por vezes fazendo uso de escudos e coberturas faciais para se protegerem. Os riscos colocados ao assumirem essas posturas mais combativas levam os membros da AFA a se posicionarem com especial cautela em relação à sua militância na organização. Em muitas das abordagens realizadas durante o trabalho de campo, eram comuns posturas mais

²⁹ A FCC, por sua vez, replica uma estratégia adotada por setores ligados à Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias (FOB), uma organização com grande capilaridade no território nacional, com a qual os coletivos londrinenses possuem algum grau de interação, como será tematizado adiante.

³⁰ Retirado de texto de apresentação da AFA, publicado no Instagram da organização em 07/04/2019. Conteúdo completo em anexo 2.

³¹ De acordo com Alonso (2017, pp. 55-56), a hipertrofia nacional do repertório patriótico gerou, como uma das reações, um realinhamento setores antes cindidos da esquerda, representados pelos repertórios “autonomistas” e “socialistas”, sobretudo no contexto da defesa do mandato de Dilma Rousseff em 2016. O Surgimento das primeiras organizações “autônomas” londrinenses praticamente coincide com este momento.

resistentes em falar a respeito de sua filiação. Falas como "a gente não fala sobre a AFA" e "precisaria verificar com o coletivo se posso falar sobre isso", ou mesmo omissões em falar de suas participações, foram recorrentes.

Força Autônoma Estudantil (FAE)

A FAE começou a ganhar contornos já em 2017, como proposta de uma organização estudantil “autônoma” e de “tendência libertária”, ou seja, uma organização guiada por princípios gerais que pudessem abrigar diferentes ideologias de esquerda; desde que comprometidas com perspectivas mais radicais de transformação social. Sua carta de princípios defende um conjunto de nove valores que marcam seu posicionamento no campo político: “classismo”; “anticapitalismo”; “internacionalismo”; “autonomia”; “combate às opressões”; “horizontalidade”; “combatividade”; “anti-governismo”; “anti-reformismo”³². De acordo com seus militantes, muitos dos posicionamentos expressos na carta, buscam marcar uma oposição direta à UNE e à UBES, entendidas como organizações estudantis “pelegas”, burocráticas e controladas por partidos, portanto comprometidas com interesses eleitoreiros, em detrimento dos interesses estudantis. Para além das perspectivas que buscam marcar uma oposição em relação às instituições partidárias, é interessante depreender deste conjunto de princípios, o entendimento de classes com a qual buscam embasar sua militância, defendendo que o: “movimento estudantil constitui uma grande potencialidade de luta contra o capitalismo” e que “os estudantes são fração da classe trabalhadora”.³³ É importante notar que desde sua criação, a FAE buscou inserção social nos mesmos espaços em que a UNE e a UBES, instituições que foram muitas vezes hegemônicas no movimento estudantil dentro da universidade e em grandes colégios públicos; em centros acadêmicos, diretórios e grêmios estudantis. A motivação para a criação deste coletivo esteve bastante relacionada ao ciclo de protestos que levou à ocupação de diversas escolas públicas no Paraná em outubro de 2016. Na ocasião, membros de coletivos “autônomos” buscaram fazer “trabalhos de base” em alguns dos colégios ocupados em Londrina e lá, chegaram a entrar em divergências com militantes da UNE que também disputavam protagonismo entre os secundaristas. Durante 2019, pouco antes da pandemia de COVID, estudantes “autônomos” filiados principalmente à FAE, chegaram a compor e até ser maioria em

³² Retirado da carta de apresentação da FAE, publicado no Instagram da organização em setembro de 2020. Conteúdo completo disponível no anexo 2.

³³ Idem.

chapas eleitas em diversos centros acadêmicos da UEL – principalmente em cursos de humanidades e estudos sociais aplicados – bem como em alguns grêmios de importantes colégios públicos da cidade. Nesses locais onde se insere os membros do coletivo buscam realizar grupos de estudo, rodas de conversa, debates – presenciais ou online – ³⁴, exibição de filmes e documentários, campanhas de solidariedade, plantio de hortas comunitárias etc. além de fomentara participação em protestos e outros eventos realizados pela rede de coletivos “autônomos”, em suas comunidades locais.

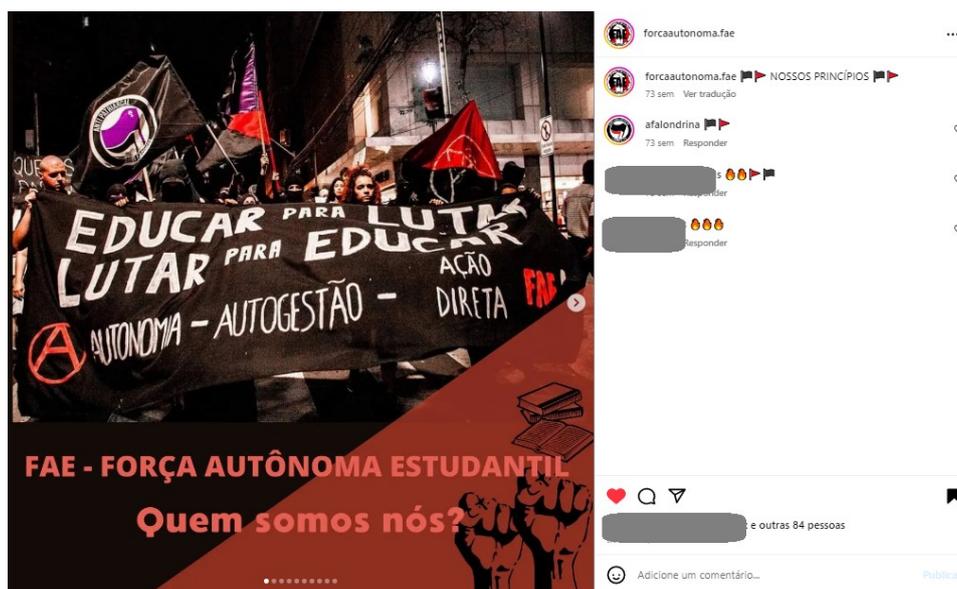


Figura 4: Divulgação de carta de princípios da FAE

Fonte: *Print* feito do perfil da organização do *Instagram*.

Movimento Autônomo Popular (MAP)

Criado em 2018, o MAP foi idealizado como um movimento periférico que objetivava “defender os direitos do povo trabalhador, atuando especialmente nos bairros de periferia” se valendo de “ações diretas” como “ferramenta” de atuação nesses locais. Ou seja; “para atingir nossos fins, não fazemos por meios de um intermediador ou de um representante” ³⁵. Surgido do propósito de alguns dos mesmos estudantes universitários que fundaram as outras organizações citadas, os militantes do MAP hoje se orgulham do

³⁴ Alguns temas abordados nesses espaços são: “formas de manifestação e criminalização do movimento estudantil”; “como estruturar movimentos autônomos e combativos nas universidades do Brasil” e “[como] construir grêmios de luta!”. Esses eventos ocasionalmente também são promovidos em parceria com outras organizações militantes da cidade ou de locais diversos do Brasil.

³⁵ Retirado da carta de apresentação da FAE, publicado no Instagram da organização em setembro de 2020. Conteúdo completo no anexo 2.

considerado êxito logrado pelo movimento, ao conseguir estender sua presença entre juventudes periféricas, especialmente em uma importante região de ocupações na zona sul da cidade. Entre as motivações expressas para a criação do MAP, foi bastante mencionado o objetivo de denunciar os casos de excesso de violência policial ocorridos na cidade, em especial depois da morte de um jovem conhecido de alguns dos militantes “autônomos”. Se guiando a partir estes objetivos, o MAP também pautaria princípios libertários, mas buscaria ainda maior abertura ideológica do que uma “tendência” poderia pretender, por exemplo. Assim como no caso das demais organizações “autônomas”, a carta de apresentação do MAP também enfatiza a defesa de formas mais “independentes” e “horizontais” de organização, negando a interferência de “líderes religiosos, ONGs, partidos político eleitoreiros, empresas ou e burocracias estatais” e afirmando sua “liberdade de ação organizada”. Por fim, sua defesa da “horizontalidade” e “autogestão” ainda passa pelo que chamam de princípios da “democracia de Base”, ou seja, de uma organização que atue: “de forma horizontal, de modo que cada um assumido suas funções de acordo com sua possibilidade e necessidade, participa de forma igual dos processos políticos e sociais, sem necessidade de chefes. [...] de forma autogestionária, onde todos praticam o movimento diz o que o movimento deve fazer e faz. É como mandar obedecendo” (Sic)³⁶. As “ações diretas” realizadas pelo MAP são geralmente de tipo mais filantrópica, principalmente campanhas de solidariedade, arrecadação de alimentos, vestuários, materiais de construção, etc. além da feitura de hortas comunitárias e eventos recreativos.



Figura 5: Distribuição de refeições na ocupação Vila Feliz em dia de Natal.

Fonte: *Print* realizado do perfil do MAP no *instagram*

³⁶ Idem.

Sindicato Independente de Trabalhadores (SIT)

Apoiado numa percepção da importância das organizações laborais e de classes para combater o capitalismo, o SIT foi criado em 2020 como uma organização sindical que objetivava reunir “os setores combativos, independentes e anti-eleitoreiros da classe trabalhadora, desde os/as informais, uberizados, desempregados/as e invisibilizados/as, em defesa de seus direitos e de sua emancipação”³⁷ De acordo com um de seus fundadores, ainda, o SIT busca contrapor o que chamam de uma “predominância do sindicalismo cartorial”, ou seja, sua divisão por categorias laborais, o que fragilizaria a luta de classes, promovendo a concorrência e a burocratização dentro da classe trabalhadora. Uma das principais inspirações para a criação do SIT parece ter sido tirada da FOB (Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil); organização criada em 2010 com a intenção de estruturar um tipo de “sindicalismo revolucionário, em oposição ao sindicalismo de Estado e reformismo”³⁸, e cujo modelo se encontra consolidado com diversas organizações associadas, distribuídas por outros nove estados além do Paraná. Contatos estabelecidos entre militantes das organizações londrinenses e da FOB, antes mesmo da criação do SIT, bem como alguns alinhamentos estratégicos entre eles, no estabelecimento de calendários de protestos populares e no compartilhamento de materiais, exemplificam como essa aproximação se expressa. A consolidação do alinhamento entre essas organizações, contudo, se deu apenas em 2022, a partir da filiação formal à FOB, por parte das organizações locais³⁹. Assim como a FOB, o SIT passou a se pautar, desde sua criação, pela perspectiva do “sindicalismo revolucionário”, mas sem nunca assumir uma “ideologia oficial”, tal como o faz o “anarcosindicalismo”, e mantendo assim, uma estrutura mais inclusiva para todos, afirma um de seus fundadores: “O anarcosindicalismo [...] assume, para si, essa ideologia oficial, [pautando] publicamente essa questão do anarquismo [...]. O sindicalismo revolucionário, por sua vez, se pauta por princípios classistas e libertários [...], é mais amplo né”⁴⁰. Com o objetivo de fazer uma atuação mais voltada para as questões laborais, o SIT acaba abrigo também alguns perfis menos usuais entre militantes “autônomos” – jovens

³⁷ Retirado do texto de apresentação do SIT, publicado no Instagram da organização em janeiro de 2021.

³⁸ Disponível em: <https://lutafob.org/quem-somos/> Acessado em junho de 2022

³⁹ Carta de filiação à FOB em anexo 2. Disponível também no link: <https://lutafob.org/9486/> Acessado em junho de 2022.

⁴⁰ Gilberto Rossi, entrevista concedida em 01/10/2021

trabalhadores de setores precarizados, geralmente não ligados à universidade – que não se identificam tanto com os demais coletivos “autônomos”, sendo, assim, uma das organizações mais numerosas, com cerca de 40 associados⁴¹. De acordo com texto de apresentação da organização publicada na internet, cinco são os princípios que guiam suas ações: “Democracia direta e federalismo”; “autonomia e ação direta”; “classismo e anticapitalismo”; “internacionalismo”; e “combate às opressões”.⁴²



Figura 6: Encontro de "formação política" realizado pelo SIT em área pública.

Fonte: *Print* feito do perfil da organização no *Instagram*.

Tendência Autônoma Feminista (TAF)

Definido como um “coletivo de mulheres de orientação libertária que possui como objetivo construir uma luta feminista”, a TAF define uma longa lista de oito princípios e seis bandeiras que pautariam suas ações. São elas respectivamente: “horizontalidades”; “ação direta”; “autogestão”; classismo; “anticapitalismo”; “antirracismo”; “anticlericalismo” e “anti eleitoralismo⁴³”. Já suas bandeiras se resumem aos seguintes pontos: “autonomia intelectual feminina”; “[destruição da] família nuclear”; “antipornografia e antiprostituição”; “antipedofilia”; “contra a heterossexualidade e

⁴¹ Idem

⁴² Detalhamento dos princípios no texto completo em anexo 2.

⁴³ Retirado da carta de apresentação e princípios da TAF, publicado no Instagram da organização em junho de 2020. Conteúdo completo no anexo 2.

maternidade compulsórias”; e “pelo direito ao aborto seguro”. Guiada por princípios muito similares, ou até iguais aos princípios que guiam as demais organizações “autônomas”, esta se diferencia, no entanto, pelo conjunto de suas bandeiras que colocam ênfase sobre a compreensão que fazem dos problemas do patriarcado e da causa feminista diante deste problema. Embora a TAF tenha figurado entre 2020 e 2021 como um dos coletivos que compunham a rede “autônoma” de Londrina – coordenando esforços para a realização de atos, assembleias, grupos de estudos etc. – a organização parece ter se desfeito entre o final de 2021 e 2022, com uma expressiva perda de militantes. Durante a realização do campo, foram raras as situações em que entrei em contato com pessoas que haviam passado pela TAF, e entre todas que aceitaram ceder entrevista, apenas uma tinha pertencido do coletivo. Críticas e menções eventuais eram feitas, no entanto, por parte de alguns que apontavam problemas com o que chamavam de “feminismo radical” ou “radifem” por parte da TAF; posicionamento esse que estaria em conflito com a participação de mulheres transexuais dentro do grupo. O crescimento de outras organizações que têm pautado de maneiras diferentes as questões de gênero, e em diálogo com os coletivos “autônomos” da cidade – como a Frente Feminista; a Frente Trans; e o Corpas –, por fim, parece reforçar um processo de afastamento ou suplantação da TAF.

Alternativa Popular (AP)

Se apresentando como “uma Federação autônoma de lutas populares, estudantis e sindicais, composta por coletivos e setores combativos, independentes e anti-eleitoreiros”⁴⁴, a AP foi criada próximo ao final de 2019. Momento em que as organizações “autônomas” cresciam consideravelmente, ganhando novas siglas e cada vez mais adeptos, com seus militantes compondo volumes expressivos nos protestos da cidade. Nesse contexto, a AP é idealizada então por um conjunto mais assíduo de participantes destas organizações, com o intuito de “organizar os militantes autônomos em seus núcleos de base”⁴⁵, e realizar assembleias gerais regulares, coordenado esforços entre eles. Defendendo os princípios da: “horizontalidade/federalismo/democracia direta”; “ação direta”; “classismo”; “combate às opressões”; e “anticapitalismo”, a AP não difere muito em suas prerrogativas, das demais organizações que busca organizar. A ideia de

⁴⁴ Retirado da carta de princípios da AP, publicado no Instagram da organização em outubro de 2019. Conteúdo completo no anexo 2

⁴⁵ Publicação de 25 de maio de 2020 feita no Instagram da organização. Conteúdo completo no anexo 2

federação empregada aqui, por sua vez, tem inspiração em compreensões de teóricos anarquistas do século XIX, como Mikhail Bakunin e Pierre Joseph Proudhon que servem de influência para alguns de seus idealizadores. Após a saída da TAF consolidada em 2022, permaneceram como membros da AP o MAP, o SIT e a FAE. Embora a imensa maioria dos militantes apenas circule entre as diferentes organizações, a AFA não está formalmente ligada à AP, uma vez que ela não é concebida propriamente como um coletivo, mas como dito; uma “frente ampla”, mais pragmaticamente ligada às “linhas de frente” e às “ações diretas”. Ao centralizar as vozes “autonomistas” da cidade, em algumas ocasiões a Federação se situou na mediação entre os militantes deste campo, e os demais grupos de esquerda, na organização de protestos importantes na cidade.

Frente Classista e Combativa (FCC)

Uma associação episódica criada em 2021 a FCC foi “convocada” para “reafirmar a urgência de unidade da esquerda anticapitalista e revolucionária da cidade”⁴⁶, após um episódio de rompimento com o setor partidário, durante a campanha pelo #ForaBolsonaro. Com o rompimento, os coletivos “autônomos” que até então vinham compondo o Bloco Combativo dentro dos atos organizados pelo Comitê Unificado, passam então a coordenar manifestações próprias em torno da FCC. Marcando uma oposição explícita ao Comitê Unificado, a Frente objetivou acolher também outras organizações que também romperam com o Comitê mais ou menos no mesmo período⁴⁷. Sendo assim, a FCC se formou como um grupo que se pretendia ideologicamente ainda mais amplo do que os que compunham a Alternativa Popular, porque abarcaria um grande número de “independentes”, além de “maoístas”, “marxista-leninistas” e “guevaristas”.

Cada qual ligada à defesa de “causas” ou propósitos específicos, essas organizações funcionariam, em princípio, como independentes umas das outras, com suas agendas e militantes próprios. Contudo, uma observação mais aproximada desses coletivos demonstra que, na prática, eles compartilham muito mais princípios, valores e características no geral, do que eventuais diferenças que são colocadas por suas pautas, siglas e símbolos relativamente diferentes. Ademais, a maioria dos militantes

⁴⁶ Apresentação da FCC, retirada do Instagram da AFA, em publicação feita no dia 26/10/2021. Conteúdo completo no anexo 2.

⁴⁷ Ver anexo 2: texto convocatório de plenária para a formação da FCC em 1º de setembro de 2021. Publicado no Instagram da AFA.

entrevistados alegou “construir” duas ou mais organizações simultaneamente, redirecionando a concentração dos esforços em conformidade às demandas ocasionais de cada organização.

A defesa de um conjunto de valores em torno de um ideal de “esquerda radical e revolucionária”, é colocada como um dos elementos mais importantes da constituição simbólica e discursiva dos coletivos “autônomos”, como um todo. Esse ideal parece encontrar uma síntese na defesa das “ações diretas”, entendidas como práticas que, nesta concepção, seriam as mais legítimas ou condizentes com as organizações guiadas em torno desse conjunto de valores. Esta legitimidade viria principalmente do fato de essas ações serem compreendidas como mais contundentes e eficazes do que as práticas usuais dos movimentos “entreguistas”. Por outro lado, a categoria “ação direta” também está relacionada à ideia de que essas seriam formas mais autênticas de ação, já que realizadas por indivíduos e grupos não orientados por interesses corporativos. Em ambos os casos, a ideia de “ação direta” se expressa como um mecanismo de demarcação de *posição diferencial* (MARX & MARQUES, 2020) em relação a outros atores coletivos com os quais estes interagem. Este mecanismo será discutido em maior detalhe à diante. Por ora, a fim de compreender os elementos que compõem os processos de identificação coletiva dos “autônomos” em torno de seus valores e práticas característicos, é interessante definir melhor o que eles compreendem exatamente pela ideia de “ação direta”, ou seja, quais são seus significados atribuídos, que tipos de ações podem ser abarcadas nesta categoria e, portanto, que tipos são recusadas como ações ilegítimas, em seu ponto de vista.

A definição de “ação direta” é relativamente confusa, mesmo para alguns militantes, uma vez que os significados atribuídos a esta categoria podem variar um de acordo com o contexto em que ela é empregada. Normalmente usada para se referir a ações que envolvam maior risco, como os “pixos”, bloqueios de vias, confrontos de rua e depredação de patrimônios considerados símbolos do grande capital – mais raras em Londrina – a expressão “ação direta” também pode ser empregada para se referir a praticamente a qualquer ação realizada por coletivos, desde que considerados “autônomos” ou “libertários”. Em uma das mais bem elaboradas definições nativas do termo, a “ação direta” é apresentada da seguinte maneira:

ação direta é aquela ação realizada pelo próprio povo, sem esperar por representantes de partidos, de empresas e instituições de forma geral. É a ação

consciente e classista que pode visar objetivos diversos. Ex: Pressionar o Estado a reconhecer direitos, barrar políticas nocivas à classe trabalhadora, conquistar melhores condições de vida, território, etc. Existem muitas formas de ação direta, para além das mais conhecidas que detêm um carácter mais destrutivo, como bloquear vias e atacar vidraças símbolos do capitalismo, panfletar, organizar manifestações, promover meios de apoio mútuo arrecadando cestas básicas de forma auto-organizada são expressões da ação direta em seu sentido mais amplo⁴⁸.

Como se vê por esta definição ampla, a categoria não se refere apenas às ações violentas ou de carácter “destrutivo”, mas também poderia significar praticamente qualquer atuação realizada “de forma auto-organizada” por coletivos que representem os interesses autênticos do “próprio povo”, até mesmo a simples atividade de “panfletar”. Apesar dessa abrangência semântica, é importante deixar claro que existem limites simbólicos a respeito do que é aceito como “ação direta” legítima ou “consciente” no jogo entre esses diferentes atores coletivos e o Estado. Na dinâmica conflituosa entre os “autônomos”, autoidentificados como integrantes legítimos do “povo”, e seus opositores – figurados nos “representantes de partidos, de empresas e instituições de forma geral” –, o respeito a valores humanos, sociais e democráticos, por exemplo, é colocado como algo que não deve ser violado em nenhuma hipótese, pois é em nome propriamente desses valores⁴⁹ – dentre outros, próprios dessa “esquerda radical” – que as “ações diretas” são empregadas.

Importante lembrar que a ideia de “ação direta” já era conhecida em alguns contextos militantes brasileiros, ao menos desde meados dos anos 2000, quando outras organizações militantes já a empregavam com sentido muito semelhante ao dado pelos “autônomos”. Organizações como o MPL e, anos depois, os Comitês Populares da Copa (CPC) – estes já em 2010 – passaram a atuar, sobretudo nas grandes capitais do país, mas, em alguns casos, também em cidades do interior como em Londrina, onde MPL foi uma das organizações militantes mais conhecidas e ativas no contexto universitário entre meados e finais dos anos 2000. Contudo, também cabe ressaltar algumas diferenças importantes entre estas organizações e os coletivos “autônomos” tratados neste trabalho. Tanto o MPL, como o CPC, sempre se posicionaram de maneira pública como coletivos

⁴⁸ Retirado do “Manual Informativo Sobre Ação Direta”. Conteúdo completo disponível no anexo 2.

⁴⁹ Aqui é interessante salientar que, para essas organizações, a ideia de democracia é não se referir ao regime político vigente, visto como falho em diversos aspectos. A noção de democracia mobilizada nesses contextos se refere, então, a um fim político, ou seja, um ideal que deve ser atingido – a “verdadeira democracia”.

“apartidários”, mas nunca “antipartidários”⁵⁰. Por outro lado, observando os elementos que compõem o posicionamento discursivo dos coletivos “autônomos”, e sua recusa em fazer acordos, ou se reportar a figuras de autoridade – como em situações de planejamento e realização de manifestações –, é possível dizer que eles estariam muito mais próximos de um posicionamento que poderíamos identificar como “antipartidário”. A partir disso, também é interessante notar a relação ambivalente expressa nesse emprego particular da categoria “ação direta” pelos coletivos “autônomos”. Ou seja, ao mesmo tempo em que negam a legitimidade das ações de tipo institucional, se posicionando de maneira “antipartidária” ou “anti-institucional”, de modo geral, eles também se colocam como um grupo de “pressão”, no sentido de demandarem dessas mesmas instituições governamentais por “reconhecimento de direitos”, “melhores condições de vida”, “saúde”, “emprego”, “moradia”, etc.

Ainda sobre as “ações diretas”, por fim, é importante deixar claro que, mesmo que eventualmente realizadas em nome de valores liberais, como democracia, direitos humanos e sociais, e mesmo, ainda, que dentro desse universo de valores, não exista a probabilidade de que ações sejam planejadas, por exemplo, com intuito de causar danos físicos a pessoas, esta não se identifica como uma forma de ação não violenta, como pacifismo. Isso implica dizer que dentro da contingência que caracteriza as *performances* realizadas, as ações coletivas podem escapar ao controle de seus idealizadores e a violência pode ser usada, entre outras coisas, como ferramenta de mobilização pública, por exemplo. Em outras palavras, as *performances* muitas vezes podem fugir ao *script* definido pelas organizações e a violência pode ser usada como uma espécie de recurso cênico nesse processo. Essa violência, que não é somente, nem sobretudo, de ordem física, aparece como uma espécie de *estratégia dramaturgica* que fornece matéria-prima para um tipo de martirização do grupo. Desse modo, em suas interações com as forças de segurança, o confronto violento permite que eles se apresentem como *vítimas* em uma relação de antagonismo com os policiais, apresentados como *vilões*. Nesse sentido é

⁵⁰ No caso específico de Florianópolis, onde o MPL foi fundado, o pertencimento, quando mais jovens, de alguns dos membros originários a uma corrente de juventude do Partido dos Trabalhadores, teve papel fundamental na aprendizagem de certas habilidades exigidas na organização da militância pela causa do transporte, sobretudo em momentos de tensão, diante de grandes acontecimentos que exigiram maior necessidade de interação e negociação com autoridades públicas. Contudo, apesar da conhecida relação originária do movimento com setores internos do PT – ligados à Juventude Revolução –, o afastamento formal ou “ruptura” com o partido, por parte dos membros fundadores, constituiu um ponto de virada importante para a consolidação do movimento como organização “autônoma” e “apartidária”. Cf. SEIDL, E. (2021). *Um Capital militante em Transformação? Tensões e ambiguidades na militância do Movimento Passe Livre. Estudos de Sociologia*.

possível dizer que a violência, por si mesma, não compõe um elemento estratégico da organização, mas, como modalidade de interação possível, pode surgir como instrumento tático em determinados contextos de oportunidade gerados pelos confrontos de rua (SZWAKO e DOWBOR, 2013).

Um estudo baseado no banco de dados do Projeto de Opinião Pública da América Latina (Lapop) analisou o posicionamento dos jovens latino-americanos em relação aos partidos políticos de 2006 a 2018 (ARAUJO & PEREZ 2021). Os resultados revelaram um aumento significativo de sentimentos antipartidários entre os jovens brasileiros nos anos mais recentes. O estudo demonstrou que a falta de simpatia e confiança nos partidos políticos aumentou consideravelmente após 2013. Em 2014, por exemplo, 83,5% dos jovens brasileiros declararam não ter simpatia por nenhum partido. Os dados cruzados sobre sentimentos antipartidários, como um todo, atingiram o pico em 2016 no país, mas somente em 2018 começaram a apresentar uma tendência de recuperação. Outros países latino-americanos que também passaram por ciclos de protestos intensos, como Chile e Colômbia, registraram um crescimento semelhante dos sentimentos antipartidários, mas apenas no Brasil foi observada uma recuperação desses números.

Além de compartilharem dos mesmos princípios e, em grande parte, dos mesmos integrantes, os coletivos também compartilham basicamente os mesmos elementos estéticos e simbólicos, tal como os das organizações que os inspiraram. Em seus símbolos, as cores preta e vermelha – roxo no caso da TAF – representam respectivamente o anarquismo e o socialismo. Já as imagens de mãos dadas ou punhos cerrados, são usualmente empregadas para representar a luta coletiva⁵¹. O uso destes símbolos estampados em estandartes, camisetas e bandeiras é abundante em suas manifestações, facilitando sua identificação visual. Os trajes, normalmente de cor preta, e adereços usados pelos militantes – que por sua vez podem combinar elementos representativos de culturas urbanas, como a do *skate*, do *rap*, do *punk*, do *hardcore* etc. – também facilitam essa identificação.

⁵¹ Emblemas dos coletivos “autônomos” em anexo 3.

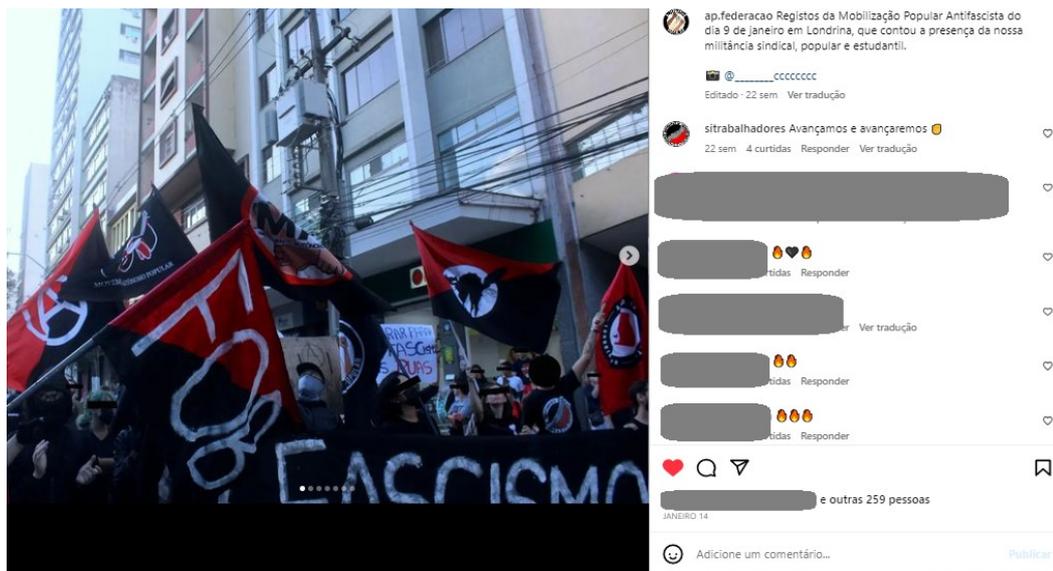


Figura 7: Mobilização da Ação Antifascista em 9 de Janeiro.

Fonte: *Print* retirado do perfil da AP no *Instagram*.

Outro elemento distintivo da caracterização visual desses coletivos pode ser observado principalmente nos grandes protestos da cidade, nos quais uma parte dos militantes “autônomos” se cobrem dos pés à cabeça com tecidos escuros, com o intuito de dificultar suas identificações individuais. O momento de “morfar”, como preferem chamar esta forma de preparação, é executado com bastante cautela pelos militantes. Ainda durante o período de concentração de determinado ato programado, alguns deles formam discretamente um pequeno círculo fechado, usando seus próprios corpos e as bandeiras da organização como barreira. Dentro deste círculo, então, um a um, entram com suas mochilas, vestidos com roupas normais e lá se trocam, saindo já “morfados” e, portanto, com suas identidades supostamente protegidas. No momento da dispersão do ato, de maneira semelhante, outro círculo é formado para que os militantes possam vestir suas roupas convencionais novamente em segurança.

O uso de escudos e coberturas faciais por parte dos coletivos londrinenses parece inspirado nos exemplos clássicos de Black Blocs ocorridos na Alemanha dos anos 1980, que por sua vez também inspiraram o uso desse repertório nos atos de junho de 2013 no Brasil. Assim como nesses casos, os Blocos formados pelos coletivos de Londrina também fabricam seus próprios escudos caseiros para proteção individual. Esses escudos são normalmente confeccionados com placas cortadas de madeira compensada e alças de corda para a sustentação nos braços, e são pintados com símbolos “anarquistas” e

“antifascistas” feitos em *spray*. Seu uso é ocasional, mas geralmente feitos em circunstância de protestos maiores, dentro dos quais podem se formar os Blocos. Nem todos os militantes “morfados” utilizam esse acessório, mas praticamente todos que os utilizam, o fazem apenas enquanto estão “morfados”.

Levando em conta alguns elementos característicos dos coletivos "autônomos" da cidade é possível esboçar uma forma de representação gráfica da rede de organizações formada por eles. Considerando que cada coletivo busca atuar de maneira própria, reivindicando seus espaços de atuação dentro do amplo domínio das “causas” políticas, promovendo atividades de interesse e recrutamento de novos membros, podemos representar, então, círculos de atuação em torno de cada uma das organizações mencionadas. Se considerarmos, ainda, que seus membros transitam, “construindo” simultaneamente, às vezes, dois ou mais coletivos, podemos criar um diagrama representativo de seus respectivos círculos de atuação sobrepostos:

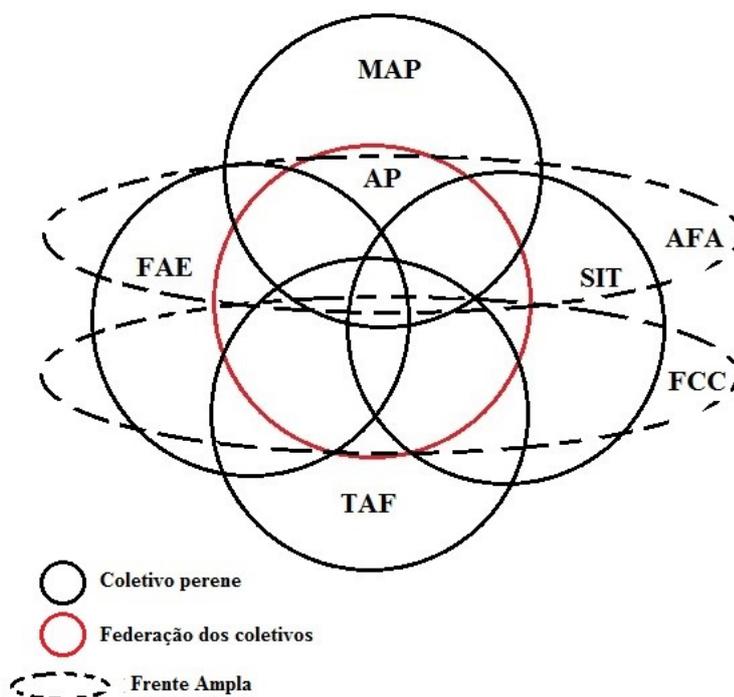


Figura 8: Diagrama com representação espacial dos coletivos estudados.

Fonte: Própria

O diagrama acima busca representar visualmente o entrecruzamento dos coletivos “autônomos” atuantes na cidade e a possibilidade de intercâmbio de militantes existente entre eles. Cada um dos círculos escuros representa um dos coletivos com algumas regiões de sobreposição e outras regiões que podem se projetar para fora da região nuclear. O círculo destacado em vermelho ao centro, por sua vez, representa a Alternativa Popular, a “Federação de coletivos autônomos” que busca articular os demais em seu entorno. Por fim, as duas figuras com bordas tracejadas e formas elípticas representam as “frentes amplas” criadas por esses militantes, nas quais a participação é, em tese, mais aberta a indivíduos de diferentes posições políticas. Uma delas perene, a AFA, e outra ocasional ou episódica, a FCC.

Na amostra coletada, foram incomuns os casos de pessoas que alegaram participar de apenas uma das organizações “autônomas”, assim como foram incomuns aquelas que se diziam participantes de todas elas. Na maioria dos casos, o engajamento parece ocorrer de forma crescente e gradual até o ponto em que algum evento fortuito ou circunstância pessoal – como brigas, queixas, retorno à cidade de origem, entrada no mercado de trabalho etc. – produza algum processo de retração individual. Devido à transitoriedade que caracteriza o período da vida na qual a maioria deles se encontra – estudantes universitários ou secundaristas – e os progressivos aumentos dos custos pessoais implicados no recrutamento em mais organizações – relacionado a compromissos, agendas etc. –, o número de filiações poucas vezes se estende para quatro ou cinco organizações simultâneas. Este número, que já é bastante expressivo, ainda, só parece ser praticável em virtude da grande imbricação entre estas organizações, que realizam muitas de suas atividades de maneira conjunta.

A partir da aproximação inicial, seja com uma das frentes ou um dos coletivos perenes, a participação tende a ser estendida para as demais organizações, de maneira mais ou menos rápida, à medida que se fortalecem e ampliam os laços interpessoais dentro da militância. Os casos mais comuns são se pessoas que participam de uma, ou até duas das organizações perenes, mas atua também e alguma das frentes. A associação simultânea a mais de dois coletivos perenes, dessa maneira, tende a ser indicativo de uma maior intensidade no engajamento, mas independe do tempo de filiação às organizações. Contudo, as observações indicam que à medida que permanecem engajados por mais tempo, os indivíduos tendem se envolver cada vez e se filiarem a mais organizações, progressivamente. Também é preciso considerar que uma vez quebrada a barreira inicial

de entrada e adaptação a um dos coletivos “autônomos”, é facilitado seu processo de recrutamento em outros coletivos da rede.⁵²

Na maioria dos casos as aproximações iniciais parecem ter acontecido de maneira tímida e cautelosa, mas uma vez recrutados, os indivíduos demonstraram tendência de rápido aprofundamento dos compromissos com a militância, se limitando, contudo, à filiação a duas ou três das organizações da rede, em média. Mas há exceções. Manuela foi uma delas; graduanda em humanidades, ela representa um ponto fora da curva ao ter se associado rapidamente a todas estas organizações, algumas das quais ajudou a criar, antes de deixar a militância “autônoma” em 2021. Sua percepção a respeito da distribuição dos militantes nestas organizações está expressa na fala seguinte:

É que elas foram sendo construídas aos poucos. A maioria foi quando eu já tinha entrado que a gente começou a dar início nelas. Quando eu entrei só existia a FAE e a Ação Antifascista, aí criamos a Alternativa Popular no intuito de ser tipo uma articulação de todos os movimentos autônomos. Aí a gente criou o Sindicato Autônomo, criamos o coletivo feminista né, que eu também fui uma das fundadoras, que é a TAF. E *eu participei de todos, tanto do sindicato, quanto do Movimento Feminista, do movimento estudantil, eu meio que participava de todos*. Às vezes não todos ao mesmo tempo, mas como é uma organização pequena eu acabava entrando pra dar uma articulada. Então às vezes *eu ficava alguns meses em uma, aí às vezes eu me afastava um pouco e ficava na outra. Mas era tudo a mesma coisa, eram todas as mesmas pessoas a gente só dividia por essas categorias como se fosse como a gente vai atuar*, qual organização que a organização vai atuar, mas eram as mesmas pessoas na verdade.⁵³

Ainda que ela própria represente um caso atípico no que diz respeito à celeridade de seu engajamento e posterior desengajamento, sua fala é bastante elucidativa do tipo de trânsito militante que se estabelece entre as organizações em questão. Sua experiência acumulada ao longo de três anos de intensa participação na rede “autonomista”, somado a seu interesse em estudar “temas políticos” e “casos de militâncias históricos” e “atuais”, deram a ela posição de reconhecimento no grupo, durante o tempo em que participou. As questões relacionadas a sua frustração e conseqüente afastamento serão abordadas adiante.

⁵² Alguns militantes narram experiências de meses de espera entre seus primeiros contatos e o aceite como membro da organização. Quando há casos de desconfiança, ou quando é considerado que a pessoa em questão ainda precisa ser enturmada e socializada a nos princípios e valores “autônomos”, esse processo de recrutamento pode ser especialmente demorado. Nesses casos, o recrutamento pode envolver etapas de leitura de materiais obrigatórios, participação em grupo de estudos, rodas de conversa, manifestações etc.

⁵³ Entrevista realizada virtualmente dia 08/11/2021.

Quadro 7 – Breve perfil biográfico de Manuela.

Manuela tem 26 anos, é graduanda na área de humanidades e trabalhadora terceirizada em uma agência dos Correios. Nascida no interior de Pernambuco se mudou para o Paraná junto com a família quando tinha 10 anos de idade. Relata que seus pais, donos de uma pequena facção de roupas, continuaram com a atividade familiar no norte paranaense por alguns anos, atividade essa na qual ela própria também trabalhou: “A gente trabalhava a maior parte do tempo em casa. Tipo facção; montava máquinas, um salão e terceirizava das fábricas, é bem comum isso, por exemplo, em Cianorte que é onde eu morei a maior parte do tempo aqui no Paraná”. Até seu ingresso na universidade em 2018, nunca tinha desenvolvido nenhum interesse relacionado à política ou à militância, mas logo no primeiro semestre do curso fez alguns amigos entre os militantes da AFA e não tardou em se associar ao coletivo. Entre esses amigos, estava aquele que viria a ser seu namorado e companheiro numa trajetória militante bastante intensa, marcada por disputas e processos de transformação pessoal. Durante cerca de três anos, ambos foram “militantes plenos” das organizações “autonomistas”, participaram da criação de novos coletivos, colocara-se à frente de mediações entre estes e outras organizações de esquerda da cidade e até mesmo participaram da construção de uma revista independente, para a qual produziram textos. Manuela destaca a participação ativa que teve na criação de outras organizações em que passou a atuar paralelamente à AFA: “Elas foram sendo construídas aos poucos [...]. Quando eu entrei só existia a FAE e a Ação Antifascista. Aí criamos a Alternativa Popular, no intuito de ser tipo uma articulação de todos os movimentos autônomos. Aí a gente criou o Sindicato Autônomo, criamos o coletivo feminista né, que eu também fui uma das fundadoras [TAF] [...]. E eu participei de todos”. No entanto, após entrar em divergências e passar por frustrações, decidiu se afastar desses coletivos e foram buscar nova filiação na UJC; organização jovem do Partido Comunista Brasileiro, a partir do que raciocinou: “Vou entrar na contradição que é um coletivo partidário, que era a coisa que eu mais abominava”. Nesse processo também foi afastada, junto com seu companheiro, da revista da qual participavam: “depois do texto que a gente fez [...] expulsaram a gente, porque segundo eles a base deles não concordou com o texto” Entre os principais motivos de sua frustração relata: “a gente queria aproximar a organização da política né, da esquerda local [...] não ficar isolado. Mas a organização é puramente isso, é isolamento puro deles mesmo, uma forma muito sectária”.

Como se pôde notar ao longo da realização da pesquisa, o uso do termo “autonomismo” quase sempre se faz acompanhar de outros adjetivos que qualificam melhor o tipo de organização que o emprega, ou mesmo com que caráter o empregam. Embora as organizações pesquisadas afirmem não seguir nenhuma “ideologia oficial”, o princípio do “autonomismo” parece se associar de maneira mais ou menos forte, sobretudo, ao “anarquismo” como categoria qualificadora e valorativa do tipo de “militância libertária organizada” que buscam fazer. Esse posicionamento é marcado, por exemplo, em relação à ideia de “autonomismo difuso”, tido como desorganizado, pouco sólido, às vezes “espontaneísta”.

Considerando apenas os militantes ativos não dissidentes dos coletivos “autônomos”; dos 18 que cederam entrevista, 12 – dois terços – mencionaram alguma

forma do “anarquismo” como suas orientações políticas⁵⁴. No outro conjunto, compondo um terço da amostra, seis pessoas informaram se guiar por orientações políticas diversas: “socialista libertário”; “marxista libertário”; “Libertário/revolucionário artístico”; “admiradora de Marx”; “ecosocialista marxista” e uma pessoa afirmou não possuir orientação política definida.

Como se pode notar também em suas expressões públicas, em adição ao “anarquismo”, outras categorias políticas recorrentemente mobilizadas são: “feminismo”, “socialismo” e “comunismo”, bem como outros princípios eventualmente correlacionados a algum destes quatro principais, como, “classismo”, “anticapitalismo”, “autogestão”, “internacionalismo”, “maoísmo”, “guevarismo”, “anti-eleitoralismo”, “antirracismo”, “anticlericalismo”, “antipornografia”, “antiprostituição” e “antipedopilia” etc. Embora cada uma dessas terminologias possam ter significados próprios e interpretações diferentes em cada contexto em que são mobilizadas, estes e outros termos também podem aparecer muito imbrincados, até de difícil dissociação no caso da militância “autonomista” observada. Isto porque seus laços e princípios comuns são o que mais saltam à vista de qualquer observador, além da verve radical motivada por ideias como a de “ação direta”, “intenção revolucionária” e por críticas às estruturas e organizações que compõem “social democracia”.

Para além das categorias mais principiológicas, que estabelecem as causas e valores que norteiam a luta política, também são familiares os usos de categoriais posicionais a respeito dos modelos de organização que buscam ser estabelecidos pelos “autônomos”. Categorias como: “horizontal” ou “horizontalidade”, “democracia direta”, “autogestão”, “federalismo”, “autonomia”, como a própria ideia de “coletivo”, buscam salientar a ideia de espírito comunitário, ausência de hierarquias e lideranças internas, bem como a ausência de vínculos institucionais. O slogan “nós por nós”, usado de maneira recorrente em suas expressões públicas resume a tônica expressa no uso de tais categorias. Em todos esses casos, as categorias também exprimem um sentido de segregação entre nós – os do grupo “autônomo” – e eles –; as demais organizações militantes de esquerda ou direita. Isto se observa de maneira mais evidente ao se dispor algumas oposições subjacentes a cada uma destas categorias: horizontal/vertical ou

⁵⁴ Para além das que se disseram simplesmente “anarquistas”, outras orientações político/filosóficas correlatas que também foram mencionadas são: “Anarquista plataformista, anarcosindicalista e antifascista”; “Politicamente autônoma, em flerte com o anarquismo”; “Anarquista, anarcocomunista, plataformista” e “anarquista plataformista”.

hierárquico; democracia direta/indireta ou representativa; autogestão/ingerência partidária; federalismo/centralismo democrático; coletivo/movimento social.

2.1. Ruptura, aliança estratégica: rachas no “campo da esquerda” e demarcadores de posição.

Um elemento notável da estruturação discursiva dos coletivos "autônomos" é o uso de demarcadores de *posição diferencial*, sobretudo em relação às organizações militantes do “campo partidário”. Este conceito se refere à delimitação de uma forma de *fronteira conceitual nativa*, empregada por atores sociais, como estratégia de afastamento ou diferenciação com relação a entendimentos sedimentados sobre outras formas de engajamento – ONGs, partidos, movimentos “tradicionais” (MARX & MARQUES, 2020).

Compreender essa dinâmica de demarcação de posições se mostra relevante na em media que certos elementos da estruturação discursiva dos coletivos “autônomos” parecem tão definidores de sua natureza quando os próprios valores que defendem. Assim, é possível dizer que desde a formação das primeiras agremiações desse tipo em Londrina, noções como as de “coletivo”, “autônomo” e “libertário”, foram empregadas justamente no sentido de demarcação de fronteiras conceituais em relação às organizações que já atuavam na cidade quando os coletivos “autônomos” foram criados.

A ideia de *posição diferencial* mobilizada aqui faz referência ao processo de identificação através do qual os sujeitos se reconhecem como (I) pertencentes e (II) ativistas de um determinado coletivo. O que se diferencia nesse processo de identificação, contudo, é que esse reconhecimento de uma identidade grupal por parte desses sujeitos, não se dá de maneira autorreferente, ou seja, a partir de elementos que lhes sejam propriamente constitutivos. Mas, ao contrário, o que ocorre nesse caso é um processo de identificação cuja construção se dá em uma relação de correspondência com um elemento externo – este outro que é ao mesmo tempo exterior e constitutivo dessa autoidentificação – e seus significados se tornam mais evidentes quando são compreendidos a partir de um

posicionamento crítico em relação a uma conjuntura representada pela “política tradicional” (MARX & MARQUES, 2020, pp. 11-12).⁵⁵

Marcada pelas divergências e oposições, tão logo a militância “autônoma” organizada se tornou uma realidade na cidade em 2016 – acompanhando uma tendência nacional –, sua presença nos protestos convocados por grupos de esquerda se tornou um dado constante. Isto porque a participação eventual desses coletivos em assembleias gerais parece quase sempre tensionar os interesses de setores do “campo da esquerda partidária”, ao passo que se contrapõem a posturas, discursos, e a formas de manifestação habitualmente utilizadas por seus organizadores, como o uso de carros de som, palanques com hierarquias para a fala, convocação de escoltas policiais etc. Contudo, ainda que algumas diferenças possam se sobressair, as afinidades parciais de agenda, centradas na imagem de um inimigo público comum, somadas às oportunidades de ação geradas por ocasião das manifestações, ajuda a explicar os sucessivos episódios de reaproximação dos coletivos “autonomistas” nesses espaços de tradicionalmente ocupados pelos setores partidários. Desde 2016 então, a postura dos “autônomos” tem sido ambivalente com relação a este setor; com alguns momentos de alinhamento/aproximação, seguidos de momentos de rompimento/afastamento estratégico em relação a eles.

As divergências mais recorrentes reveladas em situações de deliberação⁵⁶ entre “autônomos” e organizações de cunho partidário, parecem se concentrar em trono de três tópicos: na definição dos horários e locais escolhidos para as manifestações; no uso das “ações diretas” como forma de protesto e na comunicação e convocação de escoltas policiais para acompanhar os atos. Alegando interesse em tornar os protestos mais atrativos para a classe trabalhadora, os coletivos “autônomos” normalmente pressionam para que eles sejam realizados de forma descentralizada, ou seja, em regiões mais periféricas da cidade e em horários alternativos, normalmente bem mais tarde – como

⁵⁵ Em seu artigo “Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate”, Marques, M. e Marx, V. (2020) discutem as experiências organizacionais estruturadas em torno da noção de “coletivo”, e que ganharam destaque no cenário nacional, sobretudo entre os anos de 2013 a 2016. Com base em uma revisão da literatura sobre o tema, e apoiados por um conjunto de seis entrevistas realizadas com ativistas de coletivos culturais na Cidade de Vitória - ES, os autores apresentam alguns elementos relacionados aos processos de identificação de atores contemporâneos em torno dessa expressão.

⁵⁶ Essas reuniões se dão quase sempre através de convocatórias prévias às manifestações. Nesses casos, um partido, organização ou “frente ampla” define a pauta e propõe o ato. Em seguida, é comum que estas organizações busquem formas de adesão a este ato, nesse sentido, as assembleias costumam ser divulgadas pela internet e abertas a organizações afins que tenham interessadas em somar esforços. No caso da série de protestos pelo #ForaBolsonaro, realizados em Londrina, os encontros foram realizados majoritariamente por plataformas virtuais, mas muitas discussões mencionadas nas entrevistas também aconteciam através grupos de mensagem formados entre eles.

entre 16h e 18h – do que defendem as organizações partidárias, habituadas a realizar protestos diurnos no centro da cidade⁵⁷. O uso recorrente do “pixo” por parte de alguns “autônomos” também costuma suscitar controvérsias, uma vez que as demais organizações muitas vezes os acusam de promover, com esta prática, uma imagem negativa dos protestos para o resto da sociedade⁵⁸. Dessa maneira, a ideia de comunicar e convocar as autoridades policiais para acompanhar as manifestações – algo que, em sua concepção, pode colocar os “autônomos” em risco – também é ponto de recorrente dissenso entre estes as organizações militantes.

Um desses momentos de aproximação, seguido por um afastamento entre as militâncias “autônomas” e partidárias aconteceu em 2021 e foi acompanhado durante do trabalho de campo, no decorrer das campanhas que ficaram conhecidas como #ForaBolsonaro. Em março daquele ano, diversas organizações civis, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, comunidades religiosas etc. passaram a convocar manifestações públicas contra a “má gestão do governo federal na economia e na saúde pública”. Estas mobilizações passaram a ocorrer de maneira periódica ao longo de 2021, reclamando de questões como a “lentidão do processo vacinal” e reivindicando a “ampliação do auxílio emergencial”, além de apontarem para “problemas econômicos e sociais” do governo, como o “aumento da inflação e da taxa de desemprego” no período⁵⁹.

Num esforço conjunto, estes atos começaram a ser convocados nacionalmente a partir de uma associação entre duas grandes frentes de militância que abarcavam parte significativa das organizações políticas da esquerda com distribuição nacional; a Frente Povo Sem Medo (FPSM) e a Frente Brasil Popular (FBP)⁶⁰. A partir dessas convocações, organizações locais ligadas a estas frentes nacionais, passaram a coordenar esforços pra

⁵⁷ Outra razão de interesse para que as manifestações sejam realizadas mais tarde também pode estar ligada aos usos dos repertórios combativos. Ou seja, se têm a ideia mais ou menos velada de que, ao cair da noite, o ambiente se tornaria mais propício para a prática de “ações diretas”.

⁵⁸ As pechas de baderneiros, desordeiros e outros adjetivos semelhantes que recaem sobre os militantes “autônomos” são conhecidas por eles que também tentam maneiras de se desvincular delas. Haja vista demonstrações de comprometimento, valores sociais, divulgação de seus “trabalhos de base” etc.

⁵⁹ Para mais informações da campanha, vide site oficial: <https://www.campanhaporabolsonaro.com.br/> (acesso em junho de 2022).

⁶⁰ Cada uma dessas frentes possui um longo histórico de mobilizações que remontam a 2015, contexto em que diversos setores da esquerda se uniam para fazer frente ao processo de impeachment de Dilma Rousseff. Para mais informações, consultar: <https://www.frentebrasilpopular.org.br/> (acesso em junho de 2022).

realizar manifestações periódicas e simultâneas em suas cidades, espalhadas pelo Brasil⁶¹.

A “frente ampla” denominada Comitê Unificado Londrina (CUL) foi quem primeiro se mobilizou para coordenar a realização dos protestos locais. Criado em 2017 e integrando diversas entidades coletivas, grande parte delas ligadas à FPSM ou à FBP, o CUL já se unira em outras circunstâncias, reivindicando causas ligadas, por exemplo, à “previdência” e à “educação pública”. Em 2021, no entanto, em consonância com calendário de lutas que vinha sendo definido em assembleias nacionais convocadas pelas duas Frentes, o Comitê passou a convidar a população e outras organizações locais para comporem as manifestações do #ForaBolsonaro.

Essas manifestações passaram a acontecer principalmente no centro da cidade, com percurso e outras questões definidas em conferências virtuais em conjunto com as organizações interessadas. Assim, os atos logo se avolumaram e chegaram a reunir mais de vinte organizações militantes locais⁶² de diferentes campos, principalmente provenientes da “esquerda” e “centro-esquerda” que, embora se considerassem eventuais adversárias políticas, se aliaram ocasionalmente na realização da campanha. O resultado da cooperação foi uma sequência de atos que se estendeu até os últimos meses de 2021. Neles, as organizações participantes se dividiam nas execuções de tarefas entre as comissões internas, como as comissões de segurança, divulgação, cuidados sanitários – criada em função da pandemia –, logística etc.

A comissão de segurança era o lugar onde os “autônomos” mais se sobressaíam nos primeiros atos, chegando a compor absoluta maioria nesta função. Muitos deles atuando “morfados”, percorriam as laterais da manifestação, bloqueando ruas no trajeto e lidando na linha de frente com eventuais distúrbios. Os demais, unidos em bloco,

⁶¹ De acordo com seus organizadores, a estimativa é de que cerca de 750 mil pessoas tenham ido às ruas em 427 atos espalhados em todo o país. Reportagem sobre as campanhas e entrevista com um de seus “líderes”, Guilherme Boulos (PSOL) disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/750-mil-foram-as-ruas-em-427-atos-estimam-organizadores-dos-protestos-contra-bolsonaro/> (acessado em março 2023)

⁶² As organizações presentes variavam entre um ato e outro. Mas, por exemplo, em uma das reuniões deliberativas do Comitê para a manifestação do dia 19 de Julho, as seguintes entidades assinaram presença: Coletivo de Sindicatos; Frente Feminista; Levante Popular da Juventude; Sindicato Autônomo dos Trabalhadores/as; Alternativa Popular; Bancada Alviceleste; Ação Antifascista Londrina; Psol Londrina; Consulta Popular; Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos; Rede Médicas e Médicos; Partido Comunista Brasileiro; Unidade Classista; União da Juventude Comunista; Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro; Movimento por uma Universidade Popular; Partido Socialismo e Liberdade; Sindicato Independente de Trabalhadores a Trabalhadoras; Nós Popular e Coletiva; BR Cidades – núcleo Londrina e Evangélicos pela Justiça.

permaneciam sempre na linha de fundo durante as marchas até o destino acordado. Agindo como um grupo único e bastante coeso, os militantes do Bloco se faziam notar por sua performatividade particular, que incluía o uso de sinalizadores de fumaça, cantos e bandeiras próprias, além dos indivíduos mascarados que destoavam na multidão⁶³.

Nas manifestações presenciadas, os militantes “autônomos” reunidos em torno do Bloco compunham números expressivos, na proporção de cerca de um terço do total dos indivíduos presentes. Naquele contexto, eles pautavam, entre outras coisas, a “mudança de foco” e a “radicalização das manifestações”. Como expressou um de seus militantes em fala aberta feita de um palco improvisado durante a concentração do ato do dia 3 de junho; “*Não basta fora Bolsonaro porque [...] a direita liberal também é, e a direita liberal é inimiga da classe trabalhadora, [...] a gente tá aqui pra radicalizar sim! Radicalizar é atacar as coisas pela raiz...*”⁶⁴.

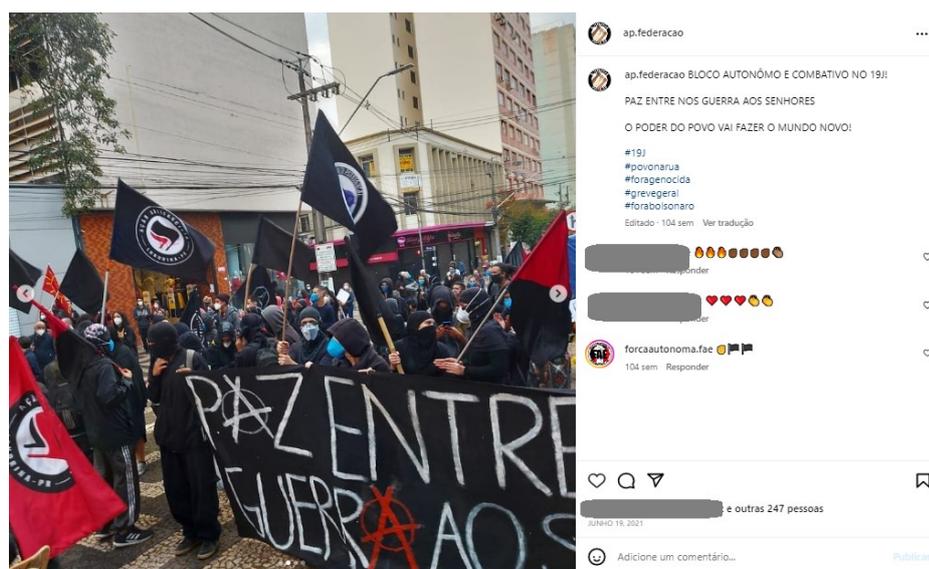


Figura 9: “Bloco autônomo” no ato de 19 de Junho, no centro da cidade, durante campanha pelo #foraBolsonaro. No cartaz, os dizeres: “Paz entre nós guerra ao sistema”

Fonte: *Print* feito do perfil da AP no *Instagram*.

⁶³ É útil esclarecer que os atos em si são compostos de três momentos bem definidos: a concentração, em que os indivíduos se reúnem em determinado local para em seguida saírem em marcha enfileirada por um trajeto pré-determinado até, por fim, se encontrarem no ponto de dispersão. Em todos esses momentos, mas, sobretudo durante a marcha, cada um dos diferentes grupos militantes se aglutina em torno de suas bandeiras, dando à manifestação um aspecto de colcha de retalhos, composta por aglutinados de diferentes cores, cada qual com suas bandeiras, cantos, e formas mais ou menos próprias de se manifestarem. Também é durante a marcha que as comissões de segurança mais atuam, controlando as bordas do ato; as linhas de frente, laterais e de fundos.

⁶⁴ Retirado dos registros de campo.

A cooperação no CUL permaneceu mais ou menos estável durante cerca de sete edições dos encontros, se estendendo até julho de 2021. Em dado momento, no entanto, as divergências entre as organizações “autonomistas” e outros grupos que compunham o Comitê tomaram proporções consideradas insustentáveis. Seria difícil apontar uma única causa para o rompimento, mas casos acumulados de dissensos com acusações de parte a parte foram ouvidos ou presenciados durante a pesquisa. Em especial, por parte de membros partidários do Comitê. Críticas feitas ao uso de “ações diretas”, como investidas contra veículos civis e a um banco, além dos “pixos” foram as mais recorrentes. Já por parte dos “autonomistas”, críticas feitas ao “silenciamento” de seus militantes e, principalmente, sobre supostas denúncias de alguns de seus membros à polícia, parecem ter sido o estopim para o rompimento.

A postura chamada de “entreguismo” ou “denuncismo” é usualmente avaliada como problemática na militância aqui estudada, até mesmo dentro da esquerda partidária que virtualmente nega ter esta atitude. No entanto alguns suspeitam, e outros afirmam veementemente, que denúncias contra militantes “autônomos” teriam partido de dentro do próprio Comitê. Ana⁶⁵, 25 anos, militante da União da Juventude Comunista (UJC) há dois anos, tendo acompanhado as manifestações do #ForaBolsonaro, também percebe a postura de “entreguismo” de alguns, como uma razão do rompimento na Frente de esquerda.

As organizações anarquistas, autônomas, em sua maioria se colocavam primordialmente na segurança, que é essencial pra gente, porque eles têm uma construção, uma tática específica [...]. Inclusive eles sempre tomavam frente dessas comissões e sempre foi feito de uma forma que deu resultados positivos, assim. Porém em contrapartida *eles também usam a manifestação como palco de ações diretas [...] específicas, não comunicadas e não definidas coletivamente* com Comitê, que organiza a manifestação e *que acabaram gerando conflito ali dentro né!? [...]* E a forma, em contrapartida, com que o Comitê tratava aquilo, mais especificamente, o sindicato ou o Levante, não eram posturas que a UJC também está de acordo. [...] posturas punitivistas, e de entregar a pessoa, o manifestante, enfim, de criminalizar e de entregar para a polícia e a gente não compactua com isso de forma nenhuma né [...]. Então começou essa situação de conflito, e os autonomista resolveram sair, cortar com o Comitê, por conta dessas situações [...] *Inclusive a UJC se pôs ao lado do movimento autônomo frente às acusações e à postura de entreguismo, de denuncismo de muita gente do comitê, [...]* então eles saíram

⁶⁵ Ana também da área de estudos sociais aplicados. Segundo ela a presença das organizações “autonomistas” esteve especialmente evidente, como “referência de militância estudantil”, em gestões sucessivas do Centro Acadêmico de seu curso. Relata, porém, que mesmo já possuindo interesse pela militância e por participar do movimento estudantil antes mesmo de entrar na universidade, encontrou grandes dificuldades ao tentar se aproximar do C.A. e dos “autonomistas” que o geriam.

de todas as comissões, e inclusive a comissão de segurança ficou totalmente desfalcada.⁶⁶

Sua fala destaca a percepção de um impasse que entende as “ações diretas” como potencialmente problemáticas, de um lado, e a recusa em tratar estas ações como simplesmente criminosas, de outro. O momento mais tenso deste impasse se deu no ato do dia 24 de julho, no qual, mesmo após ter rompido com o Comitê, o Bloco Autônomo Combativo resolveu comparecer enquanto oposição à “esquerda reformista”. A situação limite narrada por Ana, teria acontecido quando um dos militantes “morfados” avançou contra o vidro de um carro civil que tentava furar a manifestação. Em suas palavras:

Tivemos uma manifestação [...] que ocorreu uma situação bem complicada por conta dessas ações diretas, depois de eles já terem rompido com o Comitê [...] a gente teve uma situação de um motorista [...], ele estava fortemente querendo romper a barreira, e nosso militante, inclusive estava com o rosto próximo à janela, conversando com o rapaz, tentando mediar ali a situação [...] e durante essa conversa, durante esse diálogo, uma pessoa que estava no meio da manifestação de balaclava, enfim, de escudo, subiu em cima do carro e quebrou o para-brisas do carro do rapaz, com o militante nosso, com a cara enfiada ali, podia inclusive ter acertado nosso militante, machucando, podia ter acertado o rapaz, a gente podia responder criminalmente por aquilo [...]. É um extremo anunciado, a gente já sabia que podia ter acontecido [...]. E a gente no Comitê foi conversar sobre isso, e é uma situação muito complicada porque sempre que a gente tenta conversar sobre isso que a gente vai pensar o que pode ser feito frente a isso a ação e a postura do movimento anarquista, do movimento autônomo, é sempre de que eles não podem controlar, que eles tem muitos meninos da periferia que vêm pra fazer as ações diretas e que eles não vão ditar ação direta pra ninguém.⁶⁷

Três dias após o ato, a AP se posicionou sobre o ocorrido em suas redes sociais. Por meio de uma nota, frisaram supostas diferenças entre os dois “campos” e procuraram assumir uma postura “autocrítica” em relação ao fato. Em sua defesa, explicaram o comportamento daquele militante como fruto de um “sentimento heroico” que existiria “em alguns setores do bloco combativo”. Bem como atribuíram o comportamento a uma “falta de acúmulo coletivo em lutas de rua”, ou seja, a uma inexperiência por parte daquele indivíduo. O que se pode perceber de interessante nesta nota, contudo, são alguns dos elementos fundamentais que compõem a estruturação discursiva desses atores, em torno de certos marcadores de *posição diferencial*:

⁶⁶ Entrevista realizada presencialmente dia 19/09/2021.

⁶⁷ Idem.

De uma coisa sabemos havia dois tipos de política nas ruas de Londrina no dia 24 de Julho. Uma delas, colaboracionista e burguesa, que grita “Fora Bolsonaro” pedindo ao parlamento burguês uma solução burguesa: impeachment [...]. A outra, uma política classista de cunho combativo, que tem como pano de fundo as reivindicações mais urgentes e abrangentes da classe trabalhadora [...] principalmente nas periferias. [...] Fato, *em alguns setores do bloco combativo de Londrina, existe ainda um sentimento heroico e uma falta de acúmulo coletivo em lutas de rua*. Que sorte! *Nós temos muita rua, muito campo para a luta rebelde* no Brasil. É importante dizer que: a Alternativa Popular levanta as bandeiras dos explorados/as, em oposição aos/as reformistas e suas soluções burguesas, mas sobretudo a ação direta das massas em detrimento das ações individuais. Porém, a rebeldia desorganizada deve ser organizada pelas frações do povo organizado e não rechaçadas e ameaçadas. [...] Ainda assim, as ações rebeldes e desorientadas são mais genuínas e ameaçam mais a ordem do que o imobilismo dos reformistas, que aparentam radicalidade no discurso e no desejo de disputar consciências, mas não na prática [...]. Não aceitaremos nenhuma postura de criminalização ou denunciante por freelancers do sistema penal disfarçados de lutadores/as do povo [...] ⁶⁸.

No ato seguinte, após este ocorrido, os coletivos “autônomos” buscaram formar uma “frente ampla independente”; a FCC, que passou a convocar suas próprias manifestações, mais ou menos simultâneas às nacionais. Ainda que tenha ganhado o apoio eventual de outras organizações, como a Frente Feminista e a Frente Trans, em alguns dos protestos organizados por eles, a FCC, se compôs, no entanto, basicamente das mesmas organizações que já vinham compondo o Bloco⁶⁹; a AFA, a FAE, o SIT, TAF e o MAP. Bastante engajados, esses militantes já vinham convocando manifestações entreatos desvinculadas das realizadas pelo Comitê – às vezes longe do centro da cidade; nas “quebradas” – desde o início das mobilizações nacionais. Assim, de maneira semelhante, quando a FCC foi criada suas mobilizações continuaram se alternando entre as participações, a partir de então em paralelo⁷⁰ às manifestações centrais, e as manifestações de periferia, mobilizadas nos interregnos entre os atos maiores.

⁶⁸ Disponível também no *Instagram* da organização, em publicação do dia 27 de julho de 2021. Conteúdo completo da nota em anexo 2.

⁶⁹ Em dado momento a FCC recebeu a adesão de uma organização maringense de inspiração “maoísta” ligada ao jornal independente “A Nova Democracia”. Essa adesão foi celebrada pelos militantes que compunham a reunião da FCC, quando se anunciou a novidade.

⁷⁰ Em algumas ocasiões, as manifestações organizadas pela FCC aconteciam lado a lado com o ato do Comitê, em uma dessas ocasiões, a expressão “demonstração de força” foi usada por parte de um militante “autonomista”, para se referir à manifestação que estariam realizando às vistas do Comitê. Em outros casos, os atos ocorriam um pouco mais distanciados, mas ainda próximos um do outro. Em alguns casos ainda, os militantes “autonomistas” escolhiam marchar junto com os manifestantes ligados ao Comitê, para “marcar uma oposição no ato”, mesmo após o rompimento oficial.



Figura 10: Convocação para “ato na quebrada”. Interessante observar como a escolha da foto, retratando militantes em marcha sob a chuva, funciona como uma representação simbólica de fibra por parte dos membros grupo. Além disso, a associação do ato à campanha de “arrecadação de comida” pode ser interpretada como um mecanismo de legitimação da organização aos olhos do público.

Fonte: *Print* feito do perfil da AFA no *Instagram*.

Assim como o Comitê, a FCC também passou a compor comissões específicas e a convocar pessoas para suas próprias manifestações. Essas convocações, tanto para as para as manifestações propriamente ditas, quanto para as reuniões prévias e póstumas – as reuniões de organização e balanço dos atos – eram feitas em grande medida via redes sociais. Contudo, é importante destacar os esforços de divulgação dos protestos que também são feitos “para além da bolha” das redes sociais; como avaliam os constantes trabalhos de comunicação realizados no centro e nas periferias, com colagem de “lambes” e distribuição de materiais impressos em feiras livres, portas de mercados, caixas de correspondência etc. Esse trabalho comunicacional e de prospecção de novas pessoas, por sua vez, parece demonstrar resultados positivos para os coletivos, haja vista a constante presença de pessoas diferentes em cada protesto ⁷¹. Até mesmo nas reuniões online convocadas pela FCC neste período, não eram raras as participações de pessoas que se

⁷¹ Em um dos atos da FCC na periferia da cidade, em especial, foi notável o entusiasmo da parte de alguns militantes “autônomos” com a quantidade de novas pessoas que marcaram presença. Interessante, notar, ainda, como alguns novos participantes, mesmo sem nunca ter tido relações anteriores com nenhuma das organizações, eram prontamente habilitados a carregar bandeiras, distribuir panfletos e entoar cantos coletivos junto aos demais. Aparentemente, sua presença recorrente na cena militante da cidade também contribuiu para a popularização desses repertórios, tornando-os mais familiares a alguns ingressantes. Especialmente quando estes já possuem afinidade ou estão ligados a certas tribos urbanas, como as relacionadas ao universo do *skate* e do *rap*, nos quais os “autonomistas” já possuem alguma inserção.

diziam “independentes”, não ligadas a nenhuma organização, mas simpatizantes dos “autônomos”, outras vezes, até curiosos dispostos a falar suas impressões e até mesmo fazer sugestões à Frente.

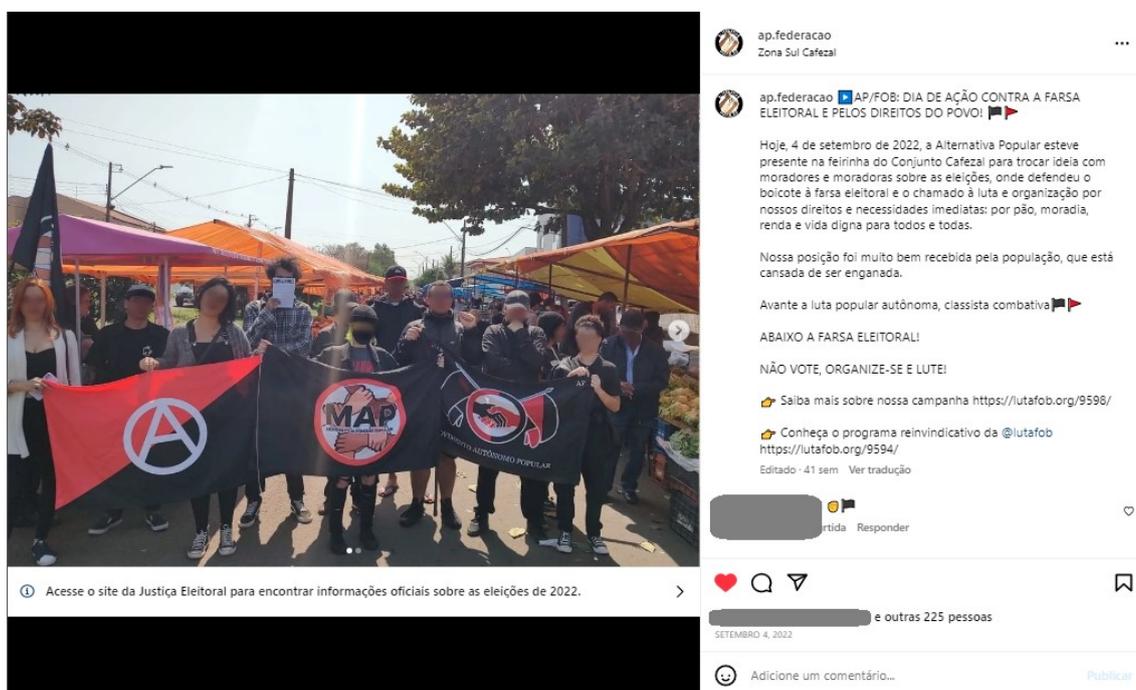


Figura 11: Ação de panfletagem contra a "farsa eleitoral" em feira da região sul.

Fonte: *Print* feito do perfil da AP no *Instagram*.

O graduando de humanidades Gustavo, de 22 anos, relata que foi um dos “autônomos” que participou ativamente das mediações com o CUL até as primeiras manifestações de 2021. Militante experiente, ele definitivamente não poderia ser chamado de alguém com “uma falta de acúmulo coletivo em lutas de rua”. Mas essa experiência, diferente do que se poderia esperar, o levou a buscar outros horizontes para sua vida e a se aproximar do “campo” que lhe era dado como oposto, até então. Em sua trajetória, acabou criando mais afinidades com as ideias que encontrava no “campo partidário”, o que o fez deixar os coletivos “autônomos” para ingressar na União da Juventude Socialista (UJS), a juventude do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A saída de Gustavo dos coletivos “autônomos” aconteceu meses antes do afastamento dessas organizações em relação ao Comitê, em 2021. Contudo, para ele, que narrou já esperar por essa situação, o racha não foi algo surpreendente. Ele narra que depois de ter tentado atuar na mediação com o “campo partidário”, enquanto ainda era

militante dos “autônomos”, acabou sentindo que o “comportamento dessas organizações” – focado na “ação direta, a ação micro” limitava suas “possibilidades de estratégias concretas para a destruição da burguesia”. No trecho de sua fala, selecionado a baixo, ele descreve sua percepção a respeito de um suposto “esgotamento teórico do anarquismo” e de uma tendência de “encontrar motivos pra rachar”, como parte do “*modus operandi*” desses coletivos:

Eu acho inclusive que esse racha com o Comitê pode ter alguma coisa a ver com a nossa saída da organização [...] é só uma intuição assim, porque normalmente eu que estava mais tentando articular ali com o Comitê assim era mais tipo, eu a Manuela. Porque por exemplo o Rossi sempre entra, mas entrava já rachando, digamos assim, encontrando motivos pra rachar né [...], *tem a ver com a própria característica do modus operandi dos autônomos aqui em Londrina né. A coisa da unidade pra eles é um prato cheio pra conseguir alentar um sentimento de antissistema* contra um sistema que na verdade essas forças políticas de esquerda acabam materializando, que seria esse sistema rígido e impenetrável e de pessoas interesseiras né, aí eleitoreiras, tal. *Então toda unidade, desde quando eu entrei lá, era uma unidade propícia pra que fossem criadas narrativas internas de quão o outro lado é ruim, parecia que era uma forma de alimentar a própria organização assim e manter ela mais coesa, digamos assim [...].* Porque existe um bloco impenetrável que se você entra, você se torna algo corruptível, não sei, não era usado, mas se torna pró-capitalista, pró sistema, você alimenta o próprio sistema [...] principalmente esse autonomismo londrinense que é ligado mais à FOB⁷².

Como se pode notar na relato de Gustavo, um sentimento de certo desapontamento com relação à experiência de tentar “articular” com o Comitê, foi determinante em seu processo de retração da militância “autônoma”. Frisando supostos problemas ligados à noção “unidade” nessas organizações, ele descreve – o que percebe como uma estratégia discursiva – o fato de buscarem alimentar sua “coesão interna” através de um ataque ao “outro lado”, alimentando um sentimento “antissistema” entre seus membros. Como resultado desse sentimento, Gustavo detecta uma tendência a encontrar “motivos pra rachar”, comportamento que ele atribui principalmente a Rossi, identificado como personagem central nessas decisões. Desse modo, sua percepção deste “modus operandi” dos coletivos “autônomos”, somado a uma suposta estrutura de valores “impenetrável”, são apontadas como as principais razões para seu afastamento.

Observando o relato de Gustavo, ainda, é possível notar como ele também expressa uma avaliação subjetiva a respeito dos diferentes “modelos” de organização política empregados por cada um dos “lados”. Ou seja, em sua concepção haveria um

⁷² Entrevista realizada virtualmente dia 10/11/2022.

modelo “autonomista”, rígido ou “impenetrável”, inspirado na FOB, mas com atuação local, de um lado, e de outro lado, um “comunismo” ou “socialismo partidário” – um modelo de atuação que forneceria “possibilidades de estratégias concretas” e de maior alcance. Neste outro trecho, selecionado de sua fala este ponto é expresso de maneira ainda mais evidente. Nele também é possível notar o estado de hesitação gerado em Gustavo, a partir de sua escolha de ir para uma organização partidária.

Eu ainda tinha um pouco: - Pô, mas vou entrar num partido legal? Olha o tamanho da contradição, eu estava lá nos anti-institucionalistas, o que eu faço? Mas eu queria entrar num partido comunista, porque *eu tinha chegado à conclusão que aquele era um modelo mais acabado de organização possível pra trabalhadores* assim politicamente. E aí eu acabei entrando para o PCB, para a UJC até porque era o que mais tinha aqui em Londrina, tinha mais força, tem ainda né.

O relato de Gustavo é interessante, pois expressa uma visão particularmente elaborada, apesar de bastante crítica, a respeito dos “autônomos”, seus processos de identificação coletiva, disputas internas e externas, e formação de alianças com os demais atores sociais. Entre essas coisas, também se nota, de sua fala, a percepção de um custo de retração relacionado ao engajamento nessas organizações. No trecho selecionado, esse sentimento é expresso na forma de certa negação ou hesitação gerada no processo de mudança para o que ele percebe como outro “modelo” de organização política – “- Pô, mas vou entrar num partido legal? Olha o tamanho da contradição...”.

Quadro 8 – Breve perfil biográfico de Gustavo.

Gustavo nasceu no ano 2000 em Londrina e relata a experiência de uma origem social humilde em uma região periférica da cidade, com pai afastado e sua mãe uma funcionária terceirizada a cargo da prefeitura. Apesar dos, recém-completos, 22 anos, já passou por muitas atividades empregatícias, no que define como um: “entra e sai de empregos” nos últimos dois anos e trabalha atualmente como inspetor de alunos em uma escola. Coursou o ensino médio em uma instituição pública de seu bairro, onde figurava como “liderança política do colégio”, tendo participado da reconstrução do grêmio estudantil, e atuando como “divulgador do grêmio” em outros colégios. A partir das grandes manifestações de 2013 diz que passou a cultivar um sentimento de que: “estava tudo errado, que tinha mudar”, mesmo admitindo não entender bem o que estava acontecendo à época, conservou ainda esse sentimento até sua entrada na universidade. Durante o ciclo de mobilizações que envolveram os estudantes secundaristas em 2016, Gustavo já compunha o grêmio e seguia a orientação político-ideológica de outras lideranças: “o presidente do grêmio e o vice eram antipetistas” [...] “a gente tinha uma linha política lá do grêmio um pouco mais reacionária”. Embora ele próprio ficasse dividido entre opiniões: “eu não era exatamente de esquerda ou de direita, estava passando por transições né”. Seu recrutamento em organizações “autônomas” aconteceu em 2018 quando ingressou no curso de filosofia, e deu “de cara com o autonomismo” a partir de colegas de curso que já eram da AFA, bem durante o momento de ascensão política de Bolsonaro até a presidência. Dentro das organizações

“autônomas” teve participação crescente, atuando ativamente na criação da federação dos coletivos locais, a AP, e agindo como mediador entre esses coletivos e o Comitê Unificado durante as primeiras manifestações de 2021, relata: “Ficou muito presente na minha vida a questão de ser militante, e na Alternativa Popular se tornava uma própria identidade do ser, um modo de vida até.” No entanto, após passar por algumas frustrações com a percepção do que chama de “contradições” e “limitações” das posturas dos “autonomistas”, preferiu se afastar dessas organizações, mas não da militância. Hoje, expressa uma visão crítica bastante enérgica e, em certo sentido, pragmática das organizações pelas quais passou e junto de sua companheira, também dissidente dos coletivos “autônomos”, participa da UJC; o grupo de jovens do PCB.

Os processos de afastamento dos “autônomos” e entrada na UJC, também são narrados em tom de angústia para Manuela, que via a ideia de entrar em um “coletivo partidário”, como “a coisa que mais abominava”. Contudo, ter passado por uma experiência de uma “virada de chave” em sua orientação político-ideológica, é apontado como algo determinante em sua escolha, assim como o apoio do namorado, que passava por uma experiência semelhante. Em suas palavras:

Não tem como não falar a influência do Gustavo na minha decisão, porque o Gustavo, antes mesmo de sair da organização, *um ano antes*, ele já não se declarava mais anarquista, *ele se declarava comunista, mas ainda participava dos autônomos*. Até porque o movimento autônomo não é anarquista por si só, *mas aqui em Londrina é hegemônico por anarquistas. Então por [...] ser o único comunista ele recebia bastante retaliação e até por mim, na verdade né porque eu era anarquista* e com o tempo né, como a gente mora junto, a gente começou a estudar junto e se interessar, ele começou a me mostrar, então começamos a estudar de fato mais o comunismo. Eu estudava exclusivamente o anarquismo, eu não lia outras coisas fora isso né, por conta de uma moral muito grande que existe no anarquismo hoje em dia de um anticomunismo muito grande, na verdade [...], eu pensava: vou entrar na contradição que é um coletivo partidário, que era a coisa que eu mais abominava [...]? Aí eu pensei com o Gustavo, vamos entrar na contradição porque do jeito que está não está dando, então a gente entrou na contradição total que a gente criticava antes⁷³.

Observando mais atentamente este depoimento de Manuela, é possível notar como ela descreve a existência de uma "moral muito grande no anarquismo hoje", que produziria, como resultado, um "anticomunismo muito grande" dentro dessas organizações. Inserida naquele universo “moral”, Manuela narra que ela própria expressava posições desta natureza o que, por sua vez, a fez hesitar em se envolver com um “coletivo partidário”, à primeira vista, sobretudo um que expressava a ideia de “comunismo” em sua legenda. Ainda neste depoimento, é interessante notar como sua percepção dos elementos que compõem a base “ideológica” e discursiva dos

⁷³ Entrevista realizada virtualmente dia 08/11/2021

“autônomos”, em torno “anarquismo”, de forma de hegemônica, produziriam – de maneira semelhante à avaliação de Gustavo – o que ela chama de um comportamento “sectário” de seus membros. Neste outro trecho, selecionado a baixo, no qual ela explica uma das razões de seu afastamento, é possível perceber um pouco de como entende esse “sectarismo” na forma de uma suposta tendência ao “isolamento”. Comportamento esse que a incomodava, uma vez que ela e Gustavo se esforçavam para “aproximar a organização da política”, “da esquerda local”. Em suas palavras:

E faltava muito para a AP ser respeitada ali dentro, que a gente não era respeitado, a gente era taxado como bagunceiro, *pixador*, que quebra tudo, que não tem responsabilidade. No fundo isso ocorria mesmo, nas manifestações os nossos militantes faziam esse tipo de coisa, mas *a gente queria aproximar a organização da política né, da esquerda local, mesmo nisso*, a gente tentava trazer um certo merecimento de participar das organizações né, não ficar isolado. Mas a organização é puramente isso, é isolamento puro deles mesmo, uma forma muito sectária [...] Eu não consigo ver o movimento autônomo como uma organização política, vejo muito mais como um movimento cultural, parecido com o *punk*, as subculturas, e esta cada vez mais, desde a nossa saída, está se tornando cada vez mais um movimento cultural do que político de fato.

Como se vê nos relatos enfáticos de Manuela e Gustavo, portanto, ao descrever os processos envolvidos em suas “viradas de chave”, eles esboçam uma visão crítica a respeito dos elementos que, em seu entendimento, compõem a construção discursiva desses coletivos, e como esses elementos operam na produção de certos comportamentos do grupo. A partir da fala de Manuela, ainda, é interessante notar seu apontamento a respeito das prioridades do “movimento autônomo”, cujas atividades estariam mais voltadas para aspectos culturais e estéticos do que para questões “políticas de fato”, o que, em sua opinião, faria dos “autônomos” um tipo de “movimento cultural”. Embora essas percepções sejam eventualmente contestadas por outros que também estão inseridos nos coletivos, é interessante, para fins desta pesquisa, notar as diferentes leituras feitas sobre os “autônomos”. Outro aspecto revelador que pode ser analisado a partir de suas falas é o rápido processo de transformação das visões de mundo que podem estar implicada no engajamento, também descrito por ambos. Este e outros elementos que também poderiam ser retidos de suas falas, como a importância das relações pessoais, a difícil experiência da retração e, ainda, a importância dos contextos sociais – como o ambiente universitário – para o processo de engajamento, serão explorados de maneira mais cuidadosa nas próximas seções deste trabalho.

Para Manuela e Gustavo também, a entrada na universidade significou uma possibilidade ímpar de entrar em contato com organizações do movimento estudantil, onde puderam florescer suas disposições para a militância. Suas entradas nos coletivos “autônomos”, por sua vez, assim como no caso da grande maioria dos ingressantes, significaram uma mudança na maneira como encaravam o mundo à sua volta, gerando grandes impactos em suas vidas pessoais; relacionamentos, relações profissionais, e até familiares. Com esse grau de imersão, a decisão de sair dos coletivos se torna, conseqüentemente, uma escolha com impactos importantes em seus universos pessoais.

3.0. Caminhos do engajamento e tipos militantes.

Este capítulo é dividido em três seções que exploram de maneira detalhada os processos envolvidos na construção do engajamento militante e os sentimentos experimentados nesse contexto. Na primeira seção, o foco recai nos processos de recrutamento e conversão pessoal nos coletivos. As análises abordam fatores sociais e biográficos que desempenharam um papel especialmente relevante na formação do desejo de participação e na efetivação do recrutamento. Além disso, os relatos sobre as transformações nas visões de mundo dos militantes após o recrutamento são reunidos e analisados. A segunda seção é reservada à apresentação e análise das diferentes categorias de pertencimento aos "autônomos". Expressões nativas relacionadas aos tipos de militantes são avaliadas e situadas com base nos critérios de tempo e intensidade do engajamento. A terceira e última seção analisa os sentidos de retribuição associados ao engajamento nessas organizações. Os relatos coletados são agrupados e interpretados com base nos padrões observados, resultando em uma tipologia dos sentidos de retribuição percebidos na militância "autônoma". Um destaque especial é dado à percepção do risco como fator determinante nesse tipo de coletivo e às maneiras como essa percepção influencia os entendimentos dos indivíduos em relação à participação.

Aquisições de apetências, processos de recrutamento e conversão pessoal na militância “autônoma”.

Quadro 9 – Ato nacional de 3 de julho (3J): estética “autonomista” e confronto direto.

O terceiro ato nacional das campanhas pelo #ForaBolsonaro ficou estabelecido para o dia 3 de julho de 2021. Em Londrina, a edição local do evento foi marcada para começar às 16h em frente ao Cine Teatro Ouro Verde, no calçadão da cidade. Este lugar foi escolhido pelos organizadores⁷⁴ para servir como ponto de concentração dos manifestantes, a partir do qual, seguiriam todos em uma caminhada de aproximadamente dois quilômetros pelo xadrez central da cidade, até o anfiteatro público do Zerão, onde o ato seria disperso. Era um dia fresco, com o sol encoberto por nuvens, mas não parecia haver ameaça de chuva. Alguns minutos antes do horário marcado para o início da concentração, cerca de 60 pessoas já se encontravam no local, divididas em pequenos grupos, alguns com aparelhos de som portáteis, conversavam, se cumprimentavam e aguardavam numa atmosfera aparentemente descontraída. Em dado momento, na parte mais alta das escadarias do Ouro Verde, a organização montou um palco improvisado onde se instalou um

⁷⁴ Entre eles estavam: Levante Popular da Juventude, Alternativa Popular, União da Juventude Comunista, Frente Trans, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Nós Popular e Coletiva, Movimento Autônomo Popular, Tendência Autônoma Feminista, o Sindicato Independente de Trabalhadores e a Ação Antifascista de Londrina. Além de alguns partidos como o PT, PCB e PSOL.

potente equipamento de som com microfone disposto em pedestal. O ambiente ganhou tom mais evidente de protesto quando alguns militantes – devidamente inscritos – passaram a se revezar ao microfone para fazer falas políticas, comunicados organizatórios, homenagens às vítimas de Covid e da violência institucional. Aos poucos a concentração foi se avolumando com a chegada de mais manifestantes e, com isso, as diferenças entre grupos foram se tornando cada vez mais evidentes à medida que se exibiam bandeiras e até estéticas próprias de cada um. Aglutinados em diferentes regiões se notavam algumas organizações predominantes, com suas respectivas cores: o MST e a UJC, caracterizados, entre outras coisas, pela predominância da cor vermelha e os “autônomos”, caracterizados pela cor preta predominante, pareciam compor os três maiores grupos presentes⁷⁵. Um pouco distante do palco, abaixo de uma grande Sibipiruna, o grupo dos “autônomos” se concentrava ao som de músicas de Rap, com letras de protesto cantadas em português. Jovens de até 25 anos em grande maioria, alguns com camisetas estampadas com o emblema do MAP, carregavam também um grande volume de bandeiras negras e estampadas com os emblemas dos coletivos da AP. Para além da pouca idade e do uso da cor preta, outros elementos pareciam compor a caracterização visual de seus membros de maneira ainda mais sobressalente, tais como o uso abundante de alguns acessórios, como *piercings*, *bottons*, tatuagens e tinturas de cabelo, bem como o uso de mochilas e *skates*. Por volta das 17h a agitação era grande. O som do microfone já se misturava aos ruídos do público e da bateria, tocada pelos membros do Levante Popular da Juventude. Em meio à multidão, um grupo de “autonomistas” formou, então, um pequeno círculo e o fecharam com suas grandes bandeiras estendidas na vertical, de modo que não se podia ver o interior. Lá, um a um, entravam com suas roupas convencionais e saíam “morfados”, ou seja, com roupas diferentes, sem estampas, e totalmente encobertos. Alguns com balaclavas, outros com camisetas amarradas à cabeça, apenas com os olhos à mostra, em certos casos, ainda, eles também cobriam as mãos com luvas e os olhos, com óculos de sol ou de *ski*. Já “morfados”, alguns ainda se apoderavam de escudos de madeirite, pegos de uma pilha disposta ao lado. Esta não era uma performance tão usual, o uso da tática Black Bloc, denominada como “mormfar”, indicava que os “autônomos” estavam se preparando para a possibilidade de um confronto iminente naquele protesto. Pouco tempo depois, por volta das 17h30min, ainda na concentração, um episódio de confronto de fato aconteceria. O problema começou quando um homem alto e forte, com cerca de 35 anos, e aparentemente embriagado, adentrou a multidão segurando uma grande caixa de som. Dançando e falando alto – palavras que não se podiam compreender –, ele parecia debochar dos manifestantes e, embora agisse sozinho, estava apoiado por dois indivíduos que o encorajavam à distância. A tensão se elevou quando lhe ofereceram uma máscara de proteção e pediram que a colocasse. A máscara foi recusada e vaias começaram a emergir, com a atenção coletiva se voltando para a situação. Um coro começou a ser entoado: “Recua fascista recua, é o poder popular que tá na rua”. Ao microfone, membros da organização pediam: “calma”, “sem violência”, e solicitavam ajuda da comissão de segurança⁷⁶. Rapidamente o homem estava cercado, com alguns dos militantes “morfados” excepcionalmente próximos dele. Em um piscar de olhos, a situação escalou para um cenário de violência física generalizada que quase resultou em seu linchamento. Após cerca de 30 segundos de gritos, corre correres e agressões, alguns membros da comissão de segurança conseguiram isolar o homem, que acabou sendo levado até uma viatura da polícia, mas já com o rosto bastante ensanguentado. Após o incidente a manifestação se desenrolou sem maiores surpresas, a marcha teve início próximo às 18hrs, seguindo o trajeto planejado. Segundo a recomendação da organização, três fileiras foram formadas com distanciamento entre as pessoas e as filas. Durante o caminho, o ato tomou alguns quarteirões da cidade e a separação entre os grupos foi mantida em todo o percurso. Na linha de

⁷⁵ Outros organizações militantes presentes também se faziam notar pelo uso de determinadas cores predominantes entre seus militantes, ainda que em menor número à ocasião: o uso do roxo, comum entre militantes ligados ao PSOL e à Frente Feminista, o uso do preto entre militantes do Levante Popular da Juventude, e do azul entre os membros da Bancada Alviceleste.

⁷⁶ Identificados com coletes vermelhos feitos de TNT, os membros desta comissão eram, em sua maioria, militantes “autônomos” que haviam se voluntariado para as tarefas de bloquear as ruas de passagem, controlando os perímetros do ato durante a marcha até o destino final, e também de lidar com eventuais situações de conflito.

fundo do ato, os “autônomos” seguiam atrás de uma grande faixa negra, carregando os dizeres: “Nem pátria nem patrão greve geral e rebelião”. Chegando ao destino, por fim, formaram outro círculo fechado, onde os militantes “morfados” entravam para “desmorfar”, alguns saindo de lá com roupas coloridas e estampadas, diferentes, ainda, das primeiras que usavam. Cerca de 20 minutos após a chegada ao Zerão, por volta das 19h, praticamente não se viam mais sinais do ato por ali. Nas redes sociais, no entanto, as repercussões estavam apenas começando⁷⁷.

Operações sistemáticas, como as que envolvem os atos de “morfar” e “desmorfar”, demonstram grau consideravelmente elevado de coordenação nas ações coletivas praticadas pelos grupos “autonomistas” pesquisados. Ações como essas estão inseridas em um conjunto de práticas e saberes – tais como fazer uma fala pública, chamar um jogral ou um canto coletivo, responder a este canto, produzir uma ata, entre outros. – que, em grande medida, caracterizam e distinguem o fazer militante em relação a outras formas de participação comuns ao sistema representativo. Por sua vez, o domínio dessas práticas e saberes se revela um recurso valioso que pode ser empregado pelos militantes em questão para jogar, com mais ou menos sucesso, em contextos diversos nos quais estes saberes são demandados, como nos protestos e outros encontros. Esses recursos são definidos por Matonti e Poupeau (2006) como *capital militante*.

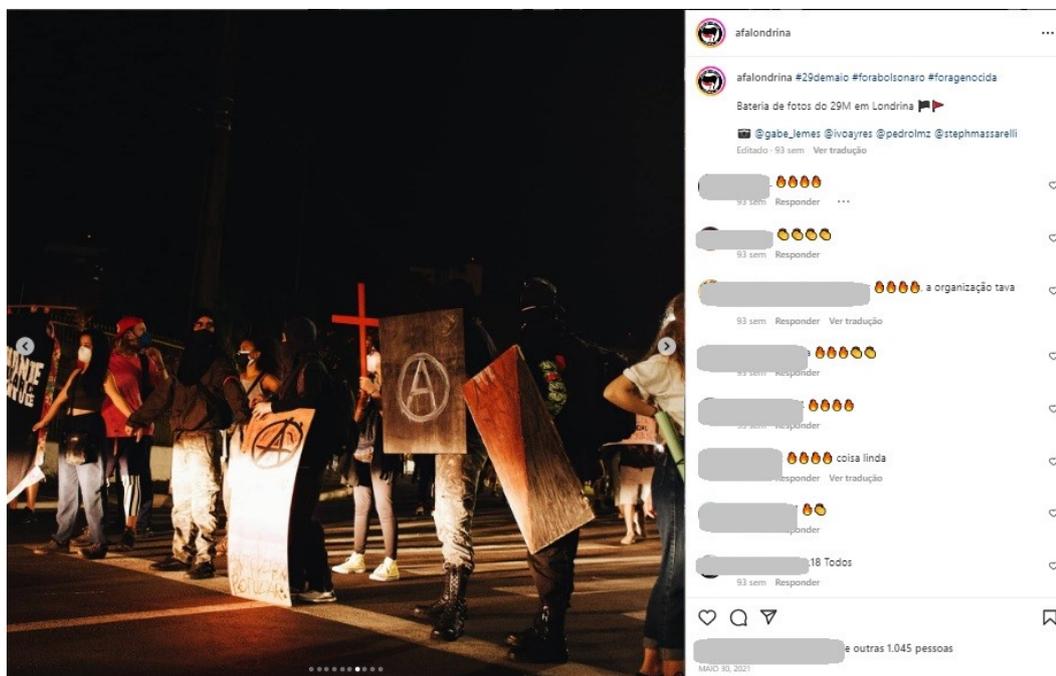


Figura 12: Militantes "morfados" fazendo contenção de via no ato geral do dia 29 de maio na campanha pelo #foraBolsonaro.

Fonte: Print retirado do perfil da AFA no *instagram*.

⁷⁷ Quadro elaborado a partir de anotações de campo.

A noção de capital militante se refere, assim, a um conjunto de competências adquiridas, sobretudo através da participação direta em ações coletivas, mas também através do entrosamento mais amplo em redes de socialização estabelecidas no interior e ao redor dos grupos. Esse capital é então “incorporado sob a forma de técnicas, de disposições a agir, intervir ou simplesmente obedecer, ele abrange um conjunto de saberes e de *savoir-faires* mobilizáveis no momento das ações coletivas [...], mas também exportáveis, passíveis de conversão para outros universos [...]” (MATONTI & POUPEAU, 2006, p. 130). O domínio maior ou menor destes recursos afeta, portanto, o modo como o indivíduo se orienta no interior do grupo e, em certa medida, fora dele. Contudo, uma análise que busque utilizar a noção de capital militante de maneira expressiva, deve considerar as condições sob as quais este capital pode ser adquirido – os mecanismos implicados em sua aquisição e incorporação por parte dos atores – como fatores especialmente relevantes da investigação.

Tornar-se militante, ou identificar-se como militante “autônomo”, dominar alguns saberes, técnicas e lógicas que envolvem esse tipo de engajamento, são processos que tendem a ser construídos ao longo de certo tempo que antecede, muitas vezes, o momento do recrutamento propriamente dito. Em muitas das narrativas encontradas, foram comuns relatos a respeito de momentos de transformação pessoal, ocorridos a partir de experiências vividas antes da entrada na militância, mas que teriam sido determinantes em seus itinerários. Constatou-se, por exemplo, que a aquisição de conhecimentos históricos e críticos, bem como as experiências vivenciadas durante suas fases escolares, desempenharam um papel primordial na construção de novos valores pessoais. Fatores como a participação em debates políticos no âmbito familiar e a superação de traumas pessoais, também foram apontados como determinantes na forma como os entrevistados avaliaram suas futuras incursões na militância.

As maneiras como acontecem e se desenvolvem as adesões ao coletivo, por sua vez, também podem ser afetadas pelas experiências pregressas dos indivíduos, pelo conjunto de recursos de que dispõem, bem como por outros condicionantes como: posição social, econômica, fenótipo e, de um ponto de vista mais amplo, até mesmo a conjuntura histórica na qual se inserem. Estes são exemplos de fatores que podem influenciar a identificação do sujeito com determinadas causas ou grupos em detrimento de outros, mas também de fatores que podem influenciar a própria construção subjetiva

do militante em questão. Como lembra Bourdieu (2004; 2008), a análise da relação entre fatores estruturais – como *posição social* – e fatores ligados aos esquemas de representação dos atores – *disposições individuais, tomadas de posição, escolhas* – requer, por parte do pesquisador, uma sensibilidade para a percepção do papel que ambos os fatores têm, na determinação dos diferentes caminhos de vida. Para o prosseguimento de uma abordagem adequada, portanto, é importante considerar tanto os constrangimentos estruturais sobre os indivíduos, de maneira objetiva, quanto, de maneira fenomenológica, as representações subjetivas ligadas ao seu universo cultural; as visões dos agentes e suas lutas diárias, que podem ter como objetivo transformar ou conservar essas estruturas (BOURDIEU 2004, p.152).

Nos coletivos pesquisados – ainda que se possa notar uma predominância de indivíduos brancos provenientes de classes médias em seu contingente –, a identificação com elementos culturais e estéticos associados às populações periféricas e minorias étnicas tendem a funcionar como facilitadores no processo de identificação com a militância, uma vez que esses elementos são compartilhados e exaltados entre os grupos “autônomos”. A narrativa de Júlia, de 20 anos, cujo trecho está selecionado a seguir, fornece um bom exemplo de como algumas experiências de vida são associadas a sentidos de transformação pessoal e apontadas como fatores importantes na construção do engajamento:

Eu lembro [...], lá nos meus 12 anos, eu já era mais velha... eu ia pra praia e eu [...] lembro de ficar num quarto escuro, assim, porque eu queria clarear, porque eu queria ficar mais perto da galera lá [referência ou colégio privado onde estudava], só que eu não tinha consciência disso, eu só achava assim: - Não, é o meu gosto, eu gosto de ficar mais clara, eu gosto do meu cabelo mais liso [...]. Eu passei por muita coisa na escola que eu não entendia o que estava acontecendo. E beleza, *só que daí eu me moldei [...] e daí fui ter esse entendimento. Daí quando eu entrei na faculdade, eu comecei a conhecer pessoas muito mais parecidas comigo [...]* e me afastei de toda aquela vida. E aí eu *comecei a me identificar muito mais, primeiramente com o rap, aí com o rap que veio minha consciência de classe, consciência de cor* e aí eu comecei a ouvir muito rap [...], aí eu comecei a ir nas batalhas de rap[...]. *Quando eu comecei a ter minha consciência de classe, eu comecei a deixar aquela Júlia, então eu parei de alisar meu cabelo, e comecei a usar as vestimentas que eu realmente queria usar*, o que eu me sentia confortável, o que eu curti e aí eu comecei a ficar muito mais o meu estilo [...], comecei a fazer tatuagem, *piercing*, pitava o cabelo também. Comecei a ser quem eu realmente queria ser [...]. Teve um dia que eu falei assim: não, quero me organizar mesmo e daí entrei em contato com uma das organizações aqui de Londrina. Só que por não me conhecerem, tipo ninguém me conhecia, eles ficaram com pé atrás, assim, mandaram uns materiais pra eu ler, eu dei uma lida, e disseram: - ah começa a colar [...]. Aí eu comecei a colar nas coisas além das manifestações. Então, por

exemplo, às vezes ia ter roda de conversa, aí eu comecei a ir e comecei a conhecer quem era por trás daqueles rostos né. Porque nas manifestações tem isso, tá todo mundo morfado, eu sempre ia nas manifestações mas eu não conhecia ninguém. Aí teve uma vez [...], quando eu comecei a militar de fato [...], ia ser uma roda de conversa lá na zona norte, numa pracinha e eu fui lá e aí teve uma puta roda de conversa e aí foi quando eu comecei a conhecer quais as organizações, quem era de cada organização e aí eu comecei a fazer amizade [...]⁷⁸.

O relato de Júlia destaca o processo de transformação pessoal pelo qual passou, como passo anterior e fundamental em seu percurso de vida, até a resolução de decidir “se organizar” se aproximando da militância “autônoma”. Para ela, assim, as aquisições de “consciência de classe” e “consciência de cor” teriam “moldado” suas percepções a respeito do mundo e de si mesma, levando-a a se identificar com novos valores sociais, estéticos, estilos de vida etc. Nesse processo, episódios como o de “conhecer pessoas parecidas” com ela, participar de espaços coletivos como as “batalhas”, manifestações e posteriormente as “rodas de conversa” são encadeados quase como sucessão dos acontecimentos que a levaram a começar a “militar de fato”.

Quadro 10 – Breve perfil biográfico de Júlia.

Júlia, 20 anos, estudante da área biológica. Filha de mãe estrangeira, latino-americana, com pai brasileiro, ambos radicados em uma cidade de porte médio no interior de SP, teve uma infância marcada por alguns privilégios. Com pais professores e doutores, logo cedo obteve bolsa para estudar no “melhor colégio” de sua cidade, uma escola “muito burguesa”, como reconhece hoje, onde era uma das únicas pessoas “não brancas”. Com essa bagagem escolar, ingressou bem jovem na universidade, com dezessete anos, e logo começou a frequentar o CA de seu curso. Cresceu num lar “de certa forma bem politizado” e obteve suas primeiras referências políticas dentro do âmbito familiar. Relata sobre uma tia que teria participado do movimento estudantil durante a ditadura militar e que hoje é totalmente “petista lulista”, assim como sua mãe. Relata, ainda, sobre três primos mais velhos que se mudaram para a cidade São Paulo; dois deles estudantes universitários, que se integraram ao DCE e ao PSOL. Além de uma terceira prima “bem radicalizada” que, lhe exerceu especial influência. Esta prima e seu então namorado, com os quais Júlia tinha algum contato, participavam de ações de grupos “Antifas” de São Paulo, algo que lhe causava admiração: “Só que ela sempre foi muito fechada e apesar de eu saber, ela nunca se abria muito sobre [...] era uma pessoa que eu sempre ficava de olho [...]”. Nunca se interessou pelo grêmio estudantil de seu colégio, já que ele “só servia para colocar música no recreio”, mas relembra com certo orgulho os três anos do Ensino Médio em que foi “representante dos alunos da escola”, além de também ter sido representante de sala. Assim que começou a participar pessoalmente de manifestações, em 2019, no seu primeiro ano de faculdade em Londrina, sentiu atração imediata pela militância “autônoma”, principalmente pelo impacto visual que o “bloco autônomo” lhe causava, com “a galera de preto, assim, todo mundo morfado e tal”. Seu momento de autotransformação se deu também neste período, quando começou a frequentar batalhas de *rap*, o que a despertou para uma “consciência de cor” e “consciência de classe”. Junto com o *rap*, veio sua transformação visual, o gosto pelo “*pixo*” como forma de expressão e, com isso, suas primeiras experiências com abordagens policiais.

⁷⁸ Entrevista realizada presencialmente, dia 03/02/2022.

Em adição à análise de condicionantes prévios que podem afetar a inclinação para o engajamento e o modo como ele acontece, alguns estudos têm apontado para os impactos posteriores à entrada na militância, como aspectos relevantes para pesquisas sobre ações coletivas (McADAM, 1986 e 1989; PAGIS, 2011; PASSY & MONSH, 2019; VESERGREN, DRURY, & CHIRIAC, 2016). Para esses autores, a opção pelo engajamento muitas vezes resulta em processos duradouros de transformação pessoal, que se estendem ao longo dos percursos de vida de militantes e ex-militantes. Isto porque as interações sociais geradas durante a participação no movimento tendem a desempenhar um papel importante na construção de suas identidades, inclusive fora do grupo, com potencial de afetar profundamente futuras percepções, novas escolhas de vida e até os destinos daqueles que se engajam, comparativamente aos que não.

Escolhas como estas, portanto, tendem a marcar momentos de inflexão em seus itinerários, afetando múltiplos níveis de envolvimento pessoais, como em suas relações afetivas, profissionais e políticas. Processos de *desestabilização dinâmica* (*dynamic destabilization*), gerados em decorrência de eventos de crises, como descrito por Pagis, ou de *alternância* (*alternation*) e *conversão* (*conversion*) dos esquemas de percepção do mundo social, tais como descritos por McAdam, aparecem como fenômenos recorrentes nas histórias de vida de muitos dos que se tornam militantes.

Em seus estudos empíricos com formas de *ativismo de alto risco/custo*, McAdam (1989, pp. 745-746) constatou que processos de *alternância* mais ou menos naturais na vida de jovens estudantes, como quando da passagem do ensino médio para a universidade, quase sempre precedem – como condições facilitadoras – processos de transformações ainda mais radicais em seus percursos, mudanças em suas redes de associação, visões de mundo em geral e, inclusive, em suas autocompreensões subjetivas. Transformações mais radicais como estas, por sua vez, exemplificam o que o autor descreve como processos de *conversão*⁷⁹. É preciso dizer que para a grande maioria daqueles que se engajam em formas de ativismo de baixo risco/custo – como assinar petições, fazer doações, postagens em redes sociais, ir a protestos, etc. –, este tipo de comprometimento dificilmente produz efeitos subjetivantes tão profundos quanto os

⁷⁹ “The crucial difference between conversion and alternation centers on the degree to which the change is continuous with the individual's previous life and conception of self. Unlike conversion, alternation does not entail a radical break with the past or the construction of an entirely new self.” (McAdam, 1989, p. 745)

descritos pelos conceitos de *conversão* e *alternância*. Processos de conversão pessoal como estes, portanto, dependeriam de uma imersão gradual do sujeito em uma nova subcultura, representada pelo grupo em questão.

Ainda de acordo com McAdam, nos casos em que a subcultura definida pelo grupo representa uma postura mais inclusiva e aberta a intercâmbios, as narrativas de *alternância* tenderiam a ser mais recorrentes entre seus membros. Ao passo que, naqueles grupos nos quais a subcultura interna representa maior hostilidade em relação à sociedade dominante, ou mesmo nos quais a exigência de lealdade de seus membros é mais elevada, se tenderia a encontrar mais narrativas de *conversões*. Em formas de participação que podem implicar a necessidade de assumir certos riscos, a expectativa de comprometimento de seus membros também tende a ser relativamente maior. Nestes casos, a dependência de imersão através da colaboração e envolvimento direto entre os membros do grupo tenderia a ser consideravelmente maior, assim como os efeitos comportamentais e atitudinais de longo prazo gerados entre os participantes. Em exemplos como estes, relatos de experiências similares a processos de *conversão* pessoal tendem a ser muito mais recorrentes. De maneira semelhante, grupos ditos “revolucionários”, por nutrirem posturas mais hostis em relação à sociedade dominante, tendem a oferecer maiores custos/riscos no engajamento, bem como a exigir maiores comprometimentos de seus membros do que o exigiriam grupos ditos “reformistas”. Nestes primeiros, então, relatos de transformações profundas nas molduras mentais de seus membros, também tenderiam a ser mais facilmente encontrados.

Praticamente todas as formas de ativismo de alto risco/custo são organizadas através e, portanto, envolvem o indivíduo ativista em um desses dois tipos de grupos. Por necessidade, os movimentos revolucionários tendem a criar grupos exclusivos, altamente insulares e hostis à sociedade que procuram mudar. Portanto, algo semelhante à *conversão* parece ser um resultado provável da entrada e absorção em tais grupos. Os movimentos de reforma, por outro lado, tendem a gerar grupos que são mais inclusivos e tolerantes com a sociedade dominante do que os movimentos revolucionários. No entanto, eles podem exigir muito do tempo, energia e lealdade de uma pessoa. Tais grupos, então, constituem um cenário ideal dentro do qual a *alternância* pode ocorrer (McAdam, 1989, pp. 746-747)⁸⁰.

⁸⁰ Tradução livre. No original: *Virtually all forms of high-risk/cost activism are organized through and therefore involve the individual activist in one of these two types of groups. By necessity, revolutionary movements tend to create groups that are exclusive, highly insular, and hostile to the society they seek to change. Therefore, something akin to conversion would seem to be a likely outcome of entrance into and absorption into such groups. Reform movements, on the other hand, tend to spawn groups that are more inclusive and tolerant of mainstream society than revolutionary movements. Nonetheless, they can be very*

No caso paradigmático analisado pelo autor, a campanha pela ampliação do direito ao voto da população negra norte-americana em 1964, conhecida como Freedom Summer, os voluntários recrutados de estados do Norte tinham que cruzar o país para somar esforços aos ativistas de Mississippi, após as notícias de dois participantes que haviam sido sequestrados e mortos por membros da extrema-direita. Em seus dados, coletados entre centenas de ativistas que participaram e outros que desistiram de última hora, tomados como grupo controle, McAdam verificou forte efeito da participação nas vidas subsequentes daqueles que compareceram – em aspectos laborais e afetivos, por exemplo – mesmo vinte anos após o ocorrido.

A importância de se compreender as consequências biográficas da participação em práticas contenciosas, no entanto, se estende para além dos planos de vida individuais de militantes e ex-militantes. Dizer da participação em movimentos sociais como um fenômeno essencialmente coletivo implica assumir que transformações nos esquemas de percepção do mundo social tendem a ocorrer em níveis agregados, alterando padrões de comportamento e cursos de vida adotados por grupos inteiros e por gerações sucessivas (VESTERGREN et al. 2016, p. 506). Assim, um caminho frutífero para investigar como a participação em movimentos ocorre e como ela flui ao longo do tempo, promovendo transformações na vida de gerações de pessoas que participam destas formas de ações coletivas, é explorar aqueles processos de socialização atravessados por eles, que tenham desempenhado particular função na alavancagem do engajamento. Dessa maneira, circunstâncias sociais e familiares dos sujeitos, fatores psicológicos ou atitudinais, tipos de interações estabelecidas, entre o sujeito e o grupo, bem como entre o grupo em questão e o Estado e demais setores da sociedade etc. ajudam a compreender como a construção do engajamento acontece.

No caso dos coletivos “autonomistas” de Londrina, a grande maioria dos entrevistados apontou a entrada na universidade como um dos mais importantes eventos de suas vidas, no que diz respeito à aproximação com um universo fortemente marcado por politização e pluralidade nas formas de associativismo. Nestes casos, este elemento inicial de *alternância* em seus trajetos – a entrada na universidade –, viabilizou suas aproximações com centros acadêmicos, diretórios, eventos de protestos, grupos de

demanding of a person's time, energy, and loyalties.' Such groups, then, constitute an ideal setting within which alternation can occur (McAdam, 1989, pp. 746-747).

estudos políticos, coletivos, movimentos sociais etc., se mostrando um passo fundamental para a socialização política destas pessoas. O relato de Augusto, de 29 anos, explicita como a vivência universitária, sobretudo no período de intensas mobilizações políticas das eleições de 2018, é vista como um ponto de virada em sua vida, viabilizando o caminho que o levaria a entrar no MAP e, com isso, a aquisição de uma “consciência do espaço libertário”.

Quando eu voltei pra cá em 2017, que aí eu tive contato com a UEL, eu acho que a UEL ela abre bastante portas assim, apesar de ser academia, acho que possibilita muito, vários espaços, várias pessoas, várias ideias. E aí eu comecei a conhecer muitos grupos dentro da UEL, o Levante, a UJC, o PCB, o PCO [...]. Eu não cheguei a fazer parte desses grupos, mas eu tive bastante contato na UEL né. Então eu fui vendo e conhecendo bastante o trabalho dessa galera [...] mas eu adentrei daí, aqui ativamente, foi em 2019, a partir do MAP mesmo [...]. *Eu acho que foi esse caminho assim, na UEL [...] eu acho que foi em 2018 que estava tendo a eleição né, teve bastante manifestação aqui em Londrina, então eu comecei a namorar um pouco a questão da anarquia e tal, autônoma, comecei a participar mais desses protestos da galera e tal.* Mas ativamente eu fui entrar para o MAP no final de 2020 [...]. Eu fui aprendendo, lendo, eu tive contato com coisas ativas que iam acontecendo. Até então, lá atrás era um imaginário o anarquismo, assim, uma possibilidade de uma sociedade coletiva igualitária [...] horizontal, e aí conforme eu fui conhecendo pessoas, conhecendo corpos, conhecendo pessoas que eram ativas dentro da AFA, dentro do MAP, aí eu vi que era mais do que possível fazer essas construções, sair da teoria e ir para a prática [...] e aí eu tenho me estabelecido de forma mais consciente dentro do espaço libertário, assim. Eu fui vendo, acompanhando assim, nos protestos, nas redes e aí eu mesmo que cheguei e falei: - Nossa legal, como que eu faço para poder participar, tal? [...] Tanto na AFA quanto no MAP, e aí foi assim, eu mesmo falei: - legal, tipo, eu estou vendo vocês há algum tempo tateando o terreno, conhecendo, né [...] e eu vi que vocês; é uma coisa muito compatível com meu ideal e eu quero poder ser mais um. Beleza; daí, a partir daí, comecei a somar junto, comecei a participar das reuniões, das atividades e tal⁸¹.

Homem transexual de origem simples, Augusto destaca a entrada na universidade como uma “abertura de portas”, ainda que este ingresso tenha se dado relativamente tarde em sua vida, aos 25 anos, e após uma experiência anterior de participação em um coletivo fora da “academia”. Sua percepção a respeito da universidade como um espaço marcado por diferentes grupos, com suas respectivas redes e interesses próprios, faz coro à percepção de muitos outros militantes entrevistados. Quando perguntados a respeito de seus processos de aproximação e recrutamento nos coletivos “autônomos”, ao menos 15 deles apontaram a entrada na universidade como elemento determinante em seus percursos, à medida que isto lhes introduziu a espaços de socialização diferentes dos que

⁸¹ Entrevista realizada virtualmente no dia 03/02/2022.

estavam habituados até então e, com isso, ao acesso a grupos e lógicas de ação coletiva. Em alguns casos (6), em que os indivíduos eram provenientes de cidades interioranas de pequeno porte, a entrada na universidade coincidiu com a saída da casa dos pais e a mudança para uma cidade maior, marcando um momento de inflexão ainda maior em suas vidas.

Quadro 11 – Breve perfil biográfico de Augusto.

Augusto, 29 anos, é um homem transexual e atua como profissional de cozinha. Órfão de pai, cresceu apenas ao lado da mãe, pensionista, do lar e moradora de uma casa simples na periferia de Londrina. Augusto atualmente é um militante bastante participativo nesta causa, e um dos fundadores do Corpas, definido como um “espaço libertário em construção”, que visa “dar voz a corpos dissidentes, que não são vistos, não só dentro da militância, mas também socialmente”. Estudou parte do período escolar em uma grande instituição pública na região central e relata a lembrança de uma forte presença do Movimento Passe Livre na cidade durante essa época, em meados dos anos 2000. Em razão de uma mudança para o estado de Santa Catarina, acabou interrompendo seus estudos, terminando a escolarização básica anos mais tarde, em parte pelo sistema CEJA, destinado ao ensino de jovens e adultos, mas acabou adquirindo seu diploma de ensino médio antecipadamente pelo ENEM. Foi também em Santa Catarina, em uma cidade com menos de 100 mil habitantes, próxima à capital, que passou a ter contato direto com a militância, pela primeira vez. Convidado por uma amiga catarinense, começou a participar de um coletivo de pessoas pretas, onde se dedicavam, entre outras coisas, a fazer falas sobre conscientização em escolas da cidade. De volta a Londrina, em 2017, foi aprovado no vestibular da UEL para um curso na área de humanidades, mas acabou interrompendo a graduação no segundo ano. Relata que foi dentro da universidade que conheceu os coletivos “autonomistas”, aos quais procurou se associar alguns anos depois; inicialmente à AFA, posteriormente ao MAP e ao SIT. Hoje, no entanto, dedica mais atenção à militância de gênero que constrói junto do Corpas e da Frente Trans e, por essa razão, acabou se desfiliando de dois dos coletivos “autônomos”, permanecendo ativo, apenas lateralmente, em um deles.

Prosseguindo na análise dos processos de construção do engajamento, podemos isolar a presença de ao menos quatro tipos de fatores que podem interferir sobremaneira neste curso; dois deles ligados a aspectos mais amplos da vida social, e outros dois tipos de fatores ligados a questões mais circunscritas ao universo particular dos sujeitos. De um ponto de vista macro: a) o atravessamento de eventos públicos importantes, como processos de impeachment, eleições conturbadas ou grandes protestos, podem muitas vezes funcionar como elementos de *desestabilização dinâmica*, nas trajetórias de algumas gerações inseridas nesses processos, alterando as estruturas de oportunidade e as percepções gerais a respeito do engajamento. Ainda de um ponto de vista mais amplo, b) o olhar atento para o momento histórico e para as características do regime político no qual os atores se encontram ajudam a compreender os tipos de engajamento construídos, os repertórios utilizados e seus processos de significação dentro do contexto em questão. Já do ponto de vista mais micro social: c) destaca-se a presença de circunstâncias biográficas que podem funcionar como elementos de socialização prévia, preparando o

sujeito no sentido de uma maior receptividade ou rejeição em relação às formas reconhecidas de ativismo, relações familiares, escolares ou afetivas através das quais o sujeito é introduzido a temas sociais ou políticos, a partir das diferentes óticas de seus pais, professores, amigos etc. Por fim, d) a existência de laços prévios com militantes ou ex-militantes também pode exercer influência significativa sobre futuras escolhas dos sujeitos em relação ao engajamento.

Ainda a respeito da influência dos laços prévios na construção do engajamento, esses ainda podem ser diferenciados em dois subtipos correlativos à intensidade dos vínculos prévios em cada caso. Assim, considerar diferenças entre *laços fracos* e *laços fortes* e os diferentes níveis de impacto que eles podem cumprir na opção pelo engajamento permite avaliar com maior precisão o impacto deste fator. Vínculos prévios deste tipo operam, então, como um mecanismo relacional que deposita ênfase na importância da *função de socialização* das redes e seu potencial em criar disposições – ou rejeições – iniciais à participação. (PASSY, 2003 [apud] SILVA & RUSKOWSKI, 2016, pp. 205-206). Assim, diferentes tipos de laços, bem como a quantidade de laços possuídos, podem conferir diferentes pesos às escolhas dos indivíduos pelo engajamento ou pela retração. Para McAdam (1986 pp. 80-81), esse tipo de diferenciação se revelaria especialmente útil na compreensão dos processos de engajamento em formas de ativismo de alto risco/custo, pois os fatores de retração relativos à adesão a esse tipo de grupo tendem a ser relativamente maiores que os de grupos ligados a formas mais aceitas de ativismo.

De volta ao caso de Augusto, mencionado acima, é possível notar como, além da entrada na universidade, a circunstância temporal das eleições de 2018 – e dos protestos relacionados a este evento – é apontada como fator determinante para fomentar seu “namoro” com a “anarquia”, portanto, sua receptividade para engajamento. Mas, somente quando passou a “conhecer corpos ativos dentro” dos coletivos, que passou a “ver que era mais do que possível fazer essas construções”. Já neste outro trecho selecionado abaixo, podemos notar como ele localiza a experiência biográfica de ser um adolescente “revoltado” com sua situação pessoal e familiar, como elemento relevante em seu percurso até o interesse pelo engajamento. Mas somente a experiência direta de participação em um coletivo mostrou-lhe uma maneira de “direcionar seu discurso”:

Eu me lembro muito que na adolescência eu [era] meio revoltado com situações pessoais familiares assim, eu sempre enxergava muita injustiça no

mundo, e blablabla de adolescente né. *Então eu não sabia muito bem direcionar meu discurso, direcionar muito bem*, eu sempre fui muito envolvido assim, com a galera, eu participava das manifestações que eu conseguia colar, quando eu estava em Londrina na época. *Mas o primeiro contato mesmo com organização assim, com um coletivo que eu tive, foi lá em Santa Catarina, dentro de um coletivo de pessoas pretas, a gente organizou uns seminários numas escolas lá em Santa Catarina [...]. Junto com uma militante também bem forte do estado [...], o nome dela é B., [...] e aí foi o meu primeiro momento que eu estive em contato realmente coletivamente com pessoas tomando à frente e organizando algo, em meados de 2012 a 2015 assim, mais ou menos.*

Como se pode notar neste relato, os laços desenvolvidos com membros de um coletivo catarinense são percebidos por ele como fator importante na construção de sua identidade militante. Sem referenciais familiares ou escolares relevantes que o tenham despertado para o caminho da ação coletiva, Augusto reconhece os laços pessoais com outros militantes como elemento-chave do despertar para o sentido da militância em sua vida. Já o capital militante adquirido em sua vivência fora do Paraná, ainda, seria importante em sua passagem pelos coletivos “autônomos” e em sua posterior decisão de afastamento em favor de outras causas.

Para uma parcela significativa dos entrevistados que indicaram a entrada na universidade como um ponto de alternância em suas perspectivas, este momento muitas vezes foi precedido por uma socialização prévia, na escola ou na família, em relação a temas correlatos à política ou à militância⁸². Para estes indivíduos, o desenvolvimento de um interesse por estes temas, quando ainda estavam em idade escolar, os tornou mais receptivos à ideia de militância, quando isso lhes surgiu como oportunidade. A estudante de humanidades Duda, de 21 anos, oferece um exemplo bastante representativo de como socializações prévias vividas na família e escola podem impactar escolhas pessoais por diferentes caminhos na militância. Oriunda de uma família “hegemonicamente petista”, ela passou por processos seguidos de alternância e conversão, entre sua passagem pelo colégio, entrada na universidade, até sua aproximação dos coletivos “autônomos”. Nesse processo, passou a rejeitar parte de seus ideais de berço ainda no colégio, e seguiu uma

⁸² É difícil apontar números relativos, ainda que de maneira aproximada neste caso. À primeira indagação, foram poucos os entrevistados que respondiam diretamente que sim, ou seja, que possuíam, de fato, algum familiar ou parente ligado à política. Contudo, com pouca insistência, foram muitos que acabavam mencionando influências indiretas em vários graus como: uma tia que fora ligada à secretaria de cultura; um pai que participou do movimento estudantil durante a redemocratização; um avô que fora prefeito de uma cidade pequena da região; outro que fora apoiador do “brizolismo” etc.

“evolução” até sua filiação ao “autonomismo”. Sua trajetória teria acompanhado, segundo ela própria, “uma evolução na pauta de esquerda revolucionária”:

Então, foi uma trajetória, eu vejo, quase como uma evolução na pauta de esquerda revolucionária, pelo menos pra mim, como um processo muito individual. Porque assim, *eu sempre tive influência muito petista, por parte da minha família materna*. São todos hegemonicamente petistas, então eu comecei a ter contato com política lá pra 2014 na eleição da Dilma [...]. Ao mesmo tempo que eu comecei a ver esses debates um pouco mais dentro da minha família, principalmente, eu comecei a estudar o movimento feminista, [...], *eu comecei a me interessar por movimentos sociais, a partir desse contato, tanto com a esquerda, como estudando feministas, estudando dentro do meu colégio* mesmo Em trabalhos escolares, eu escolhia estudar feminismo; e aí foi quando começou a surgir meu interesse [...]. *Aí eu entrei na faculdade*, eu tinha um posicionamento mais do PT; *eu era muito defensora do PT*, e tudo mais [...], eu entrei em 2018 na faculdade, *aí teve a eleição que colocou o Bolsonaro no poder e foi um momento que eu comecei a me engajar bastante, porque eu estava dentro de um espaço que era muito político*, assim [...]. E tinha muita divergência política dentro da faculdade, outros contatos com outras vertentes tanto da esquerda quando da direita então *eu comecei a conhecer muita gente, muitos posicionamentos políticos divergentes nesse tempo né*. [...] Então pra mim a eleição de 2018 foi um momento muito crucial de eu começar a me desapegar um pouco desse afeto mesmo que eu tinha pelo Partido dos Trabalhadores, por causa da minha família. [...] *aí em 2019 eu comecei a ter contato através de uma amiga minha* [...]. Ela já chegou na faculdade se identificando como anarquista e ela começou a ir no Movimento Autônomo Popular, a frequentar aquele espaço. E também 2019 foi um momento bem eufórico para o movimento estudantil, aconteceram várias assembleias e eu participei [...]. Então eu comecei a ter contato com outras leituras e eu tive contato com essa minha amiga, e ela falava das ações do MAP, assim o que ela podia falar [...]. Aí a gente começou a fazer muito contato com essas outras pessoas; aí eu saí totalmente do círculo de amizades que eu tinha dentro da faculdade [...] passei a andar com pessoas de outros cursos, que nem o pessoal do serviço social, porque o CA de serviço social [...] era hegemonicamente anarquista [...], foi aí que eu conheci o Rossi, comecei a acompanhar ele nas redes sociais, ele expõe bastante né, sobre visão política e essas questões na mídia mesmo, no *Twitter* principalmente. E aí eu comecei acompanhar e comecei a mudar muito assim, de um tempo para o outro. *Foi um espaço curto de tempo eu comecei a mudar minha percepção porque até no final do ano passado, eu estava me identificando como marxista-leninista, e aí esse ano eu mudei totalmente*.⁸³

Para Duda, então, dois eventos públicos importantes vivenciados sucessivamente desestabilizaram seu percurso, aguçando o desenvolvimento de uma postura mais “interessada” de sua parte. Estes cenários, assim, forneceram contextos de oportunidades para a sedimentação ou reorientação de suas convicções políticas; primeiro quando estava no ensino médio em 2014, e depois de entrar na universidade em 2018. Neste percurso,

⁸³ Entrevista realizada virtualmente dia 25/09/2021.

alguns acontecimentos exerceram papel significativo sobre suas escolhas: primeiro, seu processo de *alternância*, quando entrou na faculdade deixando a casa dos pais e passou a ter contato com maiores diferenças de opiniões, sobretudo, ao ingressar em um grupo de estudos marxistas e passar a se “identificar” como “marxista-leninista”. Posteriormente, facilitando-se de *laços fortes* desenvolvidos com militantes “autônomos”, foi “amadurecendo sua radicalidade política”, se conduzindo a um processo de *conversão* ao “anarquismo” dentro da militância “autônoma”.

Quadro 12 – Breve perfil biográfico de Duda.

Duda tem 21 anos, é proveniente de família de classe média alta, estudante da área de humanidades e militante de coletivos “autônomos” há pouco menos de um ano. Nascida em uma pequena cidade no interior do Paraná, teve seus primeiros contatos com política ainda dentro da família, através de sua mãe – bancária – e outros familiares maternos, “todos hegemonicamente petistas”, embora não ligados diretamente ao partido. Dessa maneira, relata a lembrança de debates que eram travados dentro de sua família, durante as eleições presidenciais de 2014 e da polarização política que se formava no país, como o contexto dentro do qual despertou para o interesse nesse tema. No colégio, teve seu primeiro contato com o Manifesto do Partido Comunista, livro que “explodiu sua mente” e também passou a se interessar pelo debate do feminismo, relatando que: “já via com outros olhos questões políticas como legalização do aborto, direitos ao movimento LGBTQIA+”, mesmo que esses temas não fossem debatidos por seus familiares de esquerda. Ao falar de sua trajetória pessoal, descreve o processo de sua guinada para a militância “autônoma” como: “uma evolução na pauta de esquerda revolucionária”, pois, quando começou a “estudar mais”, suas antigas referências da “esquerda partidária” pareciam já não atender mais a seus novos valores. Quando ingressou na universidade em 2018, Duda passou a fazer parte de um grupo de estudos acadêmico com reconhecida orientação marxista e nesse ambiente teve contato com muitos militantes vinculados a partidos, como o PSOL e o PCB, com os quais ela partilhava boa parte dos posicionamentos políticos. Sua mudança de interesse para militância “autônoma”, contudo, já se iniciaria no ano seguinte, motivada, em certa medida, por uma amiga que: “já chegou na faculdade se identificando como anarquista e ela começou a ir no Movimento Autônomo Popular [...]”. Apesar de sua curiosidade e interesse em participar desse movimento, relata: “eu não entrei logo de cara no MAP porque eu não conseguia realmente estar nesses espaços e ser uma pessoa, assim, que fala coisas [...], eu estava descobrindo ainda a política”. Dessa maneira, manteve seu interesse reservado, mas sentiu um “salto qualitativo” quando passou a pesquisar cada vez mais por conteúdos e leituras diferentes das que via no grupo de estudos. Até que em 2021, uma mudança em seu círculo de amizades fez com que ela se aproximasse de outros militantes de organizações “autônomas”: “eu saí totalmente do círculo de amizades que eu tinha dentro da faculdade, [...] e passei a andar com pessoas de outros cursos, que nem o pessoal do serviço social, porque o CA de serviço social, [...] era hegemonicamente anarquista”. Foi então que finalmente decidiu se filiar. Depois disso, afirmou não conseguir mais se “limitar a esses espaços institucionais”, ingressou na FAE, na AFA, compõe a FCC e cogita participar do MAP, mas afirma ainda estar “amadurecendo” suas ideias e sua “radicalidade política”.

Diferentes combinações destes processos de socialização aparecem de maneiras similares nas narrativas de muitos dos entrevistados cujos processos de recrutamento envolveram a passagem pela universidade em algum momento de seus percursos. Contudo, as observações indicaram uma grande quantidade de associados sem formação

universitária, atuando junto aos coletivos “autônomos”. Com participações mais periféricas, menos regulares, às vezes circunscritas a eventos maiores, o acesso a esses indivíduos se tornou mais difícil durante a pesquisa. A grande maioria deles demonstrou ser menos frequente nos espaços deliberativos, como reuniões e assembleias e mais frequente nos eventos recreativos, “de formação” e, principalmente, nos atos de protesto.

Quadro 13 – Outros relatos de aproximações que passaram pela entrada na universidade.

“Eu sempre participava mas assim, independente, autônoma e aí colava nos protestos e tal, mas organizada, mesmo, faz pouco tempo, foi depois da UEL, [...] hoje, faço parte do MAP, do Movimento Autônomo Popular, e da Ação Antifascista [...]. A AFA eu conheci [...] quando eu estava fazendo a pós [...], para fazer a monografia eu pensei em estudar algum movimento aqui da cidade, aí foi quando eu tive o maior contato, conheci o pessoal [...]” (Lígia, 27 anos, pós graduada, atua como redatora, vinda de família de baixa renda, responde a um processo movido pelo Estado em virtude de sua participação em protestos junto dos “autônomos”, dos quais se afastou após o ocorrido).

“Eu entrei na UEL, acho que foi 2019 [...], eu já entrei muito querendo participar, sabe? Eu chamei uma menina de canto falei: - G. eu vi que você estava falando sobre isso, eu ouvi sobre sua primeira reunião, eu queria muito participar, queria ajudar, saber como funciona. E aí nessa primeira semana já a gente participou de várias coisas lá pelo CCH mesmo, que eu tive o primeiro contato com o coletivo assim, de fato, que eu via que eram muitas pessoas que já participavam de coletivo. [...]” (Luana, 23 anos, universitária, família de baixa renda, militante experiente, responde a um processo movido pelo Estado em virtude de sua participação em protestos junto dos “autônomos”).

“Eu me interessei quando eu entrei na universidade, na verdade. No primeiro semestre, assim, eu já entrei na Ação Antifascista [...]. E acabei me relacionando com o Gustavo e os amigos dele eram da Ação Antifascista. Então lá né, entre amigos, conversando sobre essa organização, eu comecei a participar das reuniões e logo em seguida entrei no movimento estudantil. Aí eu entrei na FAE né?! [...]. Então foi por conta da universidade mesmo, antes disso eu não tinha nenhum interesse, não sabia nada de política, era totalmente uma pessoa comum assim, não tinha nenhuma visão de nada sobre isso, na verdade”. (Manuela, 26 anos, universitária, família de classe média, militante experiente, dissidente dos “autônomos”, após sua saída filiou-se à UJC).

“Foi por meio da entrada na universidade, eu entrei na UEL em 2013, fui conhecer os movimentos sociais na universidade, mesmo, em 2013. Eu lembro, assim, as primeiras lembranças de participar ou ouvir falar de alguma coisa em Londrina, foi a Marcha das Vadias que tinha. Então assim, eu não lembro, deve ter iniciado aqui coisa de 2011, 2012, por aí, eu lembro que eu fui em uma manifestação em 2013 com as amigas, lá da universidade. Então foi o primeiro contato de fato que eu tive com algum movimento social né [...]. Na minha cabeça isso era uma coisa, assim, do passado né, que não existiam movimentos sociais mais, então eu imaginava que já era coisa, ou de capital mesmo, ou que não se tinha nenhum movimento organizado né. E aí foi com a entrada na universidade que eu descobri, de certa forma, um mundo novo né.” (Joana, 28 anos, assistente social, família de classe média, militante “antiga”, mesmo afastada, ainda participa, eventualmente, de ações do movimento).

Durante a pesquisa, foram abordados cinco militantes cujos processos de recrutamento não passaram diretamente pela universidade e que, portanto, se aproximaram dos coletivos por meio de outros espaços de socialização. A maioria deles

se mostrou mais resistente que os demais em participar da pesquisa durante as primeiras abordagens, mas, por fim, quatro cederam entrevistas. Todos com famílias residentes na cidade, suas aproximações com a militância se deram na fase de ensino médio, através de contato direto com os coletivos locais. Nesses casos, essa aproximação se deu ou através da participação direta nos protestos, como para Rodrigo 21 e Henrique 20, ou a partir da participação nos eventos de “formação” e “trabalhos de base” – “trocação de ideias”, “rodas de conversa”, “campanhas” etc.– realizados em bairros e colégios⁸⁴, como nos casos de Alana 19 e Valentina 17.

Amigos de colégio, os processos de recrutamento de Rodrigo e Henrique seguiram rumos muito semelhantes até que escolhas diferentes feitas por cada um os conduziram a caminhos distintos dentro da militância. Antes de se aproximarem de qualquer tipo de ativismo, ambos já compartilhavam o gosto pela cultura Hip Hop e por práticas de intervenção urbanas, entendidas como “forma de expressão”. Junto de outros amigos eles compunham uma “banca de pixo” com a qual começaram a ir a protestos que ocorriam na cidade entre 2018 e 2019, quando ainda “não entendiam nada” e buscavam apenas uma “oportunidade de pixar”. Suas afinidades com os militantes “autônomos” aconteceram de maneira imediata, quando notaram que suas formas de manifestação eram acolhidas por eles que, eventualmente até os “protegiam” do rechaço dos demais. No relato de Rodrigo, selecionado abaixo, ele diz como teria acontecido essa aproximação com o “anarquismo” e os coletivos locais.

Eu mesmo, eu só comecei a saber do anarquismo depois que eu saí do instituto federal [colégio com E.M. profissionalizante], que eu peguei forte na pixação, que é a rapaziada mais carinhosa assim para mim, tá ligado? [...] E comecei dichavar, comecei a ver os atos, sabia que tinha manifestação daí eu comecei a colar numas manifestação com umas latas de tinta na bolsa desbaratinadinho. Porque tipo assim nós tem uma banca de picho né [...] e até que é grande mano, nós faz vários rolê monstro pela cidade aí nós colava nos ato assim, nas manifestação, pá e saia desbaratinadinho, fazendo picho da nossa grife, nosso nome assim, daí nós começou a ver que a galera gostava mano. E até então nós não sabia, a gente não entendia nada, tá ligado, a

⁸⁴ Importante notar que os esforços mais intensivos na realização de “trabalhos de base” e de “formação” são feitos, sobretudo em nome da FAE – convidando estudantes de colégios e centros acadêmicos – e em nome do MAP – convidando moradores de ocupações e bairros mais pobres. No caso do MAP, os militantes depositam especial atenção às atividades feitas com crianças dessas regiões. Atividades lúdicas como “tarde de brincadeiras” e oficina de “confecção de pipas” são realizadas de modo interativo com “trabalhos de educação”, “conscientização” e outras atividades recreativas abertas à comunidade, como promoção de festas e atividades esportivas. Essas são quase sempre divulgadas nas redes sociais dos coletivos, junto de textos explicativos e registros audiovisuais. Além do evidente interesse na prospecção de novos potenciais correligionários, essas ações também podem ser interpretadas como tentativas de demonstrar valores e comprometimento por parte de seus membros.

*gente só queria pixar o muro dos outros, tá ligado? [rindo]. A galera no centro, um monte de gente no centro, uma muvuca era uma oportunidade de pixar lá. Aí a rapaziada começou a apoiar, teve um maluco que subiu em cima do banco lá, fez um pixozão lá no Bradesco, no meio da Higienópolis, [...] aí os outros começou a bater palma, aí eu olhei falei: - Ô louco mano que bagulho doido, doido! Foi daí que eu comecei a me aproximar, falei da hora mano, tá ligado?*⁸⁵

Quadro 14 – Breve perfil biográfico de Rodrigo.

Rodrigo, 21 anos. Mora com sua mãe e seu padrasto em uma região periférica de Londrina, ela bancária, ele trabalhador autônomo do ramo da reciclagem. Relata que durante parte da adolescência morou com a família em uma favela de São Paulo, onde acabou se envolvendo com o uso de “drogas pesadas” e com a prática de pequenos roubos. Com a notícia da aprovação de sua irmã no vestibular da UEL, sua mãe decidiu que se mudariam para Londrina e encontrariam uma clínica de recuperação que o acolhesse na região, na expectativa de que a mudança de ares pudesse favorecer seu tratamento. Já na cidade, depois de reabilitado, Rodrigo chegou a conseguir vaga num importante colégio técnico federal, mas também teve recaídas, chegou ser expulso deste colégio, passou por uma nova internação e, com ela, nova oportunidade de voltar ao colégio, onde finalmente concluiu os estudos. Trabalha de maneira autônoma com seu carrinho de mão, recolhendo materiais e comprando sucatas para revender em “ferro velho”, numa ocupação que define como “sucateiro”, a mesma de seu padrasto. Apontado como alguém bastante “engajado”, por volta dos 17 anos começou se inteirar a respeito das manifestações públicas que eram promovidas em Londrina e não tardou a participar, levando junto consigo seu “bonde” de amigos, todos secundaristas e adeptos do “pixo”. Participando dos atos com o objetivo claro de fazer “pixo da nossa grife”, “desbaratinadinho”, Rodrigo se viu entusiasmado com os aplausos recebidos por essas ações. Aplausos esses vindos de parte de militantes “autônomos”. Assim, logo se enturmou com alguns deles e chegou a se “organizar” formalmente em três organizações. Contudo, relatou dificuldade com algumas dinâmicas internas do grupo, de modo que, quando ia às reuniões na sede do MAP, por exemplo, preferia “ficava lá fora fumando e trocando ideia com os faveladinho”. Atualmente relata ainda estar “organizado” no SIT, mas participa de maneira esporádica. Em sua passagem pelos coletivos, desenvolveu fortes discordâncias que o levaram a se afastar. Sua fala, bastante carregada de gírias, também se marcou pela agudeza com que expressou suas opiniões durante a entrevista. Algumas destas opiniões eram compostas de duras críticas às maneiras de agir de alguns indivíduos que compõem os coletivos.

Já na narrativa de Henrique, destacada abaixo, é possível notar um esforço maior para politizar “a questão do pixo”, apontada como forma de “extravasar” sua “revolta” e seu “ódio”, que estavam sendo gestados “desde a eleição” de 2018. Um ano mais novo que Rodrigo, ele aponta a figura do amigo – visto como indivíduo “bem engajado” – como um importante mediador em sua aproximação com a “questão política”, pois com ele: “aprendi bastante coisa”, afirma Henrique. Quando começou a ir com seus amigos a protestos que aconteciam em 2019, afirma ter logo “sacado a tática Black Bloc”, pois, nessas manifestações, se sentia “protegido” pelos “caras de escudo”:

⁸⁵ Entrevista realizada virtualmente dia 16/01/2022.

Eu já tinha certos interesses né, a questão de Hip Hop assim, sempre curti, aí questão política eu já tinha algumas, tá ligado? [...] *e também super estudei com um amigo meu que, por causa do Hip Hop, bateu muito as ideias.* Porque tipo, *ele é bem engajado [...] eu curtia, mas sem saber de nada,* aí pô, *com ele ali eu aprendi bastante coisa, daí enfim, fui descobrindo mais,* fui me aprofundando, tendo mais contanto né, sei lá, colando em batalha⁸⁶ e tal. *Aí nisso também veio junto com questão política [...] a questão do pixo,* cara. Quando veio lá 2019, assim [se referindo às mobilizações conhecidas como Tsunami da Educação] teve uma mobilização bem grande e daí ia ter uma ato e tal, e daí eu coleí nesse ato. Pô, daí como *eu já tinha uma vontade de enfim, gastar a lata e tal e estava tipo, bem revoltado com isso, uma carga que eu já estava trazendo desde a eleição,* tá ligado, enfim *com ódio mesmo, com uma revolta e queria extravasar. Pô era essa oportunidade que eu queria ter, tá ligado?* [...], *então a gente já estava sacando a tática Black Bloc.* Até porque, logo no começo, quando a gente começou a fazer pô, *colava uns caras lá de escudo mano, protegia nós, tá ligado? Então a gente foi criando assim proximidade [...].* Então foi isso mano, já fui direto para o bloco mesmo ⁸⁷.

O recrutamento de Henrique, no entanto, só aconteceria definitivamente em 2020, quando se sentiu reconhecido por sua “experiência em atos”, ao ser convidado a integrar a “segurança” em uma ação simbólica que seria realizada em um importante supermercado, à época da onda de protestos conhecida pelo tema de *Black Lives Matter*. As lembranças dessa participação foram narradas de maneira entusiasmada em outro momento da entrevista. No trecho selecionado abaixo, ele descreve sua aproximação com os coletivos como algo casual, em que “caiu de paraquedas” e, uma vez que já estava “ali meio próximo”, buscou ampliar gradualmente seu comprometimento com a militância, ingressando em outras organizações “autônomas”.

Lá pra final de 2020 eu voltei a colar nos atos, tá ligado? [...] *Aí como eu já tinha uma experiência em ato,* essas coisas, *a galera me chamou para ajudar na segurança,* tá ligado? *Aí entrei na segurança, daí nisso também acabei já entrando em um dos coletivos.* Mas tipo, foi meio que isso, *meio sem querer aí, meio caí de paraquedas* e foi assim. Estava ali meio próximo tal, isso no final de 2020. *Aí 2021 [...] eu queria entrar daí no MAP, acho que o principal é o MAP, eu queria ah, ter essa vivência aí comunitária e pá, de trabalho de base. [...] Eu cheguei a me filiar no SIT né, depois que eu entrei no trampo.*

A percepção de Henrique a respeito do próprio engajamento como algo que aconteceu “meio sem querer” é um aspecto especialmente interessante de sua fala, pois contrasta com a grande maioria dos relatos, que buscam enfatizar um sentido de vocação

⁸⁶ Referência ao circuito das “batalhas de rap” que acontecem na cidade. Um evento itinerante e bastante popular entre os jovens, que reúne compositores locais, que competem pelas melhores rimas e fãns da cultura Hip Hop no geral.

⁸⁷ Entrevista realizada virtualmente no dia 23/01/2022.

peçoal em seu percurso até a militância. Ainda que todos os percursos tenham mais aspectos contingentes do que proposicionais, a maioria parece não admitir esse elemento de casualidade em suas narrativas pessoais. Em quase todos os casos analisados os militantes ouvidos parecem expressar uma visão, de certa maneira, idealizada sobre o próprio engajamento, no sentido de o interpretarem como um processo quase natural de entrega de si, motivado por algum tipo vocação ou de tomada de “consciência”.⁸⁸ A percepção de Henrique, no entanto, está em maior consonância com a de analistas, que verificam o engajamento como resultado de acontecimentos aparentemente *improváveis* na vida dos indivíduos (cf. MATONTI & POUPEAU, 2006, p. 128). No trecho selecionado acima, então, é possível notar como a própria participação teria lhe gerado uma vontade de ter uma “vivência aí comunitária” e atuar também nos “trabalho de base”, o que o levou a ampliar seu comprometimento com a militância, através da filiação no MAP e no SIT .

Quadro 15 – Breve perfil biográfico de Henrique.

Henrique, 20 anos, trabalha como jovem aprendiz em uma indústria, onde ocupa uma função no setor de produção da empresa. Relata que seus pais, funcionários públicos de nível médio, deram a ele e sua irmã uma infância confortável e, como moravam em uma região relativamente mais pobre da cidade, se sentia numa posição privilegiada quando mais jovem: “para minha área, a gente é um pouco já mais *boy*, assim” e acrescenta: “mas os maiores investimentos mesmo pra gente, sempre foi na educação [...] nas melhores escolas e se precisava viajar para fazer alguma coisa [...], o que for em relação à educação, à vida profissional, davam um jeito de ajudar”. Apesar desse incentivo, diz que “não gostava muito dos modelos de escola”, o que refletia negativamente em seu rendimento escolar. Durante o ensino médio, migrou do colégio privado para uma renomada instituição pública federal da cidade, atraído pela possibilidade de fazer uma formação técnica conjugada. Lá se formou técnico em biotecnologia e, desde então, passou a tentar vestibular para a UEL, com o intuito de melhorar sua formação nessa mesma área. Sua aproximação com a militância autônoma começou em 2019, quando ainda era menor de idade, junto do amigo Rodrigo, por quem nutria admiração, em virtude de sua postura “engajada”. Fã da cultura Hip Hop, também passou a se interessar pelo “pixo”, defendido como forma de “extravasar” a “revolta” em relação à política. Quando começou a ir às manifestações, a tática Black Bloc lhe chamou especial atenção, uma vez que se sentiu apoiado e “protegido” pelos militantes “morfados”. Assim, foi ganhando cada vez mais afinidade e aceitação dos “autônomos” até que, em determinado momento, foi convidado para “fazer a segurança” de um ato, junto com um desses coletivos, indo “direto para o bloco”. Desde então, não parou de aprofundar seu comprometimento com as causas militantes, a ponto de considerar que isso lhe deu maior sentido para a vida: “eu vejo mais sentido na vida se eu estiver nessa parada”, relata.

⁸⁸ Em seu ensaio "A Ilusão Biográfica", Bourdieu (1996) destaca como em narrativas autobiográficas os indivíduos frequentemente procuram atribuir sentido ou estabelecer uma lógica à própria vida, seja de forma prospectiva ou retrospectiva. Esse processo de racionalização é o que ele chama de "postulado do sentido da existência relatada". Durante os processos de interlocução, como nas entrevistas, essa criação artificial de sentido se manifesta tanto para o sujeito, quanto para o objeto daquele depoimento. Ou seja, é parte dos processos de interlocução, que entrevistador e entrevistado implicitamente concordem com a validade circunstancial do relato, apresentado como um todo coerente. Nesse sentido, suspende-se, em alguma medida, juízos que apontem a experiência ordinária como parte de uma realidade contingente; repleta de elementos indetermináveis e imprevisíveis.

Inicialmente gozava de relativa leniência familiar em relação à sua participação na militância, mas depois de ter sofrido com dois episódios de exposição televisiva, em consequência de “ações diretas” supostamente praticadas por ele e seus amigos, passou a ter que lidar com algumas tentativas – mal sucedidas – de restrição por parte dos pais. No momento da entrevista, afirmou integrar a AP a AFA, a FCC, o MAP e o SIT.

Ao comparar os percursos de Rodrigo e Henrique, é possível notar como eles caminham praticamente juntos em seus processos de aproximação e ingresso na militância, mas passam a tomar rumos diferentes a partir de dado momento. Enquanto um buscou estreitar gradativamente seu comprometimento, outro preferiu o afastamento parcial, se desligando de quase todas as organizações e mantendo uma participação episódica, mais circunscrita a alguns atos considerados mais importantes. Decepcionado com a repetição de uma série de “erros” que ele identifica nas organizações “autônomas”, Rodrigo assume ter adotado uma postura mais observadora com o passar do tempo. Assim, percepções pessoais desenvolvidas por ele como, por exemplo: o autointeresse dos militantes em sua aproximação com a periferia – “eles vai para fazer o bagulho e se enaltecer no que eles fez” –, a “falta de coletividade dos manos de sempre achar que têm a verdade”, e o conseqüente silenciamento de “muita galera inteligente que mora nas quebradas”, foram alguns dos motivos apontados para sua retração. Em suas palavras:

Os caras ficam criando um monte de coisa nada a ver, só mudando o nome para continuar a mesma palhaçada [...]. Eu meio fui vendo tudo esses bagulho aparecer e sumir desde... Como que era o primeiro lá? Ainda era CAD, o coletivo ação direta. Desde essa parada aí eu já conhecia as pessoas e eu já estava vendo tudo acontecer. Mas é o que eu falei, *eu sou mais de ficar vendo mano, eu fico observando porque eu já sei como que vai ser, todo ano aparece o bagulho e dá na mesma, tá ligado? A rapaziada está vendo o erro deles, está fazendo a mesma fita e nunca que quer sair do centro pegar busão e ir para a periferia. O que os favelados passam eles não quer passar nunca, eles só vai se for de Uber, [...] Eles vai para eles fazer o bagulho e se enaltecer no que eles fez. [...] Aí eu comecei a colar nas reunião, aí os outros se apresentam: - Ah, porque eu curso não sei o que não sei na onde, porque eu sou não sei o que de não sei do que de tal movimento. Daí eu olhava e falava: - Ah, eu sou o [apelido], eu sou pixador mano, só. [rindo] [...] Eu nunca me liguei nessas paradas, nem senti necessidade de me identificar assim, com ah, um estudante, alguém que faz isso, nunca achei isso muito importante [...] *Aí nisso daí eu me afastei, porque eu vejo muita galera inteligente que mora nas quebradas, e acaba sendo silenciada por esses movimentos que diz que está ali para dar a voz, tá ligado? [...] Essa galera, eles escolhe sair lá da classe média, tá ligado, escolhe sair lá da parte boa delas, criar ideia na cabeça deles e perto dos amigos deles ali, que esses amigos vai achar que é da hora, e tenta ir fazer uma implantação lá nas quebrada, entendeu?**

Nesse mesmo trecho também é possível notar como Rodrigo considera pretenciosa, de certa maneira, a postura adotada por alguns militantes ao se identificarem falando de suas formações pessoais e eventuais posições de representação ocupadas por eles. Como reflexo de nunca ter “ligado” ou achado “muita importância” neste tipo autoafirmação, nas reuniões em que participava preferia se apresentar, então, apenas pelo apelido e pelo título de “pixador”, buscando marcar, desde logo, uma postura diferenciada em relação aos demais. Por fim, o incômodo sentido em relação às questões de classe que permeiam as ações de militantes – “essa galera” que vêm “lá da classe média” – feitas com os moradores das “quebradas” – com os quais ele sente proximidade – é outro aspecto que merece ser destacado em sua narrativa. Dessa maneira, Rodrigo, passou a priorizar cada vez mais suas relações com as “quebradas”, em detrimento de uma organização mais formal junto aos coletivos, contudo, sem deixar de buscar por formas de atuação que lhe parecessem relevantes, como fica evidente no trecho a seguir:

A galera que eu colo [...] é da hora pra caramba você conversar [...]. Lá no Flores do Campo que é um lugar que *nóis* tem uma biblioteca libertária, que *nóis* está montando tá ligado, *nóis* chegou lá e pediu um espaço. Lá é uma invasão de terra tá ligado, é uma ocupação e esse maninho aí [referência ao amigo com quem está fazendo a ação] tem 16 anos de idade, ele é muito novo tá ligado? A coroa dele tem a casa lá na invasão e ele é tipo... ele cola em ato com *nóis*, ele fecha em tudo com *nóis*, tudo mesmo, ele é muito para frente.

Para compreender como dois amigos tão próximos podem divergir desta maneira em suas avaliações e escolhas feitas com relação mesmo fenômeno – a militância “autônoma” –, devem ser observadas, sobretudo, as diferenças nas *circunstâncias biográficas* de cada um. Proveniente de classe média, Henrique se sentiu atraído pela ideia de ter uma “vivência comunitária” dentro do MAP, ao passo que, para Rodrigo, este tipo de experiência é relatado como parte de sua realidade cotidiana, uma vez que era morador de uma favela em São Paulo, antes de se mudar para Londrina, onde passou a morar também em uma região periférica. Incentivado desde a infância pelos pais a estudar e ter uma boa profissão, Henrique, ao terminar o ensino médio, buscou um trabalho formal como jovem aprendiz, passou a tentar o vestibular para a UEL e, ao mesmo tempo, se “organizou” em diversos coletivos da rede “autônoma”. A compreensão de Henrique a respeito da participação como algo que lhe dá maior “sentido na vida” também pode ser relacionada a estas circunstâncias biográficas particulares. Para ele, a participação realimentou seu antigo desejo de estar entre pessoas “engajadas na política”,

bem como o aproximou, de certa maneira, do ambiente universitário almejado, colocando em contato com “muita gente de faculdade”, além de “reflexões” e “alguns debates”, como fica mais evidente no trecho a seguir: “Conheci alguns nisso também [...] *muita gente engajada na política, muita gente de faculdade, aí eu vi umas reflexões, alguns debates e conheci* daí algumas pessoas que estava lá por causa disso também”. Em alguns casos, como lembram Matonti e Poupeau (2006) a percepção de aprendizado obtido na militância pode ser tal, que chega funcionar, até mesmo, como um tipo de substituto do capital escolar convencional.

Rodrigo não teve o mesmo incentivo familiar; quando ainda era adolescente, morando apenas com sua irmã e sua mãe – que precisava se ausentar para trabalhar –, ele acabou se envolvendo com o uso de drogas, e apresentou dificuldades de se manter nos colégios pelos quais passou. Quando, enfim, conseguiu concluir o ensino médio, ele apenas deu continuidade ao trabalho informal de “sucateiro” e seguiu priorizando suas vivências nas comunidades – tais como ficar “trocando ideia com os faveladinho” e montar uma “biblioteca libertária” em uma “invasão de terra” – ao invés de se “organizar” nos coletivos. Como se pode notar, as circunstâncias biográficas mais difíceis enfrentadas por Rodrigo em seu caminho estão na base de muitos dos incômodos e das avaliações negativas feitas por ele sobre os coletivos. Essas circunstâncias ajudam a explicar sua posição mais refratária com relação à participação em organizações essencialmente formadas por indivíduos universitários e provenientes de classe média.

As duas participantes com menor idade, Alana e Valentina, de 19 e 17 anos respectivamente, também foram as únicas militantes secundaristas entrevistadas durante a pesquisa. Diferente de todos os outros casos, seus processos de recrutamento nem passaram pela universidade, nem aconteceram depois da fase de ensino médio, mas sim durante. Em ambos os casos, a aproximação com os coletivos aconteceu por meio de contato direto com militantes, após terem participado de alguma das atividades “formativas” ou dos “trabalhos de base” realizados.

Além de ter ingressado bem jovem nas organizações “autônomas”, aos 17 anos, Valentina também representa um caso incomum em outro sentido. Desde muito nova, conviveu com duas perspectivas de realidade aparentemente divergentes dentro da própria casa, através da influência do pai, policial militar, e da irmã, ativista “independente” e ligada aos coletivos “autônomos” através do namorado – seu cunhado –

, este “mais engajado”. Contudo, a influência da irmã teve papel determinante no sentido de despertar a curiosidade de Valentina em relação à participação nas manifestações públicas e nos coletivos da cidade. Em suas palavras, “Foi através dela que eu conheci um pouco assim, e comecei a querer ser mais ativa nisso também [...] eu *já via ela acompanhando, então eu já perguntava*: - Ah, o que é isso?”. Curiosa com as ações da irmã, mas insatisfeita com a quantidade de explicações dada por ela, Valentina relata que passou a buscar por conta própria pelas informações que podia encontrar nas redes: “só que também muita coisa, tipo o que é aquela organização né, o que ela faz, o que ela representa, eu descobri pelas redes, através do *Instagram, Twitter*”.

Quadro 16 – Breve perfil biográfico de Valentina

Valentina tem 17 anos e cursa ensino médio em um colégio público federal, onde também se formará técnica em biotecnologia. É a segunda filha de uma família londrinense de classe média, com mãe professora e pai policial militar; este, relativamente condescendente com sua militância, uma vez que sua opinião política: “por incrível que pareça, não é tão divergente da nossa”. Contudo, relata ainda: “ele discorda bastante que a gente frequente os atos [...] por conta justamente dos policiais. Acho que como ele faz parte disso, ele sabe como é o tratamento né”. Dessa maneira, preferem esconder do pai alguns aspectos de seu engajamento: “ele não sabe assim, que a gente coloca nossos posicionamentos na internet, essa parte, tanto eu quanto a minha irmã, a gente prefere guardar pra gente”. Foi através de sua irmã, cinco anos mais velha, que começou a tomar notícia sobre organizações “autônomas” da cidade, pois sua irmã e o namorado já participavam dos atos promovidos por estes coletivos, muito tempo antes de Valentina. Desde muito jovem sentia interesse pela atividade militante da irmã e vontade de ir às manifestações, mas se sabia muito jovem para isso. Desse modo, só começou a participar de fato em 2019, quando mudou de colégio e ingressou no ensino médio, onde começou a “gostar mais de política” e onde teria contato com outros alunos que também eram militantes: “comecei até a ter aula de sociologia que antes eu não tinha e fui começando a gostar mais de política”. Algum tempo depois, passou a compor a chapa do grêmio estudantil e em 2021 foi convidada a participar da FAE: “para fazer uma ligação, uma ponte entre o IF [Instituto Federal] e a FAE, fazer uns projetos juntos, um grupo de estudos”. Já dentro da organização, descobriu que não era a única estudante do seu colégio a participar de coletivos “autônomos”, contudo, sua inserção no grêmio parece ter lhe conferido um *status* diferenciado como representante secundarista dentro do coletivo. Dessa forma, Valentina já conseguiu organizar atividades como “rodas de conversa” entre secundaristas e demais militantes, dentro e fora do colégio, às vezes em nome do próprio grêmio.

Para ela, o interesse em relação às ações de sua irmã, cinco anos mais velha, atuou no sentido de gerar uma disposição atitudinal positiva para com os coletivos, que depois ela viria a conhecer mais de perto. Valentina relata que àquela altura: “tinha um interesse em participar dos atos, mas por ser muito nova, era muito difícil pra mim de ir”. Dessa maneira, sua aproximação pessoal com o ativismo só aconteceria após um momento de *alternância* em seu percurso; quando saiu de sua antiga escola para cursar o ensino médio em um grande colégio público federal. Lá, acontecimentos até então

inéditos para ela, como assistir a aulas de sociologia, ir a manifestações e, principalmente, participar do grêmio estudantil, marcaram este período como um momento de inflexão em seu percurso, fazendo com que ela começasse a “gostar mais de política” ou, ainda em suas palavras: “fez um pouco minha cabeça”. Atuando no grêmio e participando em algumas manifestações, Valentina conheceu, então, um antigo aluno de seu colégio que também era militante “autônomo”⁸⁹ e a convidou para: “fazer uma ligação, uma ponte entre o IF e a FAE, fazer uns projetos juntos, um grupo de estudos”. Assim ela narra esse processo:

*Acho que em 2019, quando eu comecei a estudar no Instituto, eu fui na minha primeira manifestação e comecei até a ter aula de sociologia que antes eu não tinha e fui começando a gostar mais de política. [...] Esse ano também eu entrei no grêmio na minha escola, e eu acho que estar no grêmio também fez um pouco a minha cabeça pra começar a pensar um pouco mais nisso. Eu conheci daí esse ano a FAE, que é a Força Autônoma Estudantil e aí eles até entraram em contato comigo para fazer uma ligação, uma ponte entre o IF e a FAE, fazer uns projetos juntos, um grupo de estudos. Então isso acho que foi uma coisa que deu um pontapé inicial assim pra eu começar a ser mais ativa, tanto é que eu faço parte agora da FAE também [...]. É complicado, a gente até tenta fazer umas coisas mais autônomas, mas muitas pessoas veem a chapa ainda como uma coisa da escola, então tanto é que a gente prefere não falar muito o nosso posicionamento político no *insta* ali do grêmio pra não falar dessa coisa de doutrinação, falar que essa é a posição do Instituto. [...] Têm outras pessoas que são ligadas ao MAP, à AFA, só que quando eu entrei no Instituto, eu ainda não sabia de ninguém, eu descobri que essas pessoas também faziam parte nessas organizações quando eu entrei nelas [...]. Por enquanto eu estou só na FAE mesmo, ajudo a compor a Frente Classista e Combativa e mais pra frente talvez, eu tenho o interesse de compor o MAP, eu acho bem massa também.*

Neste trecho podemos notar como Valentina expressa um processo gradual de aprofundamento de seu “gostar de política”, que foi desde suas pesquisas iniciais feitas na internet, motivada por sua irmã, até seu envolvimento direto com as organizações “autônomas”, através da filiação à FAE. Também podemos notar como o próprio envolvimento com o coletivo lhe suscitou um desejo de aprofundar ainda mais sua participação, através do “interesse de compor o MAP”, por exemplo. Ainda, algumas compreensões a respeito de seu entorno, expressas por ela em frases como: “a gente até tenta fazer umas coisas mais autônomas, mas muitas pessoas veem a chapa ainda como

⁸⁹ Esse aluno era Henrique. Em sua entrevista ele afirmou com certo orgulho, ter atuado na mediação entre as organizações “autônomas” e o grêmio de seu antigo colégio, com o intuito de atrair novos militantes para a causa. Em suas palavras: “Quando eu saí do IF que eu criei uma intimidade ali com o grêmio de lá tal e *dei uma tendenciada no bagulho*, [...] Aí hoje tem uma rapaziada lá que tem contato com nós né, luta junto com a gente, cola junto em algumas ações”.

uma coisa da escola”, demonstram grau relativamente elevado de comprometimento com os valores internos ao grupo. Nesse sentido, o desejo “fazer coisas autônomas” demonstra sua afinidade com o universo militante e seus respectivos valores que, por sua vez, são interpretados como divergentes dos da sociedade dominante: as “pessoas [que] veem a chapa ainda como uma coisa da escola”. Nessas palavras, portanto, Valentina parece expressar sinais de que poderia estar passando por um processo de *conversão* em seus esquemas de percepção do mundo, ao passo que aumenta seu comprometimento com os valores militantes e passa a adotar uma postura mais insular com relação ao resto da sociedade – “tanto é que a gente prefere não falar muito o nosso posicionamento político no *insta* ali do grêmio”.

A estudante secundarista de 19 anos Alana, ilustra um último exemplo dos diferentes caminhos por onde podem seguir o engajamento, entre as diferentes situações encontradas. Seu caso apresenta uma narrativa curiosa e singular, no sentido de ter sido a única militante que relatou ter passado por um processo brusco de conversão em seu posicionamento político, ainda antes de seu recrutamento. Nesse processo, ela abandonou valores de direita – os quais gostava de reafirmar em debates abertos com seus professores – e passou a se identificar com ideias de extrema esquerda, tais como o “anarquismo”. Com apenas seis meses de filiação ao MAP, Alana fala de seu engajamento como algo que mudou o seu olhar sobre o mundo: “Hoje em dia você acredita que eu vejo anarquismo em tudo?”. Sua aproximação com a militância também aconteceu durante a fase de ensino médio quando, numa tentativa de reerguer o grêmio em sua escola, acabou conhecendo pessoas que faziam “parte de alguns movimentos”, entre elas, uma menina que supostamente lhe “apresentou o anarquismo”, como uma forma diferente de conceber aquele espaço. Em seu relato:

No meu colégio já teve grêmios anteriores [...] e eu falava: - Meu, então tem possibilidade de criar um ainda. E comecei a correr atrás. As aulas de filosofia mexiam muito comigo, porque meu professor de filosofia dizia: - Não precisa muito pra você agir politicamente. Tipo assim, se você é um aluno e você vê que está acontecendo alguma coisa errada no colégio, você tem toda a liberdade para poder ir lá. Meu, eu comecei a ficar folgada nisso, sabe. Eu sentia a militância assim, tá ligado? [...] Eu infernizei o diretor pra caralho [...]. E eu comecei a criar, e na escola *tinha duas pessoas também que estavam fazendo parte de alguns movimentos né*. E aí eu *conheci uma menina que ela é anarquista*, e aí eu cheguei pra ela com aquela ideia comum do grêmio estudantil né tipo, cada um vai ser, sei lá, tipo tesoureiro, tal e ela falou assim: - Não, vamos colocar uma ideia assim, não tem líder. Tá ligado? *Ela me apresentou o anarquismo*. [...] a gente encontra a galera toda, aí a gente fala sobre as ideias, todo mundo decide, tal. Eu falei assim, fechou, vamos [...].

Hoje em dia reascendeu, tem agora um grêmio estudantil lá no colégio, de pessoas que fizeram parte dessa tentativa de chapa, tá ligado? Continuou com essa ideia anarquista esse grêmio estudantil, inclusive, meu, agora tá mais forte, está com uma juventude, aquela galera que quer agir mesmo [...] e agora eles têm uma horta que estão plantando as coisas para ser comunitária [...] eu fiquei muito feliz de saber que, tipo assim, deu frente.⁹⁰

Quadro 17 – Breve perfil biográfico de Alana.

Estudante secundarista, Alana tem 19 anos, mora com a mãe e uma irmã em uma casa simples na zona sul da cidade e pretende prestar vestibular para o curso de serviço social quando terminar o ensino médio. Proveniente de família com poucos recursos e sem referências de parentes ligados à política relata, no entanto, que gostava muito de debater com colegas, familiares e professores, de maneira que classifica como “corajosa” e “ousada”. Nos anos iniciais de sua adolescência, começou a se interessar por ideias de direita, de modo que hoje afirma ter sido “bolsomion” àquela época. Ainda nesta fase, gostava de pesquisar “referências” em sites e canais conservadores para poder debater com os professores em sala de aula, o que lhe rendia alguns apoiadores e admiradores nesses espaços. Além disso, aos 16 anos participava ativamente de um grupo de jovens católicos, do qual chegou a ser coordenadora. Quando seu colégio foi ocupado em 2016 – durante o ciclo de protestos que ficou conhecido como Primavera Secundarista – se colocou contra aquela ação e os estudantes envolvidos nela. Sua mudança de posicionamento teve início quando, diz ela: “eu comecei a escutar mais a minha professora de sociologia, escutar mais o professor de filosofia”. A partir de um primeiro contato com a obra de Karl Marx, então, apresentada por esses professores, relata ter se “encontrado” e tomado consciência de si como uma “alma revolucionária”, e complementa, ainda: “passei ser contra tudo aquilo que eu mesma coloquei”. Depois de se “libertar”, começou a “sentir sede de uma organização” e chegou a tomar frente numa tentativa de reorganização do grêmio de seu colégio, quando então conheceu o “anarquismo” através de uma colega.

Enquanto estudou no colégio, apesar de seu esforço, Alana não chegou a presenciar o grêmio estudantil atuante, pois motivos pessoais não muito claros,⁹¹ acabaram fazendo com que ela se afastasse temporariamente dos estudos. Contudo neste trecho é possível notar a satisfação com que ela narra a continuidade do projeto de retomada do grêmio depois de sua saída, bem como a manutenção da “ideia anarquista”, agora ainda “mais forte”, angariando “uma juventude” que “quer agir”. Ainda que tenha se aproximado do “anarquismo” no colégio, seu recrutamento no MAP aconteceria, sobretudo, em virtude das redes de amizade que ela formaria fora da escola, em sua vizinhança. Junto da mãe e da irmã ela passou boa parte da adolescência morando em uma casa simples, em um bairro da região sul, no qual a presença dos coletivos “autônomos” se tornou bastante habitual, dada a frequência de suas ações na região. Essa proximidade geográfica favoreceu o encontro de Alana com Miguel, que intermediou

⁹⁰ Entrevista realizada presencialmente dia 04/02/202.

⁹¹ Em dado momento da entrevista Alana confessou que estava afastada do colégio, devido a uma dificuldade pessoal em manter a frequência e a pontualidade necessárias. Como já havia repetido o ano em outra ocasião, avaliava se faria nova matrícula como aluna regular no ano seguinte, ou se buscaria por meios alternativos de conseguir o diploma, como pela modalidade de ensino destinada a jovens e adultos ou através do Exame Nacional do Ensino Médio.

pessoalmente seu recrutamento, sugerindo alguns textos que ela deveria ler “para entrar dentro da MAP”, e a convidando a participar das ações do coletivo. No trecho selecionado a seguir ela narra esse processo:

Dentro do meu bairro existe uma concentração de gente politizada, assim, existe uma concentração e é tudo jovem, tá ligado? E dessa galera que cola pra fazer movimento [...] aí conheci a MAP, o Movimento Autônomo Popular, que é a galera cola ali no Cafezal, na Via Feliz né, a invasão [...] *e conheci o Miguel né, que tem aí esse movimento e beleza, comecei a ver coisas no Instagram.* [...] E aí eu fui e perguntei pra ele: como que faz para participar? Aí ele falou assim: - Ah que bom que você está interessada. Aí mandou umas... *Porque para entrar dentro da MAP você tem que ler algumas coisas né.* Mandou para mim ler, falou: - Lê isso e me fala quando terminar e tal. Aí eu li tudo, pá, falei pra ele, e aí ele foi e me colocou no grupo. *E aí o primeiro ato [...] quando eu participei tal, eu senti a energia, senti que fazia parte disso* aí fui e falei pra ele: Ah Miguel, quero participar e tal. Aí ele falou assim: - Ó, eu só vou te dar a camiseta, tipo zoando comigo né [...], só vou te dar a camiseta da MAP se você colar lá na Vila, tá ligado? Mas é isso [...] estou fazendo parte já *ele ainda só não me consagrou*, saca, mas eu estou. [...] *Hoje em dia você acredita que eu vejo anarquismo em tudo?* [...]. Mas eu vejo que o anarquismo é sobre isso, de a gente levar esses propósitos e construir de acordo com a liberdade que abraça todo mundo.

Este último relato de Alana é interessante de diferentes perspectivas, a partir das quais podemos analisá-lo. De maneira similar a outros casos apresentados, a participação direta nas manifestações e encontros promovidos pelos coletivos cumpriu papel fundamental em seu processo de socialização junto ao grupo, uma vez que foi depois de ter participado de seu primeiro ato que ela de fato sentiu “a energia”, e que também “fazia parte disso”. Também como outros casos, o de Alana revela a experiência de uma *conversão* pessoal, no que diz respeito a alguns aspectos de sua visão de mundo, bem como uma tendência à ampliação de seu compromisso com a militância e a visão do “anarquismo”. Seu relato ainda traz à tona a percepção de alguns elementos simbólicos que também podem envolver a “consagração” do recrutamento, ou a própria construção da autopercepção do indivíduo, enquanto militante “autônomo”, tais como: ganhar a camiseta do movimento e “colar na Vila” – referência à ocupação.

Como aponta Bourdieu (2006), as narrativas autobiográficas são sempre inspiradas, em algum nível, por uma busca por significado, uma tentativa de encontrar razão e identificar uma lógica que pode ser tanto retrospectiva quanto prospectiva. Essas narrativas buscam estabelecer uma consistência e uma continuidade, buscando estipular relações inteligíveis entre os diferentes estágios sucessivos da própria vida, que são vistos

como etapas de um desenvolvimento necessário. Nesse sentido, notam-se os esforços em estabelecer eventos marcantes, fatos, descobertas etc. que marcariam o início, a conversão, e assim por diante. Essa postura mascara, em certa medida, a ideia de processo e o peso de outros determinantes sociais sobre os percursos militantes, tal como as disposições sociais, estruturas interiorizadas – o *habitus* –, sobre as quais não temos consciência nem ingerência.

A fala de Alana também ilumina outros aspectos que envolvem os processos de recrutamento, que ainda merecem ser melhor explorados. Ao dizer que “para entrar dentro da MAP você tem que ler algumas coisas”, Alana faz referência a textos internos – como cartas de apresentação, princípios, manifestos, etc. – e outros materiais relativos ao universo “anarquista”, com conteúdos políticos, históricos ou práticos – como manuais de ação e de autopreservação – considerados importantes para a “formação” do militante “autônomo”⁹². Ainda que nem sempre seja exigida com tanto rigor, o cumprimento desta etapa de leituras é considerado um distintivo bastante valioso, uma vez que demonstraria o comprometimento real esperados, do sujeito com relação ao grupo. Em muitos dos casos analisados, os estudos e leituras também foram apontados como etapas importantes em seus processos de “formação”, aproximação e identificação com o universo militante⁹³. Um último elemento que merece ser destacado da fala de Alana, ainda, revela uma percepção a respeito da presença de clivagens internas aos coletivos, ou mais precisamente, de certa posição de liderança ocupada por Miguel. Talvez por sua pouca experiência com alguns princípios caros ao vocabulário “autonomista” – como o da “horizontalidade” –, ela parece deixar escapar, ainda que de maneira sutil, essa percepção, como se nota nas colocações: “o Miguel né, *que tem* aí esse movimento” e “ele foi e *me colocou* no grupo”.

⁹² Internamente, as indicações de leitura são presenciadas a todo tempo, vindo dos militantes experientes para os iniciantes, mas também, entre amigos com experiências semelhantes. Elas acontecem de maneira bastante fluida, informal e levam em conta as circunstâncias e bagagens particulares. As indicações podem incluir a leitura de livros em língua estrangeira ou nacional, artigos, documentos internos já produzidos pelo grupo, além de materiais audiovisuais. Algumas leituras indicadas a mim durante a pesquisa incluem: “Anarcosindicalismo” de Rudolf Rocker; “A estratégia do Especificismo”, de Felipe Correia; História da Anarquia de Max Nettlau e Plataforma Organizacional de Dielo Truda.

⁹³ As leituras também teriam o potencial de orientar os sujeitos dentro dos referenciais “teóricos” que inspiram as práticas militantes. A importância atribuída ao “processo formativo” do militante, por sua vez, se reflete em muitos que disseram ter realizado pesquisas e estudos próprios sobre o “anarquismo”, antes mesmo do engajamento. Essas pesquisas foram apontadas como um preparativo que os encorajou a tomar a decisão de finalmente se aproximar daquilo que os encantava, quando viam à distância, mas sobre o que sentiam não entender bem o que era.

Quadro 18 – Outros relatos de conversão pessoal a partir do contato com a militância “autônoma”.

“*Eu lembro que no começo eu estava maior envergonhadinha, tipo vou gritar aqui, [...] estava toda timidazinha assim, por mais que era uma coisa que eu queria fazer e aí eu lembro que quando eu comecei a me envolver assim, naquele dia foi algo muito libertador [...] como se tivesse feito sentido o que que era, e o que eu queria a partir daquele momento. Porque a partir daquele momento, eu nunca mais me desvinculei da política sabe, foi 24 por 48 construindo em coletivos autônomos*” (Luana, 23 anos, universitária, proveniente de família de baixa renda, militante experiente, responde a um processo movido pelo Estado em virtude de ações ligadas à militância “autônoma”)

“Eu entrei na faculdade, e [conheci] muita gente que é da UJC, aí eu participei de alguns cursos que eles davam assim, sobre história do antifascismo [...]. Começou a entrar numa linha que eu gostava e concordava, só que eu falava: - ah, também não concordo com essas coisas, discordo de algumas coisas, tipo, não é isso ainda, então não vou me filiar, vou esperar, vou ver uma coisa que eu realmente concordo. Eu aí já ia nas manifestações desde 2017, mas daí em 2019 eu comecei a ir mais vezes e bastante e daí eu conheci o Bloco Autônomo, né que é a Ação Antifascista, e o MAP etc. e daí que eu me identifiquei de verdade, falei: - Não, esse realmente eu quero entrar” (Carolina, 22, universitária, vinda de família de classe média alta, militante “autônoma” com experiência intermediária).

“Muito massa, assim, de ver que muitas pessoas seguiram de algumas formas ligadas [...] acho que cada um tomou seu caminho na vida, mas acho que de alguma forma todo mundo ainda tem alguma relação né, com aquilo que viveu, tal. Então eu acho que todo mundo que eu vejo assim tem uma relação, por mais que às vezes a pessoa se afastou [...] por uma série de questões, eu acho que todo mundo ainda carrega aquela experiência né, de ter vivido aquilo, que eu acho que é uma experiência bem transformadora na vida de qualquer pessoa assim” (Arthur, 38 anos, pós-graduado, trabalha como assessor de comunicação, proveniente de família de classe média, “militante antigo” e afastado dos “autônomos”).

“A parte política mesmo de se engajar num movimento, numa organização veio mais já na faculdade em 2018 com a iminência da eleição do Bolsonaro né, a Ação Antifascista de Londrina estava bastante [ativa] [...], ali foi o que me chamou bastante atenção, até porque meus amigos, o J. tal o G. [...]. O G. não é exatamente militante, mas ele sempre está ali, tem uma estética bastante influenciada pela Antifa e sempre vai de balaclava tal nas manifestações né, a galera que faz a tática *black bloc* assim, ou no caso performa essa ideia de *black bloc*” (Gustavo, 22 anos, universitário, inspetor de alunos, proveniente de família de baixa renda, militante experiente, dissidente dos “autônomos”, filado à UJC).

“O primeiro ato gigante assim, que eu participei foi em 2019, acho que deu bastante pessoas, assim, foi puxado pela AP. E foi meu primeiro contato, assim, de ver a galera morfada, de escudo, puxando gritos mais autônomos, assim. E também de saber quem que eram assim né, porque a gente vê as pessoas e depois vê participando de roda de conversa, a gente entende quem que é quem, começa a trocar ideia, assim, entende que a pessoa está organizada. Então 2019 me formou assim, tanto para entender o movimento estudantil, quando o primeiro contato com o movimento autônomo. [...] E eu acho que foi uma experiência, assim nesse sentido, até a própria reunião de DCE você via o Levante, a UJS, a UJC defendendo um posicionamento e a galera autônoma defendendo outra coisa, para fazer outra coisa, assim” (Lúcio, 23 anos, universitário, vindo família de classe média alta, militante “autônomo” com experiência intermediária)

“Uma das primeiras coisas que eu tive contato quando eu me mudei pra cá, foi um grupo de estudos anarquistas que rolou lá no DCE da UEL, que foi um grupo de estudos do livro do subcomandante Marcos, que é um porta-voz do movimento Zapatista, que é nem o centro nem a periferia [...] foi uma experiência muito peculiar e aquilo encheu meus olhos” (Cíntia, 23 anos, universitária, originária de família de classe média e iniciante na militância “autônoma”).

Com base nestes relatos, pode-se notar como a passagem por processos de socialização como: ir aos atos, participar de espaços de deliberação, aprender a utilizar os códigos para a comunicação nesses espaços⁹⁴, participar da organização de protestos, carregar faixas e bandeiras, aprender e entoar os cantos coletivos, conhecer a ocupação, participar de mutirões solidários junto à comunidade local, etc. demarcam aspectos essenciais do processo de engajamento para esses militantes. Essas vivências podem produzir marcas profundas nos indivíduos que tomam parte em sua realização e, talvez por isso, são bastante valorizadas pelos militantes como parte do conjunto de experiências que constitui, simbolicamente, que é ser um militante “autônomo”. Considerando, ainda, a alta rotatividade entre os membros desses coletivos, o acúmulo dessas experiências, ou seja, ter passado ou não por essas etapas, pode expressar diferentes tipos de posição de reconhecimento entre os demais integrantes.

Como se pôde observar nos relatos, ainda, na grande maioria dos casos a participação inicial em episódios de protestos, como os atos e manifestações, realimentou o interesse pela própria participação, seja em novos protestos, seja nos coletivos que os promoviam. Mesmo que essa apetência tenha sido despertada, a aproximação e o recrutamento nos coletivos quase sempre dependeram de um terceiro elemento – um amigo, namorado, vizinho, grupo de colegas etc. – que atuou na mediação direta entre o indivíduo e a organização militante. Também na grande maioria dos casos o recrutamento nas organizações “autônomas” cumpriu um papel decisivo na formação de novos valores sociais e políticos por parte dos indivíduos, conduzindo-os a um aprofundamento gradual do seu compromisso com a militância e com uma nova visão de mundo. Em outras palavras, nesses casos, o recrutamento conduziu os indivíduos a processos semelhantes

⁹⁴ As reuniões deliberativas dos coletivos “autônomos”, assim como as de outras organizações militantes, seguem uma ritualística na qual são definidas algumas funções: um mediador, encarregado de organizar a sequência das falas e pautas previamente estabelecidas, além de um redator, encarregado de produzir a ata da reunião. Antes de iniciar o mediador abre um espaço para os informes, que podem ser feitos por qualquer um dos presentes: comunicados relativos a acontecimentos locais relevantes, “repases” de outros coletivos da AP, chamados de outras organizações militantes, esclarecimentos a respeito do coletivo – no caso de participantes novos –, etc. Em uma primeira rodada, todos os presentes são convidados a se apresentar falando, por exemplo, seus nomes, ocupações profissionais, coletivos nos quais se “organizam” e, no caso de ingressantes, as razões do seu interesse em participar. A apresentação também é entendida pelos militantes como um procedimento de segurança interno, adotado para coibir a ação de infiltrados. Por fim, os códigos “peço a palavra” e “encerro a fala”, são utilizados antes e depois de cada proferimento e às vezes são lembrados àqueles que o esquecem em suas falas. A ritualística é semelhante nas reuniões *online* e presenciais; no caso de encontros híbridos, contudo, se pode definir também um segundo mediador, remoto, encarregado de organizar os pedidos de interação vindos dos participantes conectados, e de dar *feedbacks* sobre a qualidade de conexão.

aos de *conversão* pessoal. A participação no coletivo e as ligações construídas dentro dele, portanto, fomentaram a autopropetuação desta participação, uma vez que essas ações parecem ter aumentado a probabilidade de que o sujeito fosse atraído por episódios subsequentes de ações coletivas. Isto, por sua vez, conduziu a aprofundamentos de seus compromissos com o universo das causas e valores militantes e, conseqüente, ao aprofundamento de seu processo de mudança pessoal, iniciado a partir daquela primeira participação.

3.1. De “independentes” a “militantes plenos”: clivagens internas à militância.

Falar a respeito de clivagens internas entre militantes pode ser um assunto delicado, quando não, soar como um algum tipo de incongruência diante de valores públicos tão explícitos quanto os que envolvem a defesa da “horizontalidade” nos coletivos “autônomos”. Em praticamente qualquer manifesto, carta de princípios ou autoapresentação desses coletivos, este preceito reaparece presumindo a ideia de uma organização construída de modo “horizontal”, ou seja, sem a presença de líderes, relações de poder ou hierarquias internas. Variações dessa argumentação podem ser observadas em expressões como: “[praticamos uma] forma de organização que não estabelece relações de poder e não constitui líderes ou lideranças fixas, ou seja, não possui uma hierarquia definida”; “nos organizamos de forma horizontal”; “defendemos a autogestão como forma organizativa”; “dentro de nossa tendência estudantil independente, não há hierarquias de poder”; “todos e todas podem decidir pelas questões políticas, econômicas e sociais da organização” e ainda; “é como mandar obedecendo”.⁹⁵ Estas são apenas algumas das formas encontradas pelos grupos, de reafirmar um tipo de equidade profunda entre seus membros. Característica esta que é afirmada como um tipo de distintivo das organizações “autônomas”, em relação a outras organizações militantes entendidas como demasiadamente hierárquicas e centradas em suas lideranças.

As defesas de uma ideia de “horizontalidade” entre os membros do grupo, tais como as apresentadas acima parecem ser acolhidas com entusiasmo por militantes que muitas vezes têm o “anarquismo” como uma de suas principais inspirações. Um olhar

⁹⁵ Retirado dos conteúdos públicos – cartas de apresentação, princípios etc. – divulgados pelos coletivos em suas redes sociais. Material completo disponível no anexo 2.

mais atento sobre as organizações, contudo, pode revelar que discursos como estes apenas escamoteiam algumas relações de poder e formas de diferenciação, que inevitavelmente surgem no interior dos coletivos. O uso desses discursos por indivíduos que ocupam posições de liderança dentro dos coletivos, por exemplo, revela o que Bourdieu (2004, p. 154) denomina de *estratégia de consciência*. Ou seja, um recurso usado por agentes que ocupam posições superiores em um determinado espaço objetivo, para negar simbolicamente a distância ou relação hierárquica existente entre eles e os demais. Ao empregar tais estratégias, portanto, os indivíduos não apenas mantêm essas distâncias inalteradas, como ainda se beneficiam de reconhecimento e vantagens associadas a essa negação simbólica. Nesse sentido, expressões como “ele é uma pessoa acessível”, “ele não se porta como líder”, “ele dá espaço para todo mundo falar” etc. reforçam o reconhecimento de hierarquias entre o grupo, ao passo que revalorizam os indivíduos em posições de liderança por sua postura de denegação simbólica da própria posição.

Em alguns casos, como num tipo de lapso freudiano, afirmações como: “todo conhecimento adquirido por uma pessoa não faz dela um líder”⁹⁶ parecem indicar o exato oposto do que se verifica na prática. Em outras palavras, a quantidade de saberes adquiridos na militância parece compor, juntamente, um dos principais recursos na alavancagem dessas pessoas a posições de lideranças dentro dos grupos, ainda que essas posições sejam exercidas de maneira cuidadosa, quase sempre de forma sutil e velada. Desse modo, ao longo da realização das entrevistas, a abordagem do tema era sempre delicada e nem sempre oportuna. Não obstante, em diversas ocasiões juízos a respeito do tema acabavam surgindo nas conversas, de maneira mais ou menos espontânea. Para além de algumas clivagens observadas em campo, uma interessante variedade de expressões nativas sobre tipos militantes também foram captadas ao longo da pesquisa.

Os tipos de vínculos pessoais desenvolvidos a partir da participação nas organizações “autônomas” podem variar com base na *intensidade* e *tempo* de duração desses vínculos, e a depender destes mesmos fatores, os *status* dos sujeitos no interior do grupo também podem sofrer alterações. Dito de outro modo, os diferentes níveis de experiência acumulada por parte dos militantes, também parecem afetar suas relações com o restante do grupo. Por conseguinte, quanto mais elevada essa experiência, maior tende a ser o seu prestígio com relação aos outros membros do coletivo. Indivíduos com

⁹⁶ Carta de princípios da AP. Publicada no *Instagram* da organização, em outubro de 2019. Documento completo disponível no anexo 2.

maior prestígio mais comumente ocupam funções de liderança ou de porta-vozes dos coletivos como, por exemplo: fazer discursos em protestos⁹⁷, falar pelo coletivo em entrevistas, às vezes sendo procurados para tal, sobretudo em situações de tensão. De outro lado, indivíduos com níveis mais baixos e intermediários de experiência, mais comumente tendem ocupar outros tipos de funções, como a de carregar bandeiras, produzir atas, organizar agendas, etc. Assim, expressões como: “militante pleno”, “militante antigo”, “militante da base”, “militante organizado”, “ativista”, “espontaneísta”, “anarcóide” e “independente” fazem referência a diferentes categorias de vínculos possíveis dentro da militância “autônoma”. Embora nenhuma diferença seja assumida de maneira pública, o uso dessas categorias para explicar as diferentes relações com os coletivos se mostrou bastante recorrente entre eles, seja nas entrevistas ou em conversas informais. A existência dessas categorias, por fim, é reveladora dos critérios de hierarquização e de clivagem dos indivíduos, logo, dos prestígios e eventuais sentidos de retribuição individuais associados às posições ocupadas no grupo.

Feitas estas colocações iniciais, a primeira clivagem que cumpre ser melhor explicada é aquela que separa a compreensão do que são “militantes organizados” em relação aos “independentes”, ou até mesmo em relação aos “ativistas”. Dizer que determinada pessoa é uma “militante organizada”, nesse sentido, implica o entendimento de que essa pessoa já passou pelos processos de socialização necessários para o recrutamento no coletivo – aproximação inicial, leitura de materiais, participação direta, etc. – que fazem com que ela seja reconhecida propriamente como “militante”, e como “organizada”, isto é, integrada dentro de um coletivo específico. Por outro lado, os “independentes” são usualmente compreendidos como aqueles sujeitos que possuem algum grau de entrosamento com um ou mais coletivos, mas que ainda não passaram pelos processos de socialização ligados ao recrutamento, propriamente dito. Estes últimos, normalmente, mantêm vínculos mais episódicos com participações ligadas, por exemplo, a eventos abertos e a protestos maiores.

⁹⁷ “Fazer uma fala” em determinado ato público – expressão usada pelos próprios militantes – pode exigir certo traquejo do indivíduo, uma vez que a presença de outras organizações militantes aumenta o senso de responsabilidade por aquela fala. Nesses contextos, a fala de um militante “autônomo” tende a ser interpretada como a representativa de todas as organizações da AP. “Fazer uma fala” deste tipo também pode envolver uma tensão com as outras organizações militantes. A depender do teor ou tempo de duração de uma fala, reações indesejadas podem ocorrer por parte do público, ou da comissão organizadora. Situações de “silenciamento” relatadas por militantes “autônomos” – desligamento de microfone, abafamento de suas falas com cantos coletivos, batuques, vaias etc. – exemplificam o tamanho do desafio oferecido nessas ocasiões.

Em alguns casos as noções de “ativista” e de “independente” podem ser aproximadas nas compreensões feitas por alguns. Contudo, de modo geral podemos afirmar que o “ativista” é compreendido como um indivíduo ainda mais distante em seu entrosamento com o grupo do que o “independente”. Ademais, o termo “ativista” parece carregar tom pejorativo entre os membros dos coletivos “autônomos”, sendo utilizado quase sempre de maneira acusatória, empregado para definir aqueles cujos interesses se limitam a participações esporádicas nas manifestações, sem nunca se filiarem ou se aproximarem das organizações perenes que de fato as promovem.⁹⁸ Dizer que determinada pessoa é uma “ativista”, dessa maneira, implica dizer que ela possui uma relação descompromissada com a política e ou com as agendas pautadas nas manifestações. Para Miguel (25), que atua nas organizações “autônomas” desde 2016, ocupando posição de grande prestígio dentro delas, a diferença entre militante e ativista é apresentada da seguinte maneira:

O militante, ele ou ela, atua no movimento social e na luta de classes de forma disciplinada, organizada e orgânica, digamos assim, ele tem um compromisso com a luta revolucionária, ele tem um compromisso com a causa na qual ele está inserido, na qual ele está organizado efetivamente e esse compromisso é um compromisso de vida, é quase como se fosse uma profissão, é uma profissão não remunerada praticamente [...]. Então acho que a diferença é esse compromisso de vida essa disciplina com organização, esse compromisso com a organização. O ativista é uma pessoa que está ali, que apoia uma causa ou outra, vai colar em uma manifestação, às vezes cola em todas as manifestações, mas só cola nas manifestações, vai defender a causa de forma geral, mas não vai ter um compromisso de vida com a organização saca? Às vezes vai ser da base, ali de apoio, mas ele não é militante, ele é ativista e está comprometido a um nível muito... muito inferior ao que o militante está comprometido com a organização, entende?⁹⁹

Como se podem notar na fala acalorada de Miguel, os termos “compromisso” e “organização” são empregados repetidamente para designar o tipo de comprometimento pessoal esperado¹⁰⁰ por parte daqueles que se definem como “militantes” de uma organização “autônoma”. Já o termo “ativista” é definido, por oposição, como aquele indivíduo que não possui vínculos com os coletivos, ou aqueles cujos vínculos são vistos como carentes de comprometimento. Dentro das características que definem os

⁹⁸ Em certa ocasião, por descuido, dirigi uma pergunta ao entrevistado acerca de sua aproximação com o “ativismo”. Ele me corrigiu imediatamente, dizendo que se considerava “militante” e não “ativista”.

⁹⁹ Entrevista realizada virtualmente dia 01/10/2021

¹⁰⁰ É preciso ponderar que Miguel apresenta uma visão particular e, poderíamos dizer também, bastante romantizada do que seria uma espécie de militante ideal, ou de postura idealmente esperada de um militante “autônomo”. Na prática os laços com o grupo daqueles que se consideram propriamente como militantes, podem flutuar em intensidade e níveis de comprometimento ao longo do tempo.

“militantes”, ainda, sua fala destaca a importância do alinhamento intelectual com a “causa na qual ele está inserido” e “organizado efetivamente”, como fator importante dessa caracterização. Assim, o “compromisso” esperado deve ser com a “luta revolucionária” e exercido de forma “disciplinada” pelo integrante de movimentos “autônomos”, realçando assim a obediência aos princípios estabelecidos pela organização como atributo importante para a identificação do “militante”. As expressões “estar organizado” ou “ser organizado” sintetizam a relação (esperada) entre o militante e a disciplina, o comprometimento e o alinhamento com o grupo. Uma vez que a pessoa em questão passa por um processo de filiação a um dos coletivos da AP, ela se torna uma militante “organizada”. Por fim, a comparação da “militância” com uma forma de “profissão não remunerada” reforçam as ideias de assiduidade e regularidade com que esse compromisso deve ser exercido.

As categorias “ativista” e “independente” se assemelham em algum aspecto. Ambas dizem respeito a tipos de vínculos com a militância em que não existe nenhuma relação de compromisso formalmente estabelecida entre o indivíduo e as organizações militantes. Ou seja, em ambos os casos as categorias fazem referência a sujeitos que podem possuir algum grau de aproximação com as organizações, mas que não são filiados a nenhuma delas. As semelhanças são menores que as diferenças estabelecidas entre estas categorias. A categoria “independente”, contudo, não parece carregar o mesmo caráter pejorativo que é atribuído aos “ativistas”, por exemplo. Em muitos casos, a categoria “independente” pode até ser autoatribuída ao falar de sua relação com os coletivos. Assim, indivíduos que buscam se mostrar mais comprometidos com os princípios e valores das organizações, ou mesmo demonstrar maior entrosamento com elas – mas que por circunstâncias diversas preferiram manter participações mais eventuais, ou apenas não se filiarem formalmente –, frequentemente se identificam, eles próprios, como “independentes”. Diferentemente do “ativista” ainda, a categoria “independente” parece mais elástica, podendo se referir a indivíduos com níveis bastante variados de experiência e entrosamento com o coletivo. Desde que não tenham passado por processos de filiação reconhecidos dentro do grupo, o indivíduo pode permanecer como “independente” de maneira indefinida, mesmo que sejam assíduos participantes de encontros promovidos por eles e nutram *laços fortes* com seus membros.¹⁰¹ A categoria

¹⁰¹ Em algumas circunstâncias, militantes “independentes” podem chegar a ocupar posições de reconhecimento nos coletivos. Por exemplo: casos em que o indivíduo demonstra um domínio mais profundo de certa literatura “anarquista”, cara à militância “autônoma”; casos em que o indivíduo exerce papel de

“independente” não é conflitante com a clivagem “militante” / “ativista”, assim, indivíduos não filiados, mas com maior entrosamento com os grupos, frequentemente se identificam como “militantes independentes”. Logo, os “militantes independentes” podem ser entendidos como uma categoria mais periférica à militância “autônoma”, propriamente dita, quando se refere a indivíduos engajados, mas não “organizados”, como quando preferem manter algum tipo de reserva pessoal, nutrindo vínculos menos obrigatórios em relação às organizações. Nos grandes atos públicos, os “independentes” podem compor um volume bastante expressivo e até a maioria entre os “autônomos”, já nos atos de menor repercussão, por outro lado, são os militantes “organizados” que costumam ser numericamente mais expressivos.

A categoria: “militante da base” faz referência ao conjunto amplo de indivíduos que possuem alinhamento ideológico com as organizações, normalmente comparecem a atos e, na maioria das vezes, também possuem uma afinidade estética com o grupo. Os indivíduos “da base” podem ou não ser filiados, mas são considerados como “base” desde que se sinalizem apoio aos coletivos “autônomos” em manifestações e outros eventos públicos. Essa sinalização pode acontecer de diversas maneiras, como ofertando o próprio tempo de trabalho ou recursos para a realização de eventos – como no caso de “independentes” e até “organizados” –, ou mesmo com o simples comparecimento do indivíduo às manifestações, marchando junto ao “bloco”, mesmo que de maneira episódica – como se poderia dizer de um “ativista”. Nesse último caso, no que se refere aos presentes em uma manifestação, a “base” pode fazer referência ao volume de pessoas que se apresentam para compor o “bloco”, ou seja, marchar de maneira mais ou menos coesa junto aos “autônomos”, dispostos a carregar bandeiras e/ou distribuir folhetos. Esta é uma categoria bastante ampla entre os “autônomos”, podendo abarcar militantes “independentes”, “organizados” e às vezes até “ativistas”, de modo que seu uso parece contextual, às vezes podendo fazer referência à homogeneidade de um conjunto de manifestantes e, outras vezes, fazendo referência a apoiadores dos coletivos, seja assemelhados a “independentes” ou a “organizados”. De maneira diferente das clivagens citadas anteriormente, esta categoria não possui um paralelo muito evidente que indique

mediação em relação a outros grupos sociais – “pixadores”, skatistas, secundaristas –, levando potenciais novos membros a se aproximarem das organizações; e ainda, casos em que o indivíduo demonstra comprometimento e recorrência na participação em protestos, especialmente em posições interpretadas como “combativas”, às vezes “morfados” e agindo na “linha de frente”. Nestes casos ainda, não é incomum que os “independentes” recebam algum nível de pressão dos membros da organização para que se filiem formalmente, ou seja, preencham uma ficha de inscrição e passem a frequentar reuniões deliberativas periódicas.

seu oposto – tal como o poderiam ser *o topo* ou *a elite*, antônimos possíveis do termo “base”, mas referentes a posições discursivamente inadmissíveis a estas organizações –, contudo, a categoria “da base” parece não abarcar figuras mais proeminentes, ou que possuam uma relação mais dedicada à militância, tal como os “militantes plenos”. Por fim, é relevante notar que o simples uso desta expressão pode ser interpretado como uma demonstração de certo domínio das clivagens estruturais relativas à militância “autônoma”, bem como do jargão empregado para descrevê-las. Indivíduos que utilizam essa terminologia, portanto, são usualmente aqueles com níveis mais elevados de *capital militante* e que ocupam posições de maior protagonismo no grupo. Esses indivíduos, ainda, quando empregam tal terminologia, o fazem mais comumente para se referir aos demais membros do grupo, aqueles que não necessariamente estão presentes nos processos deliberativos, mas que garantem o volume do movimento durante os protestos.

Quadro 19: referências à categoria “militante da base”.

“Agora eu estou tentando ainda nesse movimento, participo esporadicamente de alguns atos, formações, mas não, assim, construindo de fato alguma organização. *Me considero, assim, que eu participo enquanto base*, mas não ali diretamente opinando na construção” (Joana, 28 anos, assistente social, família de classe média, militante “antiga”, afastada, mas participa de algumas ações).

“[...] acho que hoje o MAP, ele é talvez o movimento mais importante no sentido de que ele é mais acessível, digamos assim, à *nossa base* né?! Porque ele organiza o povo, a população, a partir do local de trabalho... então te coloca a oportunidade de você atuar a partir do seu cotidiano né, facilita que o militante, a militante, atue no cotidiano, sabe” (Miguel 25 anos, formação superior, família de classe média, militante experiente com participação de alta intensidade).

“[...] pra alguém que é *da base* desse movimento, não há muita diferença entre PCB e PT ou entre PT e PSDB, não há divisões muito” (Gustavo, 22 anos, universitário, inspetor de alunos, família de baixa renda, militante experiente, dissidente dos “autônomos”, filado à UJC).

A categoria “militante pleno” faz referência a um tipo de vínculo desejado entre o sujeito e a militância “autônoma” na qual este se coloca de maneira assídua e proativa nas atividades do grupo. Indivíduos identificados por essa categoria são aqueles que, não só apresentam vínculos formalmente estabelecidos – são “organizados” –, como também demonstram graus mais elevados de comprometimento com os coletivos. Esse comprometimento pode ser demonstrado de inúmeras maneiras, usualmente através da assunção de tarefas como: realização de atas em reuniões, produção de escudos, materiais de divulgação, promoção de atividades, etc. “Militantes plenos” frequentemente são

filiados a, no mínimo, dois ou mais coletivos simultaneamente, além de buscarem manter presenças mais ativas nas assembleias e decisões mais amplas relativas à “Federação” dos coletivos locais, a AP. Dada a inserção da AP na Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil (FOB), ainda, bem como sua relação com outros grupos e redes de militância nacionais, certos “militantes plenos” ganham oportunidade de participar de trocas de experiências com indivíduos de outras regiões do país, inclusive, de realizar intercâmbios viajando para participar de protestos e eventos, como “feiras anarquistas”¹⁰² em outras cidades. Talvez por suas disposições em assumir prontamente tarefas consideradas importantes, os “militantes plenos” estabelecem especial relação de confiança com indivíduos em posições de liderança. Em alguns casos – além do fator de tempo de filiação –, apenas algumas disposições atitudinais parecem diferenciar “militantes plenos” de indivíduos em posições de lideranças. Disposições como: falar em público, defender juízos fortes, criar conteúdos online relativos à militância, entre outras, compõem alguns dos principais elementos que identificam indivíduos em posições de liderança, tornando-os algo como porta-vozes dos coletivos. Essas características especialmente comunicativas, portanto, desempenham um papel significativo na definição de clivagens dentro desses contextos.

A categoria "espontaneísta" se refere a um tipo de relação com a militância em que os compromissos com os valores e práticas cultivados pelos coletivos são relativamente fracos. Isso significa que os indivíduos classificados como "espontaneístas" demonstram uma baixa aderência aos princípios e práticas do coletivo ao qual estão associados. No entanto, paradoxalmente, o uso dessa expressão também destaca um alto desejo de participação, principalmente por parte de indivíduos mais novos no movimento. Eles apresentam uma intensidade significativa em seu desejo de participar, “fazer alguma coisa”, no entanto, uma intensidade não sustentada pela compreensão mais fina dos valores e métodos partilhados pelo coletivo. Exemplos são as “ações diretas” feitas sem articulação prévia, ou sem a compreensão de um senso de oportunidade adiado para tal,

¹⁰² Essas feiras, mais tradicionais em cidades maiores, são eventos longos que reúnem “encontros formativos” e apresentações de artistas, além dos visitantes, interessados na temática do “anarquismo”, vista de maneira geral. Elas funcionam como um ponto de encontro entre indivíduos e grupos de diferentes lugares, uma vez que atraem “expositores” e militantes – às vezes convidados – locais e de outras cidades que vão para fazer: apresentações de poesia, música, promover livros, “rodas de conversa”, vender *fanzines*, *patches*, *bottons*, camisetas etc. ou simplesmente para interagir com estas redes. Ao longo da realização da pesquisa de campo, os coletivos “autônomos” de Londrina promoveram sua primeira “feira anarquista”, com oito horas de programação total, divulgada em suas redes. Um perfil foi criado no *Instagram*, com o único propósito de divulgar as atrações e convites para o evento, bem como as algumas fotos e vídeos durante e após sua realização. Alguns destes e outros registros podem ser vistos no anexo 7.

ou seja, ações realizadas fora de hora ou de contexto, causando prejuízos à imagem do grupo, até mesmo levando à incriminação de seus membros.

O “espontaneísmo”, dessa maneira, diz respeito a uma relação mais circunscrita à participação em atos de protesto, nos quais alguns indivíduos ligados às organizações “autônomas” podem se exceder em determinadas atitudes,¹⁰³ ou mesmo decidir pela execução de uma “ação direta” não deliberada previamente. Assim, a expressão “espontaneísta” também pode se referir, não a uma categoria militante, mas à atitude particular – às vezes isolada – de um militante “da base”, por exemplo. Nesses casos, sobretudo se o ato “espontaneísta” resultar em sua detenção, o militante tende a receber apoio e orientação por parte do coletivo. A categoria “espontaneísta” também não conflita com as clivagens “ativista” / “militante e “independente” / “organizado”. Dessa forma, ainda que posturas “espontaneístas” possam ocorrer com maior frequência entre militantes “independentes” ou entre militantes recém “organizados”, nada impede que outros mais experientes também ajam assim e sejam enquadrados dessa forma pelos demais.

A expressão “anarcóide” é de uso mais raro e específico, de maneira semelhante ao “espontaneísta”, o “anarcóide” é caracterizado por suas ações mais enérgicas, porém tidas como inoportunas, em contextos de manifestação. A característica específica dos “anarcóides” seria sua caracterização visual mais próxima à do estilo *anarco-punk* que se popularizou nos anos 1980, o que inclui o uso de coturnos e jaquetas *jeans*, além de acessórios e cortes de cabelos típicos, como o moicano¹⁰⁴. Por fim, é importante salientar que ambas as categorias, “anarcóide” e “espontaneísta”, possuem caráter eminentemente derogatório ou depreciativo; normalmente usadas em contextos de apontamento de condutas indesejadas dentro da militância “organizada”.

O termo “militante antigo” foi ouvido poucas vezes durante a realização da pesquisa, contudo, sua existência sugere um importante lugar social dentro dos coletivos

¹⁰³ Durante a realização do campo um episódio emblemático envolveu um militante “morfado” que teria usado seu escudo para quebrar os para-brisas de um carro que ameaçava avançar contra um bloqueio durante a manifestação do dia 24 de julho de 2021. Essa atitude acabou resultando em consequências para organizadores do ato ligados ao Comitê Unificado que, por sua vez, teriam denunciado “lideranças” dos “autônomos” à polícia, levando a um racha entre os setores. O caso encontra-se melhor descrito no capítulo anterior.

¹⁰⁴ Em contextos de grandes protestos a presença de subgrupos ligados à cultura *punk* pode ocorrer com alguma frequência. Embora a grande maioria desses indivíduos não pareça filiado a nenhuma das organizações militante, eles demonstram maior afinidade com os coletivos “autônomos” durante as manifestações, às vezes com cumprimentos ou mesmo mantendo-se geograficamente próximos a eles.

pesquisados. Esta categoria se refere a pessoas mais experientes, engajadas há longo tempo, mas que por razões diversas mantêm participações mais eventuais ou até raras. Militantes “antigos” podem ou não terem se mantido filiados ao longo do tempo, contudo, esta categoria é relativamente restrita, usada como um tipo de deferência ou forma de reconhecimento pelo papel prestado por aquela pessoa às causas militantes. A expressão militante “antigo”, desse modo, parece se referir a indivíduos que ocuparam posições de prestígio dentro das organizações, eventualmente de militantes “plenos” ou de porta-vozes.

Alguns militantes “antigos” que ainda estão envolvidos na organização podem desempenhar o papel de mediadores entre os coletivos “autônomos” e outros grupos subculturais ou profissionais na cidade dos quais eventualmente façam parte, como coletivos de artistas, advogados ativistas, veículos de mídia independente e assim por diante. Alguns desses militantes “antigos” mais afastados, ocasionalmente têm seus nomes mencionados, geralmente de maneira elogiosa, pelos mais novos do grupo. Histórias contadas a respeito de alguns militantes “antigos” em conversas informais – daqueles que já atuavam de maneira “autônoma” no movimento estudantil antes da fundação dos coletivos atuais – parecem ajudar a compor certo imaginário dos primórdios do processo de formação e consolidação do repertório “autonomista” em Londrina.

Com exceção dos “porta-vozes”; indivíduos em posições de liderança, todas as expressões analisadas acima são categorias nativas, ou seja, referem-se a uma linguagem usada pelos próprios militantes “autônomos” para designar suas diferentes relações individuais com os coletivos. Embora essas categorias sejam baseadas em expressões nativas, seus significados são fluidos, nem sempre objetivos, dependendo de certa interpretação contextual para serem compreendidos, já que podem variar dependendo da situação e da perspectiva de quem as utiliza. Esta exposição representa um balanço de todas as categorias ouvidas ao longo das entrevistas e durante a realização da pesquisa de campo, bem como das formas de representação apreendidas desse processo. Contudo, não tem a pretensão de representar um balanço exaustivo de todas as categorias e suas formas de compreensão dentro das militâncias “autônomas” como um todo. Dito isso, considerando de maneira isolada as variáveis de *intensidade* da participação e *duração* dos vínculos com a militância, poderemos construir um diagrama no qual se podem localizar as diferentes categorias militantes analisadas até aqui: “ativistas”,

“independentes”, “militantes da base”, “militantes plenos”, porta-vozes¹⁰⁵, “espontaneístas” e “militantes antigos”:

Diagrama: disposição espacial das clivagens na militância “autônoma”.

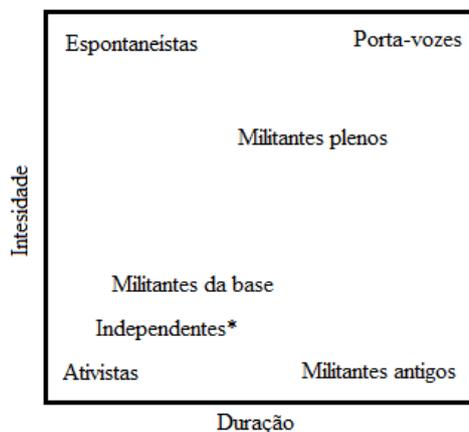


Figura 13: disposição espacial das categorias de pertencimento à militância "autônoma".

Fonte: própria.

O diagrama acima busca representar de maneira espacial algumas clivagens observadas na militância “autônoma” priorizando, sempre que possível, o uso das próprias categorias nativas relacionadas a diferentes tipos de vínculos, ou *status* dentro do “autonomismo”. Na imagem apresentada o eixo vertical do diagrama, denominado *intensidade*, refere-se à quantidade de esforços pessoais empregados na participação, o que pode ser traduzido em termos de constância, demonstrações diversas de interesse e ímpeto “combativo” na realização de ações coletivas, etc. sendo o canto inferior expressão de uma relação de baixa intensidade participativa e o canto superior a expressão de uma alta intensidade. O acúmulo de filiações simultâneas também pode afetar a posição do indivíduo neste sentido. Em outras palavras, o eixo referente à *intensidade* busca comparar as diferenças nos níveis de comprometimento ou disponibilidade para assumir tarefas, missões, riscos, ou mesmo para tomar iniciativas próprias pelo que consideram pertinente às causas militantes, como no caso dos

¹⁰⁵ É importante ressaltar que a categoria em questão não é reconhecida pelos próprios militantes, tal como as categorias nativas. Dentro do grupo, geralmente nega-se a existência de porta-vozes e posições de liderança. No entanto, outros grupos militantes da cidade reconhecem esses indivíduos nessas posições como figuras centrais. Apesar disso, não foi identificada nenhuma categoria nativa que nomeie de alguma forma essa posição social existente, mas negada pelo grupo. Portanto, essa é a única categoria nomeada pelo pesquisador.

“espontaneístas”. O eixo horizontal, por sua vez, denominado *duração*, faz referência ao tempo de filiação ou entrosamento do indivíduo com a militância “autônoma”, objetivamente, mas de maneira relativa também pode fazer referência à quantidade de saberes acumulados em suas passagens por organizações sociais diversas. Colocado de outro modo, indivíduos que possuem um percurso anterior ligado a outras organizações militantes, ou que tenham demonstrado especiais capacidades de mediação ou comunicação, por exemplo, podem ocupar posições mais à direita no eixo horizontal, mesmo com tempos de filiação relativamente mais curtos que de outros com participações mais estagnadas. Nesta variável, indivíduos com maior tempo e experiência na militância tendem a estar dispostos à direita do diagrama, enquanto aqueles com menor tempo de dedicação à militância tendem a ser alocados à esquerda. Aqui, o acúmulo de filiações simultâneas parece contar menos do que a filiação a algumas organizações específicas como o MAP, valorizado por sua atuação junto a populações periféricas e a AP, valorizada por seu papel organizacional entre os coletivos “autônomos”. Ou seja, estar filiado a uma dessas duas organizações específicas, ou a ambas confere um tipo *status* de valor especial dentro da rede “autônoma”.

Ainda a respeito da distribuição espacial das categorias retratadas no diagrama, deve-se observar, por fim, que a categoria dos “independentes” é difícil de ser localizada nesta forma de representação, pois indivíduos “independentes” são identificados assim pelo critério objetivo de ausência de filiação, mas, na prática, podem se relacionar com diferentes níveis de *intensidade* de participação, bem como podem nutrir relações de curta, média ou longa *duração* com os coletivos. Em outras palavras, militantes “independentes” poderiam estar representados hipoteticamente em qualquer lugar dentro do diagrama, a depender de sua situação dentro dos parâmetros estabelecidos, por esse motivo, no modelo apresentado a categoria foi assinalada com um asterisco. Na imagem acima, contudo, os “independentes” que estão representados são aqueles pertencentes a uma categoria de entrada da militância, tal como uma fase de entrosamento ou pré-recrutamento, região onde a maioria deles parece estar situada.

Dentre as diferentes clivagens observadas ao longo da pesquisa duas merecem ser exploradas com maior destaque. A possibilidade de participação na militância “autônoma” através da manutenção de laços informais de pertencimento, mas ainda reconhecidos, em certa medida, pelo grupo, tal como no caso dos militantes “independentes”, parece bastante emblemático destes coletivos. Mesmo não filiados a

nenhuma das organizações e não participando de suas reuniões deliberativas, alguns “independentes” sentem-se à vontade para considerar a si mesmos como “militantes” destes coletivos. Este tipo de semi-vínculo ou vínculo frágil com a organização, algo bastante característico dos coletivos “autônomos”, não parece um fenômeno igualmente trivial a outras organizações militantes mais tradicionais. Em alguns atos – sobretudo os de maior repercussão – os “independentes” podem chegar a compor a maioria dos “autônomos” presentes, contribuindo sobremaneira para expressividade numérica dessas organizações e, portanto, para a força relativa dos grupos “autônomos” na cidade. Essa força pode ser percebida em sua capacidade de influenciar decisões coletivas durante mobilizações amplas das esquerdas – como horário, local, trajeto e até pautas das manifestações –, por exemplo, ou na capacidade de realizar ações coletivas mais expressivas – formação de “blocos autônomos”, prática das “ações diretas” etc.

O vínculo entre coletivos “autônomos” e indivíduos que participam de maneira “independente” expressa uma relação de benefício mútuo entre as partes. Como dito, a expressividade da participação dos militantes “independentes” nas manifestações amplas, confere aos coletivos “autônomos”, boa parte de seu reconhecimento público e de sua força social, já que esta se mostra, algumas vezes, a categoria mais numerosa dentro de suas “bases”. Visto desta maneira, então, a participação dos “independentes” favorece as organizações “autônomas” à medida que ampliam sua força e expressividade social. Por outro lado, indivíduos com vínculos “independentes” se beneficiam de algum grau de reconhecimento coletivo por parte das organizações “autônomas”, à medida que são admitidos como parte “da base” enquanto estão atuando em conjunto em manifestações.

Dentro das categorias estabelecidas pela própria militância “autônoma”, ao atribuírem o epíteto de “militantes” a indivíduos “independentes”, pode-se dizer que estes indivíduos estão se identificando e sendo identificados, em alguma medida, como pertencentes e comprometidos ideologicamente com grupo. O alinhamento ideológico com o grupo e suas respectivas causas sociais, por sua vez, permite que o indivíduo atribua sentido e importância a suas ações, seja do ponto de vista social – à medida que essas ações se tornam questão pública nas manifestações –, ou mesmo do ponto de vista da consciência individual com relação a suas práticas coletivas. Em outras palavras, os indivíduos nesta posição experimentam um sentido de pertencimento aliado a um sentido de autorealização pela suposta relevância política de sua participação. Isto tudo, sem os encargos de participar de reuniões deliberativas e de assumir algumas tarefas, como no

caso dos militantes “organizados”. Mas nem todos os aspectos da relação entre militantes “independentes” e “organizados” são baseados em benefícios de ambas as partes. Olhando por outro ângulo, algumas ações não deliberadas realizadas por “independentes”, como no caso de ações “espontaneístas”, afetam a opinião pública sobre os coletivos “autônomos” como um todo, bem como podem colocá-los sob risco não calculado de detenção e outras formas de perseguição. Desse modo, é possível dizer que militantes “independentes” e “organizados” também parecem tensionar uns aos outros constantemente. Visto dessa maneira, a participação dos “independentes” tensiona alguns pontos de vulnerabilidade, bem como a pretensão organizatória, por assim dizer, dos militantes “organizados”. Os “organizados”, por sua vez, questionam a indeterminação da posição dos “independentes”, pressionando-os constantemente para que formalizem suas filiações às organizações, para que leiam materiais informativos, participem de reuniões etc.

Alguns relatos capturados ao longo da pesquisa ajudam a ilustrar os pontos apresentados, bem como a tensão implicada na relação entre os militantes “independentes”, de um lado e os “organizados”, de outro. Dentre estes relatos o de Lúcio, “militante pleno” e há três anos “organizado” em coletivos “autônomos”, parece um dos mais significativos. Sua entrada na FAE, junto de uma amiga de curso, durante o período de afastamento pela quarentena de COVID, contou com a ajuda indispensável de um de seus veteranos: “ele fazia o papel de militante antigo [...], a gente tinha alguma pergunta ou a gente precisava de alguma coisa, ele ajudava a gente”. Já, sua fala a respeito da clivagem observada entre “independentes” e “organizados” na militância é bastante representativa do que está em jogo na tensão entre estes atores:

A gente tem essa dificuldade também da galera que só quer fazer ato e meter o louco e às vezes tem até a questão da responsabilidade coletiva da ação direta, eu acho. Mas, pra além disso, eu acho que é importante duas coisas assim: de fazer a galera que só quer meter o louco participar das reuniões a logo prazo, assim, participar das organizações, conseguir articular essa galera, porque é uma galera que realmente tem sangue nos olhos eu acho, que tem coragem também. Eu acho que uma perspectiva da ação direta é de ter coragem de fazer as coisas, e fazer as coisas acontecerem. Começar as ações diretas às vezes nos atos, assim, precisa só de uma pessoa começar para o resto da galera também fazer né. Então tipo assim, essa galera que tem coragem, que tem vontade de fazer as coisas, é uma galera que tem que se articular, para até fazer as coisas de forma segura, assim né. E daí a minha perspectiva assim, pequeno burguesa, de ser do movimento estudantil, de não ser pixador, de não ter, tipo, problemas com a lei, nesse sentido de ter uma perspectiva mais cautelosa e até meio medrosa, assim, pra falar a verdade, quando vai fazer a ação direta, assim. Então eu acho que é importante ao

mesmo tempo a gente fazer esse rodízio de função sabe, no sentido. *A galera que faz ação direta, também tipo, participar das reuniões, também escrever uma ata, ao mesmo tempo, tipo, a galera que só quer escrever ata, que só quer ficar no cantinho dele, que sou eu, assim, sinceramente, que fica mais na minha [...] também fazer as ações diretas, assim.* Porque além de ser uma questão de segurança de não ser sempre as mesmas pessoas que estão fazendo, acho que é uma experiência importante ¹⁰⁶.

O relato de Lúcio chama a atenção para alguns aspectos da relação entre os tipos militantes mencionados, realçando precisamente alguns ganhos aos coletivos com a participação de “independentes” – identificados como a “galera que só quer fazer ato e meter o louco¹⁰⁷”, –, mas também para pontos de tensão dessas participações. Para ele, a atuação especialmente corajosa desses indivíduos “que realmente têm sangue nos olhos” ¹⁰⁸ é vista como valiosa para “fazer as coisas acontecerem” do ponto de vista das “ações diretas”, pois eles cumpririam papel de iniciadores e, portanto, de encorajadores dessas ações: “precisa só de uma pessoa começar para o resto da galera também fazer”. Os pontos de tensão expostos em sua fala, por sua vez, podem ser notados no uso das expressões: “responsabilidade coletiva da ação direta” e na chamada “questão de segurança” envolvida nessa forma de participação. Ou seja, expressam a ideia de que aqueles que tomam atitudes “espontaneístas” podem colocar em risco os demais militantes. Outra expressão que ilustra estes pontos supracitados é encontrada em sua menção à “dificuldade”, enquanto coletivo, de “conseguir articular essa galera”, ou seja, fazê-los “participar das reuniões”, “escrever uma ata” etc.

Explorando, ainda, um último aspecto do depoimento de Lúcio, é interessante notar como em sua leitura é traçada uma correlação entre sua posição de classe “pequeno burguesa” de quem não é “pixador” e nunca teve “problemas com a lei”, com sua posição dentro das próprias organizações, “mais cautelosa e até meio medrosa”, comprometido com tarefas como a de “escrever ata”, que o permitiam “ficar no cantinho”. Sua colocação a respeito da importância de “fazer esse rodízio” de ações, por sua vez, também revela seu desejo em tomar posições mais corajosas dentro da militância, como a de realizar “ações diretas”. Sua percepção desta com uma “experiência importante”, por fim, se relaciona com os valores subculturais dos coletivos em que ele está inserido, que

¹⁰⁶ Entrevista realizada virtualmente dia 21/01/22.

¹⁰⁷ Gíria que designa um agir de forma extravagante, exagerada, imprevisível, irresponsável ou impulsiva.

¹⁰⁸ Aqui, Lúcio está se referindo aos “independentes” que participam das manifestações de forma especialmente enérgica, o que pode ser equivalente aos chamados “espontaneístas” em outros termos.

compreendem esta forma de coragem para o enfrentamento de riscos como algo desejável e valioso.

Quadro 20 - Breve perfil biográfico de Lúcio.

Lúcio tem 23 anos é estudante de ciências biológicas e proveniente de família economicamente bem consolidada, com mãe funcionária pública pela universidade, atuante de uma área técnica e seu pai um gerente de banco. Estudou durante “a vida inteira em colégio particular”. Em seu relato sobre como começou a despertar interesse para causas políticas e sociais, aponta a inspiração positiva de um tio “extremamente petista” que “apesar de defender o PT”, também “defendia abertamente o socialismo em mesa de bar”. Uma figura fora dos padrões de sua família que, de modo geral, tinha opiniões tendentes à “centro-direita”. Do período de colégio, também destaca a importância de um professor de geografia em sua formação, uma vez que este “falava bastante de política e defendia bastante o socialismo também”, bem como uma experiência marcante vivida nas ocupações de 2016, ao visitar um dos colégios ocupados, onde estudava uma amiga. Nesta ocupação, Lúcio presenciou pela primeira vez a atuação dos coletivos “autônomos” que estavam presentes na ocasião, prestando apoio aos secundaristas. Na universidade, antes de adotar uma “perspectiva totalmente autônoma”, passou a frequentar o centro acadêmico de seu curso, motivado, em parte, pelo apoio de uma namorada das Ciências Sociais e, em parte, por um interesse difuso em se mobilizar pela campanha eleitoral de Haddad em 2018. Uma vez dentro do CA, nunca mais deixou de participar das reuniões, relata. No ano seguinte, quando conheceu melhor as organizações “autônomas”, atuando em mobilizações do movimento estudantil, logo buscou contatos para também se organizar, mas demorou em conseguir retorno. Já como militante “autônomo” manteve uma postura mais tímida, assumindo tarefas menos arriscadas, por exemplo, mas entre suas experiências vividas, relata uma viagem em que participou de intercâmbios com organizações “autônomas” de São Paulo, que o fizeram ter “outra dimensão” do “autonomismo” londrinense: “O Miguel falava que a gente é o maior núcleo autônomo do país. [...] eu dava risada, porque eu não botava fé realmente, assim, dessa perspectiva, mas depois de conhecer a FOB São Paulo eu entendi que, tipo, a gente realmente tem uma influência na cidade de Londrina.” No momento da entrevista, Lúcio já acumulava três anos de experiência como militante “organizado”, contudo, pelo fato dessa experiência ter ocorrido em sua maior parte durante o período de EAD, ainda se considera relativamente novo na militância.

A segunda categoria que merece um pouco mais destaque nessa análise é a que se refere às posições de lideranças, como as funções de porta-vozes dos posicionamentos públicos desses coletivos. Indivíduos nessas posições geralmente combinam uma alta intensidade na participação, junto de um longo percurso de dedicação a causas militantes¹⁰⁹. As posições de liderança se tornam mais evidentes durante discursos públicos, em grandes manifestações, nos quais as mesmas poucas figuras parecem se repetir. Além disso, essas posições também se manifestam em momentos-chave durante reuniões deliberativas, quando é necessário tomar uma decisão, ou dizer uma palavra final que impacta nos rumos do coletivo. No entanto, é comum que essas posições sejam

¹⁰⁹ Além da já mencionada disposição atitudinal particular identificada em indivíduos que ocupam essas posições. Diferente dos “militantes antigos”, por exemplo, que em muitos casos também ajudaram a fundar ou foram filiados de primeira hora dos coletivos “autônomos”, indivíduos em posições de liderança, no geral, participaram de processos de fundação e se mantiveram altamente participativos ao longo do tempo.

exercidas com certa cautela, como dito, buscando atenuar seus gestos ou ações. Estes cuidados podem ser observados, por exemplo, na forma de consultas reiteradas ao grupo e incentivos para que outros membros também assumam posições de protagonismo público, ou seja, para que também peçam o microfone para “fazer uma fala” nas manifestações e respondam sobre suas posições a repórteres e pesquisadores. Quando perguntados sobre a existência desses papéis dentro da militância, porém, muitas das respostas foram no sentido de atenuar, quando não, negar que elas existam.

Suzana, de 24 anos, graduanda na área de ciências humanas e uma militante com seis anos de experiência, nos fornece um interessante retrato de sua leitura a respeito da ocupação de posições de protagonismo dentro da militância “autônoma”. Para ela, a função de porta-voz é apontada como uma espécie de mal necessário, ou seja, como uma tarefa que ninguém quer assumir, mas que se apresenta como necessária para a que o ato possa “cumprir seu objetivo”. Quando perguntada sobre figuras que se destacam mais do que outras dentro da militância – como é o caso dela própria –, sua resposta foi bastante direta, expressando prontamente sua opinião, de maneira lúcida e um tanto cautelosa, considerando o universo dos valores estabelecidos nestas organizações:

Tem [algumas pessoas que falam mais em público, se destacam], *inclusive não gosto de assumir essa posição; não gosto!* Mas geralmente são posições que poucas pessoas assumem, são tarefas que quase ninguém assume de, tipo, você dar a cara sabe, quase ninguém faz isso. *Então eu odeio essa questão [...].* Enfim, eu *não gosto de personalismo*, sabe, de tipo, personalizar uma tarefa geralmente nas mesmas pessoas, *sendo que a militância autônoma, a militância horizontal [...] é uma militância que você faz muita atividade de tarefas*, sabe, que tipo *não é sempre a mesma pessoa* ali falando. Justamente para não dar munição para a direita, sabe, e também para não personalizar a luta, para não construir heróis [...]. *Então eu assumo essa posição, acho que por conta da experiência, mas não gosto*, geralmente eu sempre falo no grupo assim, no *Agitprop* [Comissão de Agitação e Propaganda]: — Galera, vamos fazer outras pessoas fazerem falas, assim, vamos fazer revezamento de tarefas, do que ficar personalizando só em uma pessoa, sabe?! Porque além de ser *ruim na questão de poder popular, de construção horizontal* mesmo, digamos, de não personalizar a luta, *é ruim porque é perigoso né.* [...] Então não gosto, *mas se não for eu ou outras pessoas, tipo a L., geralmente também é uma outra figura que se destaca bastante, o próprio J. o Miguel Rossi né, geralmente essas pessoas* eu vejo mais assim falando e *se ninguém faz, assim, fica aquele silêncio, sabe.* E eu não consigo ver uma coisa para fazer e não fazer ela, sabe?: — Galera, se a gente não fizer isso a gente não vai ter ato, vai ficar aquele silêncio, *o ato não vai ser politizado, não vai cumprir seu objetivo!* Então assumo, mas não gosto.¹¹⁰

¹¹⁰ Entrevista realizada virtualmente dia 19/01/2022.

Neste trecho, selecionado de uma longa conversa, com cerca de duas horas de duração, é possível notar as estratégias de consciência adotadas por ela, operando em sua fala no sentido da atenuação de sua posição dentro da militância. Ao mesmo tempo em que admite assumir a posição de porta-voz das organizações de maneira recorrente – dividindo espaço com outras figuras igualmente recorrentes –, Suzana nega repetidamente gostar de tal posição: “eu assumo essa posição, acho que por conta da experiência, mas não gosto.” Como se vê, além de demonstrar a disposição atitudinal necessária para ocupar esta posição, ela também reconhece a importância do acúmulo de capital militante que a função parece requerer. Ainda assim, Suzana reforça os argumentos atenuantes de sua posição de protagonismo, ao afirmar que defende a necessidade de revezamento nestas tarefas que envolvem maior exposição, seja por motivos de segurança pessoal, daqueles que expõe, ou mesmo “para não personalizar a luta”. Em sua perspectiva, contudo, seu relativo protagonismo dentro do grupo é interpretado como resultado de uma incumbência onerosa da qual – na ausência de outros indivíduos que o façam – ela própria se encarrega de cumprir.

Quadro 21 – Breve perfil biográfico de Suzana.

Suzana tem 24 anos, é graduanda de ciências humanas e estagia para licenciatura. Cresceu com a família, seus pais já aposentados, em uma pequena cidade da região metropolitana de Londrina. Com vasto capital militante e uma postura proativa, se tornou uma figura proeminente da Frente Feminista e dos coletivos “autônomos” da cidade, posição que admite ocupar, ainda que a contragosto. Apaixonada pelas aulas de história e sociologia e por suas “ótimas professoras”, começou a ter seus primeiros contatos e experiências com a militância quando ainda era estudante secundarista, inspirada, em grande medida, pelas temáticas políticas abordadas nessas disciplinas. Em 2016, durante o período de protestos que ficou conhecido como Primavera Secundarista, ela e mais alguns estudantes que compunham o grêmio estudantil ocuparam por alguns dias o colégio em que estudavam. Em virtude desse episódio, chegou a conhecer pessoalmente professores universitários e figuras importantes da militância de Londrina, que, na ocasião, visitavam os colégios ocupados na região, “desenvolvendo trabalhos” com os secundaristas. Essa experiência marcante em sua vida, contudo, também lhe traria um revés; um processo judicial movido pelo estado do Paraná por “violação ilegítima à posse do Estado nos colégios Estaduais”, com sentença decretada quase seis anos depois, no início de 2022. Assim que ingressou na universidade, começou a fazer parte de um grupo de estudos com reconhecida orientação marxista nas ciências humanas e também coordenado por alguns dos professores que já conhecera antes, em sua vivência durante a ocupação secundarista. Dentro do grupo, em dado momento, recebeu convite para se organizar em um grande partido de esquerda do qual faziam parte boa parte de seus colegas e professores. Filiada, chegou a compor a direção municipal deste partido, mas relata que se frustrou com as “disputas de hegemonia intrapartidárias”, ficando por um tempo “independente no partido”, até que ingressou na formação local de uma nova corrente interna que despontava nacionalmente, com ênfase nas defesas do ecosocialismo

e do feminismo. Com algumas dessas pessoas, se engajou também numa candidatura coletiva feminina para vereação que obteve votação surpreendentemente expressiva, a maior de seu partido, ainda que não tenham sido eleitas. Em 2021, com o intuito de estabelecerem uma frente ampla durante os atos contra Bolsonaro, ela e outras colegas de mesma tendência, se aproximaram, então, dos coletivos “autônomos”, com “o papel de tentar mediar esses dois extremos”, medida essa que pareceu não agradar muito os dirigentes mais antigos, relata ela, já que era “o movimento pautando o partido”, e não o contrário. Após o agravamento de suas divergências, repensou suas posições e decidiu, por fim, deixar o partido: “estou me fazendo militante novamente com essa nova experiência dos movimentos autônomos”.

Com vasta experiência pregressa adquirida em outros contextos de sua vida, como nas ocupações secundaristas de 2016 e em sua passagem por outras organizações militantes, além de uma filiação a um grande partido de esquerda, Suzana alçou rapidamente à posição de destaque dentro das organizações “autônomas”. Em virtude de sua boa comunicação e capacidade mediação com demais atores coletivos da cidade, com menos de um ano de filiação, à altura, Suzana já havia atingido tal posição, tornando-se uma figura reconhecida por suas contribuições. Figura marcante também da Frente Feminista da cidade, sua presença nos coletivos “autônomos” parece emblemática da capacidade destes coletivos em representar interesses setoriais referentes a causas militantes diversificadas, como a feminista, por exemplo. Seu percurso de rápida ascensão a uma posição de destaque dentro do “autonomismo” também pode ser apontado como representativa da maleabilidade das clivagens observadas nessas organizações.

Outro caso de rápida ascensão a uma posição de liderança dentro dos coletivos “autônomos” é o de Marcos, de 27 anos. Em sua perspectiva, sustentada por uma longa bagagem de oito anos de militância em diversos lugares, a existência de uma minoria mais proativa dentro do movimento acaba surgindo mesmo nessas organizações: “mesmo ela sendo autônoma tem quatro ou cinco que faz parte de uma minoria ativa né, que estão ali tipo, matutando como fazer o tempo todo, isso em qualquer organização eu acho que tem e geralmente são os ‘militantes letrados’ [fazendo aspas com as mãos], sabe¹¹¹”. A categoria particular utilizada por ele para se referir a indivíduos em posições de liderança é retirada de suas leituras a respeito de clivagens encontradas em movimentos anarquistas do início do século XX, nos quais: “tinham os militantes mais letrados, que era a galera

¹¹¹ Entrevista realizada presencialmente dia 09/03/2022.

que conseguiu estudar [...] e os ‘não letrados’, [...] não eram tão falantes, intelectuais, eles não, eles não estavam mais nas conversas”. Embora os termos sejam característicos de uma época e não se encaixem da mesma maneira em seu tempo, Marcos também identifica algumas clivagens equivalentes nos movimentos em que participa, nos quais há uma minoria de indivíduos “mais letrados” ou “intelectualizados” – relacionados com “construção teórica” do movimento –, de um lado, e uma maioria de: “uma galera que tá relacionada com a prática”, ou seja, com seus trabalhos e vivências cotidianas. Estas últimas, para ele, atribuem outro tipo de significado à participação.

Na percepção Marcos, ainda que esta maioria de militantes esteja em posições mais subalterna em relação àqueles envolvidos nas deliberações e tomadas de decisão sobre os rumos do movimento, eles são vistos como parte fundamental do processo de construção coletiva: “É muito mais prática essa galera que não intelectualiza a parada, mas quando tem essa junção eu acho muito foda, porque tipo dá para enxergar a teoria e a prática, dá pra ver na sua cara que tá rolando”. Para Marcos, parte do sucesso dos coletivos “autônomos” estaria, justamente, em sua capacidade de criar um espaço de representação de grupos sociais oprimidos por motivos orientação sexual, étnicos, ou econômicos, por exemplo. Esses indivíduos que muitas vezes compõe “as bases” da militância contemporânea, tal como o eram os operários “não letrados” dos movimentos do século passado, são, em sua opinião, uma força propulsora da militância: “hoje a gente vê uma galera que tá relacionada com a prática do sofrimento construindo uma parada teórica também. [...] a gente vê dentro do movimento anarquista, a máxima força pra que tenha um coletivo LGBTQ+ ou uma noção de inserção real [...] é uma galera que tá lá, uma galera pobre que tá no movimento”. Em seu entusiasmo com essas participações, ainda afirma: “é a galera periférica que está radicalizando a parada [...] Se você tiver cem Black Blocs e tirar a máscara de todos eles, pode colocar que 70% [...] é uma galera que está saindo de suas periferias.” Sua simpatia com o “radicalismo” da “galera periférica” também se estende aos “espontaneístas” que ocasionalmente marcam presença nos protestos:

Eu gosto da galera que está se organizando agora [...] porque é uma galera que tem muito sonho, tá ligado, alguns serão comidos, mas alguns sonhos são reajustado em decorrência da maturidade, tá ligado? [...] Então tem gente que critica a galera mais jovem que são mais espontaneístas geralmente, mas tudo bem porque se a galera não é espontaneísta no início ela não vai nem ter a possibilidade de amadurecer. [...] a faixa que você segurou no ato [...], por mais que tenha sido horrível, [...] daqui dois três anos você vai saber fazer a

faixa, saber a passagem quando a pessoa que está na frente do ato, que nem o puxador né, que às vezes tem, [...], a coordenação com seus companheiros da faixa, quando para, quando vai pra frente, quando recolhe a faixa, tá ligado? Então esse carregamento do faixa que você fez hoje só vai repercutir daqui três anos, não é daqui dois atos. [...] Então o caminho militante, apesar de eles ser curto nos espaços que tem, tipo é um mês dois meses de jornada de luta, a gente aprende em dois meses o que a gente faria em três anos, mas sem saber. Em junho de 2013 eu aprendi, nem na rua eu estou falando, estou falando dentro de uma organização, em 2013 eu aprendi como me organizar [...]. O que o CAD, a FSL construiu lá em 2015, 16, [...] agora que está surgindo uma parada. Por causa do CAD, agora que a gente vê mais anarquistas falando sobre organização [...] *isso é um legado que vem lá de trás* que só veio surgir agora.

Como se pode notar nos relatos acima, a defesa de Marcos a respeito da participação dos “espontaneístas” também está fundada em uma preocupação com a continuidade da militância “autônoma”, o que inclui sua capacidade de dar alguma vazão aos “sonhos” de “galera mais jovem”, além da capacidade de absorver as demandas sociais reais daqueles que convivem “com a prática do sofrimento”. Sua aposta principal é na possibilidade de que alguns desses “sonhos” sejam “reajustados”, transformando-se em condutas militantes mais “organizadas”. Por isso, Marcos faz questão de ressaltar o processo de longa duração que pode envolver a formação de um “militante pleno”, bem como a importância da existência de organizações “autônomas” consolidadas com um “legado” de construção coletiva onde esses militantes possam se “forjar”.

Quadro 22. Breve perfil biográfico de Marcos.

Marcos tem 27 anos, formou-se na área de ciências humanas numa universidade pública em Ponta Grossa, mas atualmente trabalha fora de sua área, como entregador e estoquista em uma distribuidora de mercadorias. Dentre os entrevistados, foi o militantes mais velhos ainda ativos nos coletivos “autônomos”, e também um dos mais experientes na militância, com capital acumulado através da participação em organizações de diversas cidades onde morou. Marcos também é produtor de um jornal independente onde divulga notícias relacionadas à militância “autônoma”, bem como textos de conteúdo “anarquista”. A diferença de origem social entre seus pais era algo notório desde muito cedo para ele; seu pai diretor de uma grande empresa, com família pertencente à classe média alta e sua mãe, uma pessoa de origem pobre e trabalhadora do lar. A percepção dessa disparidade dentro da própria casa funcionou para ele como um despertar de sua sensibilidade para questões de desigualdades sociais: “No relacionamento dos meus pais, meu pai sempre teve muita grana e minha mãe era de uma classe mais baixa; tipo classe baixa [...] e noções políticas, algumas, as contradições de classe, eu entendi na minha vida [...] por conta da minha mãe”. Relata que começou a participar de manifestações públicas em 2012, quando cursava o segundo grau num colégio técnico privado no interior de São Paulo, onde se “forjou militante”, já por grupos “autônomos”: “foi um processo que eles me abraçaram e eu já estava de peito aberto para ser abraçado por alguém, poderia ter sido abraçado por um partido institucionalizado na época, mas quem estava lá eram os autonomistas e os anarcos no geral”. Junto da família – e depois sozinho – se mudou muitas vezes de cidades e até do país, antes de se estabelecer em Londrina. Nessas cidades passou por diversas experiências marcantes e lembra

com especial carinho o período em que militava pelo MPL entre 2013 e 2014: “[...] no Passe Livre de São José dos Campos, fiz alguns contatos em São Paulo e aí como é uma federação, você acaba tendo contato em vários lugares”. Com essa bagagem, quando ingressou na universidade em 2016, no interior do Paraná, junto de alguns amigos, fundou a FLAU (Frente de Lutas Autônomas dos Estudantes da UENP): “Não tinha um movimento autônomo lá e aí lá acabei encontrando mais um ou dois ou três parceiros que a gente começou a construir, tomar peso lá, se tornou hegemônica no movimento estudantil, até por isso que a gente fez contato com os autonomistas da UEL”. Devido a essa rede de contatos, quando se mudou para Londrina, além de já conhecer a cidade, já possuía laços fortes com alguns militantes locais, dessa maneira sua filiação nas organizações “autônomas” foi imediata.

3.2. Risco e recompensa: sentidos de retribuição na militância “autônoma”.

Muitos percursos podem levar indivíduos heterogêneos e com interesses variados na vida política a se engajarem em uma causa ou até mesmo “forjarem-se” militantes “plenos” de coletivos, tais como os “autônomos”. Uma vez dentro desses coletivos, diferentes posturas assumidas por eles, bem como suas distintas bagagens de vida podem produzir diferentes tipos de vínculos com essa militância e variados níveis de conversão pessoal decorrentes da participação. Nas páginas anteriores foram demonstradas algumas das circunstâncias que podem afetar a construção dos processos motivacionais e de aquisição de apetências à participação, bem como algumas transformações das visões de mundo que podem ser produzidas como efeito do engajamento. A presente seção, por sua vez, busca explorar com mais detalhes alguns tipos de contrapartidas ligadas à participação nessas organizações militantes, ou seja, formas percebidas de retribuições pessoais ligadas às atuações nesses coletivos.

Como reconhecem, em parte, os próprios entrevistados, não há dúvidas de que o engajamento militante pode ser bastante demandante dos sujeitos, desviando-lhes tempo e energias que, de outra maneira, poderiam ser canalizados para outras esferas da vida. Como indicam as palavras de Miguel: “[...] é quase como se fosse uma profissão, é uma profissão não remunerada, praticamente, é por isso que tem pouca gente fazendo ainda, pela demanda que a gente tem no Brasil...”. Contudo, refutando uma perspectiva costumeira e um tanto ingênua, que pode apontar os militantes como seres bondosos – ou, de maneira inversa, como indivíduos maldosos, intransigentes etc.–, movidos apenas por suas causas ou convicções políticas, sem esperar ganhos pessoais de suas ações, é importante frisar que as motivações ligadas ao engajamento são, no entanto,

frequentemente multifacetadas, assim como os sentidos de retribuições pessoais encontrados na participação.

No caso dos “autônomos”, essa realidade não é diferente. Mesmo que suas pautas e mobilizações não se apresentem externamente como ações imediatamente autointeressadas, o que está em foco aqui é, novamente, avaliar alguns dos efeitos das práticas militantes que estão subjacentes às lógicas de ação coletiva e às dinâmicas grupais. De modo geral, pode-se afirmar que o engajamento tende a se sustentar apenas à medida que se mostra capaz de gerar sentidos de retribuição interna aos participantes da organização. O oposto também é verdadeiro, ou seja, quando os sentidos de retribuição são menores, ou quando eles são frustrados ao longo do tempo, o engajamento tende a perder força e a se dissipar. Desse modo, compreender as formas de retribuição ligadas à militância “autônoma” nos fornece subsídios que ajudam a entender os processos de manutenção do engajamento a médio e longo prazo. Assim, o olhar sobre os mecanismos de retribuição ajudam a compreender os elementos que compõem a relação de retroalimentação – material, simbólica, afetiva ou emocional –, que é sentida, de forma ampla pelo militante, como se seu engajamento “valesse a pela” para si mesmo. Essa percepção ajuda a justificar, do ponto de vista individual, os comprometimentos, sacrifícios, renúncias e eventuais riscos assumidos no processo (SILVA & RUSKOWSKI, 2016 p. 217).

Sejam elas de ordem subjetiva ou objetiva, material ou simbólica, algumas formas de retribuição militante podem incluir percepções diversas ligadas, normalmente, a noções de *autodesenvolvimento* – como de aprendizagem, crescimento pessoal, aquisição de habilidades, mudança de paradigma etc. – ou a noções de *autorrealização*,¹¹² quando ligadas, por exemplo, a sentidos de pertencimento, reconhecimento dos pares, adoção de uma conduta considerada eticamente superior, como expresso na ideia de “fazer o que é certo” e até quando ligadas a emoções como a do “extravasamento da raiva”. As observações indicam que, assim como as posições individuais ocupadas nas clivagens internas ao grupo, os tipos de expectativas de retribuição ligadas à participação também parecem variar de acordo com características sociais e recursos de origem de cada um. Em outras palavras, fatores como posição de classe, tipo de inserção social, posse de

¹¹² Essa distinção pode auxiliar a compreensão de maiores nuances nas diferenças entre os tipos de expectativas ligadas à militância e entre os diferentes perfis de membros que as expressam. Contudo, é importante deixar claro que se trata de uma separação analítica entre modelos puros. Na prática, esses sentidos aparecem quase sempre bastante imbricados no processo de engajamento.

determinados capitais simbólicos, entre outros, são algumas das condições que podem afetar as expectativas de retorno individuais. Isto pode ser observado, sobretudo, quando levando em conta diferenças entre as duas principais categorias de pertencimento aos coletivos: a dos “independentes”, majoritariamente não universitários e a dos militantes “organizados”, majoritariamente estudantes da universidade pública.

É importante destacar que algumas características da organização em questão também podem afetar certos tipos de expectativas cabíveis e não cabíveis aos militantes desta organização. Isto é, fatores como: o tipo de relação entre os valores da organização e a cultura dominante, ou o nível de aproximação ou recusa em relação à institucionalidade política podem afetar diretamente os tipos de expectativas de retribuição geradas em torno do engajamento. No caso de uma organização longa como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), para tomarmos com exemplo, expectativas de ordem material – tal como conseguir um lote de terra – coexistem com expectativas de ordem mais simbólica, como a obtenção de capital político e valorização de si (CORADINI, O. L. 2010). Contudo, dentro do movimento há uma nítida distinção entre os perfis de militantes que se ligam a cada uma dessas expectativas. Ainda neste caso, é importante salientar que a relativa porosidade do Estado e de parte da sociedade brasileira – como alguns setores da igreja católica – às demandas de redistribuição fundiária, ao menos desde o denominado Estatuto da Terra de 1964, oferece aos participantes do MST uma estrutura de oportunidades na qual tais perspectivas podem ser avistadas no horizonte do próprio movimento social¹¹³.

No caso dos coletivos “autônomos”, em que a absoluta maioria dos membros é composta de jovens no início de suas vidas profissionais, ou ainda em fase de formação escolar ou universitária, o engajamento envolve, quase exclusivamente, formas simbólicas de retribuição, tais como algumas já mencionadas. Considerando, ainda, a forte recusa à institucionalidade política e a relação conflituosa desses coletivos com importantes setores da sociedade civil e forças de segurança pública, também é possível afastar a existência de expectativas de retribuição ligadas à obtenção de capital político relacionadas, por exemplo, à construção de carreiras políticas.

¹¹³ Para entender como essas perspectivas de retribuição são afetadas com a passagem da fase de “acampamento” para a fase de “assentamento” a partir de pontos de vista dos diferentes perfis sociais que compõem o movimento, ver: (Coradini, 2010, Vol.19, No.3).

Ao longo desta pesquisa, cinco tipos de sentidos de retribuição foram caracterizados, sendo aqueles que apareceram de modo mais sobressalente entre os entrevistados. Esses sentidos dizem respeito a expressões da militância percebidas como: razão de vida; vazão à revolta ou extravasamento do ódio; camaradagem/pertencimento; correção moral e como forma de aquisição de consciência. Cada um destes sentidos de retribuição será explorado adiante, por ora, é importante reter que esta seleção exprime padrões que foram observados nas diferentes respostas obtidas. Cada um desses sentidos, contudo, pode ser traduzido em termos de duas principais formas típico-ideais de como operam estes sentidos de retribuição no indivíduo, quais sejam: os sentidos de *autorrealização* e *autodesenvolvimento*.

Os cinco tipos mencionados abrangem uma variedade de motivações e aspirações humanas, desde o encontro com um propósito significativo na vida até a necessidade de pertencer a um grupo ou comunidade. Esses sentidos podem aparecer de diferentes modos, cabendo ao observador traçar os aspectos definidores e recorrências entre os depoimentos coletados e enquadrá-los, de maneira objetiva e, também, um tanto arbitrária, dado o alto grau de subjetividade da tarefa. O diagrama a baixo, desse modo, busca demonstrar os principais pontos nos quais se concentram os sentidos de retribuição percebidos entre os “autônomos” e como eles podem ser englobados, a partir de uma leitura possível, nos dois sentidos primordiais mencionados:

Diagrama: sentidos de retribuição na militância “autônoma”.

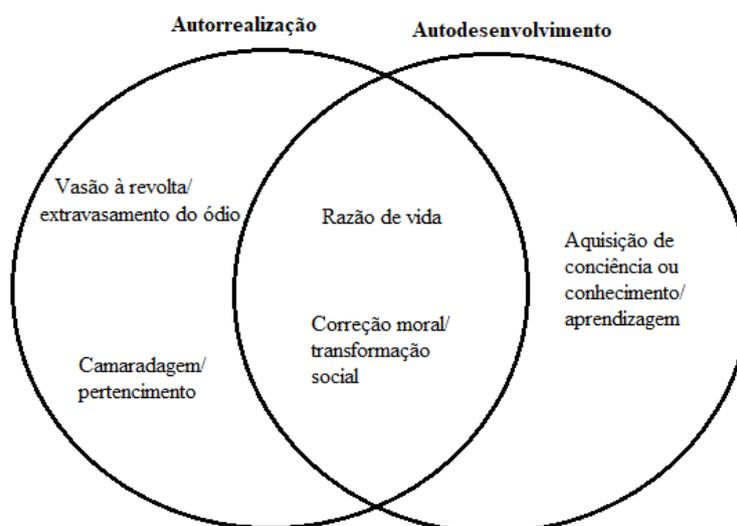


Figura 14: Diagrama representativo dos sentidos de retribuição na militância “autônoma”.

Fonte: própria.

Este diagrama não se pretende uma representação taxativa de todos dos sentidos de retribuição experimentados pelos militantes autônomos, uma vez que eles se ligam a percepções pessoais essencialmente dinâmicas e contextualmente dependentes. Em muitos casos, até mesmo, estes sentidos não refletem expectativas prévias à mobilização, mas sim percepções que se constroem no próprio processo de engajamento. Assim, a representação em círculos sobrepostos no diagrama a cima busca demonstrar como alguns destes sentidos são relativos, ou seja, podem estar mais caracteristicamente alocados em uma das formas típico-ideais apresentadas, ao passo que outros parecem mesclar elementos de ambos os tipos. Nas páginas que seguem essas expressões e suas caracterizações são exploradas com maiores detalhes, a partir dos diferentes relatos obtidos.

Quando perguntados a respeito dos sentidos de retribuição percebidos no engajamento¹¹⁴, algumas das devolutivas mais intrigantes apontaram a militância como uma espécie de razão de vida, ou seja, como algo que ordena a própria percepção subjetiva do sujeito a respeito de seu lugar do mundo social. Nesses casos, a percepção de retribuição associada à militância parece estar fortemente ligada a um sentido de autorrealização a partir da oferta de uma identidade política à qual o indivíduo pode, eventualmente, se apegar em sua interação com o grupo e a sociedade. Em situações como essas ainda, as noções de retribuição também parecem muito ligadas a um sentido de pertencimento a uma comunidade de solidariedade. Uma das expressões mais vívidas da maneira de entender a militância como uma forma de razão de vida pode ser observada no depoimento de Marcos (27). Ele, que relatou ter se sentido “abraçado” por coletivos “autônomos” desde a primeira vez que participou de uma manifestação em 2012, confessa: “eu me encontrei nisso”. Mesmo após ter passado por muitos coletivos e lugares diferentes, como a universidade e o mercado de trabalho, diz nunca ter deixado de lado a militância, ao contrário, colocando-a em primeiro lugar em relação a outros aspectos da sua vida:

¹¹⁴ Dado o alto grau de subjetividade da questão e o caráter semiestruturado das entrevistas, este tema foi abordado de maneiras diversas, com perguntas abrangentes e às vezes mais indiretas, como nos exemplos: O que te motiva ou te motivou a se manter na militância (pelo tempo referido)? Como você descreve a importância de ser militante para você? Poderia falar um pouco sobre o lugar da militância na sua vida? Poderia falar um pouco sobre o que faz valer a pena ser um militante “autônomo”, (com seus riscos e dificuldades relatadas), na sua perspectiva? E ainda: Dentre os atos que você já participou, tem algum que você se recorde com mais carinho, ou que queira dar algum destaque e por quê? (Quando o entrevistado relatava participar simultaneamente de mais de uma organização, ainda, uma pergunta semelhante também era feita em relação este quesito).

No ensino médio eu me forjei né, no último ano do ensino médio eu comecei a militar e ir para os atos. *E eu conheci, então, primeiro a militância e depois um centro acadêmico de uma universidade [...]* Eu fiz [curso de graduação em humanidades] né, *eu sou primeiro militante do que* [nome do curso], *primeiro militante, depois professor* [da área], *tipo, no caso, primeiro anarquista, depois qualquer outra coisa.* Porque quando eu me formei em 2014, eu tinha passado no Passe Livre, eu próprio já era anarquista desde 2013. Acabou 2013 eu estava tipo, já tinha lido compreendido, lutado, *então eu me encontrei nisso e meus companheiros e companheiras também se encontraram nisso.* Só que sempre em movimentos autônomos né, porque movimentos anarquistas é difícil ter nas cidades pequenas que a gente está, tipo, algo grande e forte anarco, como tem movimentos autônomos em várias cidades, mas anarquistas é mais difícil. Tudo bem, eu aceito isso e a gente constrói movimentos autônomos, no caso né, com vários pensamentos independentes¹¹⁵.

O conteúdo revelador de sua fala pode ser interpretado a partir de diferentes pontos de vista. Ao relatar à sua maneira “eu me encontrei nisso”, Marcos apresenta um indicativo do elevado grau de importância atribuído à militância em sua vida. Nesse sentido, sua identidade política é apresentada como algo que precede a própria identidade profissional, por exemplo, e os “movimentos autônomos” como o espaço onde essa identidade – “militante anarquista” –, com a qual se “encontrou”, pôde emergir e encontrar guarida. Assim, para ele, a militância percebida como uma espécie de sentido ou razão maior de vida pode ser claramente assemelhada a uma ideia de *autorrealização* pessoal. Ou seja, a militância é colocada algo central em sua vida, algo do qual ele sente grande orgulho e como espaço, por excelência, onde pode realizar suas aspirações políticas de teor “anarquista”.

Para muitos que passaram por processos de transformação pessoal semelhantes, contudo, a própria adoção da nova identidade, junto de um característico reenquadramento das visões de mundo que acompanha esse processo, parecem gerar, sobre os indivíduos, sentidos de retribuição fortemente ligados a uma noção de *autodesenvolvimento* intelectual ou cognitivo. Nesses casos, a participação na militância é comumente associada a sensações como a de saída de um estado inicial de ingenuidade ou ignorância e entrada em um novo estado de consciência, a partir da aquisição de novos saberes, valores, códigos etc.

Quadro 23 – Percepções de autodesenvolvimento pela aquisição de consciência na militância.

¹¹⁵ Entrevista realizada presencialmente dia 09/03/2022.

“[...] eu sempre ficava vendo algumas discussões, eu não entendia nada, eu era muito leiga, pelo menos *comparando com agora, eu não entendia absolutamente nada*” (Duda, 21 anos, universitária, família de classe média alta, iniciante na militância “autônoma”).

“Eu via muitas coisas acontecendo na parte da família da minha mãe que me incomodavam muito em relação à forma de viver, em relação ao sistema capitalista. *Só que eu nunca entendia que era isso* aí, o sistema capitalista, o sistema racista, eu não entendia isso, eu só entendia que algumas coisas me incomodavam *e eu cresci assim*” (Luana, 23 anos, universitária, família de baixa renda, militante experiente, responde a um processo movido pelo Estado em virtude de ações ligadas à militância “autônoma”).

“Acho que assim: *a militância me proporcionou entender quem eu realmente sou*, sabe, várias questões, assim, que eu não sabia explicar ou não entendia. Acho que *a militância me trouxe isso*, assim, *um entendimento mesmo da sociedade como um todo, da nossa construção social*, então acho que eu só consegui mesmo ter essa noção por meio da militância, se não fosse isso, não seria eu, assim” (Joana, 28 anos, assistente social, família de classe média, militante “antiga”).

“Não é escolha mano, que nem eu falei pra você, antes de colar no ato eu já fazia uns *pixo* [...], eu já tinha sido internado, eu já fugia dos polícia, já apanhava deles, eu já não gostava deles. *Eu só ainda não tinha uma ideia teórica* sobre o Bakunin, não sabia o que o Bakunin falava. Eu não sabia quem que era o Malatesta, não conhecia o Exército Zapatista de Libertação, não sabia o que era Rojava no Curdistão, tá ligado mano? *Não entendia a parte teórica...*” (Rodrigo, 21 anos, não universitário, sucateiro, família de classe média, morador de periferia, afastado dos “autônomos” por divergências pessoais, mas ainda participa de maneira “independente”).

Explorando, ainda, alguns aspectos laterais do depoimento de Marcos, selecionado acima é possível notar como ele desenvolve uma percepção a respeito de diferenças existentes entre os tipos de organizações militantes que seriam mais viáveis em cidades grandes, como São Paulo e tipos mais convenientes a cidades de menor porte, por onde também passou. Sua fala sugere que as cidades maiores seriam lugares onde movimentos propriamente “anarquistas” são mais viáveis, ao passo que, em cidades menores as organizações estariam obrigadas a adotar filosofias mais abrangentes, possivelmente para conseguir abarcar maior número de militantes¹¹⁶. Assim, a ideia de “construir” coletivos “autônomos”, com seus “vários pensamentos independentes” e nas cidades por onde passou, parece algo encarado por Marcos como um tipo de missão ou designio que é “aceito” por ele, mesmo com suas dificuldades inerentes.

¹¹⁶ Importante lembrar que os coletivos e movimentos “autônomos” são compreendidos como organizações de valores abrangentes, podendo abrigar um conjunto de ideologias políticas afins, principalmente o anarquismo, o socialismo e o comunismo, bem como suas derivações contemporâneas, ligadas a pautas mais específicas, como a do feminismo, especismo, transexualidade, etc. Para uma perspectiva de como os movimentos sociais brasileiros foram influenciados, nos anos 1980-90, por uma corrente do anarquismo chamada especificista, advinda a partir da Federação Anarquista Uruguaí (FAU), ver: SANTOS (2020) “A reinvenção do anarquismo como tradição da classe trabalhadora no Brasil: o anarquismo especificista”.

Por fim, ao enfatizar o processo de “construção” coletiva do movimento, realizado em parceria com seus “companheiros e companheiras”, o depoimento de Marcos ainda revela o sentido de comunidade ou camaradagem que tende a ser acionado entre membros do grupo. Este sentido está ligado a percepções como a de pertencimento a uma rede de solidariedade, empatia, cooperação etc., o que, por sua vez, é vivenciado como experiência realizadora do ponto de vista do indivíduo. Quando estão entre seus pares na militância, então, parece comum que indivíduos se sintam mais relaxados e confiantes de si mesmos do que normalmente se sentem em outras situações de suas vidas. Ademais, a integração em uma comunidade ou rede de solidariedade pode funcionar como facilitador para a realização de intercâmbios entre cidades e para o estabelecimento de novas conexões com pessoas que compartilham dos mesmos valores e possuem estilos de vida semelhantes. Com frequência, conexões estabelecidas nestes espaços se desenvolvem em laços fortes que são levados para as demais esferas da vida.

Quadro 24 - Relatos sobre o sentido de comunidade na militância “autônoma”.

“É muito recompensador, também é uma parte muito importante da minha vida que eu não consigo deixar de lado, assim. [...] Além dos amigos eu fiz, *a gente é muito próximo, muito amigos e é muito da hora essa parte também, porque a gente cria realmente laços, assim, não é só ir lá fazer e acabou, a gente cria laços mesmo e traz para a nossa vida, assim, entra na vida das pessoas.* Até o ano novo a gente passou todo mundo junto, tal, é bem da hora e são espaços de confiança também, isso que é muito importante, a gente aprende muito a confiar. *É difícil que a gente confie, porque a gente sempre fica desconfiado de todo mundo,* mas quando a gente confia a gente sabe, nesses processos da militância, se tiver alguém precisando a gente vai estar ali todo mundo e tal. *Na vida pessoal também, quando a gente está passando por alguma coisa... a gente se entende muito bem*” (Carolina, 22, universitária, família de classe média alta, militante “organizada” com experiência intermediária).

“Colar nos movimentos, tipo assim, quando tem esses atos e tal, meu, eu sinto como eu tinha te falado sobre identidade, não foi? *Lá é um lugar que eu sei que eu estou com uma galera que está sendo eles, onde eu posso ser eu também, entende?* Então quando eu vou lá eu sinto isso, essa energia de tipo, seja quem você é! Porque também *toda essa galera, mano, é o que? É a ovelha perdida da família, mano [...]* todo mundo que está ali, tá ligado? Dentro de casa a família acha doideira. *Então lá é um grupo de, meu, acolheção, tá ligado?*” (Alana, 19 anos, E.M. incompleto, família de baixa renda, militância recém “organizada”).

“[...] E também tem a aquela *questão comunitária né, de apoio mútuo que acaba estando em várias partes assim.* [...] Basicamente *a militância é o que eu tenho presente, assim, no meu dia a dia.* [...] Querendo ou não *você se aproxima de pessoas que têm ideias parecidas,* me afastei de alguns grupos, me aproximei de outros e no final foi o que sobrou, construir com essas pessoas que basicamente têm o mesmo objetivo que o meu” (Francisco, 22 anos, universitário, entregador de aplicativo, família de classe média, militante “independente” com experiência intermediária).

Neste último trecho da fala de Marcos, apresentado a seguir, a percepção do sentido de comunidade aparece de maneira mais evidente. Nele, Marcos narra como – quando já socializado na militância “autônoma” – foi estudar em uma pequena cidade no interior do Paraná, onde buscou estabelecer contatos dentro da universidade, para então fundar o que, para eles, seria o primeiro movimento “autônomo” da cidade, denominado Frente de Lutas Autônomas dos Estudantes da UENP (FLAU):

Não tinha um movimento autônomo lá e aí lá *acabei encontrando mais um ou dois ou três parceiros*, que *a gente começou a construir*, tomar peso lá, se tornou hegemônica no movimento estudantil, até por isso que *a gente fez contato com a UEL, com os autonomistas da UEL [...]*, e aí por isso que tem esse contato meu com Londrina, inicialmente lá em 2016. Aí, lá na FLAU eu fui para centro acadêmico, para diretório acadêmico, enfim, aí da FLAU eu já vim pra cá. Um ano antes de eu me formar pra sair, *eu já tinha contatos muito fortes aqui*, até um pouco mais, dois três anos antes de me formar eu já tinha contatos incipientes de militância aqui, de camaradagem mesmo e aí, um pouco depois, *aumentou mais ainda essa camaradagem militante* mesmo¹¹⁷.

Não se pode deixar de considerar, contudo, que Marcos representa um caso pouco convencional entre os entrevistados, uma vez que é um dos militantes mais velhos ainda ativos nos coletivos “autônomos”, um dos poucos a ocupar uma posição análoga à de liderança e que também se manteve ativo, mesmo após a saída da universidade e ingresso na vida profissional. É possível dizer que fatores como esses podem ainda produzir outros sentidos de retribuição pessoal de ordem mais ou menos subjetiva e que, talvez por isso, não comparecem em sua fala. Ocupar uma posição de destaque dentro da organização, por exemplo, comumente pode elevar a autoestima e a confiança pessoal dos sujeitos, bem como elevar-lhes o sentimento de importância. Não por acaso, a duração do engajamento tende a estabelecer uma relação direta com as posições ocupadas dentro do grupo, ou seja, indivíduos em posições de maior destaque tendem a experimentar maiores níveis de retribuição pessoal e se manterem por mais tempo na militância. Além disso, ocupar tais posições pode proporcionar alguma visibilidade pública¹¹⁸ aos indivíduos e, com isso, a possibilidade de uma ampliação ainda maior de suas redes de contatos, o que também pode repercutir positivamente em outros aspectos da sua vida pessoal, como em

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ A ideia de obter visibilidade pública, entendida como uma forma desejável de retribuição militante, deve ser apresentada com ressalvas no que diz respeito aos coletivos “autônomos”, uma vez que ela compete com a defesa do anonimato como um valor caro a estes coletivos. Contudo, mesmo se pregando e praticando – na medida do possível – o anonimato entre seus membros, não se altera o fato de que indivíduos em posições de liderança efetivamente acabam ganhado certa projeção interna e externamente ao grupo, à medida que são reconhecidos pelo papel que cumprem.

sua carreira¹¹⁹ e relações pessoais e afetivas. No caso mencionado, é possível notar que ter sido um dos fundadores da FLAU se tornou uma razão de orgulho para Marcos, como se nota em sua observação sobre como a organização “chegou a ser hegemônica” no movimento estudantil. Foi também através de sua posição no movimento que pôde desenvolver contatos importantes com militantes de Londrina e até um relacionamento amoroso, questões que seriam determinantes em sua decisão de se mudar para a cidade mais tarde.

Ao abordar os sentidos de retribuições relacionados à noção de comunidade gerados entre os “autônomos” é preciso considerar como particularidade relevante dessas organizações o fato de se relacionarem a formas especialmente arriscadas de engajamento. Importantes estudos realizados no campo da ação coletiva têm afirmado a relevância de se distinguir entre ativismo de baixo e de alto risco/custo em suas análises (McADAM, 1986 ; SALGADO, 2016 ; ALMANZAR & HERRING, 2004), salientando a interferência de algumas particularidades ligadas a fatores estruturais, microsociais e até emocionais/afetivos (ROMANOS, 2014; JASPER, 2018; GOODWIN, 1997), normalmente implicadas em formas de engajamento de alto risco. Em um estudo paradigmático sobre o tema, Doug McAdam (1986) propõe interessantes definições, bem com um modelo explicativo dos processos envolvidos em mobilizações dessa natureza¹²⁰. Para ele, a compreensão adequada das dinâmicas que envolvem o engajamento em formas de ativismo de alto risco, exige uma separação analítica entre as noções de “custos” – elemento usual – e “riscos” – elemento excepcional – que podem estar envolvidos no engajamento (McADAM, 1986, p. 67). Por essa definição, os “custos” podem se referir aos dispêndios de energia, tempo e recursos pessoais exigidos pela militância, já os “riscos”, por sua vez, referem-se aos possíveis perigos envolvidos nesta atividade. Tais riscos podem ser de ordem social, econômica, legal, física, etc., como nos

¹¹⁹ Isto se observa especialmente em casos nos quais o militante também possui algum trabalho voltado ao público no qual sua militância possa funcionar como um agregador, tal como no caso de artistas, músicos, produtores de conteúdo online, entre outros.

¹²⁰ Importante lembrar que o modelo de recrutamento de alto risco apresentado por McAdam foi definido a partir de estudos empíricos feitos com participantes e desistentes de última hora do projeto “*Freedom Summer*”, no estado do Mississippi, nos EUA em 1964. Esse projeto reuniu diversos voluntários – em sua maioria jovens brancos e universitários, provenientes de estados do norte – dispostos a viajar ao sul dos EUA para defender os direitos de populações negras em múltiplas frentes. Essas campanhas foram altamente exigentes dos manifestantes que foram solicitados, que tiveram que se manter às próprias custas por dois meses, em média, enquanto se dedicavam ao projeto. Entre os principais fatores que elevaram também os riscos de participação no projeto, estão as ações ofensivas realizadas por grupos supremacistas brancos, em uma das quais chegaram a sequestrar e assassinar três dos ativistas voluntários que estavam participando do projeto.

respectivos exemplos em que a participação na militância pode envolver prejuízos relacionados a estigmas sociais, demissões, enfrentamento de processos legais, agressões, ameaças, perseguições e até a perda da vida¹²¹. Compreender estas diferenças de demandas implicadas no engajamento, por sua vez, nos ajuda a avaliar diferentes mecanismos que podem estar implicados em diferentes tipos de organização, bem como diferenças entre perfis predominantes em cada uma delas.

Como particularidade, o engajamento de alto risco ocorre predominantemente como decorrência de um processo circular de aprofundamento do compromisso pessoal e ideológico com o movimento. Nesse processo, o sentido de pertencimento a uma rede militante cumpre papel fundamental no fortalecimento do vínculo pessoal à causa coletiva. Ou seja, o apego à identidade e à causa militantes parecem caminhar juntas no processo de construção do engajamento e, apenas quando suficientemente aflorados esses sentidos dentro dos indivíduos, é que eles se sentiriam mais encorajados ou mais propensos a participar de formas arriscadas de engajamento (McADAM, 1986, p. 71). Desse modo, formas arriscadas de engajamento parecem ocorrer predominantemente entre sujeitos que possuam uma combinação de fatores, como: “(a) tenham um histórico de ativismo, (b) estejam profundamente comprometidos com a ideologia e os objetivos do movimento, (c) sejam integrados em redes ativistas e (d) sejam relativamente livres de restrições pessoais que tornariam a participação especialmente arriscada”¹²² (idem p. 77). Em resumo, o aprofundamento gradual do compromisso pessoal e ideológico com o universo subcultural do movimento, associado à falta de restrições pessoais significativas, parecem compor alguns dos principais traços dos militantes envolvidos com o elemento do risco.

No caso dos “autônomos” investigados, a perspectiva do risco associado à militância parece elevar o valor da lealdade interna, fortalecendo ainda mais o sentido de comunidade entre seus membros, uma vez que a cooperação e a confiança são peças fundamentais da segurança do grupo. Um exemplo de como esse mecanismo opera pode ser notado em reuniões de coordenação de atos realizadas pelos coletivos, nas quais

¹²¹ Perguntas sobre esse tema foram feitas durante a pesquisa. Entre os entrevistados, os casos mais notórios de exposição a riscos foram de ao menos três militantes que passaram por processos judiciais importantes, movidos pelo Estado. No entanto, a grande maioria possui relatos pessoais ou de amigos próximos, dentro do movimento, que já foram “fichados”, encaminhados à delegacia, ou enfrentaram situações de risco, como em casos de acuação policial, perseguição por grupos de extrema direita, exposições e denúncias midiáticas, entre outros.

¹²² Tradução livre.

questões relacionadas à segurança se tornam pauta inescapável. Nesses debates, é comum a elevação da tensão com a menção de companheiros que foram “fichados”, perseguidos e até agredidos por policiais, ou mesmo que foram denunciados e silenciados por outros grupos militantes. Expressões como essas fortalecem sentidos de alerta, mas também de pertencimento, associando-os a uma cisão nós x eles, na qual o elemento externo é visto como uma ameaça à coesão do grupo. Medidas de segurança adotadas para mitigar os riscos também contribuem para elevar ainda mais o sentido de camaradagem e as relações de confiança entre os militantes de dentro, como se nota no relato de Carolina: “A gente é bem *noiado* mesmo com segurança, todos os atos a gente faz uma comissão de segurança muito grande, a gente tem banco de dados de pessoas que possam ser infiltrados, então todo ato tem alguém ali na ronda só vendo isso, alertando a gente”¹²³.

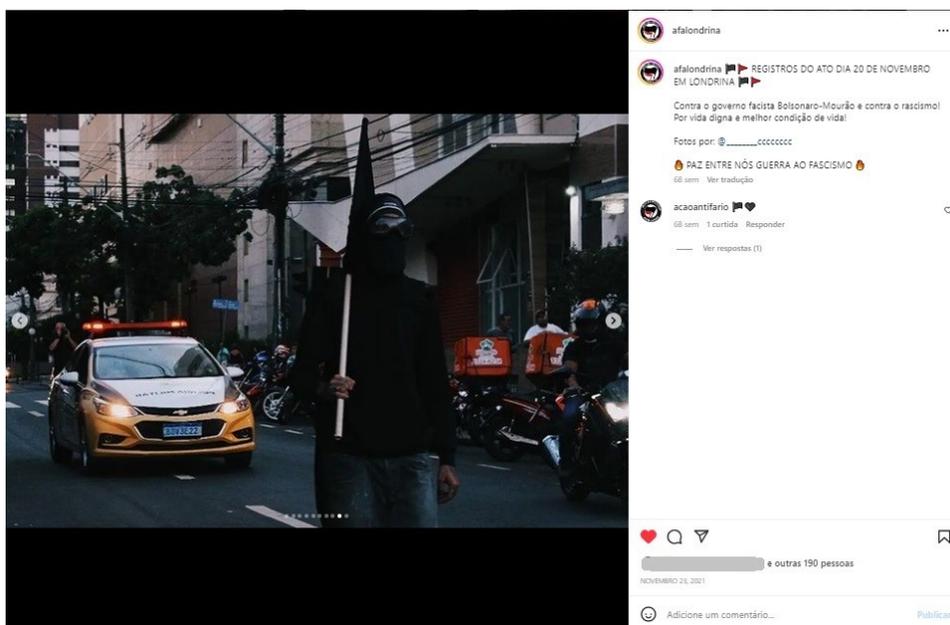


Figura 15: Militante "morfado" seguido por viatura da Polícia Militar em ato no dia 20 de novembro de 2021.

Fonte: Print feito de perfil da AFA no *Instagram*.

Como efeito colateral dos elevados sentidos de comunidade e camaradagem gerados em decorrência dos riscos na militância, é preciso destacar a forte tendência ao insulamento que é produzida pela sociabilidade nesses coletivos, o que, em alguns casos, também pode resultar numa elevação do custo de retração. A retração ou saída do coletivo pode envolver um processo de decisão difícil por parte do militante e, por parte do grupo, uma decisão como essa pode chegar ser encarada como um ato de traição, sobretudo quando o afastamento é seguido de nova filiação em outra organização

¹²³ Entrevista realizada virtualmente dia 20/01/2022.

militante, considerada “pelega” ou não “libertária”.¹²⁴ Nesses casos, antigas relações de camaradagem e até amizade profunda, podem dar lugar a sentimentos de inimizade igualmente fortes. Em situações mais graves, esta tensão pode se desenrolar, ainda, em trocas de acusações e detrações que podem ocorrer em conversas, reuniões e redes sociais. O caso de Gustavo e Manuela, que saíram juntos dos coletivos “autônomos” para se filiarem à UJC, ilustra bem o tipo de custo de retração referido. Ambos foram “militantes plenos”, ou seja, membros altamente dedicados, além de ocuparem posições de destaque entre os “autônomos” e, não por acaso, os atritos decorrentes desse processo de retração foram intensos. Entre as partes, os sentimentos de frustração foram expressos com intensidade em redes sociais, reuniões e também nas entrevistas realizadas.

Para Manuela, “entrar na contradição”, como ela pensava o processo de transição para uma organização partidária é expresso, em suas palavras, como: “a coisa que eu mais abominava”, o que demonstra o sentimento de angústia implicado nessa decisão. Contudo, o sentimento de frustração com sua percepção, entre outras coisas, de uma tendência ao insulamento entre os “autônomos” foi mais forte para ela: “a organização é puramente isso, é *isolamento puro deles mesmo, uma forma muito sectária* e não era isso mais que eu queria, [...] *é uma organização de amigos é muito familiar*, sei lá, dá um *toque até religioso*”¹²⁵. Para ela, poder contar com o apoio de seu companheiro foi um fator fundamental nessa decisão, uma vez que ambos passaram juntos por um processo de alternância no qual parte de seus valores se transformaram, colocando-os em certo descompasso com os valores hegemônicos da organização em que estavam. Em suas palavras: “não tem como não falar a influência do Gustavo na minha decisão, porque o Gustavo, antes mesmo de sair da organização, um ano antes, *ele já não se declarava mais anarquista, ele se declarava comunista*, mas ainda participava dos autônomos”¹²⁶.

¹²⁴ Para uma análise sistemática do desengajamento aplicado a organizações militantes ditas radicais, e combinando elementos de natureza micro, meso e macro social, ver: Fillieule, O. (2012). Le désengagement d’organisations radicales. Approche par les processus et les configurations. *Lien social et Politiques*, (68) pp. 37–59. In: <https://doi.org/10.7202/1014804ar>

¹²⁵ Entrevista realizada virtualmente dia 08/11/2021.

¹²⁶ Da perspectiva de Gustavo, contudo, a percepção sobre este descompasso é narrada como um processo mais abrangente de desagregação que – num momento decisivo para os rumos do coletivo, que foi a criação da AP – teria se abatido não só sobre eles dois, mas também sobre outros dos militantes mais assíduos: “[...] o J. começou a se reivindicar maoísta, foi quando também eu já comecei a falar nas reuniões que eu era um comunista da AP, não era exatamente um anarquista, aí o Rossi começou a falar que era bakuninista da UNIPA [União Popular Anarquista] tal, aí o W. ia mais nessa linha... Começou a ter umas diferenciações”

Mesmo envolvendo atritos e processos de angústia pessoal, a transição feita por Manuela e Gustavo também resultou em certos retornos positivos para eles, ainda que alguns inesperados. Como seu vasto capital militante, eles parecem ter sido acolhidos com especial entusiasmo por membros da UJC, ocupando rapidamente uma posição de reconhecimento dentro desta, que também é uma das organizações militantes mais numerosas da cidade¹²⁷. Ainda como desdobramento desse processo, eles chegaram a escrever um artigo que caiu nas graças do movimento partidário, uma vez que expressavam com duras críticas suas opiniões sobre os “autônomos” e falavam como pessoas que haviam estado lá dentro. Esse artigo foi publicado, reformulado e depois publicado novamente nas redes do partido, ganhando alguma repercussão nacional, o que, por sua vez, foi motivo de orgulho para eles, mas também o motivo de sua expulsão do corpo de articulistas de uma revista “anarquista”, para a qual também produziam textos¹²⁸. Por fim, quando objetivamente indagados a respeito das percepções de retribuição sentidas pelo engajamento, ambos expressaram fortes sentidos de autorrealização pelo que vivenciaram nos “autônomos”. De modo semelhante ao que se pôde notar no relato de Marcos, eles também descrevem a militância como uma espécie de razão de vida ou uma “identidade do ser”, que os impele a querer “participar da política”. Nas palavras de Gustavo:

Desde que a AP ficou muito presente na minha vida, *a questão de ser militante [...] se tornava uma própria identidade do ser, um modo de vida até. Então aí nisso eu fui me constituindo* enquanto alguém que queria participar da política né, queria participar, queria de alguma forma estar presente nisso. [...] *é esse lugar que me cabe. Eu não sou exatamente, hoje né, um artista, não faço rap... Eu constituo a periferia e o meu lugar de fazer alguma coisa é na militância, digamos assim. E constituo a universidade né, isso que na verdade me abre as portas para isso, que às vezes as pessoas conseguem por outro meio, por meio do rap, ou por meio do pixo etc. Então é mais ou menos isso, é muito importante pra mim poder participar enquanto pessoa, assim, eu não me vejo fazendo outra coisa na verdade. Eu acho que o curso que eu faço, ser militante ajudou muito a compreender, a ter uma autonomia maior de pensamento, então eu fui me constituindo assim, é o que eu sei fazer.*¹²⁹

¹²⁷ A indicação para que eu os conhecesse e entrevistasse, inclusive, veio por parte de militantes da UJC com quem também conversei. Além de falarem de maneira elogiosa da atuação de Manuela e Gustavo no grupo, eles também ofereceram uma ajuda fundamental na mediação para que eu os pudesse conhecer e, portanto, para que as entrevistas acontecessem.

¹²⁸ Nas entrevistas realizadas com eles e alguns outros militantes da UJC, este artigo ou partes de seu conteúdo foram mencionados algumas vezes.

¹²⁹ Idem.

Para Gustavo, o lugar social ocupado por ele – enquanto trabalhador periférico e estudante universitário – é apontado como a razão pela qual se apegou à militância como algo que lhe traz retornos que, em outras circunstâncias, só poderia obter por meio de algum domínio das artes. A militância parece compreendida por ele como espaço ambíguo que é buscado ativamente, à medida que “abre portas” para que ele consiga “fazer alguma coisa”, mas que, ao mesmo tempo, é apontada como o lugar que lhe resta na sociedade, já que não é “um artista” nem faz rap, por exemplo; “esse lugar que me cabe”. Comparar o sentido de autorrealização produzido pelo domínio de alguma forma de arte com os sentidos de retribuição gerados pela participação na militância parece uma forma surpreendentemente ilustrativa de explicar este sentimento, especialmente considerando o fato de ele dizer que não é um artista. No trecho final de sua fala, ainda, é possível notar como ele atribui um sentido de autodesenvolvimento pelo que vivenciou na militância, que inclusive o teria ajudado a compreender melhor seu curso de graduação. Em todos os casos, seu relato parece um interessante registro de alguns dos sentidos de retribuição ligados à participação nestas organizações.

Em outro trecho do depoimento de Manuela, selecionado abaixo, também é possível notar uma série de sentimentos produzidos pelo engajamento e pela retração em relação à militância. Neste depoimento relativamente curto, Manuela expressa não só um sentido de autorrealização ao descrever a militância como um tipo de “projeto de vida”, mas também revela outros aspectos do custo de retração, quando fala de sua angústia relacionada à perda do vínculo com o coletivo e a conseqüente perda – mesmo que temporária – do sentido de comunidade gerado por ele. A riqueza do depoimento também consiste em sua descrição de um processo de transformação gradual dos sentidos de retribuição percebidos por ela, a partir do aprofundamento de seu compromisso com a militância. Dentro de um processo chamado de “desenvolvimento” pessoal, Manuela transformou um sentimento ligado à militância como “algo descolado [que] era algo maneira de se fazer”, no que se tornou “intrinsecamente” sua vida:

Então, foi mudando, na verdade, o que era a militância para mim. Na época, por exemplo, do Movimento Autônomo, foi criando uma identidade, *parecia uma identidade cultural ser militante, parecia que era algo descolado*, era algo maneira de se fazer entendeu? [...]. *Aí, com esse desenvolvimento eu percebi que a política é intrinsecamente a minha vida, eu não consigo pensar sem estar organizada*. Quando eu fui fazer essa transição a gente ficou mais ou menos um mês de recrutamento, e esse *um mês de recrutamento foi a pior fase da minha vida, porque eu não tinha uma organização pra militar*, eu não tinha como conversar com as pessoas, planejar ato na cidade, *eu era*

totalmente anônima, assim, eu me senti como se eu fosse nada. Estava acontecendo manifestações e ir só como uma manifestante, isso não fazia sentido na minha trajetória mais [...]. É tipo um projeto de vida né, é igual a militância. Pretendo ser um quadro do PCB, então vou estudar pra isso e dedicar minha vida ao partido e o que tiver ali pra ser feito eu vou me dedicar, vou me doar a isso, porque não faz sentido coisas voltadas pro eu, pra mim [...]. Minha vida foi muito difícil, foi um trauma, eu chamo minha vida de um trauma aberto, assim, então estar organizada faz eu conseguir pensar em mudanças, um mundo diferente do que o sistema capitalista me coloca. Dá pra mudar, então eu vou fazer parte dessa mudança, vou me dedicar a isso pra sempre, até morrer.

Descrever este curto período em que não esteve “organizada” como a “pior fase” de sua vida não só dá um indicativo da profundidade da conversão sofrida por Manuela, mas também faz perceber um sentimento de impotência social produzido por seu processo de retração. Suas palavras revelam uma sensação semelhante à de perda de sentido, uma vez que, não sendo militante ou não tendo uma “organização pra militar”, ela se sentia “totalmente anônima”, “como se fosse nada”. Em resumo, depois do processo de socialização vivido por ela nos “autônomos”, ver as manifestações acontecendo “só como uma manifestante” passou a ser produto de angústia para ela, pois já não “fazia sentido” em sua “trajetória”. Por outro lado, estar novamente “organizada”, agora em uma organização partidária, é compreendido como um tipo de alento, ou como uma forma de encarar melhor seus traumas de vida, permitindo-lhe sonhar com mudanças em “um mundo diferente do que o sistema capitalista me coloca”. A maneira encontrada por ela de fazer isso, então, é se empenhar profundamente na militância; se doar, estudar e até mesmo “dedicar a vida” a isto.

Quadro 25 - Sentidos de autorrealização atrelados à militância como de razão de vida.

“O que faz eu estar mesmo é, porra mano, ser socialista libertário, ser revolucionário, ser qualquer coisa do tipo, ser anarquista, ser comunista, *é uma filosofia né mano. É um jeito que você enxerga você no mundo e o jeito que você enxerga sua vida. Então eu militar mano, é eu existir entendeu?* Então, enfim, *é isso que mais me deixa no bagulho mesmo, se eu tiver fora eu vou ficar mal, tá ligado? Por mais cansativo que seja mano, sempre que eu olho eu tenho um orgulho, por mais que às vezes eu possa dar uma ramelada, enfim, tenho minhas autocríticas, tal, é o que me motiva mesmo, é o que faz eu ter perspectiva mesmo de futuro, [...] é a única saída que eu vejo. Então se não for para buscar uma melhora, se não for combater mesmo por mim e pelos outros, mano, não tem porque eu estar... é foda falar, mas não tem porque eu estar vivo. [...]* Pra mim eu vejo mais sentido na vida se eu estiver nessa parada. Então é uma maneira até meio egoistamente de autoestima, então, quando eu fico meio bolado, eu penso nisso e me encoraja, me alegre [...]. Então por mais que eu tenha todas as minha condições, mesmo assim, para existir eu tenho que resistir, eu não luto por uma opressão identitária né, mas de qualquer jeito estou inserido nesse mundo de opressão, eu sou oprimido de alguma forma. É isso sabe não vejo futuro no mundo, então para eu ver um futuro em mim eu tenho que buscar um novo futuro, é isso, meio que

sonhando mesmo, tá ligado? [...] você só vai conseguir se manter, mesmo, sonhando, pensando alto mesmo, imaginando e assim vai. Porque se não mano, já era, você desanima e não quer saber mais de nada, então eu vou por isso [...]. Essa ideia é bem, vamos dizer, romântico o bagulho [...], mas é assim mesmo que eu vejo a militância, é dor e amor mesmo e essa é a dialética mesmo do bagulho, é isso”. (Henrique 20 anos, não universitário, trabalhador do setor fabril, família de classe média, possui nível intermediário de experiência na militância com participação de alta intensidade).

“Na verdade, desde que entrei no primeiro semestre na Ação Antifascista, *eu percebi que era aquilo que eu deveria fazer a vida inteira* na verdade, eu me deparei com uma realidade que *pra resistir* nos espaço, tanto da universidade, quanto no trabalho, quanto na rua, *eu precisava estar organizada politicamente*. Essa noção eu comecei a criar já no primeiro semestre e não era todas as pessoas ali que era dessa perspectiva, na verdade a maioria não, mas era tipo: - *Bom, sou da classe trabalhadora, não tem como eu ficar por aí achando que as coisas vão mudar sozinhas, então eu vou precisar me organizar pra fazer alguma mudança na minha vida, subjetivamente e na mudança de massas, né*”. (Manuela, 26 anos, universitária, família de classe média, militante experiente, dissidente dos “autônomos”, filada à UJC).

Não se poderia deixar de mencionar o amplo sentido de retribuição ligado a um tipo de satisfação pessoal – autorrealização – gerado pela ideia de estar contribuindo para o desejado processo de transformação social, expresso na ideia-limite de “revolução”. Este sentimento aparece em muitas das falas, às vezes mesclado a outras questões mais sobressalentes, como se pode notar no quadro apresentado acima, em que as ideias de fazer algo por si mesmo e pelos outros se congregam no fazer militante. Estes relatos demonstram que a militância é sentida como um tipo de impulso que se projeta não só do indivíduo para dentro si mesmo – como nos processos de conversão pessoal, já bastante explorados –, mas também do indivíduo para o “mundo”, as “massas”, através desse desejo de transformação. Ainda que esta afirmação possa parecer um tanto óbvia, quando falamos de organizações que bradam por pautas que são essencialmente coletivas, o que nos interessa neste ponto é explorar, mais uma vez, os possíveis sentidos de retribuição militante ligados a esse desejo de transformação social.

Desejar a “revolução”, ou ser “militante libertário”, “revolucionário” etc., nesses casos, está intrinsecamente relacionado a uma concepção ética e moral específica, ou seja, a um projeto de sociedade que se espera ser melhor que o modelo atual – seja ele inspirado em filosofias anarquistas, socialistas ou comunistas – e a um padrão de conduta desejável para que se possa trilhar esse objetivo “revolucionário”, mesmo que visto como um ideal distante. Desse modo, sentimentos como o de que se deu uma “*ramelada*”¹³⁰, ou de que se está “fazendo o que é certo”, estão intimamente ligados a estas concepções

¹³⁰ Gíria usada para se referir a atos ou condutas reprováveis, não desejadas.

éticas e morais características que, por sua vez, podem produzir sentimentos mais ou menos positivos, a depender de como o indivíduo sente seu nível de reajustamento pessoal a esta conduta. Em todos os relatos colhidos, o engajamento, em si, é expresso, de maneira geral, como a conduta correta ou desejável por excelência para atingir este objetivo comum: um “futuro [melhor] no mundo”. Estar engajado, portanto, tende a produzir uma espécie de alívio de consciência por parte do sujeito, uma vez que ele sente que está contribuindo ativamente para conseguir esse objetivo. Dentro dessa concepção, ainda, à medida que o restante da sociedade se distancia deste ideal, seja por apatia, alienação ou por escolhas políticas vistas como ilegítimas, fazer parte deste espaço de correção moral, parece produzir nessas pessoas, um sentido de elevação da autoestima que, por sua vez, está ligado a uma espécie de distinção ou elevação social.

Quadro 26 – Relatos da militância sentida como correção moral e atrelados a perspectivas de transformação social.

“É a mudança, é a revolução, é sobre isso [...]”. Por mais que a autonomia seja de um corpo, não se constrói isso de forma individual, se luta coletivamente, então é esse quebra cabeças, articular com outras pessoas, transformar coletivamente, quebrar com sistemas binários coletivamente, isso é libertador para todo mundo” (Zé Maria, 21 anos, universitária família de classe média alta, iniciante na militância “autônoma”).

“Mas o que me motiva é querer um lugar melhor, tá ligado? Porque eu não concordo com as coisas que acontecem, com a forma que a gente construiu a nossa sociedade, com as formas de poder que tem, então acho que é isso, querer alguma coisa melhor. E ok, talvez a gente não esteja preparado para fazer uma puta revolução e, enfim, mas coisas minimamente melhores, sabe, tipo estar ali para garantir pelo menos os direitos mínimos que a gente tem” (Carolina, 22, universitária, família de classe média alta, militante “organizada” com experiência intermediária).

“De uma coisa eu acho que tenho certeza, assim, eu sou uma militante revolucionária, eu acho que se a gente não conseguir construir a revolução no século XXI, não vai existir século XXII, tá ligado, é muito disso, assim” (Suzana, 24 anos, universitária, família de classe média, militante experiente, afastou-se da juventude do PSOL antes de ingressar nos “autônomos”).

“Eu tinha uma perspectiva muito, assim [...], de tentar ajudar as pessoas, assim, né. Então, até é uma perspectiva, assim, de realmente querer ajudar, querer resolver problemas, querer resolver questões, assim [...]. A gente sempre está numa perspectiva de que a gente vive numa sociedade que a gente odeia, assim, mais ou menos né, e que a gente sempre luta para fazer alguma coisa acontecer, né. Então acho que mais ou menos é isso que me move, sinceramente, pensar que as coisas que a gente faz, por mais pequenas que sejam, por menor que seja o trabalho de base, um panfleto aqui, um lambe ali, uma manifestação, não tem outra solução que dê conta de resolver esse problema que a gente tem no mundo hoje, assim, eu acho [...]. E não me considerando um super militante, um mártir ou algo assim, acredito que eu faço pouco, mas que faço constante, assim, militante a longo prazo nesse sentido. Mas que participo de uma organização e participar de uma organização ajuda a tomar rumos e ajuda a ter menos esse peso nas costas” (Lúcio, 23 anos, universitário, família de classe média alta, militante “organizado” com experiência intermediária).

Os sentidos de retribuição ligados à adoção de princípios morais e éticos vistos como superiores apareceram com especial evidência quando os entrevistados abordavam a participação no Movimento Autônomo Popular. No MAP, em virtude dos “trabalhos de base” realizados por eles em algumas comunidades carentes da cidade, esses sentidos de retribuição podem se ligar a noções práticas de ajuda ao próximo, como em ações de filantropia e assistência social, que também produzem sentimentos semelhantes de recompensa pessoal. Em virtude dessa inserção popular do movimento, ainda, a participação no MAP também foi apontada como fonte de um sentimento retribuição bastante específico, ligada à criação de uma oportunidade inédita – e às vezes surpreendente para esses militantes – de acesso a essas comunidades periféricas. Para alguns destes que possuem origens mais privilegiadas, a possibilidade de circular por espaços como favelas, ocupações clandestinas e ainda poder ajudar e conversar com seus moradores é visto uma experiência enriquecedora, à qual dificilmente teriam acesso por outros meios, que não a militância. O caso de Cíntia de 23 anos, estudante da área de humanidades e proveniente de família de classe média, retrata bem este sentimento:

Eu acho que eu daria um destaque, assim, para o MAP [...] *por ele não estar tão atrelado aos meus contextos diretos*, no sentido, tipo assim, primeiro eu fui buscar um movimento que era mais de ação, assim, no caso a Ação Antifascista, depois eu fui buscar o movimento estudantil, então *eu tive contato com pessoas que são muito próximas da minha realidade*, assim, pessoas que estão dentro da universidade, pessoas que têm uma faixa etária parecida com a minha e *isso limita um pouco a percepção da realidade* que a gente tem, sabe, eu acho que o mundo é bem diferente do que a gente tem internamente nesses espaços né. E *pra que eu pudesse construir essa percepção* e ter uma abertura maior *e ter um contato com outras realidades o MAP foi muito massa*, porque eu tive contato com uma região ou outra né, que é muito da hora. Porque morando aqui em Londrina *enquanto estudante é muito difícil assim construir uma consciência territorial* do que é a cidade inteira, a *gente acaba ficando [...] um pouco restrita ao lugar onde mora* e ao lugar onde estuda e até uma perspectiva bem centralizada, assim, né, porque *eu moro no centro*. Enfim, questões impedem, assim, que cegam um pouco a gente, que *blindam a gente de ver a realidade de fato e estar dentro desses espaços aumenta um pouco a consciência do que é cidade que eu vivo*, que pra mim é muito importante [...] e também de demandas que são outras, assim, que são completamente outras. Quando você tá em contato com esses movimentos, enfim, tem pessoas de várias idades, que fazem várias coisas, que têm demandas que são muito diferentes, sabe, e aí pra mim foi muito importante nesse sentido de ter contato com outras experiências, assim, de *abrir os horizontes mesmo, de percepção da realidade*.

O relato de Cíntia sobre a possibilidade inédita de ter contato com pessoas de perfis diferentes, provenientes destas regiões, bem como de conhecer suas “demandas”, descrita como uma expansão dos “horizontes” de “percepção da realidade”, fornece uma interessante mostra do sentimento de crescimento pessoal – uma forma de autodesenvolvimento – atrelado a essa experiência. Atenta à sua posição relativamente privilegiada, dentro de uma sociedade desigual, Cíntia percebe a participação no MAP como uma oportunidade extraordinária para a aquisição de uma “consciência territorial” da cidade onde vive. Em suma, as oportunidades de deslocamento em relação à sua realidade particular – circunscrita ao centro da cidade e à universidade –, e de aquisição de novos conhecimentos dentro daqueles espaços, fazem com que ela associe um forte sentido de autodesenvolvimento à participação no movimento.

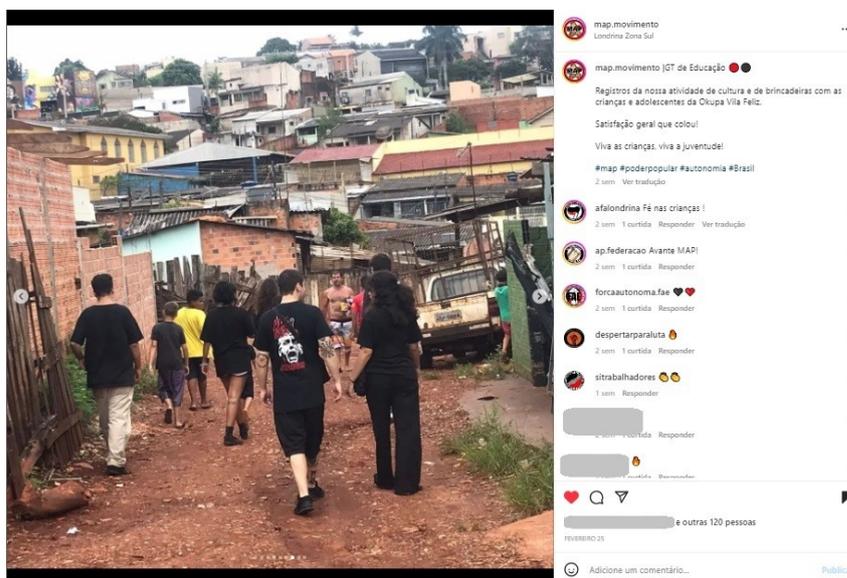


Figura 16: Visita à ocupação Vila Feliz durante atividade do "GT de educação", realizado pelo MAP.

Fonte: *Print* feito de perfil do MAP no *Instagram*.

Quadro 27 - Breve perfil biográfico de Cíntia.

Cíntia tem 23 anos, é graduanda na área de ciências humanas e não possui trabalho formal. Oriunda de cidade pequena da região metropolitana, viajava diariamente a Londrina no começo da graduação e, buscando melhores oportunidades, se mudou para a cidade maior no segundo ano de faculdade, passando a morar com uma amiga. Nasceu em uma família de classe média; sua mãe, “do lar”, não concluiu os estudos regulares e recebe uma aposentadoria pública devido a uma doença incapacitante, enquanto seu pai, graduado em economia, atua como bancário no setor público. Tem seu pai como “uma fonte” de referência em questões políticas, pois desde pequena ouvia histórias contadas por ele sobre sua participação no movimento estudantil durante a época da ditadura militar. Relata, ainda, que nunca abandonou os debates sobre política com o pai, mesmo que suas posições tenham divergido com o tempo: “ele tem uma perspectiva que é bem mais de uma política institucional, primeiramente e também de uma perspectiva mais liberal

mesmo [...] para ele são inconcebíveis [coisas] como uma sociedade sem Estado, uma sociedade fora do capitalismo”. Relata que começou a traçar um caminho próprio no debate político quando começou a se interessar por “questões do feminismo”, quando tinha por volta de 15 anos, interesse que se estendeu por todo seu Ensino Médio: “Na época era um feminismo bem liberal, então era uma coisa muito voltada para a liberdade individual, essa coisa de meu corpo minhas regras [...] era uma perspectiva bem individualizada”. Cíntia se lembra que quando eclodiram as manifestações de junho de 2013 chegou a “ir para a rua”, mas que essa ação “na época era completamente carente de sentido pra mim, assim, eu estava indo só por um comportamento de: - Ah, tá todo mundo indo, então eu vou também”. Antes de iniciar a atual graduação, chegou a cursar por um período o curso de ciência sociais, “porque queria ter um contato com ciência política”, afim de “construir um pensamento” mais elaborado, uma vez que já que também já possuía interesse em desenvolver uma “prática política”. Em sua narrativa, o que a fez “virar a chavinha” e passar a se envolver de maneira direta na militância, foram as eleições de 2018 que levaram Bolsonaro ao poder: “eu comecei a voltar o meu pensamento para algumas coisa, preciso entender o que está acontecendo aqui [...] aí eu acabei votando no Boulos no primeiro turno e foi um baita decisão, assim, de um comecinho de viradinha pra algo mais radical.” Narrando, ainda, um pensamento que lhe ocorrera à época, Cíntia complementa: “Nossa a gente tem esse cara no poder e eu preciso entender agora como as coisas funcionam, se não eu vou envelhecer na inércia e isso era uma questão pra mim né, eu não queria envelhecer na inércia.”

Sentimentos profundos como o da esperança, caracterizado pela perspectiva de um futuro melhor, através de uma transformação radical da sociedade, são sentidos que frequentemente participam da construção dos processos motivacionais ligados ao engajamento, o que se verifica com especial nitidez em formas de militância altamente arriscadas e radicalizadas. Tomando como exemplo o caso histórico dos anarquistas espanhóis durante a ditadura franquista, Romanos (2015) demonstra como a mobilização de certas emoções, em especial a da esperança e da indignação, foi parte fundamental dos mecanismos que sustentaram o engajamento de milhares de cidadão em arriscadas linhas de enfrentamento ao governo fascista¹³¹. Por esta perceptiva, esses sentimentos medeiam as avaliações subjetivas a respeito dos contextos oportunos para ação coletiva e de seus impactos no cenário político. Isto significa dizer que, entre estes militantes, os sentidos de esperança e indignação não são apenas produto do engajamento, mas também podem ser os próprios motores que o impulsionam. Discursos inflamados dirigidos a um adversário comum, por exemplo, podem funcionar como mecanismo de promoção de certos comportamentos esperados, como o encorajamento para a mobilização e o enfrentamento de eventuais situações de riscos.

¹³¹ Para outra análise interessante e interdisciplinar do papel performativo das emoções, entendidas como uma forma de capital social que pode ser mobilizado por atores, e abordada a partir de um paradigma feminista, ver. Ahmed, S., *The Cultural Politics of Emotion*. Neste livro a autora aborda a relação entre emoções e política, analisando como sentimentos foram interpretados ao longo na história do pensamento ocidental e oferece novas interpretações sobre como as emoções operam na produção e manutenção de formas de poder.

O uso performativo dessas emoções¹³², ainda, pode ser usado de maneira estratégica como ferramenta para o direcionamento da opinião pública, seja para obter apoio político, recrutar novos militantes ou obter qualquer outro tipo de recurso¹³³. Seguindo esta concepção, indignação é um tipo de emoção que se origina do julgamento moral sobre uma pessoa ou grupo que é representado como responsável por uma situação de injustiça extrema. Este sentimento, por sua vez, passa por uma interpretação de que algumas normas vigentes foram violadas de modo arbitrário, produzindo um estado de sofrimento a alguém ou um grupo que não merecia. A indignação, portanto, implica uma ruptura de uma expectativa moral, o que gera um sentido de obrigação de reparar esta situação. Essa energia pode, então, ser canalizada para fazer oposição aos responsáveis pela situação que gerou o sentimento de indignação e torná-los alvos políticos da ação coletiva (ROMANOS, 2014, pp. 553-554).

Essa combinação particular de duas emoções como a esperança e a indignação ou revolta, uma positiva e outra negativa, é o que JASPER (2018) denomina de *pilha moral – moral battery* –, ou seja, uma combinação de sentimentos fortes de cunhos positivos e negativos que podem atrair indivíduos para um polo e os afastar do outro. Nessa avaliação, as emoções reconstroem os sentidos de retribuição aos processos que a produziram, ou seja, a um estado de expectativa sobre um resultado futuro – como no caso da esperança – ou a um sentimento revoltante. No caso específico do enfrentamento de situações de risco na militância, por exemplo, a liberação de tensão produzida pela ação é acompanhada por uma série de emoções positivas, quando essas ações são consideradas exitosas. Assim, o sentido de vitória preenche temporariamente um tipo de vazio deixado com o abrandamento do sentido de medo vigilante, até que o contanto com novas experiências revoltantes aconteçam, por exemplo – mesmo que através de representações –, ou até que sentidos de incerteza e/ou esperança sobre o futuro realmente o desejo pela ação da parte do indivíduo (JASPER, 2018, p. 51). Essas

¹³² Para uma abordagem diferente do uso performativo das emoções como elemento de mobilização coletiva ver: DOWBOR, M. SZWAKO, J. Respeitável Público... Performance e organização dos movimentos antes dos Protestos de 2013. *Novos Estudos*. Vol. 97 pp. 43 – 55. 2013.

¹³³ Em 1945, por exemplo, anarquistas espanhóis que representavam um setor considerável da oposição antifranquista conseguiram obter apoio do público internacional através da reprodução performativa do sentimento de indignação que eles próprios sentiram em relação àquele governo ditatorial. Circulando jornais clandestinos que jogavam luz para aspectos sensíveis à opinião pública como as situações de violência, fome e humilhação à qual o governo expunha seus cidadãos: “os filhos da classe trabalhadora morrem de fome” e uma ‘ameaça permanente paira sobre o cidadão’ porque ‘a vida de todos os espanhóis dependem do arbítrio da violência armada dos assassinos da Falange, uma violência fora do alcance da lei.’” (ROMANOS, 2014, p. 555, tradução livre)

categorias de emoções, por fim, tendem a produzir efeitos duradouros e a se entrelaçarem a processos de elaboração cognitiva e de racionalização.

No caso dos coletivos “autônomos” é curioso notar como ambas as categorias de emoções aparecem bastante representadas nos discursos e materiais de campanha divulgados, bem como foram abertamente expressas em algumas das entrevistas. Para além dos usos separados de cada uma dessas categorias de sentimentos para justificar aspectos da militância e de seus comportamentos, as duas categorias também aparecem de maneira combinada num perfeito par de sentimentos opostos, tal como no modelo da pilha moral descrito por Jasper (2018). Com algumas variações na forma de sua aparição, o binômio ódio e amor parece compor um tipo de lema da militância “autônoma”, que é usado por alguns como forma de caracterizar os sentidos de retribuição do engajamento. Essa forma de caracterização pode ser notada na frase final do relato de Henrique, por exemplo, selecionado acima, para quem a militância: “é dor e amor mesmo, e essa é a dialética mesmo do bagulho”. Um dos retratos mais elaborados desse binômio composto por sentimentos antagônicos pode ser observado no depoimento de Júlia, selecionado abaixo, que também faz menção a outras formas de afetos derivados da militância, como algumas emoções sentidas a partir do contato com moradores de periferia, facilitado por sua atuação no MAP:

[...] *as coisas que me movem é isso, o ódio a eles, que é essa parte de extravasar o ódio assim, e o amor aos nossos, que daí vem a parte mais... porque a gente tem essa militância combativa, mas também tem a militância de base, mais comunitária, mais social, a gente tem muitas ações assim. E essa é a que eu também tenho um coração enorme, assim, eu falo que quando eu faço esse tipo de ações eu recebo muito mais do que eu estou dando porque toda ação que eu vou eu saio com muita bagagem que eu precisava, me ensina muito. Então, por exemplo, quando a gente vai... tá montando a horta lá no colégio, agora vai começar a horta na ocupação, quando eu fui no bagulho da vacinação na ocupação da Vila Feliz... Toda vez que eu vou lá, eu entro em contato, a gente faz uma trocação de ideia [...] e eles devem, tipo, mó achar caridade, eu acho que isso não tem nada a ver. Eu não estou fazendo caridade. Beleza, eu estou levando lá alimento, mas eles estão me passando a visão de mundo deles, as necessidades deles e pra isso que serve meu contato de base, pra eu estar em contato com a base mesmo. E quando você está lá é muita emoção [...] diversas vezes eu já cheguei em casa e chorei [...] e é muita bagagem pra mim, porque eu nunca teria tido esse contato, por exemplo, com algum teórico, não, só na prática que a gente tem isso, só indo lá fazer.*¹³⁴

¹³⁴ Entrevista realizada presencialmente dia 03/02/2022.

O sistema explicativo do engajamento baseado no modelo de pilha moral parece representar relativamente bem o contraponto entre os sentimentos de “ódio” e “amor” expressos por Júlia. Sentimentos esses, respectivamente relacionados às formas da “militância combativa”, feita nas ruas do centro da cidade e da “militância da base, mais comunitária, mais social”, e feita nas periferias mais remotas. Esse duplo aspecto particularmente característico de formas de engajamento de alto risco, contudo, parece adquirir uma especificidade territorial no caso dos coletivos pesquisados, à medida que esses sentimentos passam a ser atrelados a contextos e atores situados nestes referidos territórios urbanos. Nesse sentido, as instituições de Estado e o “sistema capitalista”, como um todo, podem ser lidos como representações do centro, que devem ser repelidas, e para onde o “ódio” deve ser direcionado. Por outro lado, as “periferias” e seus moradores representam aquilo que deve ser atraído para perto, como aliados com os quais se devem manter contato e compartilhar “o amor aos nossos”.

Observando o relato de Júlia selecionado acima, é interessante notar como esta dualidade de sentimentos é expressa na maneira como ela se percebe enquanto uma pessoa de “coração enorme”, que se comove facilmente ao ter contato com as necessidades dos mais pobres e que, no entanto, possui o “ódio” como elemento motivacional de suas ações. Para ela, as retribuições do engajamento parecem atravessadas por um sentido de autorrealização, ligado à oportunidade de poder “extravasar o ódio” contra “eles”, de um lado e, paradoxalmente, à possibilidade ter contato, acolher ou de poder ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade social, de outro. Explorando ainda alguns aspectos de seu relato, é curioso perceber sua preocupação em negar os “trabalhos de base” como atos de “caridade”, uma vez que eles estariam baseados em um esquema de reciprocidade, no qual: “recebo muito mais do que eu estou dando”. Em suma, para além do transbordamento do “ódio”, então, Júlia, exalta o sentido pedagógico do engajamento como uma das principais formas de retribuição dentro da militância “autônoma”: “me ensina muito”.

Quadro 28 - Relatos sobre “raiva”, “ódio” e “revolta” sentidos como componentes do engajamento.

“Então, esse ato foi muito importante por conta disso, eu achou que *foi o primeiro momento que eu consegui me expressar, pôr meu ódio pra fora de toda a forma possível, de conseguir peitar de fato a polícia*, enquanto ela estava vindo eu estava falando e de ver que eu realmente possa ser um ser revolucionário sem ser que alguém ou algo superior a mim me diga o que eu devo ou não fazer, entende isso?” (Luana, 23 anos, universitária, família de baixa renda, militante experiente, responde a um processo movido pelo Estado em virtude de ações ligadas à militância).

“Porque você vê querendo ou não uns polícia que cata um esturador ou outro, uns polícia que salva uns bebês, sempre um policinha que salva alguém de se suicidar [...] então você vê que os caras às vezes estão ali na bondade, mas os cara só é levado para o mal mesmo, eles é uns coitado. Não tem como ter raiva, tá ligado, *eu tenho mais raiva da instituição mano, eu quero que a instituição policial acabe* [...] mas o policial em si é só um indivíduo”(Rodrigo, 21 anos, não universitário, sucateiro, família de classe média, morador de periferia, afastado dos “autônomos” por divergências pessoais, mas ainda participa como “independente”).

“eu já tinha uma vontade de, enfim, gastar a lata e tal e estava, tipo, bem revoltado com isso, *uma carga que eu já estava trazendo desde a eleição*, tá ligado, enfim *com ódio mesmo, com uma revolta e queria extravasar*. Pô era essa oportunidade que eu queria ter, tá ligado?” (Henrique 20 anos, não universitário, trabalhador do setor fabril, família de classe média, combina nível intermediário de experiência na militância com participação de alta intensidade).

“[...] até aquele momento *não havia tido um confronto* com a social-democracia, mas *o primeiro confronto se deu nesse dia*, um momento em que uma camarada *fazia uma fala exaltando as revoltas populares* e citava as jornadas de junho né, como expressão de uma *insurreição popular que foi importante*. E aí militantes do Levante [...] vaiaram ela e batucaram em cima da fala dela para ela calar a boca, entendeu?! Silenciaram ela!” (Miguel 25 anos, formação superior, família de classe média, militante experiente com participação de alta intensidade).

“*É um misto de sensações*, acho que cada ato é diferente e trás uma sensação diferente, apesar de sempre ter *aquele sentimento duplo ali né, de você querer canalizar o seu ódio*, quando você vê, ali, as pessoas lutando, ali, por um mesmo ideal né, por uma mudança, por uma mudança significativa né, estar ali construindo junto, sentir que você está fazendo alguma coisa, sabe? *E aquela sentimento de força também, de união, de estar ali organizado coletivamente* com pessoas que têm o mesmo ideal que você. Às vezes nem todas têm o mesmo ideal, mas tá todo mundo por uma mudança de cenário. [...] E no ato você está ali e pode colocar tudo pra fora né, o que você pensa, então isso também *é o momento de extravasar a raiva acumulada* do que a gente quer gritar todos os dias...” (Renata, 27 anos, ensino superior, gestora de mídias sociais, família de classe média, militante “independente” com pouca experiência).

“[Os autônomos dizem:]- Ah, a gente não é autoritário, a gente não quer dirigir as massas, mas ao mesmo tempo estamos junto com o trabalhador, somos parte dos trabalhadores, representamos *a vontade legítima dos trabalhadores, de quebrar as vidraças, de se revoltar né*. Só que esse trabalhador é sempre abstrato, porque é justamente o mesmo trabalhador que as outras organizações tentam alcançar, só que [as outras] têm a noção de que não conseguiram alcançar. *Aí essa coisa do ato na quebrada vem trazendo uma ideia de que: – Não, a gente está fazendo na quebrada, a gente é periferia, a gente está na periferia...* Eu não sei, assim, eu já sou parte integrante da periferia, aí isso foi parando de fazer sentido, assim [...], tem uma confusão do que é particular e do que é geral nessas organizações (Gustavo, 22 anos, universitário, inspetor de alunos, família de baixa renda, militante experiente, dissidente dos “autônomos”, filado à UJC).

Traçando uma correlação entre os sentidos de retribuição expressos nestes coletivos e algumas clivagens observadas entre seus membros, é possível observar diferenças entre as formas predominantes de representação das emoções por militantes "organizados" e não "organizados". Em geral, os militantes não "organizados" parecem se encorajar majoritariamente em torno de emoções negativas de indignação e revolta e pelo desejo de extravasar a "raiva", como se observa pela predominância desses perfis entre

aqueles que realizam as "ações diretas" em manifestações e por sua baixa adesão a outras atividades realizadas em coletivo. Por outro lado, à medida que os indivíduos se "organizam" e estreitam seus laços com o grupo, os sentimentos relacionados à militância tendem a ser progressivamente substituídos por uma ênfase nos sentidos de responsabilidade, camaradagem e esperança em torno do projeto coletivo. Nesse processo, portanto, há uma transformação nos sentidos de retribuição ligados à militância e a disposição para correr certos riscos tende a ser reavaliada.

De acordo com os aspectos apresentados é possível dizer que nos "autônomos", em suma, a polarização entre tipos de emoções sentidas e performadas em torno da militância, como "ódio" e "amor", estão bastante relacionadas à defesa de um conjunto de princípios que pregam a revalorização de alguns espaços da cidade e a uma disputa por certo protagonismo no acesso às comunidades periféricas. Nesse processo, o acesso aos "trabalhadores" ou às "massas" é visto como um capital que pode servir aos objetivos dos coletivos, seja na busca por transformação social, ou como instrumento de impacto para tentar influenciar positivamente a opinião pública a respeito dessas organizações¹³⁵. Por razões como essas, as "massas", vistas como aliadas, devem ser atraídas na batalha contra a o inimigo comum, seja ele a figura centralizadora das instituições repressoras do Estado, os "burgueses", o sistema capitalista etc. – inimigo esse que deve ser repellido ou confrontado.

Por fim, ao elencar os problemas do "sistema capitalista" como o alvo primordial dos sentimentos negativos mobilizados por nesses coletivos, pressionar por transformações – passando pelos desejos de "greve geral" e, no limite, de "revolução" –, passa a ser sentido como uma espécie de devir militante. Contudo, ainda que a "intenção revolucionária" esteja bastante presente nos discursos do movimento que têm como alvo o "sistema capitalista", as ações práticas realizadas cotidianamente por essas organizações nas ruas da cidade, acabam por canalizar esses sentimentos para as forças de segurança pública. Assim, além dos grupos de direita radical, considerados os verdadeiros "fascistas", muitas vezes seus alvos se tornam as polícias civis e militares, vistas como representantes do "braço repressor do Estado" ou, elas próprias, como

¹³⁵ O uso do acesso às periferias como instrumento de impacto diante da opinião pública pode ser notado, por exemplo, nos discursos e materiais divulgados na internet, que frequentemente expõem os "trabalhos de base" e o diálogo estabelecidos entre os coletivos e essas populações, ou mesmo no destaque eventualmente dado aos moradores de periferia que são convidados a participar dos atos no centro.

instituições problemáticas e, em certa medida, opressoras, truculentas, “racistas”, “homofóbicas”, “misóginas” etc.

Considerações finais

Esta pesquisa investigou as lógicas de ação coletiva e os condicionantes sociais e culturais envolvidos no recrutamento em organizações militantes autocompreendidas como “autônomas”. Adotou-se como recorte o caso de cinco coletivos situados na cidade de Londrina, no norte do Paraná, que começaram a se organizar pós-2013, em desdobramento do processo de abertura societária (PLAYER & BRINGEL, 2016) iniciado pelas Jornadas de Junho. Apesar do número elevado de organizações, a rede formada por estes coletivos apresenta inter-relações suficientemente fortes, para que se possa considerá-la como um único ator coletivo, com elevados graus de coesão e organização interna. Parte da abordagem passou pela investigação de fatores micro e macrosociais que impactam sobremaneira nos processos de construção do engajamento nessas organizações. As análises apresentadas também foram subsidiadas por um estudo de campo realizado ao longo de aproximadamente um ano, entre 2021 e 2022, acompanhando, sobretudo, as mobilizações em torno da campanha pelo #ForaBolsonaro. Os recursos utilizados para apreensão do campo basearam-se em: observação participante, análise de documentos e de 25 entrevistas semiestruturadas, realizadas com militantes, ex-militantes e dissidentes dos coletivos. Incluso nesse número, três militantes de organizações partidárias – dois da UJC e um do PCB – que, embora não tenham participado diretamente dos “autônomos”, estiveram junto deles em diversas manifestações, assembleias gerais e outros processos decisivos nas articulações das esquerdas locais.

As primeiras organizações “autônomas” londrinenses foram criadas em 2016, influenciadas pelos grandes ciclos de confrontos (TARROW 1999) que se espalharam pelo país à época, com grande repercussão também no Paraná. No caso estudado, três momentos foram apontados como especialmente relevantes para o desenvolvimento dos coletivos: os protestos que levaram às ocupações de escola públicas, conhecidos como Primavera Secundarista, as mobilizações contra o impeachment de Dilma Rousseff e os protestos contra os cortes de verbas destinadas à educação, também chamado Tsunami da Educação. Este último, já em 2019, foi um período apontado por seus membros como auge dos coletivos “autônomos” na cidade, no que diz respeito a suas capacidades de mobilização e período no qual chegaram a criarem uma “federação” própria. Durante esse

período, ainda, os “autônomos” competiam e às vezes até superavam, em número de militantes, alguns sindicatos, movimentos “tradicionais” e outras conhecidas organizações de juventudes partidárias, como a UJC e o Levante Popular da Juventude.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados por um longo período de quarentena em virtude da pandemia de COVID 19, o que resultou, entre outras coisas, na implementação de sistemas de ensino remoto em todo país. Como boa parte dos “autônomos” está baseada em vínculos formados em redes estudantis, seja a partir da universidade, ou de colégios públicos, isso provocou grande redução em suas atividades corriqueiras, além de uma perda em sua capacidade de mobilização. Atividades como as de “formação política”, como os grupos de estudos, exposições de filmes e documentários, ações comunitárias – produção de hortas, arrecadação e distribuição de alimentos, materiais escolares etc. –, disputas pelas gestões de centros acadêmicos e grêmios estudantis, protestos de rua e outros encontros de diversas naturezas, foram praticamente suspensos ao longo desse período. Apesar do imponderável, os coletivos conseguiram permanecer ativos – ao menos quatro deles, como se verificou na pesquisa – e, em 2021, voltaram a atrair novos membros e marcar presença constante em muitas mobilizações locais. Em 2022, após um longo período de diálogos, a efetivação da adesão da Alternativa Popular de Londrina à Federação das Organizações Sindicalistas e Revolucionárias do Brasil foi celebrada entre os militantes como mais um passo no fortalecimento do movimento.

Os diversos relatos sobre formação de alianças estratégicas, seguidas de rompimentos entre os “autônomos” e os demais atores que compõem a cena militante local, demonstraram pontos de tensão entre os setores da esquerda partidária e não partidária. De um ponto de vista prático, divergências a respeito dos locais, horários, trajetos e, principalmente, dos métodos entendidos como mais adequados para os protestos – tal como a polêmica em torno do uso das “ações diretas” – foram mencionados como temas conflituosos entre os diferentes setores militantes. Por outro lado, de um ponto de vista dos valores e princípios, os “autônomos” criticam o que apontam como cooptação das organizações partidárias por lógicas sistêmicas. Em outras palavras, as apontam como organizações motivadas pela busca de interesses pessoais, ligados a cargos de poder e recursos financeiros, em detrimento de interesses verdadeiramente transformadores ou “revolucionários”.

Algumas características gerais dos coletivos foram apresentadas ao longo do trabalho. Entre elas, destacam-se as inclinações antipartidárias e a flexibilidade de “causas” pelas quais os membros do grupo são mobilizados. É interessante ressaltar que, se até 2013, movimentos nacionalmente conhecidos que se autocompreendiam como “autônomos” expressavam esse posicionamento associando-o a uma ideia de apartidarismo, a postura dos grupos pesquisados aqui sugere uma posição mais propriamente antipartidária do que apartidária. Ou seja, ao passo que grandes movimentos sociais como o MPL e os CPCs se caracterizavam, entre outras coisas, por seus esforços na busca de diálogos com autoridades e partidos políticos (Cf. SEIDL 2021; SZWAKO & DOWBOR 2013), os coletivos investigados, ao contrário, se expressam mais por suas recusas e criação rivalidades locais, do que propriamente por uma abertura a diálogos. A demarcação de uma “causa” como ponto nodal que orienta as ações e demandas do grupo, outra característica marcante dos movimentos anteriores, também não aparece com a mesma evidência nestes coletivos. Em suma, ao invés de causas específicas, os grupos pesquisados demonstram inspirações difusas em princípios amplos – “autogestão”, “ação direta”, “anarquia” –, formas ou estilos de vida bem demarcados e causas contextualmente variáveis.

A maioria dos militantes encontrados, especialmente aqueles mais assíduos, é composta por indivíduos brancos, com idades entre 20 e 25 anos, estudantes universitários e provenientes de famílias de classe média, residentes na região ou em cidades menores do Paraná e de São Paulo. No entanto, também foram observados perfis heterogêneos. Ao menos dois outros tipos de perfis bem característicos foram identificados com presença expressiva nos coletivos “autônomos”: estudantes do ensino médio, principalmente oriundos de colégios públicos federais e estaduais e jovens que não frequentam a universidade, recém-ingressos no mercado de trabalho. Entre eles, alguns provenientes de famílias de baixa renda e moradores de áreas periféricas da cidade. Esta característica, por sua vez, pode ser interpretada como elemento distintivo dos “autônomos”, já que outras organizações militantes da cidade não parecem agregar indivíduos com tais perfis. Essa capacidade de “dialogar com as bases”, com “comunidades periféricas”, como indicam em seus discursos, é utilizada como um de seus principais ativos frente à opinião pública. A identificação com elementos subculturais, às vezes associados a periferias ou a tribos urbanas foi observada entre os militantes “autônomos” em geral, mesmo entre aqueles de origem social mais elevada.

Neste caso, essa identificação é composta por elementos como o uso de certas gírias ou maneiras de falar, uso de roupas largas, *bottons*, correntes, bem como um interesse pela música *rap* e uso frequente de formas de modificação corporal, como tinturas de cabelo, tatuagens e *piercings*.

Entre os militantes “ativos” ouvidos na pesquisa, dois terços mencionou seguir o “anarquismo” como orientação política, incluso neste número algumas variantes com “anarcosindicalista”, “anarcocomunista” e “plataformista”. No terço restante da amostra, encontramos seis outras denominações: “socialista libertário”; “marxista libertário”; “libertário/revolucionário artístico”; “admiradora de Marx”; “ecosocialista marxista” e uma pessoa afirmou não possuir orientação política definida. Já, entre os demais ouvidos, entre dissidentes, ex-militantes e membros de outras organizações que dialogaram com os “autônomos”, a principais orientações políticas declaradas foram: “marxista leninista” e “comunista”. Ainda que as dinâmicas entre estes diferentes setores das militâncias de esquerda sejam marcadas por atritos, também se observou certo trânsito de militantes que saíram dos “autônomos” para ingressar nas organizações partidárias e vice-versa.

As diferenças entre os setores militantes locais podem ser observadas através de certos demarcadores, como os elementos simbólicos particulares que compõem a caracterização visual e estética adotada pelos membros do grupo durante as manifestações, tais como roupas pretas, escudos, coberturas faciais e bandeiras. No entanto, é nos referenciais que constituem a estruturação discursiva dos “autônomos” que esses demarcadores aparecem de maneira mais significativa. Nesse sentido, o uso de demarcadores de *posições diferenciais* (MARX & MARQUES, 2020) foi verificado como um mecanismo recorrente, através do qual os atores estabelecem e assimilam certos elementos distintivos do grupo em relação aos demais, os que estão de fora. Assim, essa identidade grupal não se dá de forma autorreferente nos “autônomos”, ou seja, a partir de elementos propriamente constitutivos, mas sim em correspondência com um elemento externo, que ao mesmo tempo é exterior e constitutivo dessa autoidentificação.

Os significados atribuídos a esses mecanismos de demarcação se tornam ainda mais evidentes quando compreendidos a partir de um posicionamento crítico em relação a uma conjuntura representada pela “política tradicional”. No caso pesquisado, isso se verificou, sobretudo, nos adjetivos que acompanham e qualificam o sujeito “coletivo”. Nesse caso, termos como “autônomo”, “horizontal”, “libertário”, “combativo”,

“revolucionário”, entre outros, são usados para se referir aos grupos aos quais pertencem e ao mesmo tempo delimitar uma fronteira conceitual nativa (Idem) entre um “nós”, entendido como agentes legítimos, e um “outro”, definido aqui como “pelego”, “entreguista”, “reformista”, “social democrata”, etc., ou seja, disposto como agente ilegítimo dentro da lógica discursiva mobilizada. Estratégias de legitimação e deslegitimação como essas são muito recorrentes, permeando não apenas seus textos, discursos públicos e relatos colhidos nas entrevistas, mas também aparecem nas conversas informais entre membros do grupo, indicando implicações pessoais com esta visão de mundo.

Como decorrência de seu posicionamento político, pôde-se notar uma disposição ao isolamento do grupo em relação à sociedade como um todo e às demais organizações militantes de esquerda, de modo mais específico. Outra característica que pode ser atribuída à particularidade desses coletivos é a alta rotatividade e a pendularidade de membros, além das possibilidades criadas pelo grupo de formação de vínculos frouxos ou semi-vínculos, às vezes até duradouros. A partir dessas características, foram estipuladas as variáveis *intensidade* e *tempo* de engajamento para analisar as diferentes categorias de pertencimento encontradas nos coletivos “autônomos”. Assim, categorias nativas a respeito dos tipos de militantes, como “militante pleno”, “independente”, “militante da base”, “espontaneísta”, “militante antigo” e “anarcóide” formam localizadas a partir destas variáveis, no sentido de esboçar uma interpretação a respeito de como se distribuem essas clivagens internas aos coletivos.

Embora suas práticas discursivas neguem a existência de líderes e defendam modelos de organização mais “horizontais”, é patente a existência de clivagens entre os indivíduos com diferentes níveis de capital militante. Essas clivagens se tornam visíveis na execução de funções e tarefas específicas, geralmente exercidas pelos mais experientes, como mediação interna e externa, realização de discursos públicos, coordenar atos, ceder entrevistas a meios de comunicação, produzir notas públicas, etc. Por outro lado, as responsabilidades dos menos experientes frequentemente e, preferencialmente, incluem: carregar bandeiras, faixas, distribuir folhetos, entre outras. Dentro do grupo, também se destacam indivíduos com níveis intermediários de experiência: alguns com uma postura mais “combativa” que se envolvem nas “linhas de frente” e nas “ações diretas” com maior frequência, muitas vezes jovens moradores de periferias e não-universitários entre eles – esses foram mais arredios com a aproximação

e difíceis de acessar durante a pesquisa. Por fim, ainda entre os indivíduos com níveis de experiência intermediários, encontramos perfis mais voltados para tarefas organizacionais, como a preparação de encontros em círculos universitários e escolares, além da produção de atas e de conteúdos online para os vários perfis das organizações na internet.

Os processos de recrutamento analisados revelaram percursos distintos, mas apesar das singularidades, foi possível identificar padrões mais ou menos comuns a cada um dos tipos gerais de perfis que compõem o grupo. Para a maioria dos entrevistados a entrada na universidade, às vezes acompanhada por outros processos bruscos, como mudança de cidade e saída da casa dos pais, funcionou como momento de *alternância* (McADAM, 1986) biográfica que impulsionou os primeiros contatos com organizações de tipo militante. Entre os militantes não universitários, dentre os quais se concentram os indivíduos provenientes de famílias de rendas mais baixas, os primeiros contatos com os coletivos foram estabelecidos de maneira diversa. No caso dos secundaristas, as primeiras interações se deram a partir do colégio, através dos “trabalhos de base” realizados, por exemplo, ou através de contato pessoal com algum militante do mesmo colégio. Já no caso dos demais indivíduos não universitários, a aproximação com os coletivos se deu por meio de redes informais estabelecidas entre participantes de tribos urbanas, como skatistas, *pixadores* e adeptos da cultura *Hip Hop*.

Algumas campanhas de divulgação e prospecção de novos membros foram testemunhadas, realizadas nas redes sociais e espaços físicos da universidade, além de colégios, bairros e áreas de circulação pública no geral. Contudo, a maioria dos relatos coletados sobre os processos de recrutamento indicaram que a aproximação com os coletivos ocorreu de maneira mais orgânica, a partir de redes afetivas e de pertencimento a estes grupos. Em suma, constatou-se que o desenvolvimento de *laços fortes* com militantes “organizados” apareceu como elemento determinante que os impulsionou à fase de recrutamento, propriamente dito. Para aproximadamente metade dos entrevistados, ainda, independente de suas origens sociais, contatos prévios com noções de política obtidos na família ou no colégio indicaram este como outro fator relevante na criação de apetências para o engajamento militante.

Os processos de recrutamento podem incluir alguns elementos simbólicos, não necessariamente obrigatórios a todos, mas que cumprem função de ritos de passagem

para aqueles que os vivenciam. Ações como: submeter uma ficha de inscrição, conhecer uma das ocupações onde atuam na periferia, participar de ações comunitárias nestes locais, ir a um grande protesto, se “morfar”, ganhar a camiseta da organização, etc. foram alguns dos elementos associados ao reconhecimento do indivíduo como militante e como membro do grupo. Para muitos entrevistados, o recrutamento foi apontado como um processo imersivo com fortes implicações pessoais para aqueles que passam por ele. “Forjar-se” militante, ou seja, passar pelos ritos e dominar os saberes, códigos e o universo de valores que envolvem os “autônomos”, foi descrito por eles como um processo tal como o de *conversão* (McADAM, 1986), com grandes implicações práticas para suas vidas pessoais. Nesse sentido, o engajamento provocou mudanças em suas percepções sociais e passou a mediar suas visões de mundo como um todo. Nesses casos, essas mudanças também se faziam acompanhar por alterações nos círculos de amigos, maneiras de se portar e vestir, tipos de interesses, expectativas de vida, etc. Outro item que pode compor os processos de transformação das visões de mundo, bastante notório entre os “autônomos”, são os estudos de materiais históricos, acadêmicos e/ou de fontes militantes. Textos e conteúdos audiovisuais que tratam de temas correlatos às lutas “anarquistas” e sociais ao redor do mundo são muito valorizados internamente, de modo que, menções ou sugestões de leitura são recorrentes entre eles.

Como se verificou, o fator do risco associado à ideia de posturas mais “combativas” de enfrentamento ao “fascismo” – muitas vezes figurado na presença das forças policiais –, se mostrou mais um dos elementos que caracterizam os atores pesquisados. Praticamente todos os militantes ouvidos ao longo desta pesquisa traziam depoimentos pessoais ou possuíam relatos de amigos próximos dentro da militância que já foram “fichados” pela polícia. Relatos a respeito de militantes perseguidos pelas ruas, conduzidos à delegacia, processados pelo Estado, etc. foram muito recorrentes. Verificou-se como esta percepção da militância como atividade de alto risco, por sua vez, produz dinâmicas próprias a estas organizações e também impõe alguns constrangimentos ao engajamento. Nesse sentido, a disposição para correr riscos, como um valor em si, produz certo regime de compatibilidade com esses coletivos, que afasta por princípio, perfis incompatíveis com esse tipo de disposição. Indivíduos mais implicados com compromissos de carreira e família; trabalho, reputação, cuidados com filhos, por exemplo, dificilmente encontram lugar nessas organizações. Por outro lado, porém, a perspectiva do risco também é responsável pela construção de certa *economia*

libidinal do movimento, que pode funcionar como fator de atração, sobretudo para jovens que veem nisso uma oportunidade para a descarga de emoções como “extravasar” sentimentos de “ódio” ao “sistema”.

A percepção da militância como atividade de risco, ainda, implica na adoção de uma série de cuidados e procedimentos entendidos como medidas de segurança por parte dos militantes. O uso característico de balaclavas e outras formas cobertura facial nas manifestações; o denominado ato de “morfar”, representa uma das formas mais evidentes do cuidado com a exposição da identidade dos militantes durante esses atos. Contudo, a adoção de outros tipos de cuidados também ficou evidente em reuniões deliberativas do grupo, nos processos de seleção de novos membros e no uso de meios digitais. Cuidados como: averiguação de ingressantes, procedimentos sistemáticos de autoapresentação, uso de pseudônimos em redes sociais e aplicativos de comunicação, discrição com a divulgação de imagens – borrando o rosto de militantes quando aparecem, por exemplo –, migração periódica dos aplicativos usados e checagem de membros ativos, foram alguns dos principais métodos observados. Tudo isso, naturalmente, também se refletiu numa maior dificuldade de acessar alguns militantes e na relutância de muitos às conversas gravadas ou à ideia de ceder entrevista.

O estudo dos sentidos de retribuição associados à militância foi importante para a compreensão, entre outras coisas, dos processos motivacionais que dão sustentação ao engajamento em médio e longo prazo. As conclusões extraídas revelaram que, no caso dos “autônomos”, os sentidos de retribuição ligados ao engajamento são essencialmente de ordem simbólica, uma vez que não há expectativas de recompensas materiais relacionadas às práticas militantes. No entanto, é importante observar que dentro dessas expectativas simbólicas, alguns desses sentidos podem ser de ordem mais subjetiva ou objetiva. Devido à natureza abstrata ou de difícil apreensão das percepções em relação aos sentidos de retribuição subjetivos, o foco das análises se deu sobre os sentidos mais objetivos, ou seja, aqueles diretamente expressos pelos entrevistados em suas narrativas. Dentro desse panorama, uma tipologia foi proposta para o enquadramento das diferentes respostas obtidas.

Ao analisar os relatos coletados, evidenciaram-se alguns padrões em relação aos sentidos de retribuição atribuídos ao engajamento. Esses padrões foram distribuídos em cinco grupos, de acordo com as distintas linhas de raciocínio que expressavam, são elas:

1) percepções da militância como um tipo de propósito ou razão de viver, atribuindo-lhe sentido de direção e significado em suas vidas. 2) Sentido de comunidade ou pertencimento, tal como nos casos que destacaram a importância de se sentirem parte de um grupo, compartilharem ideais, objetivos, constituir de laços de solidariedade, etc. 3) militância como uma forma de viação à “revolta” ou extravasamento do “ódio”, ou seja, como um espaço por onde canalizar sentimentos de indignação relacionados às injustiças sociais. 4) percepções desta como uma forma de correção moral; uma busca pela transformação social, onde os participantes sentem que podem "fazer o que é certo" para implementar um caminho de mudanças na sociedade. 5) Por fim, destacou-se o grupo daqueles que expressaram um tipo de gratidão pela aquisição de consciência e aprendizagens na militância, vista neste caso como um ambiente intelectualmente estimulante. Cada um desses tipos, por sua vez, foi relacionado aos ideais de *autorrealização e autodesenvolvimento*, como princípios essenciais aos quais convergem os diferentes sentidos de retribuição.

Com todos os esforços empreendidos, é importante ressaltar, no entanto, que as análises apresentadas neste trabalho não têm a pretensão de abranger todos os aspectos que envolvem as lógicas de ação e condicionantes do engajamento nestas organizações, nem tampouco se pretendem exaustivas em relação ao vasto material coletado. A complexidade do contexto em que os coletivos "autônomos" operam, aliadas às barreiras de acesso e à pluralidade de percepções e mecanismos militantes, torna impossível uma análise completa do fenômeno em um único estudo. Contudo, espero que as contribuições parciais fornecidas por esse trabalho possam auxiliar futuros estudos a respeito desses atores multifacetados.

Durante a investigação, surgiram novas questões relevantes relacionadas a esse universo de pesquisa, bem como hipóteses e outras possibilidades a serem exploradas. No entanto, para manter o foco estabelecido pelo projeto inicial, o trabalho seguiu em frente, priorizando a análise das questões delimitadas previamente. Ao longo da pesquisa, alguns aspectos e questões importantes para os coletivos foram deixados de fora por diversas razões. Entre eles, destacam-se as nuances semânticas atribuídas a categorias políticas, como “anarquismo”, “anarcosindicalismo”, “comunismo”, “socialismo”, entre tantos outros, incluindo o termo “autonomismo”. Pouca importância também foi dada, relativamente, à ideia de juventude como fase específica da vida dos indivíduos em que esse tipo de engajamento acontece. Apesar de militantes se orgulharem das redes de

comunicação intermunicipais e interestaduais, estabelecidas com outras organizações “libertárias”, pouca atenção também foi dada ao possível peso dessas redes na manutenção e/ou estruturação ideológica dos coletivos locais. Por fim, espera-se que futuras entrevistas com estes mesmos militantes possam investigar quais foram os impactos de longa duração da fase de militância em suas vidas, com o intuito de compreender, por exemplo, se engajamento afetou seus percursos pessoais e profissionais ao longo da vida adulta, em relação aos de seus colegas não militantes, ou se seus valores se transformaram novamente.

Referências Bibliográficas

- ALMANZAR Nelson A. Pichardo & HERRING, Cedric. Sacrificing for the cause: Another look at high-risk/cost activism in: *Race and Society* 7, 113–129, 2004
- ALONSO, A & MISCHÉ, A. *Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests*. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2016
- ALONSO, A. A Política das Ruas: Protestos em São Paulo de Dilma e Temer. *Novos Estudos*. Cebrap. Especial. São Paulo, 49 -58. 2017
- ALONSO, A. Repertório segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & antropologia*. V.02.03: pp. 21 – 41, 2012
- ARAUJO, Gabriele Oliveira de. *Porque critica? Uma etnografia do conflito pela moradia popular em tempo de copa do mundo FIFA na cidade de Porto Alegre* Porto Alegre, PPGS/UFRGS. 2015. [Dissertação de Mestrado]
- ARAÚJO, Rogério de O.; PEREZ. Olívia C. Antipartidarismo entre as juventudes no Brasil, Chile e Colômbia. *Estud. sociol. Araraquara* v.26 n.50 p.327-349 jan.-jun. 2021: <https://doi.org/10.52780/res.14764>
- AVRITZER, L. Um paradigma para os movimentos sociais no Brasil. *Revista brasileira de Ciências sociais*. 1997
- AZEVEDO, M. M. Recrutamento em movimentos de alto risco: O caso da Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua. São Paulo: Dissertação de Mestrado. 2016
- BRINGEL. B. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. *Política & Sociedade*. Vol. 10, Nº 18, abril de 2011
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas Ditas*. Editora brasiliense S.A. São Paulo. 2004 pp. 149 – 168.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Papirus editora. Campinas. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. *Usos & abusos da história oral*. FGV Editora ed. 8, p. 183-191, 1996.
- BUDÓ. M. N. GINDRI, E. T. LOUREIRO, C LEÃO, I. P. Manifestantes ou criminosos? A legitimação discursiva da tática Black Bloc como organização criminosa no jornalismo de revista. *Universitas JUS*, v. 27, n. 2, p. 67-85, 2016
- CARLOS, E. *Movimentos Sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional no campo pós-transição*. Belo Horizonte: Fino Traço. 2015

CARVALHO, I. C. M.; MEDAETS, C. & MEZIÉ, N. (2019) “Uma aula assim muito forte”: aprendizagem, escola e ritual em tempos de ocupação. *Psicologia Política*, 19(45), p. 244-260

COELHO, Gustavo. *A Primavera dos Estudantes: Ocupação de Escolas e Processos de Formação Política*. Porto Alegre, PPGS/UFRGS. 2020 [Tese de Doutorado]

DOIMO, A. M. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1995

DOWBOR, M. & SZWAKO, J. Respeitável Público... Performance e organização dos movimentos antes dos Protestos de 2013. *Novos Estudos*. Vol. 97 pp. 43 – 55. 2013

FILLIULE, O. (2012). Le désengagement d’organisations radicales. Approche par les processus et les configurations. *Lien social et Politiques*, (68) pp. 37–59. In: <https://doi.org/10.7202/1014804ar>

GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº8. Brasília, pp. 165-208. maio - agosto de 2012

GOHN, M. d. Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo. Petrópolis-RJ: Vozes. 2014

GOODWIN, J. *The Libidinal Constitution of a High-Risk Social Movement: Affectual Ties and Solidarity in the Huk Rebellion, 1946 to 1954*. *American Sociological Review*, pp. 53-69. Vol. 62, No. 1. 1997

HACON, V. S. A emergência dos Black Blocs no contexto das jornadas de junho de 2013 no Brasil: da tática de resistência ao movimento social. *Em Debat: Florianópolis* n. 12, p. 4-21, jun-dez, 2014.

JASPER, J. *The Emotions of Protest*. Chicago: The University of Chicago Press. 2018

LIMA, de V. A. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. Pp. 89 -94 In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Ermínia Maricato... [et. al.]. Boitempo: Carta Maior. São Paulo. 2013

LIMA, S. “Coletivo”. “ativista” e “horizontal”: Uma Análise das Categorias em uso no movimento social contemporâneo. *Teoria e Cultura*, UFJF v.13 n. 1, junho. 2018

MARX, V., & MARQUES, M. d. Os coletivos em cena. Algumas contribuições para o debate. *Revista eletrônica Simbiótica* v. 7 n. 3, jul.-dez. 2020

MATONTI, F., & POUPEAU, F. O capital militante. Uma tentativa de definição. *Plural* 13, 127-133. 2006

McADAM, D. *Recruitment to High-Risck Activism: The Case of Freedom Summer*. *AJS* Volume 96 Number 1, 64-90. 1986

McADAM, D. *The Biographical Consequences of Activism*. *American Sociological Review*, Vol. 54, No. 5, pp. 744-760. 1989

McADAM, D; TARROW, S. & TILLY, C. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 11-48, 2009

MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúrion; JANUÁRIO, Adriano. *Sociedade civil e esfera pública em três movimentos de ocupação de escolas: São Paulo, Goiás e Paraná (2015-16)*. 41º Encontro da Anpocs, Caxambu, 2017

MENDONÇA, R. F., & LAVALLE, A. G. *Brazil, 40 Years of Struggles over Political Legitimacy Through the Lenses of Representation*. *Representation*, 239-250. Vol. 55, No. 3. 2019

MINUCELLI, Conrado Peredai; SANTOS, Jaqueline Aparecida Alves dos e DOMBROWSKI, Osmir. #Ocupaparaná – *As ocupações das escolas públicas paranaense em outubro de 2016*. *Temáticas*, Campinas, 24, (47/48): 247-274, fev./dez. 2016 pp. 247-273

NOBRE, M. Choque de Democracia: Razões da Revolta. Cia das Letras. São Paulo. 2013

OLIVA, D. C. “Se eu grito e o governo não escuta, vamos quebrar”: a instrumentalização política da violência a partir da atuação da tática Black Bloc no Brasil pós junho de 2013. UFPR. Curitiba. 2017 [Tese de doutorado em sociologia].

PAGIS, J. *The Biographical Consequences of Activism in May 1968*. *Sociétés contemporaines* Volume 84, Issue 4, 25 - 51. 2011

PASSY, F., & MONSCH, G.-A. *Biographical Consequences of Activism*. In: S. A. Edited by: Soule, H. Kries, & H. J. McCammon, *The Wiley Blackwell Companion to Social Movements*, 2nd Edition New York: John Wiley & Sons Ltd. pp. 499 - 513. 2019

PEREZ, O. C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 25 nº 3, 577-596. 2019

PEREZ, O. C. Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013. *Revista Izquierdas*, vol. 50, pp. 1-16, jun. 2021

PLEYERS, G., & BRINGEL, B. Junho de 2013... dois anos depois: Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nova Sociedade*, Vol. 2015, no.(2), pp. 4-17. 2015

ROCHA, Daniel Leonel da. *Ocupação das escolas em 2015 e 2016: uma breve análise da forma e do conteúdo da ação dos estudantes*. *Rev. Sociologias Plurais*, v. 6, n. 1, p. 61-86, jan. 2020

ROMANOS, E. *Emotions, Moral Batteries and High-Risk Activism: Understanding the Emotional Practices of the Spanish*. *Contemporary European History*, 23, 4, 545–564. 2014

SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2001

SALGADO, M. M. Recrutamento de alto risco, o caso da Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua (FSLN). São Paulo: Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016

SANTOS, C. A. A reinvenção do anarquismo como tradição da classe trabalhadora no Brasil: o anarquismo especificista. Florianópolis: Tese de Doutorado - UFSC. 2020

SANTOS, E. H. J. Crise de representação política no Brasil e os protestos de Junho de 2013. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.86-95, maio 2014

SAWICKI, F., & SIMEÁNT, J. Inventário da sociologia do engajamento. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez., 200-255. 2011

SECCO, L. As Jornadas de Junho. pp. 71 -78. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Ermínia Maricato... [et. al.]. Boitempo: Carta Maior. São Paulo. 2013

SEIDL, E. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 21-39, maio/ago., 21-39. 2009

SEIDL, E. Notas sobre ativismo juvenil, capital militante e intervenção política. *Política & Sociedade*, V.13 nº 28, 63-78. 2014

SEIDL, E. Um Capital militante em Transformação? Tensões e ambiguidades na militância do Movimento Passe Livre. *Estudos de Sociologia*, 175-209. 2021

SILVA, M. K. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? *Lusotopie*, Vol. 17, pp. 88-111, 2018

SILVA, M. K., & RUSKOWSKI, B. d. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Nº 21, 187-226. 2016.

SILVA, M. K., & RUSKOWSKI, B. d.. Levante Juventude, Juventude é pra lutar: redes interpessoais, esferas de vida e identidade na construção do engajamento militante. *Revista Brasileira de Ciência Política* nº 3 jan-jun, 23-48. 2010

SILVA, M. K; TEIXEIRA, A. N. & FERNANDES E. G. Enquadrando eventos de protesto: as disputas interpretativas em torno do ciclo de manifestações de 2013 em Porto Alegre. *Plural*. Vol. 27.2, ago./set., p.166-185, 2020

SOLANO E. MANSO, B. P. & NOVAES, W. *Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. Geração: São Paulo. 2014.

STEPHANIE, L. "Coletivo" "ativista" e "horizontal": uma análise das categorias em uso no movimento social contemporâneo. *Teoria e Cultura* v.13 n.1, 18-35. 2018

SZWAKO, J. DOWBOR, M. ARAUJO, R. A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000–2017): tendências e inovações. *BIB*, São Paulo, n. 92, 2020 pp. 1-22. (publicado em abril de 2020)

TARROW, *Sidney*. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.

TATAGIBA, L. (2014). 1984, 1992 e 2013 Sobre os ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Revista Política e Sociedade* V.13 nº28, 35-62.

TATAGIBA, L. F. .; GALVÃO, A. . Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 63–96, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8656284>. Acesso em: 27 mar. 2023.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. “O confronto político da ascensão à crise dos governos petistas”. Banco de dados sobre protestos no Brasil 2003-2016. Universidade Estadual de Campinas, Nepac/Cemarx, Campinas, 2018.

TAVARES, F. M. M.; RORIZ, J. H. R.; OLIVEIRA, I. C. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do Junho brasileiro em 2013. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 140-166, abr. 2016

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. O surgimento do movimento #blacklivesmatter [vidas negras importam]. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.22 n.40, p.108-123, jan./jun. 2018

TEIXEIRA, A. C., & BAIOCCHI, G. 'Pardon the Inconvenience, We Are Changing the the Country' in: *Boston Review*. Julho de 2016 pp. 1-4

TILLY, C. Movimentos sociais como política. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3. Brasília. pp. 133-160. janeiro-julho de 2010

TILLY, C. *Social Movements, 1768-2004*. Copyright Boulder/London: Paradigm Publishers. 2009

TILLY, C. *Regimes and repertoires*. Cambridge University Press. Chicago. 2006

VESTERGREN, S., DRURY, J., & CHIRIAC, E. H. *The biographical consequences of protest and activism: a systematic review and a new typology*. *Social Movement Studies*, pp. 1 - 19. 02 de Nov. de 2016

VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? pp. 53 - 58. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Ermínia Maricato... [et. al.]. Boitempo: Carta Maior. São Paulo. 2013

Anexos

Anexo 1. Roteiro base usado nas entrevistas.

1. Em que ano você nasceu?
2. Você estuda ou trabalha atualmente?
3. Você é de Londrina? Qual a sua região de origem?
4. Você poderia falar um pouquinho da sua família; profissão dos pais?
5. Você tem algum parente que está ou já esteve ligado à política ou à militância de alguma maneira?
6. Poderia falar um pouco do seu E.M.? (Estudou em colégio público ou Particular? Possuía grêmio?)
7. Em que momento da vida você começou a tomar interesse por questões políticas quando começou a participar mais ativamente em algum tipo de organização coletiva? – (Algo ou alguém te atraiu inicialmente?)
8. De quais coletivos ou org. você faz parte, atualmente?
9. Poderia falar um pouco o que te atraiu, o que te levou a querer participar dessas organizações especificamente?
10. Como você se define politicamente hoje?
11. Existe algum em que você se dedica há mais tempo ou que tenha mais importância pra você? (Qual e por que?)
12. Poderia falar um pouco de como você sente a importância da militância na sua vida? Especialmente nessas organizações que você está inserida hoje?
13. Gostaria de mencionar algum ato ou manifestação que tenha especial pra você? (por que motivo te marcou?)

14. Você já sofreu alguma ameaça, ou teve a sensação de estar correndo algum risco relacionado à sua atuação no coletivo? Já presenciou alguma coisa nesse sentido? Poderia falar um pouco sobre isso?
15. (para dissidentes) Você poderia falar sobre os motivos que te levaram a se afastar dos coletivos autônomos?
16. Tem alguma coisa que não perguntei que gostaria de falar?

Anexo 2. Registro de documentos analisados: manifestos, notas, cartas de apresentação, princípios entre outros.

Manifesto de apresentação: **Frente Classista Combativa** (via *Instagram* da AFA 26/10/2021)

Nasce a frente Classista e Combativa de Londrina, para reafirmar a urgência de unidade da esquerda anticapitalista e revolucionária da cidade. Somos fruto de lutas populares que recusa o fechamento de horizontes, o sufocamento das esperanças, conformismo, a passividade de classe e qualquer aliança que envolva setores da burguesia, tendo como fim a manutenção da independência de classe. Entendermos que somos organizados enquanto classe significa também que somos atravessados por múltiplas dimensões de gênero, raça, etnia, sexualidade, religiosidade etc. Afirmamos a centralidade da luta contra as opressões e a importância da interseccionalidade para a promoção da unidade de ação entre oprimidos e oprimidas. O poder popular que queremos construir é pautado nas lutas dos movimentos sociais, indígenas, negros e negras, juventudes, auto-organização de trabalhadores e trabalhadoras no campo, sindicatos e periferias, feminista, antirracista, antilgbtfóbico, socialista e libertário!

Não temos receitas organizativas acabadas nem muito menos fechadas para os grandes desafios que se impõe pela frente, mas trazemos a certeza de que nada por nós sem nós. A violência do Estado colonial, patriarcal e capitalista segue avançando por meio do projeto político genocida operado por Bolsonaro e seus milicianos. No Paraná, enfrentamos a herança colonial transvestida de antifeminismos, forte apelo à moral e aos bons costumes, como poder político concentrado nas mãos dos coronéis e oligarcas que mantém seus privilégios detendo a administração do governo do Estado. Em Londrina, o reflexo dessas políticas se traduz através do clientelismo-conservador e mandonismo-local, com o poder político voltando-se a ACIL (Associação Comercial e Industrial de Londrina), buscando promover a segregação espacial, racial e de classe fortalecendo a violência policial e da guarda municipal contra a juventude negra e periférica e os movimentos sociais e os movimentos sociais, bem como à perda dos espaços de sociabilidade da juventude. O Estado democrático de direito está em guerra contra nós! Vimemos o necrotério dos vivos Cantado por Eduardo Taddeo [*rapper*], quando esbarramos com o sistema normativo que rege nossa sociedade, refletindo os valores

ideológicos da burguesia, seguindo com seu projeto político-econômico de exploração e genocídio, e se escondendo em suas mansões por trás de suas leis. É urgente a mobilização nos territórios para contrapor à violência institucionalizada do estado! Nos colocamos ao lado da resistência dos oprimidos e oprimidas, explorados e exploradas do campo, da floresta e da cidade, pois sabemos que esses segmentos são essenciais para a ação política concreta! Afirmamos nosso compromisso com a ação direta e as organizações de assembleias como princípio e retomada dos territórios junto a radicalização para construirmos autodefesa e contrapoderes desde as bases, pois as bases somos nós! O povo que vocês encontram no terminal às 18h, somos filhos e filhas da luta e resistência da periferia! Nossa ira, nossa fúria, é fruto das armadilhas coloniais que se fazem presentes na labuta cotidiana. Conquistas vitórias e derrotas de tantas batalhas travadas no cenário de guerra constante contra trabalhadores e trabalhadoras.

Sem ilusões com a institucionalidade e as formas burocráticas e autoritárias de conduzir o poder político. Somos as vozes destoantes e os corpos que vocês não conseguem silenciar e docilizar, periferia é nosso mundo, lá nós nascemos, crescemos e sobrevivemos! Não à toa que quando nos organizamos a burguesia se apavora.

Um novo poder deve ser construídos através dos debaixo, sem dispensar o objetivo da derrubada dos de cima. Sabemos que trabalhadores (em suas diferentes formas) e burgueses, são classes cujos interesses são irreconciliáveis. Nesse conflito, temos um lado: estamos juntas, ombro a ombro com trabalhadores e trabalhadoras, lutando contra os privilégios da burguesia.

LUTAR CRIAR PODER POPULAR! PAZ ENTRE NÓS, GUERRA AO SISTEMA!

Convocação de assembleia para a formação da FCC: (*Instagram da AFA, 1 de setembro de 2021*)

A articulação do bloco combativo convida todas e todos militantes autônomos, independentes e organizações que possuem interesse em construir um espaço amplo de luta, um espaço que não tenha a covardia e oportunismo da social-democracia e esquerda eleitoreira na sua base, um espaço verdadeiramente combativo, classista e anti-eleitoreiro para a plenária de construção da frente classista e combativa.

A situação social no Brasil se agrava cada vez mais em um momento em que temos: quase 600 mil mortes covid-19, culpa do Estado e da Burguesia; aumento do

desemprego; aumento do preço dos alimentos e conseqüentemente da fome; tentativa do Estado de destituir terras indígenas para a bancada do boi e do agronegócio com a PL 490 do marco temporal; retirada de direitos trabalhistas com a MP-1045 e a PEC-32.

Além disso, vemos nos últimos atos nacionais da esquerda partidos social-democratas e “comunistas” criminalizando as ações da juventude trabalhadora. Se há a criminalização da classe trabalhadora nesses ditos “espaços amplos”, não há espaço para a luta e nem para o povo trabalhador.

Por isso a necessidade de uma frente classista e combativa! um espaço amplo que tenha método de luta, e que coloque as pautas do povo da classe trabalhadora como principal objetivo. Construir o poder popular pela sobrevivência do povo! Somente uma luta combativa que não possua “rabo preso” na institucionalidade pode fazer oposição ao capital e ao Estado!

CONSTRUA A FRENTE CLASSISTA COMBATIVA!

PODER PARA O POVO!

Nos chame na DM para envio do Link da plenária!

2 de setembro 20h via jitsi meet.

Alternativa Popular:

Carta de Princípios AP (Instagram Outubro de 2019):

A Alternativa Popular (AP) é uma Federação autônoma de lutas populares, estudantis e sindicais, composta por coletivos e setores combativos, independentes e anti-eleitoreiros em defesa de nossas necessidades, que devem ser defendidos e conquistados pelo povo diretamente, sem ilusão com políticos ou empresários. São nossos PRINCÍPIOS:

1) HORIZONTALIDADE/FEDERALISMO/DEMOCRACIA DIRETA: Defendemos a autogestão e o federalismo como forma organizativa. Cada um desempenha suas atividades de acordo com suas possibilidades, fazendo com que todos e todas participem do processo político e social. As decisões devem ser tomadas de baixo para cima e da periferia para o centro, com amplo envolvimento das bases nos espaços de decisão, para a construção de uma federação verdadeiramente democrática: é a chamada Democracia Direta ou Democracia de Base. Todo conhecimento adquirido por uma pessoa não faz

dela um líder. Dessa forma, é responsabilidade dessa pessoa passar para todos os outros membros os seus conhecimentos e suas experiências. Quanto mais conhecimento sobre variados temas o coletivo integrar, maiores serão as possibilidades de sua ação.

2) AÇÃO DIRETA - Reivindicamos nossos direitos e construímos nossa resistência por meio da Ação Direta, uma via que tensiona de maneira incisiva com o Estado e os ricos e privilegiados. Somente a luta independente e combativa, de enfrentamento direto com o Estado e o capitalismo poderá trazer as conquistas necessárias para a ampla classe trabalhadora . Diante da correlação de forças que outorga em nossa sociedade, faz-se necessária uma postura firme para com os de cima. Independente do governo vigente, não vemos o Estado como um recipiente de poder neutro, onde os jogadores da vez utilizam dele a favor de suas próprias convicções e objetivos. O Estado tem seu papel concreto e histórico na manutenção das opressões e da exploração do povo. A luta se faz todos os dias, passe governo, fique governo. Sabemos bem como costumam terminar os movimentos que aderem ao governismo: enfraquecidos e traídos. Sem ilusão com a disputa burocrática e institucional, devemos dar primazia para... continua nos comentários

3) CLASSISMO: Somos da classe trabalhadora, da classe que não tem outra alternativa senão viver do próprio salário. Entendemos o conjunto amplo da classe, envolvendo os estudantes e os desamparados por interpretações limitadas. Nossa luta deve ser sempre em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras, dos seus direitos, de suas conquistas e de sua emancipação geral.

4) COMBATE ÀS OPRESSÕES: Não há espaço para machismo, LGBTIfobia e racismo nas fileiras de nossas organizações. As opressões estruturais perpassam as relações sociais de toda a sociedade, e tanto por isso seus acirramentos devem ser combatidos radicalmente. A liberdade e a igualdade somente serão possíveis pela emancipação total de qualquer forma de opressão e exploração, a saber, patriarcal (opressão do homem contra a mulher); colonial (opressão de uma nação sobre outra); étnico-racial (opressão de uma etnia sobre outra), de orientação sexual (homofobia). Os grupos oprimidos são forças da classe trabalhadora, sejam negros, LGBTI's e mulheres. Sem eles e elas o discurso libertário e igualitário é falho. Não se acaba com o machismo, o racismo e a LGBTIfobia somente destronando os ricos. A estrutura dessas opressões são diferentes da estrutura de opressão econômica, embora estejam interligadas. A igualdade social

necessita ser composta pelo conjunto de opressões que estruturam a sociedade. A Revolução social será anticolonial, feminista e LGBTI ou não será.

5) ANTICAPITALISMO: É dever de cada militante que compõe nossas organizações, combater de maneira visceral as mazelas, as desigualdades sociais, a fome, a miséria, a exploração e a pobreza. Por isso, o capitalismo deve ser destruído por todos os meios necessários. Por uma luta que rompa, definitivamente, com o capitalismo e a exploração, e portanto, destrua a propriedade privada dos meios de produção, de maneira que cheguemos a uma sociedade em que impere a liberdade e a igualdade material, ou seja, de verdade, de fato, e não haja mais exploradores nem opressores.

SÓ A LUTA DECIDE, O RESTO SÓ ILUDE!

ORGANIZE-SE, ESTUDANTE, ORGANIZE-SE TRABALHADOR E TRABALHADORA!

(Instagram da organização 26/07/2021)

O máximo que um partido de trabalhadores pode conseguir, supondo que seus políticos permaneçam honestos, seria formar uma forte facção no parlamento - somando votos de vários lados - para obter certos paliativos políticos ou econômicos. Mas aquilo que a classe trabalhadora pode fazer, na medida em que toma a forma de uma sólida organização, é mostrar à classe proprietária, por uma parada súbita de todo trabalho, que toda estrutura social está sobre seus ombros; e que as propriedades e riquezas da classe empresarial são absolutamente inúteis para eles sem a atividade dos trabalhadores; tal protesto, tal golpe, direto no coração do sistema da propriedade, ocorrerá periodicamente, continuamente, até que a coisa inteira seja abolida - e tendo mostrado sua eficácia, procederá a expropriação.

Temos que aprender que nosso poder não está na força do voto, mas na nossa habilidade de parar a produção."

- Por Voltairine de Cleyre [anarquista norte-americana 1866 – 1912] em 'Ação Direta'

Manual informativo sobre ação direta:

Segundo Émile Pouget, A Ação Direta proclama uma com clareza que ela carrega em si o sentido e a orientação do esforço da classe trabalhadora no assalto realizado por ela, e sem descanso contra o capitalismo. Significa que a classe trabalhadora, em reação constante contra o ambiente atual, não espera nada dos homens, dos poderes, ou das forças externas a eles, mas ela cria suas próprias condições de luta e a extrai de si seus meios de ação. Nesse sentido, ação direta é aquela ação realizada pelo próprio povo, sem esperar por representantes, de partidos, de empresas e instituições de forma geral. É a ação consciente e classista que pode visar objetivos diversos. Ex: Pressionar o Estado a reconhecer direitos, barrar políticas nocivas à classe trabalhadora, conquistar melhores condições de vida, território, etc. Existem muitas formas de ação direta, para além das mais conhecidas que detêm um caráter mais destrutivo, como bloquear vias e atacar vidraças símbolos do capitalismo, panfletar, organizar manifestações, promover meios de apoio mútuo arrecadando cestas básicas de forma auto-organizada são expressões da ação direta em seu sentido mais amplo. Quanto mais organizadas forem as ações diretas, quanto mais coletivas organizada por movimentos populares, com disciplina e organização pela base, mais efetivas essas serão, no sentido de produzir os efeitos que desejamos, quaisquer que sejam, mais efetivas essas serão no sentido de produzir os efeitos que desejamos, quaisquer que sejam, mas especificamente de arrancar do Estado e dos ricos e privilegiados as nossas necessidades para ter uma vida digna, até que consigamos destruir o sistema injusto em que vivemos e construir uma nova sociedade livre e igualitária.

(Instagram 25 de maio de 2020)

A Alternativa Popular busca organizar os militantes autônomos em seus núcleos de base, comunitário e estudantil a partir de princípios horizontais de organização, construindo a democracia popular de baixo para cima, dos núcleos de base Federados para a federação.

Se organize e lute! Juntos somos mais fortes!

AFA – *Instagram* 07/04/2019

A Ação Antifascista Londrina é um coletivo que trabalha sob a perspectiva da Frente Única. Isso significa que agrupamos dentro de nossa organização pessoas com posicionamentos político-ideológicos diversos. Unidos, porém, em torno da bandeira do combate ao fascismo/à extrema direita. Também está em evidência o combate a todas formas de opressão, como o machismo, a homofobia e o racismo. Ademais, nos posicionamos como anticapitalistas na medida em que o capitalismo se alimenta e é alimentado de todas as opressões, especialmente a opressão em função da classe social, ou seja, a exploração e a violência sofrida pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras.

Defendemos, portanto, uma sociedade livre, igualitária e o mais democrática possível.
Poder para o povo!

A Ação Antifascista Londrina é um coletivo que trabalha sob a perspectiva da Frente Única. Isso significa que agrupamos dentro de nossa organização pessoas com posicionamentos político-ideológicos diversos mas unidos em torno da bandeira do combate ao fascismo/à extrema direita. Tb está combatemos todas formas de opressão, como o machismo, a homofobia e o racismo. Somos também anticapitalistas na medida em que o capitalismo se alimenta e é alimentado de todas as opressões, especialmente a opressão e exploração em função da classe social + ou seja, a exploração/dominação, a violência sofrida pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. Defendemos, portanto, uma sociedade livre, igualitária e o mais democrática possível : o Poder Popular

Tem interesse em construir a ANTIFA ? Nos envie uma mensagem!

Poder para o povo! (*Twitter* 20/01/2021)

Sindicato Independente de Trabalhadores/as (SIT) (*Instagram*, janeiro de 2021)

O Sindicato Independente de Trabalhadores/as (SIT) é um instrumento de luta e representação de classe, que reúne os setores combativos, independentes e anti-eleitoreiros da classe trabalhadora, desde os/as informais, uberizados, desempregados/as e invisibilizados/as, em defesa de seus direitos e de sua emancipação.

Princípios:

1 - Democracia direta e federalismo: Todos e todas podem decidir pelas questões políticas, econômicas e sociais da organização. As organizações populares de hoje vão ser as sementes da sociedade do amanhã, por isso devemos construir os valores de um novo mundo dentro delas, desde já. Nos organizamos horizontalmente através do espaço onde pretendemos atuar, que é o trabalho.

2 - Autonomia e Ação Direta: Compreendemos que para se criar um poder popular forte é importante que tenhamos assegurado a nossa autonomia de decisão perante as organizações das instituições burguesas, que só fazem proteger os interesses dos ricos, ou mesmo partidos ligados a essa institucionalidade. Por conta disso temos como princípio estratégico a ação direta, por fora do parlamento e das instâncias estatais.

3 - Classismo e anticapitalismo: O SIT tem lado e não fica e nem poderia ficar em cima do muro. Somos da classe trabalhadora, vivemos do suor e só podemos sobreviver por meio do trabalho. Não temos grandes posses ou propriedades, não somos patrões e empresários, muito menos políticos profissionais. Não temos privilégios. Compomos do lado das maiorias, dos de baixo, pois estamos embaixo: nosso compromisso é com as trabalhadoras e trabalhadores desse país, gente da gente.

4 – Internacionalismo: Entendendo que a classe trabalhadora de todo o mundo é explorada, tem seus direitos renegados e sua condição precarizada cada vez mais pela classe dominante, atendendo às demandas do capitalismo, assim também deve ser sua luta: conjunta. O internacionalismo pressupõe uma união e solidariedade de classe que não se limita ao território, seja ele regional ou nacional.

5 - Combate às opressões: Combatemos veementemente todas as formas de exploração e opressão pautada na raça, etnia, gênero e sexualidade. Todas essas opressões perpassam o sistema capitalista e, sendo assim, não destruiremos o sistema sem olhar para a própria classe e tudo que a supremacia masculina, eurocêntrica, colonizadora e capitalista usa como ferramenta para explorar a classe trabalhadora que sofre com essas opressões estruturais. Organize-se, classe trabalhadora!

Tendência Autônoma Feminista – TAF

Em carta de princípios publicada em junho de 2020, nas redes sociais, a TAF se define da seguinte maneira:

A Tendência Autônoma Feminista (TAF) é um coletivo de mulheres de orientação libertária que possui como objetivo construir uma luta feminista pautada nos seguintes princípios:

1. Horizontalidades: Forma de organização que estabelece relações de poder e não constitui líderes ou lideranças fixas, ou seja, não possui uma hierarquia definida. Entendemos que as capacidades específicas desenvolvidas por, um determinado indivíduo não o faz superior aos demais, e deve ser compartilhado com todos e todas. Dessa forma as decisões são tomadas por todos e todas e as hierarquias, quando necessárias, não são permanentes e se estabelecem apenas para a execução de uma determinada tarefa.
2. Ação Direta: Afirmamos uma atuação baseado no protagonismo individual e coletivo, pautado pela horizontalidade e pelo mínimo de intermediação que, quando necessária, não implique no surgimento de centros de decisão separados dos e das interessadas. A Ação Direta se expressa em múltiplas variantes e em todos os níveis e expressões ligando os e as trabalhadoras, oprimidos e oprimidas ao centro da ação política.
3. Autogestão: Método anticapitalista e antiestatista de gestão socioeconômica aplicável em todos os níveis. Caracteriza-se como a gestão dos meios de produção e organização social em benefício da coletividade e é exercida desde as entidades de base com igualdade de direitos e participação de todos e todas as responsáveis. A autogestão, como processo de construção do novo, ainda que convivendo com o ultrapassado sistema atual, potencializa as transformações que apontam para uma sociedade igualitária.
4. Classismo: Afirmamos nossa identidade como trabalhadoras. Combatemos por uma sociedade sem classes em que todos e todas trabalhem e tenham direito a uma vida digna. Para se conquistar esse objetivo, enfrentamos consciente e cotidianamente uma luta de classes contra as elites exploradoras, o Capital e o Estado. Acreditamos que o fim da sociedade de classes só será alcançado com a emancipação dos e das oprimidas no processo da Revolução Social.
5. Anticapitalismo: Temos a convicção de que embora o patriarcado seja anterior ao capitalismo, é absolutamente impossível lutar pelo fim da dominação masculina e

consequente opressão das mulheres sem ser radicalmente anticapitalista. Um sistema econômico que se sustenta na opressão de classe, no racismo, no fascismo, e no sexismo com a mercantilização dos corpos e a exploração sexual das mulheres, necessita ser destruído.

6. Antirracismo: Para que a emancipação feminina seja concretizada é necessário entendermos as especificidades das mulheres negras, entendendo-as não como um recorte, mas como parte da totalidade. Não é possível discutirmos sobre questões centrais da luta feminista sem levar em conta a dupla opressão vivenciada por essas mulheres, sem lê-las, escutá-las e continuamente levar em conta as suas demandas.
7. Anticlericalismo: Entendemos que a igreja, enquanto instituição, com seus dogmas, princípios e ritos, deve ser combatida pois escraviza os humanos, principalmente as mulheres, enfraquecendo e minando a reflexão e a ação consciente a partir da difusão de verdades cristalizadas no tempo, colocando o paraíso além da vida na Terra e aceitando a exploração, tanto capitalista quanto patriarcal, através da resignação.
8. Anti eleitoralismo: Entendemos política como algo a ser feito pelas mãos dos e das oprimidas. Representantes do Estado não estão verdadeiramente preocupados com a emancipação feminina e não será com mais mulheres no poder que conquistaremos tal emancipação. A libertação das mulheres e demais classes oprimidas não se dará por via das eleições burguesas. Nossa agenda política possui compromisso de base com as mulheres e não em eleger representantes que só buscam o poder como um objetivo para enriquecer e reforçar o sistema capitalista e o Estado, perpetuando todas as formas de opressão.

Nossas Bandeiras [TAF]:

1. Autonomia Intelectual Feminina: Entendemos que as diversas formas de opressão sofridas pelas mulheres têm como uma das consequências o enraizamento do sentimento de incapacidade e insegurança, impedindo-as ou dificultando que essas se dediquem ao trabalho e à produção intelectual, assim como a elaboração de um olhar crítico sobre sua posição dentro da sociedade. Para além disso há o apagamento histórico das atividades intelectuais que,

quando não se dá por completo, se dá atribuindo seus feitos a um homem, seja seu pai, seja seu marido. Faz-se extremamente necessário o incentivo do desenvolvimento intelectual das mulheres rumo a independência de suas ideias e luta por seus ideias.

2. **Família nuclear:** A família nuclear, firmada na propriedade privada e na dominação masculina, coloca o pai como provedor supremo e responsável pela manutenção da propriedade e afasta a mulher de todo o envolvimento com a vida comunitária, fechando-a no lar e fazendo com que se dedique integralmente ao marido, aos trabalhos domésticos e à prole. A situação não é diferente para mulheres que trabalham fora somando-se aí um fardo ainda mais pesado. Vemos na destruição do formato de família nuclear um dos passos rumo a libertação total de todas as mulheres.
3. **Antipornografia e Antiprostituição:** Compreendemos que não é possível existir liberdade real para as mulheres enquanto existir pornografia e prostituição, os seja, os pilares da indústria do sexo. A pornografia é a “educação sexual” que temos hoje e se materializa através do tráfico humano, racismo e a mercantilização dos corpos para fim de dominação masculina. Estudos evidenciam que a grande maioria das mulheres no sistema de prostituição são pobres e sofreram abuso sexual na infância adolescência. No entanto existe uma narrativa em curso de que a prostituição pode ser “empoderadora”. Nos posicionamos absolutamente contra esse discurso destoante com a realidade um vez que quem lucra com a indústria do sexo não são as mulheres prostituídas, essas estão fazendo o possível para sobreviver. Consentimento não se compra, prostituição e pornografia se trata de estupro pago.
4. **Antipedofilia: Erotização Infantil/feminilidade Compulsória:** O absurdo número de estupros sofridos por crianças e adolescentes, além da quantidade de meninas vítimas do casamento infantil, ou seja, pedofilia legitimada pelo Estado, evidencia a pedofilia como um projeto de controle reprodutivo e sexual. A feminilidade compulsória, com todas suas imposições estéticas, corrobora para a infantilização de mulheres adultas, e ao mesmo tempo com a adultização de meninas. Tendo como alicerce principal a socialização de meninas e mulheres para que sejam submissas às vontades alheias, seja dos homens, seja da indústria da beleza, sempre buscando aprovação masculina a qualquer custo, a cultura da pedofilia retira das mulheres e meninas o papel de agentes ativas de

suas vidas e as coloca como produto a ser consumido, possuído e dominado. Vemos em tais procedimentos, não uma “escolha individual”, mas sim uma imposição coletiva que naturaliza a pedofilia através da busca de mulheres adultas com características físicas e sexuais de criança. Nos colocamos, portanto absolutamente, e ferozmente contrárias à cultura da pedofilia e à feminilidade compulsória.

5. **Contra a heterossexualidade e maternidade compulsórias:** Compreendemos que a heterossexualidade compulsória afeta diretamente nossa capacidade de explorar e termos autonomia sobre nossa sexualidade. Desde muito cedo nos é ensinado o amor romântico como forma de reforçar e reafirmar a ideia dominante que consiste na devoção da família nuclear burguesa e faz com que desconsideremos diferentes maneiras de estar no mundo. Somos treinadas a competir com mulheres e não a admirá-las e a encontrar nelas a possibilidade de amor. Junto a isso vem a maternidade compulsória, processo de socialização feminina que nos coloca unicamente como mães em potencial e afirma que só seremos completas quando geramos filhos, só seremos inteiras ao voltarmos nossas vidas para os outros e não para nossas próprias demandas. Essa ideia enraizada contribui para que as mulheres naturalizem suas exaustivas duplas/triplas jornadas, já que os cuidados com as crias não são vistas como um trabalho que deve ser compartilhado igualmente entre os responsáveis, mas sim como uma obrigação feminina natural em nome do “amor materno”.
6. **Pelo direito ao aborto seguro:** Defendemos o direito ao aborto seguro por entendermos que essa não é uma questão de opinião pessoal, e sim de saúde pública e da autonomia das mulheres sobre seus corpos. O domínio sobre a escolha reprodutiva deve se dar unicamente pelas mulheres sobre seus corpos. O domínio sobre a escolha reprodutiva deve se dar unicamente pelas mulheres e não pelo marido, pela religião ou pelo Estado. Milhares de mulheres já recorrem a essa prática, a diferença está na forma como ela é feita. Mulheres com maior poder aquisitivo, pagam uma clínica de luxo e abortam, enquanto mulheres negras e periféricas se veem obrigadas a recorrer a procedimentos não seguros, com profissionais pouco ou nada qualificados, ou mesmo o fazem sozinhas, levando a maioria a morte ou sequelas graves. O poder de decisão deve ser da mulher e deve ser assegurado pelo Estado.

Força Autônoma Estudantil - FAE

Princípios e autodefinição:

A FAE é uma tendência estudantil independente, que visa construir um movimento estudantil forte, classista, combativo, e feito pela base, de modo a somar forças à classe trabalhadora na luta contra o Estado e contra o capital.

Nossos princípios:

1. **Classismo:** Os estudantes e as estudantes são fração da classe trabalhadora. Nossa luta deve ser sempre em defesa dos e das trabalhadoras, dos seus direitos e de suas conquistas.
2. **Anticapitalismo:** O Movimento estudantil constitui uma grande potencialidade de luta contra o capitalismo e suas mazelas, as desigualdades sociais, a fome, a miséria, a exploração e a pobreza. Por isso o capitalismo deve ser combatido pelos e pelas estudantes por todos meios necessários.
3. **Internacionalismo:** A nossa luta é também a luta dos e das estudantes do mundo todo, não só do Brasil. Por isso a solidariedade para além das barreiras nacionais está presente num movimento estudantil de luta.
4. **Autonomia:** Não estamos submetidos a qualquer controle de partidos, sindicatos ou coletivos. Embora possamos ser aliados a essas forças – o que se faz necessário na luta radical – defendemos nossa autonomia frente a elas.
5. **Combate às opressões –** Não há espaço para machismo, LGBTfobia e racismo nas fileiras da FAE. Essas opressões estruturais devem ser combatidas a todo custo.
6. **Horizontalidade:** Dentro de nossa tendência estudantil independente, não há hierarquias de poder, muito pelo contrário. Defendemos a autogestão como forma organizativa, cada um desempenha suas atividades de acordo com suas capacidades, fazendo com que todos e todas participem do processo político.

7. **Combatividade:** Somente a luta combativa, de enfrentamento direto com o Estado e o capitalismo, poderá trazer as conquistas necessárias para os e as estudantes, e para a classe trabalhadora. Diante da correlação de forças dentro da sociedade, faz-se necessária uma postura vigorosa diante dos nossos exploradores e opressores.
8. **Anti-governismo:** Independente o governo que esteja dirigindo a questão do Estado, não abriremos mão de nossa luta radical. A luta se faz todos os dias, passe governo, fique governo. Sabemos bem como costumam terminar os movimentos que aderem ao governismo: enfraquecidos e traídos.
9. **Anti-reformismo:** Sem ilusões com as eleições para os cargos do Estado e com a “luta” institucional e gradual. O poder dos estudantes, do povo e da classe trabalhadora só poderá ser estabelecido por uma luta incansável e radical por uma revolução social que rompa, definitivamente, com os pilares que sustentam nossa sociedade, os seja, com o Estado e a propriedade privada da produção.

APRESENTAÇÃO DA FORÇA AUTÔNOMA ESTUDANTIL (FAE) (Instagram 16 de setembro de 2020)

A FAE é uma tendência estudantil classista, independente e combativa. Faeiros e Faeiras também se articulam através da Alternativa Popular com os demais movimentos revolucionários do campo autônomo.

SÃO PRINCÍPIOS DA FAE:

Os estudantes e as estudantes são fração da classe trabalhadora. Nossa luta deve ser sempre em defesa dos e das trabalhadoras.

O capitalismo deve ser combatido pelos e pelas estudantes por todos os meios necessários.

A nossa luta também é a luta dos e das estudantes do mundo todo, não só do Brasil.

Não estamos submetidos a qualquer controle de partidos, sindicatos ou coletivos.

Não há espaço para machismo, homofobia e racismo nas fileiras da FAE.

Defendemos a autogestão como forma organizativa.

Somente a luta combativa poderá trazer as conquistas necessárias para os e as estudantes e para a classe trabalhadora.

Independente do governo, não abriremos mão de nossa luta radical.

Sem ilusão com a “luta” institucional e gradual.

NÓS POR NÓS DEFENDENDO A EDUCAÇÃO

Movimento Autônomo Popular (MAP)

O Movimento Autônomo Popular é um coletivo de pessoas comuns que visam defender os direitos do povo trabalhador, atuando especialmente nos bairros de periferia, para que surja, pelas nossas mãos, a autonomia no local onde moramos sem depender de políticos ou da classe rica.

Defendemos que todos os moradores dos bairros de periferia devem se organizar para construir a autonomia onde residem, para reivindicar seus direitos e lutar por melhores condições de vida, para hoje, para já!

Isso porque não podemos esperar que os políticos façam por nós. Oh homens de terno só servem outros ricos de terno. Os direitos não são entregues, são conquistados por nós! A política se faz aqui e agora. Não podemos esperar pelas eleições para poder pedir melhorias nos nossos bairros. Façamos nós, com nossas mãos!

POR BAIROS E COMUNIDADES AUTÔNOMAS, FORTES E UNIDAS! NÓS POR NÓS.

Carta de Princípios: Somos da classe trabalhadora, vivemos do suor e só podemos sobreviver por meio do trabalho. Não temos grandes posses ou propriedades, não somos patrões e empresários, muito menos políticos profissionais. Não temos privilégios. Compomos do lado das maiorias, dos de “baixo”: nosso compromisso é com as trabalhadoras e os trabalhadores desse país. O MAP, como o próprio nome sugere, é um movimento social autônomo, e como tal não está submetido ao controle de líderes

religiosos, ONGs, partidos político eleitoreiros, empresas ou e burocracias estatais, Prezamos pela nossa liberdade de ação organizada junto aos moradores e moradoras dos bairros, ocupações e favelas em defesa dos nossos objetivos. A principal ferramenta de reivindicação do MAP é a ação direta. Ou seja, para atingir nossos fins, não fazemos por meios de um intermediador ou de um representante. Não, fazemos nós, com nossa própria força, com nossas próprias mãos para conquistar nossos direitos e avançar rumo a uma sociedade mais justa e igualitária. Precisamos para hoje, não vamos esperar para as eleições, Ademais, consideramos ineficaz e traiçoeira a disputa eleitoral para cargos do Estado. Defendemos a democracia de base como mecanismo de funcionamento de nosso movimento, quer dizer, nos organizamos de forma horizontal, de modo que cada um assumido suas funções de acordo com sua possibilidade e necessidade, participa de forma igual dos processos políticos e sociais, sem necessidade de chefes. Na prática, atuamos de forma autogestionária, onde todos praticam o movimento diz o que o movimento deve fazer e faz. É como mandar obedecendo.

FCC (*Instagram*)

A articulação do bloco combativo convida todas e todos militantes autônomos, independentes e organizações que possuem interesse em construir um espaço amplo de luta, um espaço que não tenha a covardia e oportunismo da social-democracia e esquerda eleitoreira na sua base, um espaço verdadeiramente combativo, classista e anti-eleitoreiro para a plenária de construção da frente classista e combativa.

A situação social no Brasil se agrava cada vez mais em um momento em que temos: quase 600 mil mortes covid-19, culpa do Estado e da Burguesia; aumento do desemprego; aumento do preço dos alimentos e conseqüentemente da fome; tentativa do Estado de destituir terras indígenas para a bancada do boi e do agronegócio com a PL 490 do marco temporal; retirada de direitos trabalhistas com a MP-1045 e a PEC-32.

Além disso, vemos nos últimos atos nacionais da esquerda partidos social-democratas e “comunistas” criminalizando as ações da juventude trabalhadora. Se há a criminalização da classe trabalhadora nesses ditos “espaços amplos”, não há espaço para a luta e nem para o povo trabalhador.

Por isso a necessidade de uma frente classista e combativa! Um espaço amplo que tenha método de luta, e que coloque as pautas do povo da classe trabalhadora como principal objetivo. Construir o poder popular pela sobrevivência do povo! Somente uma luta combativa que não possua “rabo preso” na institucionalidade pode fazer oposição ao capital e ao Estado!

CONSTRUA A FRENTE CLASSISTA COMBATIVA!

PODER PARA O POVO!

É com grande satisfação que publicamos a Carta de filiação da Alternativa Popular (AP) de Londrina, Paraná, a Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil (FOB). A FOB e todas as suas organizações federadas desejam boas vindas as e aos camaradas e vida longa a AP!

Carta de Filiação a FOB,

O Paraná, estado-território ocupado por grandes latifundiários e assassinos de trabalhadores, em que nos situamos, vive um maior avanço de forças reacionárias já há algum tempo. Londrina não escapou dessa tendência. Há anos verificamos o fortalecimento de organizações e partidos de extrema direita, sobretudo diante de uma esquerda fraca, atrasada e desonesta que compõe a maior parte dos partidos e entidades ditas “progressistas”. Entretanto, esse cenário vem mudando com a ascensão dos organismos classistas e combativos londrinenses.

Nossa luta não é de agora. Desde 2017 trabalhamos pela base e, a partir de 2019, construímos nossa Federação local de movimentos autônomos, a Alternativa Popular, com nosso Núcleo Popular e Comunitário (Movimento Autônomo Popular-MAP), Estudantil (Força Autônoma Estudantil-FAE), e o Sindical (Sindicato independente de Trabalhadores/as-SIT).

Dentro do Núcleo Comunitário, realizamos uma série de Campanhas de Apoio Mútuo e Solidariedade de Classe, sobretudo destinados às necessidades das famílias da Ocupação “Vila Feliz”, no extremo sul de Londrina. Realizamos, também, formações políticas junto a comunidade, mobilizações nas ruas e a defesa da Organização Autônoma da ocupação.

Também promovemos várias manifestações pelos bairros e periferias, especialmente no Conjunto Cafezal. Além disso, atingimos nossa meta na campanha pela construção do Centro de Educação e Cultura Social da Vila Feliz, onde realizamos nossas assembléias, formações e debates.

No Campo Estudantil, desde 2017, defendemos um Movimento Estudantil Combativo, Classista e Autônomo, que não tenha medo de realizar ações diretas e de estar lado a lado do povo. Está presente na Universidade Estadual de Londrina (UEL) o Movimento Estudantil do Ensino Superior, e a partir de 2021 tocamos mais profundamente o Movimento Estudantil Secundarista, realizando eventos de formação com estudantes do Grêmio “Diversifica” do IFPR (Instituto Federal do Parana/Londrina), e auxiliamos a construção da horta do Grêmio do “Colégio Estadual Aguilera” na Zona Sul.

No Núcleo Sindical, buscamos construir um sindicato de caráter Independente, Classista Combativo, por meio do qual a classe trabalhadora londrinense pudesse se organizar para a luta trabalhista. Associamos dezenas de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente precarizados. Realizamos formações para nossa base e mobilizamos para diversas manifestações, sempre na defesa de melhorias e demandas imediatas da nossa classe.

Durante 2020 e 2021, em Londrina, as mobilizações em ruas foram protagonizadas pelo setor autônomo e combativo, com a social-democracia desempenhando um papel marginal, reformista e de caráter traiçoeiro. Foram diversos ataques que sofremos pelo reformismo.

Como ainda não era o momento de parar com as ações e atos e o Bloco Combativo nos atos, crescia com uma base fiel e cada vez mais disposta, decidimos junto com a Ação Antifascista Londrina e militantes independentes criar a FCC (Frente Classista e Combativa), articulação que ganhou corpo no bloco combativo organizado para atos e ações classistas e combativas, com enfoque na periferia.

A Frente Classista e Combativa nasce justamente no momento em que a população já não crê mais nas fórmulas reformistas ditadas pelos grupos políticos hegemônicos na esquerda londrinense, como o Comitê Unificado que aglomera em suas fileiras agrupamentos de tendência social-democrata e social-liberal da cidade, e passa a direcionar sua força vital a luta Classista, Combativa e Independente; tornando-se assim, a Frente Classista e Combativa oposição ao Comitê Unificado, que pereceu nos últimos

meses de 2021 devido aos seus próprios interesses eleitorais em detrimento da emancipação e libertação da população londrinense, perdendo espaço, portanto, para que a Frente Classista e Combativa assumisse a hegemonia da luta política real (que acontece nas ruas) na cidade.

Por isso, por meio desta carta damos o próximo passo em nossa organização autônoma, classista e combativa, com o objetivo de construir o sindicalismo revolucionário junto da Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil (FOB).

Comprendemos, dessa forma, que não lutamos sozinhos/as, e a luta da classe trabalhadora brasileira (e internacional) é a nossa luta. E, visando a organização comum da classe dominada contra os grilhões nos quais nossos pés vermelhos estão presos, reivindicamos a máxima importância em articular a Revolução Social, que todos e todas merecem, em todos os cantos do Brasil.

VIVA A RECONSTRUÇÃO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO!!!

O PODER DO POVO VAI FAZER UM MUNDO NOVO!!!

É BARRICADA GREVE GERAL AÇÃO DIRETA QUE DERRUBA O CAPITAL!!!

VIVA A FEDERAÇÃO DAS ORGANIZACOES SINDICALISTAS
REVOLUCIONÁRIAS DO

BRASIL!!!

VIVA A ALTERNATIVA POPULAR!

Nota da AP sobre ato do dia 24 de julho. (Postado no Instagram da organização dia 27/7/2021)

BALANÇO DAS LUTAS CLASSISTAS E COMBATIVAS / ALTERNATIVA
POPULAR LONDRINA

24 de Julho foi mais uma data no calendário de mobilizações nacionais contra o governo genocida de Bolsonaro e de seus milicos; contra a fome, a miséria e o desemprego milhares saíram as ruas. Felizmente, mais uma vez tivemos a oportunidade de estarmos juntos/as na rua, exigindo o que é nosso. Mas infelizmente marcadas/os pela presença do imobilismo, falta de criatividade e objetivo de passeios mornos quase frios,

que só enchem ruas, mas não chegam a fazer pressão ou impactar a cidade. Em Londrina, não foi diferente. As frentes de unidade da socialdemocracia chamaram uma mobilização esvaziada que partiu de lugar nenhum e acabou em nenhum lugar. O horário e o trajeto não permitiram conversar com a classe trabalhadora, tampouco ações incisivas de combate por parte dos manifestantes. As falas foram programadas previamente, e com o microfone sendo passado de mão em mão, faziam falas pouco inflamadas para si mesmos, cantando a missa para o padre.

O Bloco combativo, construído pelos movimentos de base da Alternativa Popular, pela Ação Antifascista Londrina e por autônomas/os e independentes foi o mais numeroso desde o 29 de Maio e tentou dar outro tom ao passeio com energia. De uma coisa sabemos, havia dois tipos de política nas ruas de Londrina no dia 24 de Julho. Uma delas, colaboracionista e burguesa, que grita ‘Fora Bolsonaro’ pedindo ao parlamento burguês uma solução burguesa: impeachment. Ou seja, uma troca de governos burgueses. A outra, uma política classista de cunho combativo, que tem como pano de fundo as reivindicações mais urgentes e abrangentes da classe trabalhadora: os empregos, a moradia, a comida e a vacinação acelerada, principalmente nas periferias.

No mercado, está tudo um absurdo de caro. Na cidade não tem emprego. E quando tem, é por um salário de miséria, em atividades irregulares ou instáveis que sugam a alma do povo. Todo dia, a mesma notícia aterrorizante, mais alguém se juntou aos mais de meio milhão de vítimas da COVID-19 nas mãos do neoliberalismo. Perguntamos: a revolta popular vai ficar em “banho Maria” até 2022?

Para imporem agendas eleitoreiras e arrastar os votos de luto de quem sobreviveu à catástrofe que estamos vivendo nesse país? Exigimos: o trajeto e o encerramento das mobilizações deveriam ter um conteúdo político, que contribuísse para o avanço das lutas, rumo à Greve Geral. A luta pela construção da Greve Geral irá perpassar em algum momento o confronto com representantes da burguesia e o direcionamento das manifestações aos órgãos de Estado que devem ser responsabilizados pelas mazelas desse sistema apodrecido. Seus representantes devem ser cobrados, em instituições como prefeituras e secretarias, em instituições como a ACIL ou a TCGL, a família Muffato deve ser cobrada, os Shoppings devem ser cobrados, também pelos nomes, não só Bolsonaro, mas Ratinho JR, Belinati e tantos outros políticos burgueses.

Fato, em alguns setores do bloco combativo de Londrina, existe ainda um sentimento heroico e uma falta de acúmulo coletivo em lutas de rua. Que sorte! Nós temos muita rua, muito campo para a luta rebelde no Brasil. É importante dizer que: a Alternativa Popular levanta as bandeiras dos explorados/as, em oposição aos/as reformistas e suas soluções burguesas, mas sobretudo a ação direta das massas em detrimento das ações individuais. Porém, a rebeldia desorganizada deve ser organizada pelas frações do povo organizado e não rechaçadas e ameaçadas. Afinal de contas, quem tem medo da rebelião popular? Ainda assim, as ações rebeldes e desorientadas são mais genuínas e ameaçam mais a ordem do que o imobilismo dos reformistas, que aparentam radicalidade no discurso e no desejo de disputar consciências, mas não na prática lidando com as contradições da rua e com a classe trabalhadora real, especialmente a juventude proletária marginalizada.

Se parte significativa da nossa classe está assumindo tais contornos, é preciso compreender por que e trabalhar para a superação dos nossos limites rumo ao socialismo. Não aceitaremos nenhuma postura de criminalização ou denunciante por freelancers do sistema penal disfarçados de lutadores/as do povo que tem se repetido em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e outras cidades. Na crítica e na autocritica avançamos, com humildade, mas assumindo a grande tarefa de construir uma alternativa popular revolucionária de poder do povo. Trabalhar mais e mais pela base. Em cada local de trabalho, estudo e moradia, caminhando para o socialismo. Essa é a nossa tarefa. Unir a radicalidade e o descontentamento rebelde do povo com o Sindicalismo Revolucionário.

Anexo 3 - Símbolos utilizados pelos coletivos “autônomos” de Londrina.



Anexo 4. Impressões de campo: panfletagem na feira em dia de “Ação Contra a Farsa Eleitoral e em defesa dos Direitos do Povo!”.

Dia 04 de setembro, 09h30min da manhã. Estas foram data e a hora escolhidas para uma ação de “defesa dos direitos do povo” e principalmente, de denúncia à “farsa eleitoral”, realizada pelos coletivos “autônomos”. Faltando menos de 30 dias para as eleições nacionais, a ação seria estrategicamente realizada em uma tradicional feira de domingo no conjunto Cafezal, região periférica da zona sul da cidade e lugar de encontros frequentes dessas organizações. Com o objetivo de “trocar ideia com moradores e moradoras sobre as eleições” e defender “o boicote à farsa eleitoral”, os militantes também sinalizavam que sua “luta” não passava por “apertar botão”, mas sim a por uma organização consistente nos “nos bairros, escolas, universidades e locais de trabalho”. A manhã estava fria e o vento contínuo baixava ainda mais a sensação térmica no local, fazendo os presentes constantemente se encolherem e fecharem suas blusas sobre o peito; adversidades essas que não afastaram os 12 militantes que responderam ao chamado da AP e compareceram para realizar a ação.

Eu estava de passagem pela cidade após ter finalizado as etapas mais fundamentais do campo e me mudado para o interior de São Paulo, com o intuito de escrever a dissertação. Quando vi a convocação divulgada via *Instagram* da organização, no entanto, decidi imediatamente que seria uma boa oportunidade de me reencontrar presencialmente com alguns daqueles que me haviam cedido entrevistas. De fato, lá encontrei seis deles – metade do total dos presentes – e, para minha alegria, fui muito bem recebido por todos. Dois dos demais eram militantes que eu já vira em outras ações, mas não havia tido a oportunidade de conversar melhor. Quatro deles, no entanto, eram rostos novos, mesmo para mim que havia acompanhado de perto suas atividades ao longo de quase um ano. Eu só havia passado poucos meses fora, mas aquela presença de rostos novos não era surpreendente, já que acontecia quase sempre ao longo da pesquisa; a cada encontro que eu participava via pessoas diferentes, em meio aos que eu já estava familiarizado. Um dos novos presentes – novos para mim, ao menos –, não parecia ter mais do que 15 ou 16 anos. Um dos mais experientes que estavam no local, e que eu já havia entrevistado anteriormente, apontou elogiosamente aquele jovem como membro da “nova geração de militantes”.

Como de costume, antes de começar a ação propriamente dita, a concentração marcou um momento importante para, entre outras coisas, fazer a coordenação final das atividades que seriam realizadas. Neste dia, ela estava marcada para acontecer em uma praça já conhecida de todos e próxima à feira que serviria de palco para o ato. Durante pouco mais de uma hora, o local destinado como ponto de encontro foi sendo ocupado pelos militantes que, pouco a pouco, chegavam trazendo os materiais que seriam utilizados: as bandeiras das organizações locais, e uma pilha de folhetos com denúncias e críticas ao sistema eleitoral e político. No local, o clima era de descontração: os presentes se cumprimentavam, conversavam amenidades, como o que tinham feito no final de semana, mas também aproveitavam para se inteirar sobre o andamento de outras atividades e questões de interesses dos coletivos.

Quando temas políticos e históricos eram eventualmente abordados, Marcos e Rossi se sobressaíam na conversa. Com seu domínio nesses temas, eram capazes de se alternar em exposições sobre, por exemplo, a trajetória do movimento bolchevique russo até se tornar partido de massa, ou sobre os trunfos do dissidente anarquista Néstor Makhnó, que acabou liderando tropas contra o exército vermelho. Contavam essas histórias e davam explicações sob o olhar de uma plateia interessada, que reagia com muitas interjeições. Coincidentemente ou não, eles eram os mais velhos entre os presentes, também os dois com maior tempo de militância e ambos graduados em universidades públicas. Com esse conjunto de atributos, ambos também se destacam como figuras de liderança nos coletivos.

Com praticamente todos vestidos de preto, a aglomeração facilmente chamava a atenção dos que passavam por perto, algo com o quê os militantes se mostravam aparentemente habituados, parecendo nem notar alguns olhares fixos de curiosos transeuntes. Além dos próprios integrantes dos coletivos, apenas alguns jovens que praticavam skate numa quadra ao lado, se aproximavam eventualmente para conversar ou fumar cigarros, demonstrando entrosamento com alguns militantes.

Em determinado momento, finalmente se decidiram por iniciar os preparativos. Neste momento, um círculo mais coeso foi formado e começaram a deliberar sobre os passos a serem tomados. O roteiro já era familiar: com as bandeiras hasteadas nos mastros, caminharíamos em bloco até o início da feira, onde alguns cantos coletivos seriam entoados. Em seguida se abriria um espaço para as manifestações ou falas

públicas dos camaradas que, por ventura, quisessem se manifestar. Por fim, entoaríamos mais um bloco de cantos, antes de nos dividirmos nas tarefas de panfletagem e conversas com os frequentadores da feira. Antes de sairmos, Marcos leu em voz alta o texto que ele mesmo havia preparado e impresso nos folhetos que seriam entregues às pessoas na sequência. Eram denúncias aos políticos tradicionais e suas táticas de campanha, e críticas que apontavam as falhas do sistema representativo. Após a leitura, o foi exaltado pelos colegas com palavras elogiosas. Júlia, assumindo sua timidez, também quis se ler aos colegas um *slam* que havia escrito sobre o mesmo tema. Após a leitura, ela foi também bastante elogiada e incentivada a apresentar seu *slam* novamente no momento da ação, que seria feita a seguir. Apesar da insistência, decidiu, por timidez, e por achar seu texto muito “pesado”, que não o faria. Deliberou-se, então, que além dos cantos e da panfletagem, apenas o primeiro texto seria lido em voz alta na feira, em forma de jogral, puxado pelo próprio Marcos.

Com a estratégia traçada, pegamos os materiais, montamos as bandeiras nos mastros e fomos em direção à feira. Como já o fizera anteriormente, Rossi logo me entregou uma grande bandeira da AP, com a qual fiquei comprometido durante toda a ação. Àquela altura eu já sabia que isso era comum, e que as funções de carregar bandeiras e faixas eram muitas vezes delegadas aos novatos, como uma espécie de rito de passagem, através do qual o indivíduo pode aprender princípios de coordenação do grupo além de experimentar uma forma de integração. Esta função também é tida, de certa maneira, como uma função maçante ou de menor importância, uma vez que ela é evitada, nas manifestações de grande porte, por indivíduos mais interessados nas “ações diretas”, propriamente ditas – devido a questões como discriminação e mobilidade para correr, por exemplo –, ou por aqueles que possuem posição de maior protagonismo no grupo, estes mais ligados aos papéis de coordenação, fazer as falas, puxar jograis, etc. Independente dessas percepções, carregar a bandeira sempre produzia em mim uma sensação mista e paradoxal de deslocamento e imersão no grupo. De um lado, sendo eu mais velho que aqueles militantes e consciente da minha posição de pesquisador naquele local, carregar aquela bandeira me fazia sentir desconsertado, como se eu não pertencesse àquele lugar. De outro, no entanto, ter a bandeira entregue a mim, ainda mais pelas mãos de um dos mais antigos membros fundadores, me soava também como um tipo de autorização por parte do grupo que, através daquele gesto simbólico, me dava abertura e acolha minha presença entre eles.

Chegando à feira, nos posicionamos em sua cabeceira, entre os cavaletes que bloqueavam a rua e as primeiras barracas montadas. Logo um dos primeiros cantos coletivos que foram puxados dizia: “Eleição é farsa, não muda nada não, o povo organizado vai fazer revolução”. Aquela era uma provocação clara. Diferentemente de muitas outras ações semelhantes já realizadas pelos “autônomos” naquela parte da cidade, a proximidade das eleições nacionais trazia uma particularidade ao ato: a presença de alguns candidatos que faziam suas campanhas no mesmo local, e toda a ação foi presenciada por eles. Entre os candidatos, a deputada federal pelo PSD, Cloara Pinheiro, conhecida na cidade e acompanhada ali por uma equipe de cerca de 20 apoiadores uniformizados cantando *jingles*, além de sua equipe de assessoria e filmagem, com mais outras três ou quatro pessoas não uniformizadas. Ela estava gravando um vídeo para sua campanha e era uma das figuras que mais chamava atenção na feira, entre vários outros candidatos. Ao todo, a ação dos “autônomos” durou cerca de 40 minutos, tendo sido interrompida uma única vez pela vendedora da barraca de panos de prato, à frente, que veio nos pedir para “protestar do outro lado”, pois ela não estava conseguindo conversar com os clientes. Com uma voz calma e quase doce – bastante diferente da entonação que usava para puxar o jogral –, Marcos me surpreendeu ao responder pedindo que tivesse ela um pouco de paciência, pois a ação “já estava terminando”.

No mais, tudo correu como esperado. Quando a ação terminou, além de alguns frequentadores da feira curiosos, dois candidatos se aproximaram para conversar. Inesperadamente, um deles era candidato pelo Partido Novo e se apresentou dizendo concordar com boa parte das reivindicações feitas, mas não com outras, mas foi praticamente deixado falando sozinho quando começou a falar de seu partido e suas propostas. Outra candidata que se aproximou foi Lenir de Assis, uma figura bastante conhecida pela militância de esquerda local, tendo sido apoiada por movimentos sociais, como a frente feminista, durante três vereanças conquistadas na cidade. Junto de uma pequena equipe, Lenir se aproximou e, entre outras coisas, manifestou “interesse em dialogar com vocês”. Diferente do outro caso, ela foi recebida com certo entusiasmo, sobretudo por um dos militantes “autonomistas” mais novos, com quem se enredou numa conversa de alguns minutos. Por fim, eles trocaram telefones e depois, com certa soberba, ela disse em voz alta, como que buscando encerrar o diálogo: - “Depois vocês me procuram na câmara então!” Antes de se afastar, seu assessor ainda brincou: - “Vocês falam essas coisas, mas no segundo turno vão tudo votar no Lula!”. Sua fala foi recebida

com risos. Marcos ainda se encaminhou à banca de panos de prato para conversar melhor com a mulher que havia reclamado do barulho e foi bem recebido por ela. O ato se encerrou então, próximo às 11h30minh, com a ação de panfletagem e conversa com os moradores.

Os panfletos, às vezes solicitados por indivíduos que se aproximavam curiosos, encerraram rapidamente. Finalizada a ação, voltamos todos para a praça para fazer um balanço de tudo. A avaliação, no geral, foi bastante positiva, à medida que sentiram que foram bem recebidos pelos moradores, que na maior parte dos casos, demonstraram abertura e interesse no diálogo durante a panfletagem. Ainda na praça, a conversa foi se estendendo até por volta das 12h. Empolgados, falavam do crescimento de sua militância nos últimos anos, do tamanho que atingiram e lembravam-se dos atos massivos de 2019 como um marco desse crescimento, uma vez que o período pandêmico estava sendo descartado dessa avaliação. Nessa ocasião, falaram sobre suas especulações a respeito de se acreditarem, hoje, o maior núcleo “autônomo” da região sul, com uma capacidade de mobilização de cerca de mil pessoas. Falaram também de como eles estavam sendo “disputados” por organizações anarquistas nacionais como a CAB e a FOB – e traçavam planos de expansão de suas redes de contato com coletivos similares de outras regiões. Entre os assuntos, também se falou sobre a necessidade de uma sede para a AP e os ônus e bônus de se alugar ou então ocupar uma casa para isso. A conversa terminou então com uma caminhada até uma casa supostamente abandonada, próxima de onde estávamos. O local estava sendo cotado para ser ocupado como sede da AP, mas durante a visita a ideia acabou sendo mudada. Por fim, a partir dali nos despedimos e nos dispersamos.

Anexo 5. Impressões de campo: reunião de avaliação de ato na ocupação Vila Feliz (27/07/2021)

Dois dias após do ato, fui convidado por um dos membros mais antigos, e um dos fundadores do MAP – com quem eu vinha estabelecendo os primeiros contatos da pesquisa –, a participar de uma reunião de avaliação do ato, que ocorreria no dia seguinte, *in loco*, numa ocupação associada ao movimento, no extremo da região sul. O convite me surpreendeu pela espontaneidade, e se revelou uma oportunidade importante de aproximação e de minha apresentação, ao movimento, enquanto estudante e pesquisador interessado no universo do ativismo autonomista da cidade.

O convite em si, foi envolto de algum mistério, ou ao menos soou assim à primeira sensação. Isso porque vínhamos conversando via Telegram, rede onde por onde convite foi feito inicialmente, dizendo que a reunião aconteceria presencialmente numa ocupação numa região de favela no período da noite. No entanto, pediu-me que o chamasse em outra rede social para que ele me explicasse melhor e passasse o endereço do local. Através do Whatsapp, então, me passou o horário certo; 19h30m e um endereço próximo ao local da reunião, onde ele viria me encontrar. A explicação, por sua vez, foi um tipo de alerta sobre o lugar “ser uma favela né...” e, que eu deveria ser cuidadoso ao entrar. Por essa razão, combinamos assim; eu o encontraria num local próximo “onde ainda é asfalto” e de lá seguiríamos. Como combinado, cheguei ao endereço próximo e já no local, mandei mensagem para que ele viesse me encontrar e ir, junto comigo, ao local exato da reunião.

Já no local indicado, pontualmente mandei mensagem. Depois de pouca espera, recebi o retorno dizendo pra que eu descesse do carro. Quando o fiz, pude ver ao longe, apesar do escuro, um pequeno grupo, cerca de 50m adiante, indo pela rua de terra que começava ali. Entre eles, estava Miguel, que acenava pra mi. Aproximando-me, os cumprimentei com soquinhos nas mãos, como se convencionou durante a pandemia. Além de Miguel, três outras pessoas, dois rapazes e uma moça, junto de sua bicicleta, aguardavam do lado de fora da casa onde seria a reunião. Estávamos todos bem agasalhados e de máscara, devido ao frio da noite de inverno, e à insistente da pandemia de COVID. Por essas razões, não se podiam ver bem as feições das pessoas, contudo,

aparentavam ser bem jovens, não tendo nenhum deles mais do que 23 ou 24 anos – com exceção, talvez, de Miguel.

Na rua, junto a um grande portão, logo se notava que a casa, embora de aparência humilde, com muros de alvenaria quase crua – com reboco aparente –, ainda contrastava com outras casas próximas, ainda mais simples que aquela; algumas feitas com materiais bem improvisados. Ali, conversamos e aguardamos por volta de vinte minutos, antes que viessem nos atender. Os assuntos eram todos relacionados a ato do dia 24. Logo que cheguei, o tema da conversa era um Skinhead Antifa que havia sido abordado e “fichado” por policiais à paisana quando voltava sozinho pra casa, depois do ato. Logo fui posto a par do assunto. Explicaram-me também que ele provavelmente havia sido seguido desde a manifestação por “P2” – policiais à paisana – que estariam infiltrados entre os manifestantes. Outro assunto que veio à tona naquele momento foi a ação direta praticada contra o Banco Itaú, e a reação à ação, por parte de um militante de outro grupo político. Com empolgação, um deles lembrava respostas dadas àquele militante por um dos membros do bloco. Essa ação direta seria ainda uma das principais pautas da reunião.

Quando a moradora do local nos recebeu, abrindo o portão – junto de um homem, que logo voltou pra dentro de casa –, a reconheci por sua presença no ato. Ela, com mais duas outras mulheres, levantando bandeira e usando camisetas com símbolos da ocupação, do MAP e do time de futebol do bairro, Márlica, compunha a linha de frente do bloco. Ali ela nos recebia de maneira bastante despojada, com um conjunto de pijamas por baixo do casaco. Logo notei que era ali o lugar ao qual um militante do bloco havia feito referência ao falar de um local anexo a um bar que havia sido cedido como “espaço cultural” para a realização das atividades em conjunto entre o MAP e os moradores do local.

Márlica era sorridente e foi muito receptiva com palavras, além de também nos preparar um chá quente, e bem doce, de erva-cidreira que ajudou a espantar o frio. Enquanto nos aconchegávamos nas poucas cadeiras e um pequeno sofá que o local dispunha, duas outras garotas chegaram e, por falta de assentos, sentara-se no chão, assim como eu tinha feito. Outros dois presentes também aparentavam ser bem jovens, e permaneceram praticamente em silêncio durante toda a reunião, também como eu o fiz.

Antes ainda da reunião começar, mas já dentro do local, uma conversa entre Miguel e a moradora o me saltou aos ouvidos: ele havia perguntado o que ela achava do

ato. Ela, com palavras simples, bastante espontânea e enfática, contava que tinha ficado muito assustada ao presenciar a ação direta. Eu não poderia lembrar suas palavras exatas mas ela dizia algo como; “na hora que a gente viu, a gente correu, ficamos com medo, vocês estavam com a cara coberta, mas nós não, então ficamos com medo e fugimos...”. Miguel, por sua vez, tentava contextualizá-la um pouco com palavras como; “Nossa turma é das mais esquentadinhas”; e também explicava que “aqueles que estavam falando, lá no microfone, não gostam muito de nós...”. Um dos receios manifestos por Márcia era de que policiais pudesse associá-la à ação, já que, além de tudo, uma bandeira do movimento ainda estava estendida em sua casa. Miguel tentou tranquilizá-la, lembrando que ela não havia feito nada de errado. Ao mesmo tempo em que fazia isso, ele também fazia algumas perguntas sobre sua possível concordância ou não em relação àquela ação. Ao que ela prontamente dizia não se opor, quando não emendava também falar mal de bancos em geral.

Eu ainda não sabia até ali, mas a reunião seria mista; ao seja, além de nós sete que estávamos reunidos presencialmente, muitas outras pessoas também participaram por via remota, transmitidas pra nós com o auxílio de um celular simples de um dos militantes, acomodado em cima de uma cadeira. A comunicação não foi das mais fluidas, como se pôde imaginar, contudo todos os pontos de pauta que estavam estabelecidos foram vencidos. A reunião, de maneira muito semelhante a reuniões de CA ou de DCE, das quais eu já havia participado antes, parecia possuir uma espécie de ritualística própria. Antes de começar, se estabeleceram um mediador presencial, um mediador remoto, e outro membro responsável por realizar a ata. Ao começar, ainda, um quarto membro se encarregou de apresentar a todos os pontos de pauta. Antes de se abordar as questões, ainda, Miguel, que estava como mediador local fez uma breve apresentação do MAP, dividido à presença de pessoas novas no local – o que imaginei se tratar de mim –, bem como solicitou que cada um dos presentes fizesse uma auto apresentação. Já as falas de cada um, por sua vez, eram precedidas de um “peço a palavra”, ou de um “me inscrevo” e encerradas, igualmente com códigos como “encerro a fala” ou “passo a palavra”.

Os temas principais foram o saldo do ato, e a organização de um sopão solidário. Para minha surpresa, muito pouco se disse sobre o ato em si; Miguel pediu pra que Márcia repetisse aquelas impressões que ela havia manifestado antes da reunião começar. Uma pessoa lembrou, diante daquele relato, da importância do uso da tática Black Bloc como forma de autodefesa. Miguel ainda tentou convocar mais pessoas a falarem, mas

pouco foi dito além disso, sobre o tema. A pauta do sopão parece ter ocupado cerca de 70 a 80% do tempo total da reunião.

Houve uma grande deliberação sobre o local onde o sopão seria realizado e para qual comunidade seria oferecido, uma vez que a comunidade local, onde estávamos, estava relativamente bem assistida, estabeleceu-se que a ação seria em outra comunidade. A decisão não foi simples; depois de algum tempo trocas de ideias em que se pesavam ao menos duas opções principais, com algumas rodadas de ponderações, exposição de pontos, decidiu-se pela realização da ação em uma ocupação localizada na região norte. No extremo oposto da cidade em relação a onde estávamos. O tamanho da comunidade na qual a ação era estava sendo planejada assustava alguns companheiros, que achavam que o movimento poderia não dar conta da demanda. Contudo a presença, ali, de um militante que também era morador daquela ocupação da região norte, favoreceu enormemente a decisão.

As decisões tomadas nesse momento precisavam ser de ordens muito práticas como, comissões de arrecadação dos alimentos em entradas de supermercados, levantamento dos utensílios necessários – de panela a gás de cozinha –, levantamento de demanda; listagem de moradores necessitados ou interessados em receber o sopão, em que recipientes – retornáveis ou descartáveis – seriam servidos etc. Entre as preocupações expressadas por um dos militantes era a de avaliar as necessidades “reais” dos moradores, sugerindo que se fizesse uma espécie de sondagem, porque, refletia essa militante, algo como: “às vezes a gente está oferecendo comida, e o que eles precisam é do dinheiro para o gás, por exemplo...” Assim, propunha que se fizesse uma espécie de medição daquelas ações, diante das necessidades dos moradores. Durante esse processo de discussão a respeito dos detalhes do sopão, a contribuição de Márcia se mostrou inestimável. Enquanto todos, ou a maioria dos militantes pareciam muito atrapalhados para pensar essas questões, demonstrando grande inexperiência com o assunto. Márcia, lembrando exemplos de outros sopões das quais ela já havia sido beneficiária, dava uma série de dicas determinantes, além de ajuda-los a lembrar detalhes os quais não haviam pensado, como os ditos utensílios que seriam utilizados.

Quando a reunião terminou, já um pouco tarde, aparentemente eu não era o único que já estava exausto e um pouco faminto. Miguel, que também estava de carro, ofereceu uma carona para um dos militantes que, aparentemente, morava próximo dele. Outra

militante, agarrada a seu carro, seguiu montada em sua bicicleta, aproveitando o impulso. Quando notei que as duas outras militantes que estavam ali estavam pedindo um Uber, ofereci uma carona imaginando que aquela seria uma ótima oportunidade para conversar um pouco mais com meus nativos. Para minha sorte elas aceitaram. Eram Cíntia e Carolina, que cheguei a encontrar outras vezes e até entrevista-las.

Durante o trajeto, nos apresentamos mais uma vez, eu novamente me apresentei como pesquisador, interessado em conhecer mais do contexto e da militância autonomista e anarquista da cidade. Elas fizeram algumas perguntas, demonstraram algum entusiasmo com a ideia da pesquisa. Disse-lhes também que, de outro lado, buscava entender um pouco das experiências individuais com a militância, circunstâncias ou razões de seus envolvimento com os coletivos... Diante disso, logo essas começaram a contar um pouco de suas experiências.

Uma delas, estudante do quarto ano do curso de história disse-me que um dos motivos de sua retração inicial; antes de começar a colar no MAP, era uma sensação de despreparo para a militância. Disse-me que passou alguns anos estudando por conta sobre temas relacionados à política, por julgar essa uma condição necessária para a adesão ao movimento, e que agora se dava conta de que esse tipo de conhecimento político deveria ser construído justamente de maneira coletiva e não individualmente, como ela tentava fazer.

Carolina, do banco de trás, demonstrou bastante empatia com o depoimento da colega; disse que sentia um tipo de insegurança semelhante antes de começar a participar no movimento, e que era bom “saber que não estava sozinha”. Nesse momento notei que elas não se conheciam.

Manifestei interesse em “conversar” futuramente com ambas, nos moldes de uma entrevista mais formal, ao que se mostraram mais ou menos dispostas. Cíntia disse-me que ajudava a construir outros dois coletivos além do MAP; o FAE e a AFA, mas que “de certa maneira” não falava sobre a AFA, por motivo de segurança. Reiterei que não tinha interesse em nenhum dado pessoal ou qualquer informação que pudesse comprometer os participantes da pesquisa; perguntas semelhantes às que eu já acabara de fazer. Perguntei-lhe, contudo, se achava que eu poderia ter dificuldade de acesso em minha pesquisa, devido a essa postura de segurança do coletivo. Para meu alívio, ela relativizou um pouco a resposta, dizendo que esse era um princípio geral do coletivo mas que, nesse caso,

talvez pudesse “ser conversado certinho” sobre a possibilidade. Seguimos assim até o final do trajeto; Carolina morava numa região nobre da cidade, e acabou descendo antes, enquanto Cíntia seguiu comigo até o centro, onde eu também estava hospedado.

Anexo 6. Impressões de campo: tensões com a política no ato do dia 7 de setembro.

O feriado de 7 de setembro de 2021 foi marcado por grandes manifestações organizadas em apoio ao presidente Bolsonaro, concentradas em duas das principais capitais do país; Brasília e São Paulo, mas com reverberações em diversas outras cidades. Somente no estado do Paraná, manifestações foram registradas em Curitiba, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava, Umuarama, Cianorte, Paranavaí, Ponta Grossa, Maringá e Prudentópolis, além de Londrina. Em muitas dessas cidades, contudo, grupos de oposição ao governo também marcaram presença nas ruas.¹³⁶

Da parte dos setores de oposição em Londrina, com a ausência de uma convocação geral, normalmente feita pelo Comitê Unificado, ao menos duas manifestações foram organizadas em locais e horários diferentes. A primeira delas foi realizada na parte da manhã, no conjunto União da Vitória, região sul da cidade e coincido com a 27ª edição do Grito dos Excluídos, uma manifestação tradicional e periódica das organizações de esquerda. Já a segunda manifestação iniciada às 16h – na qual estive presente –, foi convocada pela Frente Classista e Combativa, composta principalmente pelos coletivos autonomistas, que vinham compondo o Bloco Único dentro das manifestações gerais, organizadas anteriormente pelo Comitê Unificado. Com o racha de interesses, e/ou de princípios formou-se, então a denominada Frente Classista e Combativa.

A forte presença das manifestações de apoio ao governo Bolsonaro nesta data, marcou e atravessou o ato em diversos momentos. Era patente o apoio da maioria dos habitantes às manifestações da direita. Bolsonaro havia obtido 80,42 dos votos válidos na cidade, durante o segundo turno das eleições de 2018. As manifestações verde-e-amarelas eram massivas naquele dia 7 de setembro de 2021, muito maiores do que as promovidas pelas esquerdas, e o clima na cidade se assemelhava ao de finais de copa do mundo, com comércios fechados e multidões ocupando as ruas em diversos pontos da cidade, trajadas com os símbolos nacionais. Às vezes transeuntes e veículos que eventualmente passavam por perto do ato dos autônomos, com bandeiras e camisetas do Brasil, geravam certa tensão.

¹³⁶ <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/09/07/parana-tem-atos-a-favor-e-contra-bolsonaro-neste-7-de-setembro.ghtml> (acessado em setembro de 2021).

Outro fato inescapável a qualquer observador foi a forte presença da polícia, com um grande aparato montado especificamente para a manifestação dos autônomos. A parte visível deste aparato contava inclusive com um ônibus da PM que fora deslocado para o local com dezenas de policiais vindos de outras comarcas e fortemente armados com armas de alto calibre – metralhadoras, fuzis, escopetas – além de cassetetes e cães. O aparato policial também era composto por dezenas de viaturas de vários tipos, além das tradicionais da própria PM e da Guarda Civil Metropolitana, com seu efetivo igualmente armado com pistolas, também se viam motos das polícias e viaturas da tropa de Choque. Enquanto os agentes da GCM ficavam alocados bem mais próximos dos manifestantes, às vezes até filmando-os com seus celulares pessoais, os policiais militares formavam uma espécie de grande cordão em torno de todo o ato; inclusive com bloqueios nas ruas¹³⁷. O ato sequer fora comunicado às autoridades, mas o tamanho do aparato policial mobilizado surpreendeu a todos e era comentário geral entre os militantes. Em nota divulgada à imprensa, a PM informou que agiria nos atos como de costume; com “orientação”, coleta de dados das manifestações e uma atuação “impessoal”, assegurando que nenhum dos grupos viesse a intervir no direito de manifestação do outro. Contudo, prontos para “intervir”, caso houvesse uma “quebra de ordem”.¹³⁸

O dia fazia um pouco de calor e o céu estava limpo. Devido a um contratempo, consegui chegar ao local por volta das 16:15h, junto com o ônibus cheio de policiais e pude ver o cordão ser rapidamente formado com as barreiras nas ruas. Em frente à biblioteca municipal, no coração da cidade, um grupo com cerca de 50 militantes já estava reunido com bandeiras, ao som de músicas de *rap* com forte teor de crítica social. A imensa maioria trajava preto, absolutamente todos usavam máscara de proteção, devido à pandemia de COVID, mas alguns usavam capuzes na cabeça e cobriam o corpo dos pés à cabeça, incluindo, em alguns casos, o uso de luvas e óculos escuros ou viseiras refletivas, de modo que destes não se podia saber nem a cor da pele ou dos olhos.

Já na chegada, ao longe, se podiam ouvir os ecos da manifestação pró-governo. A polarização política daquele dia era latente até mesmo para alguns funcionários que, em

¹³⁷ Ver reportagens publicadas sobre a operação policial realizada no dia:
<https://cbnlondrina.com.br/materias/policia-militar-vai-agir-para-evitar-encontro-entre-manifestantes-neste-7-de-setembro>
<https://www.folhadelondrina.com.br/politica/pm-de-londrina-ira-acompanhar-protestos-pro-e-contra-bolsonaro-no-7-de-setembro-3100807e.html> (acessado em setembro de 2021).

¹³⁸ <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/pm-de-londrina-ira-acompanhar-protestos-pro-e-contra-bolsonaro-no-7-de-setembro-3100807e.html?d=1> (acessado em setembro de 2021).

pleno feriado, trabalhavam de joelhos concretando os calçadões na revitalização do Bosque Municipal, entre os manifestantes e os policiais. Quando eu passava por eles, na chegada, ouvi trechos de uma conversa bem humorada na qual um deles explicava ao outro que as manifestações ao redor eram do presidente Bolsonaro, mas – apontando para o ato antifascista – aquela ali é a do Lula.

Assim que os bloqueios policiais se estabeleceram no entorno, os policiais passaram a revistar regularmente as pessoas que passavam por eles em direção ao ato. Em um momento em que me afastei um pouco da concentração eu mesmo fui abordado e tive minha mochila revistada pelos policiais. Quando retornava, vi um colega que compõe uma das “lideranças” autonomistas, sendo abordado pelos policiais junto de seu carro aberto, onde ele tinha ido buscar materiais para o ato; materiais esses estavam visíveis no banco: megafone, bandeiras etc. Cumprimentei-o discretamente com um aceno de cabeça e sentei numa mureta próxima para ver como seria a abordagem policial, acreditando que ele seria logo liberado, como eu também havia sido. Mas o tratamento foi diferente neste caso. Os policiais tiraram fotos do carro, da placa, do rosto do colega, dos materiais, praticamente sem se dirigirem a ele em nenhum momento. Menos de cinco minutos depois, num piscar de olhos colocaram-no na viatura e levaram para a delegacia. Me senti um pouco inútil ou idiota por não tentar fazer nada pelo colega. Eu não sabia o que poderia fazer, bem como não sabia que ele seria detido, ou as razões para a detenção. Na sequência fui ao encontro de outros militantes que vinham correndo de longe, depois que o viram entrar na viatura, fotografaram a viatura que o levava, mencionaram sobre mandar uma mensagem para o colega detido para acompanhar sua localização pelo celular. Também me perguntaram se os policiais haviam encontrado “alguma coisa” com ele. Disse-lhes não ter visto nada relevante. Depois, ainda, ouvi relatos de outros “camaradas” detidos.

De volta à concentração, encontrei outros conhecidos que me contaram, em linhas gerais, que um oficial representante da polícia militar, acabara de se aproximar dos manifestantes para passar um recado de que a polícia estava lá para protegê-los, e pedindo que não entrassem em confronto com a polícia, pois assim os policiais poderiam garantir a segurança dos manifestantes. Em suas narrativas o comandante havia se aproximado procurando algum líder ou organizador com quem pudesse conversar, como essa pessoa não apareceu, ele resolveu então chegar bem próximo do centro da concentração – onde estavam alguns mais encapuzados – e falar em voz alta a todos.

As equipes de reportagem no local também pareciam mais numerosas que o usual. Mas uma jovem repórter chamou especial atenção por sua atuação no interior da manifestação, aparentando maior proximidade com alguns militantes. Agindo discretamente, porém de branco e identificada por um crachá da Folha de Londrina¹³⁹, ela acompanhou todo o trajeto gravando entrevistas com alguns participantes no geral, incluindo “lideranças”. Parecia acompanhada de um antigo conhecido do grupo de estudos anarquistas que eu havia conhecido há alguns anos. Logo supus que ele teria facilitado a aproximação da jovem jornalista, já que não era comum representantes da imprensa se aproximarem tanto.

Até o final da concentração o ato cresceu em volume, chegando a contar com cerca de 200 pessoas, aparentemente. Antes da saída em marcha, alguns jograis e os tradicionais cantos coletivos foram chamados. O trajeto percorrido foi bastante curto; cerca duzentos metros até a Concha Acústica; espaço tradicionalmente utilizado para comícios e manifestações políticas na cidade. Com um palco e anfiteatro relativamente pequenos, a Concha, no entanto, está situada numa praça histórica da cidade; um local de muita visibilidade, cercada proximamente de grandes prédios residenciais a partir dos quais, das janelas, muitos moradores do entorno podem acompanhar o que acontece ali. Às vezes esses moradores também demonstram reações de apoio, repúdio, contrariedade etc. Em ocasiões anteriores em que estive em manifestações ligadas à esquerda no mesmo local, cheguei a presenciar reações bastante enfáticas de moradores, que chegaram a atirar ovos na multidão, por exemplo. Com esse histórico do local, era incerto como seria ao chegar lá naquele dia. Contudo, as reações me pareceram relativamente contidas; apenas um morador bravejava contra a manifestação e saudava os policiais presentes. Mas enquanto ele insistia em falar, alguns manifestantes bradavam de volta e gesticulavam: “desce aqui!”, os demais, em coros abafavam suas palavras. Em pouco tempo ele silenciou-se, apenas permanecendo na janela. Esse não foi o único episódio de saudação aos policiais que presenciei por parte de alguns transeuntes; uma senhora que passeava com cachorro, um casal de verde e amarelo com uma bandeira do Brasil, alguns motoristas dos carros que passavam nas imediações... Essa parecia uma forma de mostrar seus lados na disputa.

¹³⁹ Ver reportagem publicada: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/manifestantes-contrarios-a-bolsonaro-ocupam-espaco-no-centro-de-londrina-3100971e.html> (acessado em setembro de 2021)

Depois de algum tempo na Concha uma militante mascarada, que parecia ser uma das “líderanças” do ato, fez uma consulta aberta sobre a possibilidade de estender o ato um pouco mais: – “Vocês querem que o ato acabe aqui?” Em coro respondeu-se: “Não!”. – “Vocês querem continuar o ato?”. Novamente em coro: – “Sim!”. Esta foi a deliberação, então, por volta das 17:30h uma nova marcha se iniciou. Nesse momento, alguns sabiam para onde estávamos indo, mas entre os manifestante ouviam-se perguntas nesse sentido, no entanto não houve dispersão no novo trajeto que seguiu por mais 800 metros, aproximadamente, até a Praça Rocha Pombo, bem próxima ao terminal da cidade, facilitando ou tornando mais seguro o retorno dos manifestantes que pegariam ônibus depois dali. Ainda que aquele novo trajeto não estivessem nos planejamentos originais, as viaturas da PM e da GCM prontamente se deslocaram, acompanhando os manifestantes ao longo de todo o novo trajeto, até se organizarem fazendo um cordão policial também nos arredores do novo local.

Já na praça outras falas e jograis foram feitos, exaltando princípios da ação popular autônoma, repudiando as ações do governo Bolsonaro, fazendo denúncias políticas, etc... Em uma fala de encerramento, uma colega lembrou alguns possíveis riscos das “forças repressoras” à militância, e lembrou a todos, como orientação de costume, da importância de não saírem dali sozinhos, e sim formando grupos para a dispersão. No início da dispersão, enquanto um grupo fazia uma “cabaninha” com bandeiras para que os indivíduos trocassem de roupas sem serem vistos, houve uma tentativa de intimidação por parte de um guarda individual da GCM. Se aproximando por uma parte mais elevada do terreno e segurando na coleira um pastor alemão, ele apontou alguém no meio da multidão e ordenou que o rapaz abrisse a mochila. Por alguns instantes não houve uma grande reação além de murmurinhos que foram crescendo contra o agente, que logo desistiu de insistir na ordem. Contudo o agente ainda sacou o celular o próprio celular e começou a filmar o grupo de manifestantes. Com as crescentes reações dos militantes, logo ele também desistiu dessa postura e recuou para próximo dos outros.

O público, no geral, pareceu maior que o habitual para os atos que vinham sendo puxados pelos coletivos autonomistas. Alguns militantes ligados a outros movimentos sociais conhecidos da cidade também marcaram algumas presenças pontuais no decorrer do ato, mas no total os números não parecem ter ultrapassado a marca de 200 pessoas,

nas minhas leigas estimativas sobre isso. Em minhas buscas não encontrei menção aos números de participantes daquele ato.

Apesar da quantidade de manifestantes ser relativamente pequena, fiquei com a sensação de haver alguma dificuldade na coordenação de cantos coletivos já conhecidos e no pronunciamento de alguns jograis. Talvez isso tenha ocorrido pela grande presença de manifestantes menos entrosados às performances já conhecidos dos militantes autonomistas, ou talvez por algum tipo de intimidação causada pela presença ostensiva da polícia. As colagens de “lambes” e “pixos”, outra parte das performances habituais do movimento, também não aconteceram, muito provavelmente devido à mesma razão apresentada por último; a excepcionalmente forte presença das polícias naquele dia. Acompanhado de amigos, voltei caminhando até o carro, já atento às reverberações do ato nas redes sociais.

Anexo 7. Alguns cantos coletivos ouvidos na pesquisa.

“Chega de chacina, essa política mata pobre todo dia.”

“Não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da polícia militar”

“Se cuida, se cuida, se cuida seu fascista, a América Latina vai ser toda socialista.”

“Eleição é farsa, não muda nada não, o povo organizado vai fazer revolução.”

“Não me leve a mal, é só a ação direta que derruba o capital.”

“Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não atça o formigueiro.”

“Lutar, criar, poder popular, lutar, criar, poder popular.”

“Recua fascista, recua, é o poder popular que tá na rua.”

“No poder só tem playboy, a crise é dos ricos e o pobre é que se fode.”

“É anarquista, é comunista, é a união antifascista.”

“Poder, poder, poder para o povo e o poder do povo, vai fazer um mundo novo.”

Anexo 8. Feira Anarquista e outras imagens retiradas dos perfis eletrônicos dos coletivos.



feiraanarquistolondrina
Zona Sul Cafezal

feiraanarquistolondrina Registros da I Feira Anarquista de Londrina ❤️

#feiraanarquistadelondrina #anarquismo #londrina
62 sem Ver tradução

rodrigoyvesoliveira Tem ainda disponível alguma revista verve? ❤️
27 sem Responder Ver tradução

marion161 🍌🍌🍌
62 sem 1 curtida Responder

acaointifario 🇺🇵🇺🇵🇺🇵🇺🇵
62 sem 1 curtida Responder

sittrabalhadores 🍌🍌🍌🍌
62 sem 2 curtidas Responder

forcaautonoma.fae 🇺🇵🇺🇵🇺🇵
62 sem 1 curtida Responder

instadapest Foi lindímais ❤️❤️❤️ salut y anarkia
62 sem 3 curtidas Responder Ver tradução

Curtido por www20rx e outras 148 pessoas
ABRIL 14, 2022

Adicione um comentário... Publicar

FEIRA ANARQUISTA EM LONDRINA

PROGRAMAÇÃO:

14: 15-15:15 HORAS
FORMAÇÃO
POLÍTICA
A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas/ O Sindicalismo Revolucionário e sua Atualidade
Lucas Vilas/ FOB

15:15-15:30 INTERVALO

15:30-16:30 **FORMAÇÃO**
POLÍTICA
Lançamento e Apresentação dos Livros 'Ferrer' e 'Escola de Iasnaia Poliana': a Educação Libertária em Debate'
Biblioteca Terra Livre

16:30 ENCERRAMENTO
DAS FORMAÇÕES

16:30- 22 HORAS
ATRAÇÕES MUSICAIS

feiraanarquistolondrina

feiraanarquistolondrina Salve!

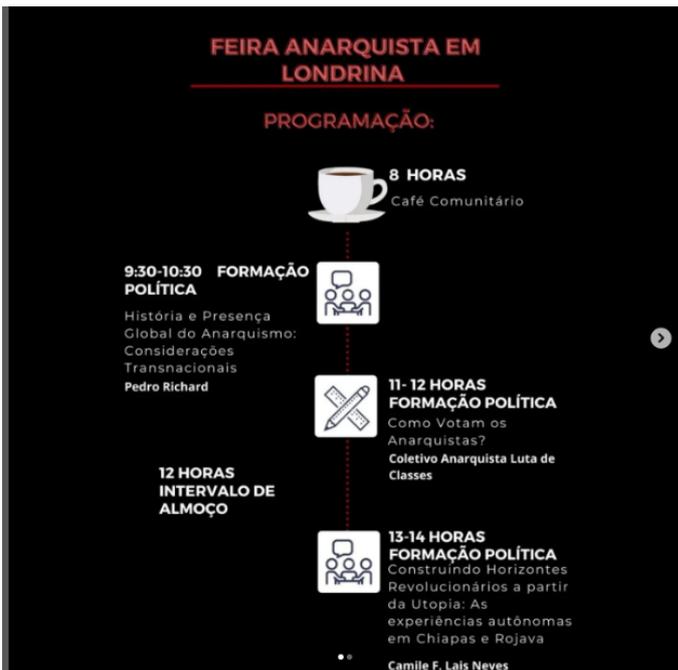
Amanhã acontece a primeira feira anarquista de Londrina (10/04). Confira nossa programação.

Avisos:
Pedimos, por gentileza que evite o consumo de bebida alcoólica até as 17h
Bora colar geral!

#anarquismo
#antifa
#feiraanarquista
#feiraanarquistadelondrina
63 sem Ver tradução

e outras 97 pessoas
ABRIL 9, 2022

Adicione um comentário... Publicar



feiraanarquistalondrina

feiraanarquistalondrina Salve!

Amanhã acontece a primeira feira anarquista de Londrina (10/04). Confira nossa programação.

Avisos:
Pedimos, por gentileza que evite o consumo de bebida alcoólica até as 17h
Bora colar geral!

#anarquismo
#antifa
#feiraanarquista
#feiraanarquistadelondrina
63 sem Ver tradução

ABRIL 9, 2022

Adicione um comentário... Publicar



feiraanarquistalondrina Zona Sul Cafetal

feiraanarquistalondrina Registros da I Feira Anarquista de Londrina ❤️

#feiraanarquistadelondrina #anarquismo #londrina
62 sem Ver tradução

rodrigoyvesoliveira Tem ainda disponível alguma revista verve?
27 sem Responder Ver tradução

marlon161_ 🍌🍌🍌
62 sem 1 curtida Responder

acaointifario 🇺🇲🇺🇲🇺🇲
62 sem 1 curtida Responder

sitrabalhadores 🍌🍌🍌🍌
62 sem 2 curtidas Responder

forcaautonoma.fae 🇺🇲🇺🇲🇺🇲
62 sem 1 curtida Responder

instadapest Foi lindíma!s ❤️❤️❤️ salut y anarkia
62 sem 3 curtidas Responder Ver tradução

ABRIL 14, 2022

Adicione um comentário... Publicar



feiraanarquistalondrina • Seguir
Londrina

feiraanarquistalondrina salve a todos!

passando aqui pra confirmar que nossa feira tem data, horário e local pra acontecer: 10/04 às 9h na ZSI como já havíamos afirmado no primeiro post, rolará no começo do próximo mês, então salva a data pra não esquecer.

amanhã tem mais 🍷 então nos ajude na divulgação, fique ligado nas próximas infos que virão, continue engajando a vakinha e a rifa. nós por nós sempre, fml! 🍷

#feiraanarquistadelondrina #anarquismo #antifa

65 sem Ver tradução

Ver respostas (1)

179 curtidas
MARÇO 18, 2022

Adicione um comentário... Publicar



afalondrina

afalondrina O fascismo se combate nas ruas
#13A #antifa #antifascista #antirracista #antimachista
#anticapitalista #FckNzs #FckCps #poderparaopovo
#poderpopular #antifaBR #comunismo #anarquismo #socialismo
#feminismo #communism #anarchism #socialism #feminism

Editado · 191 sem Ver tradução

juanaca65 En Chile ya despertó el pueblo. Ahora le toca a Brasil "apretar" a Bolsonaro
191 sem 1 curta Responder Ver tradução

Ver respostas (1)

itsgtbaby Fuck antifa!
191 sem Responder Ver tradução

1 Curtido por jornalocompanheiro e outras 433 pessoas
OUTUBRO 19, 2019

Adicione um comentário... Publicar



map.movimento
Zona Sul Cafezal

map.movimento 15 ANOS DE LUTA POR JUSTIÇA

No dia em que se completa 5 anos do assassinato de Gabriel Sartori pela Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), o MAP se mobilizou no Conjunto Cafezal para continuar a exigir justiça.

O Estado, como de costume, enviou viaturas para a concentração, sendo que uma delas passou QUATRO vezes por nossa manifestação, com a evidente intenção de nos intimidar, mas NÃO TEM ARREGO!

Sem ilusões alguma com o sistema, para o povo da periferia, que vive do trabalho, não resta outra alternativa a não ser lutar e se organizar.

Não perdoamos, não esquecemos.

JUSTIÇA PARA GABRIEL SARTORI!!

CHEGA DE CHACINA, A PM MATA POBRE TODO DIA!

Mídia Autônoma c/c Rede Lume

Editado · 52 sem · Ver tradução

[Redacted] responder

[Redacted]

JUNHO 15, 2022



map.movimento
Londrina Zona Sul

map.movimento SALVE, COMUNIDADE!

Demorou um pouquinho mas saíram a segunda bateria de registros do Dia das Crianças na Ocupação Vila Feliz e na Ocupação Recanto da Conquista.

Foi um dia de movimentação muito importante, onde provamos que as nossas crianças tem sim direito ao seu dia. Mostramos que mesmo sem qualquer assistência do Estado, controlado pelos ricos, o povo organizado pode transformar a realidade, inclusive para fazer dias mais felizes para os pequeninos e pequeninas.

VIVA A VILA FELIZ!

VIVA O RECANTO DA CONQUISTA!

VIVA AS CRIANÇAS DO POVO!

SÓ O POVO SALVA O POVO!

Kim Nobille (@nobiliekim)

138 sem · Ver tradução

[Redacted] responder

[Redacted] e outras 76 pessoas

OUTUBRO 28, 2020



map.movimento
Londrina Zona Sul

map.movimento |GT de Educação ●●

Registros da nossa atividade de cultura e de brincadeiras com as crianças e adolescentes da Okupa Vila Feliz.

Satisfação geral que colou!

Viva as crianças, viva a juventude!

#map #poderpopular #autonomia #Brasil

2 sem · Ver tradução

afalondrina Fé nas crianças !
2 sem · 1 curtida · Responder · Ver tradução

ap.federacao Avante MAPI!
2 sem · 1 curtida · Responder

forcaautonomia.fae ❤️
2 sem · 1 curtida · Responder

despertarparaluta 🙌
2 sem · 1 curtida · Responder

sittrabalhadores 🙌🙌
1 sem · Responder

l.vbs. 🙌🙌
2 sem · 1 curtida · Responder

— 4.0 🙌
2 sem · 1 curtida · Responder

Curtido por icarlaio e outras 120 pessoas

FEVEREIRO 25

Adicione um comentário... Publicar



sittrabalhadores e lutafo
MARL - Movimento dos Artistas de Rua de Londrina

sittrabalhadores |RODA DE CONVERSA - SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E MUNDO DO TRABALHO ●●

Agradecemos geral que participou da nossa roda de conversa!

Agradecemos o @vempromari pelo espaço 🙌

Avante!

20 sem · Ver tradução

... curtidas · Responder

forcaautonomia.fae 🙌🙌
20 sem · 2 curtidas · Responder

ap.federacao 🙌🙌
20 sem · 2 curtidas · Responder

... 🙌🙌 · Responder

... 🙌🙌 · Responder

... e outras 212 pessoas

JANEIRO 29

Adicione um comentário... Publicar

MOBILIZAÇÃO NA QUEBRADA:

ATO COMBATIVO

18 DE AGOSTO, ÀS 17H30

Na rotatória, em frente ao Santarém do Cafezal - ZS.

HAVERÁ ARRECADAÇÃO DE ALIMENTOS NO LOCAL, TRAGA SUA DOAÇÃO.

USE MÁSCARA PFF2 E ÁLCOOL EM GEL.

ACAO ANTIFASCISTA LONDRINA-PR

afalondrina

afalondrina 🇧🇷 | MOBILIZAÇÃO NA QUEBRADA – 18/08 – NA ROTATÓRIA DO CAFEZAL, ZONA SUL DE LONDRINA, EM FRENTE AO SUPERMERCADO SANTARÉM | 🇧🇷

- ATO COMBATIVO: Amanhã, dia 18 de agosto, com concentração a partir das 17h30.

Haverá arrecadação de alimentos no local, separe a sua doação.

Quase 600 mil mortes por corona vírus no Brasil, sem luto e sem tempo para serem lembrados e lembradas. Enquanto isso, o lucro dos quatro maiores bancos do país até julho de 2021 foi o maior da história, totalizando mais de 22 bilhões de reais. Cerca de 19,3 milhões de brasileiros e brasileiras enfrentam o drama diário da fome, sem renda, sem ter ao que recorrer. Enquanto isso, estima-se que o agronegócio irá lucrar 120 bilhões de reais até o fim do ano, com uma média de 10 bilhões de reais por mês, de lucro. Com 1 bilhão de reais é possível fazer 20 milhões de cestas básicas seguindo a média nacional calculada pelo DIEESE. O Desemprego, segundo os dados do IBGE, atinge o número de quase 15 milhões de pessoas, fora os níveis de precarização, escravidão e desalento, quando a cesta básica para uma pessoa adulta no Brasil varia de R\$ 482,58 em Recife e R\$ 656,92 em Porto Alegre. Imagine uma família de quatro pessoas que precisa sobreviver com um salário mínimo, pagando aluguel, luz, água e cesta básica, fora os gastos com transporte, roupas e manutenções. A vacinação é lenta, o auxílio é ridículo e ineficiente e o governo segue aprovando reformas contra a vida do povo. PL 490, atentando contra a vida dos povos indígenas,

90 curtidas
AGOSTO 17, 2021

Adicione um comentário... Publicar



ap.federacao e lutafor
Londrina - Paraná, Brasil

ap.federacao | AP (FOB/PR) PRESENTE NA LUTA CONTRA O FASCISMO 🇧🇷

A Alternativa Popular somou na convocação chamada pela @afalondrina para tomarmos as ruas contra a extrema direita e seus laços financiados pelos grandes empresários e latifundiários.

Nossa militância estudantil, sindical e popular não mediu esforços para estar presente e mobilizar as bases para o combate, APESAR da social-democracia petista e seus satélites terem tentado silenciar nossas falas e nossos gritos.

É preciso fazer o duplo combate: contra o fascismo e contra a desmobilização e oportunismo eleitoral e reformista.

NENHUM PASSO ATRÁS!

SEM ANISTIA!

AVANTE A LUTA AUTÔNOMA E COMBATIVA!

📷 @impedroveloso
Editado · 23 sem · Ver tradução

forcaautonoma.fae Pra frente na construção de movimentos populares combativos !

23 sem · 6 curtidas · Responder · Ver tradução

██████████ e outras 746 pessoas

JANEIRO 10

Adicione um comentário... Publicar



ap.federacao
Londrina - Paraná, Brasil

ap.federacao Importante intervenção antifascista e popular construída no dia 31 de março de 2022, convocado pela @afalondrina, em repúdio ao golpe patronal-militar de 64, apoiado pelo Imperialismo.

Nossa solidariedade aos que tombaram lutando contra o regime e nossa luta no presente contra a burguesia e o fascismo que ainda hoje dominam o país e exploram e oprimem o povo.

Também saudamos os camaradas do @abc.antifascista e da @brigadaluceseduardo.

Reconstruir o Sindicalismo Revolucionário!

Avante a ação popular antifascista!

📷: Mídia Invisível

#ditaduranuncamais #64nuncamais #poderpopular #1312 #acab #antifa #sindicalismocombativo

Editado · 63 sem · Ver tradução

Responder

antifapg 🇺🇲🇺🇲🇺🇲
63 sem · 1 curtida · Responder

📌 e outras 224 pessoas

ABRIL 5, 2022

Adicione um comentário... Publicar



afalondrina

afalondrina #19J
Mais registros do ato do último sábado!

📷: @breakeveryrules

#19jforabolsonaro
#forabolsonaro
#foramourão
#foragenocida
#povonarua

104 sem · Ver tradução

Responder

667 curtidas
JUNHO 22, 2021

Adicione um comentário... Publicar



afalondrina
Londrina

afalondrina 6ª MARCHA ANTIFASCISTA 🇧🇷 ATO RELÂMPAGO CONTRA O FASCISMO NENHUM PASSO ATRÁS! 🇧🇷

Sabendo da movimentação de extrema direita para comemorar o golpe empresarial-militar de 64, bem como em repúdio à matança via COVID patrocinada pelo governo Bolsonaro, a AFA Londrina mobilizou suas bases para marcar presença e mostrar nossa disposição de luta.

Não começou hoje nem vai terminar amanhã. Ainda temos muito a se fazer. Lutar pelo auxílio emergencial digno de no mínimo R\$ 1.200,00, aumento do salário mínimo, contra a carestia de vida em razão do aumento dos preços dos alimentos e da gasolina e pela construção, dia após dia, do Poder Popular.

DITADURA NUNCA MAIS!

MORTE AO FASCISMO!

#antifa #antifabr #ditaduranuncamais #foraBolsonaro #brasil #forabolsonarogenocida

Editado · 4 sem · Ver tradução

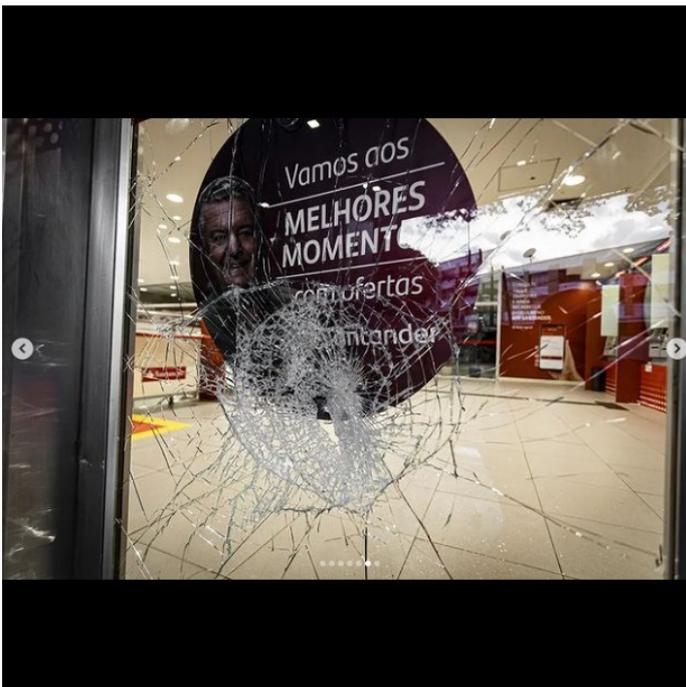
👍 e 2 curtidas · Responder

👍👍👍👍 e 4 curtidas · Responder

👍👍👍 e outras 717 pessoas

MARÇO 31, 2021

😊 Adicione um comentário... [Publicar](#)



afalondrina

afalondrina 🇧🇷 REGISTROS DO ATO DIA 20 DE NOVEMBRO EM LONDRINA 🇧🇷

Contra o governo facista Bolsonaro-Mourão e contra o rascismo! Por vida digna e melhor condição de vida!

Fotos por: @ivoayres e @isaac_fontana

🔥 PAZ ENTRE NÓS GUERRA AO SISTEMA 🔥

82 sem · Ver tradução

razdriz #1312
82 sem · 1 curtida · Responder

afa.sorocaba Boa camaradas! 🇧🇷🇧🇷🇧🇷
82 sem · 1 curtida · Responder · Ver tradução

👍👍👍 e outras 227 pessoas

NOVEMBRO 22, 2021

😊 Adicione um comentário... [Publicar](#)



afalondrina
Londrina - Paraná, Brasil

afalondrina 8ª MARCHA ANTIFA de Londrina - 31/03/2023. APOIE SUA ANTIFA LOCAL! 🚩

São anarquistas e comunistas, antes de tudo militância antifascista. Fodace os nazi, burguês e facho se eu ver na rua pode crer eu esculacho.

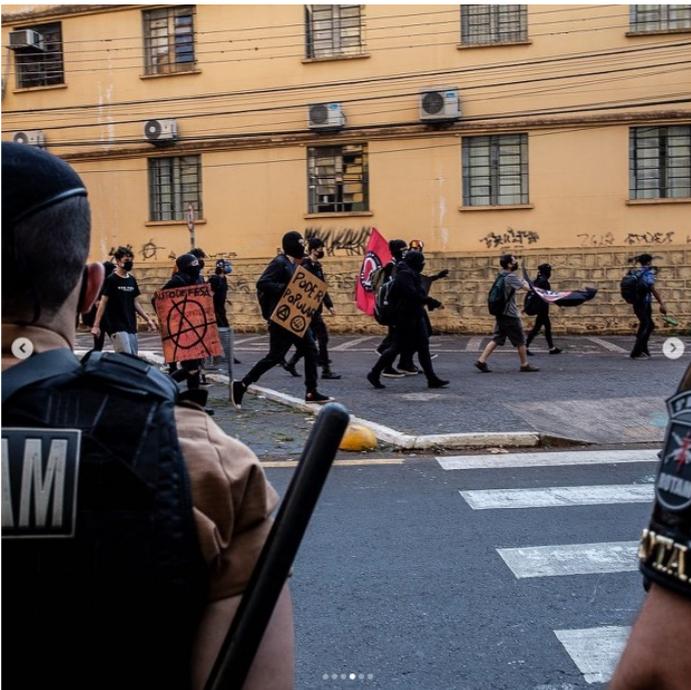
🚩 MARCHA ANTIFA 2023! 🚩 Esteja presente na próxima! Construa a Antifa! #antifa #fcknzs #afalondrina #autodesapopular #marchaantifascista

Editado · 9 sem Ver tradução

👍 🔍 🗑️ 📌

██████████ e outras 201 pessoas
ABRIL 5

😊 Adicione um comentário... [Publicar](#)



afalondrina
Londrina

afalondrina 🚩 REGISTROS DO ATO 7 DE SETEMBRO

📸: @isaac_fontana @filipe_barbosali @lost_fear_ink
Editado · 93 sem Ver tradução

capotrñ 🍌🍌🍌🍌🍌
93 sem 1 curtida Responder

— Ver respostas (1)

filipe_barbosali 🍌🍌🍌
93 sem 1 curtida Responder

— Ver respostas (1)

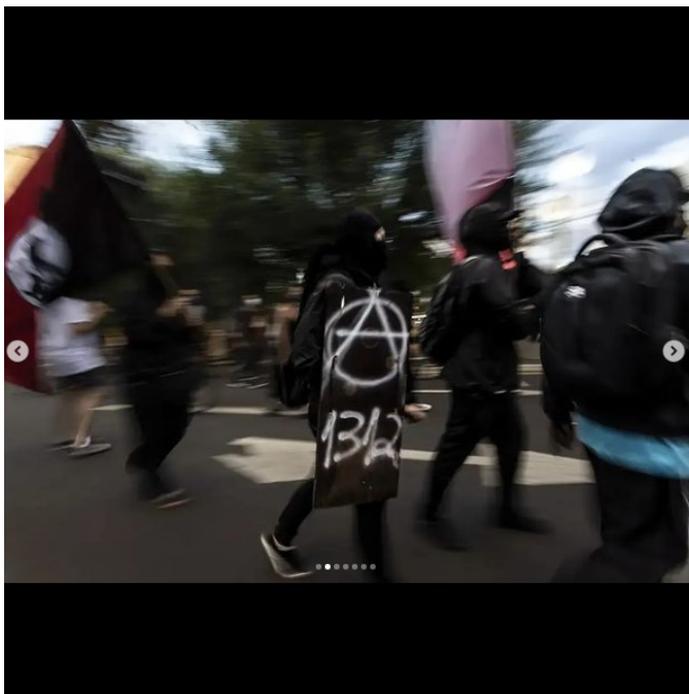
registros.terceiromundo.jpg 🍌🍌
93 sem 1 curtida Responder

— Ver respostas (1)

👍 🔍 🗑️ 📌

██████████ e outras 720 pessoas
SETEMBRO 8, 2021

😊 Adicione um comentário... [Publicar](#)



afalondrina REGISTROS DO ATO DIA 20 DE NOVEMBRO EM LONDRINA

Contra o governo facista Bolsonaro-Mourão e contra o racismo! Por vida digna e melhor condição de vida!

Fotos por: @lvoayres e @isaac_fontana

🔥 PAZ ENTRE NÓS GUERRA AO SISTEMA 🔥

82 sem Ver tradução

razdriz #1312
82 sem 1 curtida Responder

afa.sorocaba Boa camaradas! 🍌🍌🍌
82 sem 1 curtida Responder Ver tradução

NOVEMBRO 22, 2021

e outras 227 pessoas



sittrabalhadores e ap.federacao Zona Sul Cafezal

sittrabalhadores | 1º DE MAIO GLOBAL

Hoje pela manhã estivemos nas ruas do Conjunto Cafezal para convidar os moradores e as moradoras para nossa atividade do Dia Internacional da Classe Trabalhadora.

Nossa atividade começa hoje, às 20h, acompanhe nossas redes para saber mais.

7 sem Ver tradução

recc.ce 🍌🍌🍌
7 sem 2 curtidas Responder

ccsviralatacaramelo 🍌🍌🍌
7 sem 2 curtidas Responder

map.movimento 🍌🍌
7 sem 2 curtidas Responder

forcaautonoma.fae 🍌🍌🍌🍌🍌🍌🍌🍌
7 sem 2 curtidas Responder

ABRIL 30

e outras 134 pessoas

Anexo 9. Breve perfil biográfico de Francisco.

Entrevista realizada virtualmente dia 16 de fevereiro de 2024

Francisco tem 22 anos é estudante na área de estudos sociais aplicados na UFSC, onde está realizando sua segunda graduação, após não concluir a primeira. Proveniente de uma família de classe média, seu pai trabalha como torneiro mecânico e sua mãe "do lar". Na pandemia de COVID-19, que resultou no ensino à distância, ele retornou a sua cidade natal, Londrina, e passou a trabalhar como motoboy por aplicativo e participar de maneira "independente" dos coletivos "autônomos" da cidade. Durante o ensino médio, cursado em uma instituição privada, Francisco despertou interesse pelas ideologias "comunistas" e "anarquistas" após ser exposto a esses temas nas aulas de história, aos 16 anos. Esse interesse, contudo, era mais associado a um "estilo de vida" próprio, do que uma forma de militância. Sem qualquer referencial familiar, no que diz respeito a noções políticas, seu interesse nesta área "sempre foi mais autodidata"; "aprendi na rua", relata. Ao longo da faculdade, aprofundou-se em pesquisas sobre as organizações anarquistas atuantes no Brasil e leitura de livros conhecidos da literatura "anarquistas". Sua iniciação política ocorreu de forma mais significativa ao participar ativamente da mobilização nacional conhecida como Breque dos app, em 2021. Seu trabalho junto aos entregadores locais nessas mobilizações lhe rendeu um convite para as reuniões da coordenação nacional, embora posteriormente tenha se retirado devido a divergências com a direção do movimento e ao tempo que isso exigia de sua vida. Atualmente, ele contribui para a construção de uma das organizações, mesmo sem ter uma "filiação oficial".

Anexo 10. Breve perfil biográfico de Zé Maria

Entrevista realizada presencialmente dia 11/02/2022

Zé Maria, 21 anos [nome fictício escolhido por ela, para a entrevista], mulher transexual, estudante da área de audiovisual em uma importante universidade federal do Rio de Janeiro. É proveniente de família de classe média alta, com pais professores universitários. Cresceu em Londrina e teve seus primeiros referenciais sobre política e ativismo dentro da família, especialmente através de seu pai, que ocupa também um cargo na reitoria da universidade pública. Relata histórias compartilhadas por ele, sobre sua participação em grupos de militância universitária quando era mais jovem, incluindo um convite para participar do antigo grupo revolucionário MR8. Relata, ainda, que sua iniciação na militância, no entanto, se deu de maneira casual, a partir de encontros com colegas que estavam organizando a Marcha da Maconha, durante seus primeiros anos de faculdade no Rio de Janeiro. Esses mesmos colegas, relata: “hoje constroem o Movimento pela Legalização da Maconha, MLM [...], muito mais engajada realmente politicamente na causa da maconha, do que a Marcha da Maconha, [...] feita para fazer uma marcha”. Em 2019 participou de um programa de mobilidade acadêmica das universidades federais, indo estudar por um semestre em Florianópolis onde, acompanhada de um amigo de Londrina, passou por experiências marcantes com organizações militantes catarinenses, inclusive participando de grandes manifestações pela educação que ocorreram à época. Nesta ocasião, estabeleceu contatos duradouros com alguns militantes, de modo que chegou a retornar à ilha em outras visitas mais curtas para participar de outras ações coletivas na cidade. Durante o período de ensino remoto em 2021, voltou a morar com seus pais em Londrina, onde começou a participar de manifestações políticas dos grupos “autônomos” que eram realizadas no seu próprio bairro e logo procurou se associar, se enturmado rapidamente entre eles. Dentro da militância, Zé Maria parece uma pessoa bastante proativa, seja na realização de atos públicos, produção de registros ou também “puxando” um grupo preparação física de militantes inspirado em técnicas do *parkour*, nas quais demonstra grandes habilidades. No entanto, para ela, que se compreende como pessoa transexual, a “militância do corpo” se tornou sua luta mais importante, travada publicamente em sua participação na Frente Trans e também dentro de casa, em suas divergências com os pais.

Anexo 11. Breve perfil biográfico de Carolina

Entrevista realizada virtualmente dia 20/01/2022.

Carolina, 22 anos, graduanda da área de humanidades, estagiária no museu histórico de uma cidade da região metropolitana de Londrina. Seus pais, bem empregados nos setores de comércio e serviços, lhe permitiram estudar durante a vida toda em instituições privadas, até ingressar na universidade pública em 2020. Sem parentes interessados em questões políticas, relata que adquiriu interesse nestes temas por conta própria, principalmente durante o ensino médio, entre 2017 e 2019. Nesse período, participava com grande entusiasmo das manifestações públicas que ocorriam na cidade, apesar de dizer não conhecer as pessoas e organizações que as compunham, já se interessava, nessa época, por pesquisar temas relacionados ao “anarquismo” e ao “antifascismo”. Quando ingressou na universidade, a primeira organização que teve oportunidade de conhecer de perto foi a UJC, devido ao grande número de pessoas de seu curso que eram dessa organização. Lá, chegou a conhecer um pouco a dinâmica do grupo e até fazer alguns cursos destinados a seus militantes, mas devido a discordâncias posicionais, acabou não se filiando. Relata que sua atração pelas organizações “autônomas” se mesclava com um receio de aproximação, expresso como um: “medo de entrar e não estar preparada e ter discussões que eu não ia saber falar, não ia saber o que fazer”. Uma vez vencidos seus medos e timidez, se sentiu muito acolhida pelos demais militantes, inclusive desenvolvendo fortes laços afetivos com alguns.

Anexo 12. Breve perfil biográfico de Lígia

Entrevista realizada virtualmente no dia 05/01/2022.

Lígia possui 27 anos é mãe de um filho pequeno. Jornalista trabalha como redatora em uma produtora de conteúdo audiovisual. Proveniente de família de baixa renda estudou, contudo, em um importante colégio público federal da cidade, onde fez ensino integrado com técnico em meio ambiente, antes de ingressar na universidade pública. Relata não ter familiares ligados à política, exceto por um avô que chegou a ser candidato a vereador por um partido “meio de centro” em uma cidade do interior do PR. Começou a participar de manifestações coletivas em meados de 2013, durante seu último ano de ensino médio, indo aos atos que aconteciam em Londrina em reverberação das Jornadas de Junho. Em 2016, quando já cursava jornalismo, viveu outro momento que lhe foi memorável, com as ocupações secundaristas e a concomitante ocupação dos prédios da reitoria e da rádio da universidade. Relata que apesar de já estar grávida de seu filho à época, visitou com entusiasmo esses espaços; principalmente seu antigo colégio, “o primeiro em Londrina a ser ocupado” e a rádio da universidade, já que “estava bem perto do pessoal”. Apesar dessas experiências marcantes foi só em 2020, já formada e cursando pós-graduação em sua área, que buscou se filiar às organizações autônomas que já conhecia há algum tempo. Conta que seu interesse inicial pela militância autônoma se deu por uma via mais acadêmica, uma vez que pretendia pesquisar algum movimento social da cidade para seu trabalho de conclusão da pós-graduação. Logo na primeira metade de 2021 foi uma das militantes de primeira hora a se mobilizar nos atos contrários ao governo Bolsonaro que aconteceram na cidade, ainda em conjunto com o Comitê Unificado. Ao final de um desses atos, no entanto, quando já se preparava para ir embora com algumas amigas, passou por uma experiência amarga que se desdobraria muito em sua vida pessoal e na sua relação com a militância. Abordadas por policiais, foram conduzidas à delegacia e posteriormente processadas pelo Estado, acusadas pela promoção de aglomeração indevida de pessoas. Até o momento da entrevista, o processo ainda estava em andamento.

Anexo 13. Breve perfil biográfico de Renata

Entrevista realizada virtualmente dia 09/12/2022.

Renata é comunicadora e trabalha como gestora de mídias sociais em uma grande empresa. Aos 27 anos de idade no momento da entrevista, havia se formado há dois anos em uma conhecida universidade particular, onde obteve bolsa parcial. Contudo, salienta que chegou a cursar alguns períodos de um curso diferente, este na UEL, antes de se decidir pela área de comunicação. Proveniente de família de classe média; seu pai advogado e sua mãe auxiliar de cozinha, se mudou ainda criança para Londrina vinda, com os pais e o irmão, de uma pequena cidade da região. Conta que estudaram “sempre em escola pública” e, como “adorava ler”, quando estava no ensino médio, chegou a se arriscar por conta própria a ler o livro *O Capital*, de Karl Marx, mas sem suporte para tal leitura, não conseguiu “entender nada”. Desse modo, considera que seu primeiro contato com política se deu, de fato, apenas quando ingressou na universidade, onde teve contato com “gente que era engajada politicamente”, principalmente a partir de um ato da Frente Feminista do qual participou com uma amiga. Relata que logo de início se identificou, começou a buscar conteúdos políticos na internet e continuou participando cada vez mais das ações públicas promovidas pela Frente. Contudo, explica que só veio a se “organizar” de fato há cerca de um ano, quando já se sentia bastante entrosada com as outras militantes. Em suas pesquisas sobre temas políticos, se identificou com o “marxismo”, com o “ecosocialismo” e com a “questão do veganismo”, pautas que não encontrava exatamente nos coletivos locais. Em sua perspectiva, o fato de a Frente ter uma posição política mais “abrangente”, com mulheres de “diferentes posicionamentos”, dentro da esquerda e unida pelas “pautas feministas”, foi decisivo para ela. Conta, ainda, que chegou a se aproximar de uma corrente política ligada ao PSOL, mas que “achou complicado” a “questão partidária” do grupo e, por isso, como não quis se filiar, não concretizando essa aproximação. Nesse processo, fez uma amiga com quem começou a participar de modo independente das manifestações dos “autônomos”. Atualmente, tem dedicado boa parte de seu tempo ao engajamento em redes virtuais ligadas a causas veganas e de libertação animal. Junto dessas redes, tem promovido campanhas de conscientização social e militado para que essas pautas sejam mais aceitas “dentro da esquerda”.

